

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

ALEXSANDE DE OLIVEIRA FRANCO

**(DES)FUNCIONALIDADES EM MODELOS DE GESTÃO TERRITORIAL E SEUS
REFLEXOS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS E RURAIS DA AMAZÔNIA SUL
OCIDENTAL**

**PONTA GROSSA
2019**

ALEXSANDE DE OLIVEIRA FRANCO

**(DES)FUNCIONALIDADES EM MODELOS DE GESTÃO TERRITORIAL E SEUS
REFLEXOS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS E RURAIS DA AMAZÔNIA SUL
OCIDENTAL**

Tese de Doutorado apresentada para obtenção de título de Doutor em Geografia, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cicilian Luiza Löwen Sahr.

**PONTA GROSSA
2019**

F824 Franco, Alexsande de Oliveira
(Des)funcionalidades em modelos de gestão territorial e seus reflexos em comunidades tradicionais e rurais da Amazônia Sul Ocidental / Alexsande de Oliveira Franco. Ponta Grossa, 2019.
331 f.

Tese (Doutorado em Geografia - Área de Concentração: Gestão do Território: Sociedade e Natureza), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Cicilian Luiza Löwen Sahr.

1. Planejamento sistêmico. 2. Modelos de gestão. 3. Unidades de conservação. 4. Assentamentos rurais. 5. Amazônia. I. Löwen Sahr, Cicilian Luiza. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Gestão do Território: Sociedade e Natureza. III.T.

CDD: 910

TERMO DE APROVAÇÃO


ALEXSANDE DE OLIVEIRA FRANCO

"(DES)FUNCIONALIDADES EM MODELOS DE GESTÃO TERRITORIAL E SEUS REFLEXOS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS E RURAIS DA AMAZÔNIA SUL OCIDENTAL"

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:



Prof.ª Dr.ª Cicilian Luiza Löwen Sahr
UEPG



Prof. Dr. Almir Nabozny
UEPG



Prof.ª Dr.ª Elisandra Lira
UFAC



Prof. Dr. Celso Antonio Ramos da Fonseca Rosas
UEPG



Prof.ª Dr.ª Cecilia Hauresko
UNICENTRO

Dedico aos meus pais, Odaisa e Mauri, ao meu pai do coração José Barbosa. Ao meu filho, Miguel e minha esposa, Elenice pelo Companheirismo, Fé e Carinho!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois através Dele foi possível vencer mais essa etapa de minha vida. A Ele toda honra e glória!

Agradeço de forma, especial, a Elenice Zampiva de Oliveira Franco e Miguel Zampiva de Oliveira Franco que nos momentos difíceis estiveram ao meu lado. Obrigado pela paciência que vocês tiveram comigo nessa jornada, por todo apoio e motivação.

À professora Dra. Cicilian Luiza Löwen Sahr - Cici, meus mais sinceros agradecimentos. Por diferentes motivos, como pelo acolhimento na caminhada do Doutorado, desde as entrevistas para seleção do doutorado, passando por partilhar o conhecimento, pela paciência, sensibilidade, apoio e disposição de tempo nos dias mais improváveis de orientação. Obrigado pela confiança, respeito e amizade. Saiba que é um exemplo como professora e ser humano.

Agradeço aos meus irmãos (Jessica, José Vitor e Alan), a minha cunhada Eunice (Nice) pelas orações.

À Universidade Federal do Acre pela contribuição e investimento durante o período de afastamento das funções como docente. Ao suporte para realização das atividades relacionadas à pesquisa. A CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior – pelo apoio financeiro durante boa parte da pesquisa.

Ao acadêmico, Antônio Romildo Cruz de Menezes, da Universidade Federal do Acre, pela contribuição na coleta de dados no interior dos modelos de gestão estudados nesse trabalho.

À família Arcos (Frank, Ilza, Izabel e Guilherme) que estiveram juntos estreitando os laços, tornando essa caminhada mais leve. Agradeço ainda de forma especial, a Frank Arcos pelas contribuições na construção dos cartogramas.

À Universidade Estadual de Ponta Grossa e aos professores do PPGG que participaram em algum momento na minha formação. Agradeço aos ensinamentos e por instigar as perguntas que me levaram ao caminho da pesquisa. Em particular aqueles que aceitaram participar da banca de qualificação [Tanise Tomazi, Maria das Graças Silva e Nicolas Floriani] e, sobretudo, contribuíram para a defesa pública do presente trabalho [Elisandra Lira, Nicolas Floriani, Cecilia Hauresko, Almir

Nabozny, Celbo Antônio Ramos da Fonseca Rosas e Lenir Aparecida Mainardes da Silva]. Muito obrigado.

À coordenação do Programa de Pós Graduação, em nome do prof. Marcio Ornat e do Secretario acadêmico, Raphael Philip de Queiroz Rocha, sempre dispostos a contribuir. Meu muito obrigado.

Aos colegas de doutorado, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa – PPGG UEPG, pelas discussões realizadas em sala e fora dela.

Aos Seringueiros(as), Coletores(as), Ribeirinhos(as), Agricultores(as) Rurais, Horticultores(as), Gestores(as) entre outros na contribuição desta pesquisa. A participação de vocês foi incentivadora.

À todos que de forma direta ou indireta, contribuíram de alguma forma, ajudou no desenvolvimento desse trabalho.

O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não acertando o alvo, quem busca vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.

José de Alencar

A menos que aceitemos a fragilidade da vida na terra e nossa solidão cósmica, jamais agiremos para preservar o que temos. E as consequências disso podem ser irreversíveis

Marcelo Gleiser.

RESUMO

O planejamento sistêmico adotado na Amazônia, a partir da década de 1990, possibilitou conectividade entre os aspectos físicos e socioculturais. Desta forma, o Zoneamento Ecológico e Econômico constituiu-se no principal instrumento de gestão dessa região, potencializando a relação entre o Estado, os cidadãos e o meio ambiente. A presente tese tem como objetivo analisar (des)funcionalidades em modelos de gestão territorial implantados pelo poder público na regional Alto Acre, bem como, os reflexos destas para as comunidades tradicionais e rurais beneficiadas. É relevante destacar que o termo (des)funcionalidade nos remete a duas possibilidades sistêmicas. A primeira com o prefixo (des), que retrata o mau funcionamento do sistema. A segunda, sem o prefixo, que representa um funcionamento mais adequado deste. Os sistemas aqui analisados são os modelos de gestão territorial. Para operacionalização da investigação foi necessário estabelecer o recorte temporal, entre os anos de 1990 e 2015 e ainda recortes espaciais. Selecionou-se dentre os municípios da regional Alto Acre, o de Epitaciolândia e neste município, quatro modelos de gestão territorial: a Área de Relevante Interesse Ecológico Seringal Nova Esperança, o Polo Agloflorestal Epitaciolândia, o Projeto de Assentamento Agroextrativista Porto Rico e a Reserva Extrativista Chico Mendes. Alguns procedimentos se fizeram necessários para a investigação: levantamento da produção científica e técnica relacionada à temática e região; emprego de técnicas de geoprocessamento para confecção de mapeamentos; pesquisa qualitativa de campo com observação *in loco* e entrevistas semi-estruturadas. Dentre as funcionalidades observadas, destaque foi a manutenção, em termos de legislação, do modelo de gestão territorial adotado. Dentre uma relação de disfuncionalidades, se sobressai o avanço da pecuária extensiva com conseqüente desflorestamento e a mudança no perfil dos moradores.

Palavras Chave: Planejamento sistêmico, Modelos de gestão, Unidades de Conservação, Assentamentos Rurais, Amazônia.

ABSTRACT

Since the 1990s, systemic planning has been adopted in Amazonia and has intensified relations between physical and sociocultural aspects. Thus, Ecologic-Economic Zoning has been a major tool for the management of this region, intensifying relations between state, citizens and environment. The present thesis aims at analyzing both (dis)functionalities in territorial management models that are established by governmental institutions in Upper Acre, and its repercussions on traditional and rural communities involved. It must be highlighted that the expression “(dis)functionality” implies two systemic notions. The first, including the prefix (dis), refers to the malfunctioning of the system. The second, now without the prefix (dis), presupposes its adequate functioning. The investigated systems are models of territorial management. To operationalization of the research it was necessary to establish the temporal cut, between 1990 and 2015 and also spatial cutouts. The focus is on the municipality of Epitaciolândia in the region of Upper Acre, selecting 4 models of territorial management: The “Area of Specific Ecological Interest Seringal Nova Esperança”, the “Agroforestry Pole Epitaciolândia”, the “Agro-extractivist Settlement Project Porto Rico”, and the “Extraction Reserve Chico Mendes”. Some scientific procedures have been necessary to implement the research: review of scientific and technical production related to the research subject and the region; use of geoprocessing for the confection of maps; qualitative field research with observation *in loco* and semi-structured interviews. Among the observed functionalities, special attention has been given to the perseverance, in legal terms, of the applied territorial management model. Among a list of disfunctionalities, is outstanding the advancement of extensive husbandry with consequent deforestation and the change in profile of local inhabitants.

Keywords: Systemic Planning, Management Models, Conservation Units, Rural Settlement, Amazonia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Características gerais de um sistema.....	29
Figura 2	Subsistemas integrantes do Geossistema.....	35
Figura 3	Estrutura sistêmica de gestão do Zoneamento Econômico e Ecológico.....	44
Figura 4	Amazônia Legal e Internacional.....	48
Figura 5	Macrozoneamento Ecológico Econômico da Amazônia Legal....	62
Figura 6	Macrozoneamento Ecológico Econômico do Acre.....	64
Figura 7	Regional Alto Acre: Municípios integrantes.....	66
Figura 8	Localização do município de Epitaciolândia.....	72
Figura 9	Ordenamento Territorial Local – Epitaciolândia.....	79
Figura 10	Modelos de gestão e sua localização no município de Epitaciolândia.....	81
Figura 11	Esquema metodológico de construção da base bibliográfica e cartográfica.....	86
Figura 12	Esquema metodológico da Pesquisa de Campo.....	89
Figura 13	Roteiro semiestruturado para aproximação entre pesquisador e entrevistados.....	92
Figura 14	Croqui com as características da área na fase de criação da ARIE Seringal Nova Esperança na primeira metade da década de 1990.....	105
Figura 15	Ramais de estrada na ARIE Seringal Nova Esperança.....	106
Figura 16	Estrutura espacial da ARIE Seringal Nova Esperança na atualidade.....	109
Figura 17	Sistema Agroflorestal com seringueira, laranjeira e abacateiro na ARIE Seringal Nova Esperança.....	114
Figura 18	Produção de calçados artesanais de seringa na ARIE Seringal Nova Esperança.....	115
Figura 19	Ouriços de castanha encontrados na ARIE Seringal Nova Esperança.....	116
Figura 20	Rebanhos criados na ARIE Seringal Nova Esperança.....	118
Figura 21	Impactos ambientais na ARIE Seringal Nova Esperança.....	128
Figura 22	Desmatamento na ARIE Seringal Nova Esperança acumulado até 2000.....	129
Figura 23	Desmatamento na ARIE Seringal Nova Esperança acumulado até 2005.....	130
Figura 24	Desmatamento na ARIE Seringal Nova Esperança acumulado até 2010.....	131
Figura 25	Desmatamento na ARIE Seringal Nova Esperança acumulado até 2015.....	132
Figura 26	Configuração espacial proposta para os lotes do Polo Agroflorestal Epitaciolândia.....	145
Figura 27	Configuração inicial e atual do Polo Agroflorestal Epitaciolândia – 2001/2017.....	149
Figura 28	Diversidade de produção no Polo Agroflorestal Epitaciolândia.....	153
Figura 29	Croqui de lote do Polo Agroflorestal Epitaciolândia.....	156
Figura 30	Infraestrutura existente no Polo Agroflorestal Epitaciolândia.....	161

Figura 31	Parque ecológico Wilson Pinheiro.....	163
Figura 32	Visão geral da área do Polo Agroflorestal Epitaciolândia e entorno.....	165
Figura 33	Configuração espacial proposta para os lotes do PAE Porto Rico.....	177
Figura 34	Estrutura de um lote no PAE Porto Rico na atualidade.....	178
Figura 35	Utensílios usados pelos seringueiros no passado para extração do látex no PAE Porto Rico.....	183
Figura 36	Expressão de fé a Santo Expedito no PAE Porto Rico.....	186
Figura 37	Agricultura itinerante desenvolvida no PAE Porto Rico.....	189
Figura 38	Criação de gado no interior do PAE Porto Rico.....	192
Figura 39	Caixas de apicultura para distribuição no PAE Porto Rico e região.....	194
Figura 40	Feira livre na cidade de Epitaciolândia.....	196
Figura 41	Ramais no interior do PAE Porto Rico.....	203
Figura 42	Escola José Benício Moreira no interior do PAE Porto Rico.....	205
Figura 43	Caixa com acúmulo de água parada próxima a escola do PAE Porto Rico.....	206
Figura 44	Desmatamento no PAE Porto Rico acumulado até 2000.....	208
Figura 45	Desmatamento no PAE Porto Rico acumulado até 2005.....	209
Figura 46	Desmatamento no PAE Porto Rico acumulado até 2010.....	210
Figura 47	Desmatamento no PAE Porto Rico acumulado até 2015.....	211
Figura 48	Campos para pasto no PAE Porto Rico.....	213
Figura 49	Localização dos Seringais estudados na RESEX Chico Mendes.	222
Figura 50	Estrutura de um seringal baseado no extrativismo da borracha...	225
Figura 51	Estrutura de um seringal tradicional	230
Figura 52	Estrutura de um seringal não tradicional.....	238
Figura 53	Sistemas Agroflorestal e pastagem com gado no Seringal Povir..	243
Figura 54	Criação de gado de corte e pastagem no seringal Rubicom na RECM.....	256
Figura 55	Estrutura organizacional da gestão na RECM.....	259
Figura 56	Ramais no interior da RECM.....	263
Figura 57	Banheiro projeto Sanear Amazônia no Seringal Porongaba.....	266
Figura 58	Desmatamento na RECM acumulado até 2000.....	275
Figura 59	Desmatamento na RECM acumulado até 2005.....	276
Figura 60	Desmatamento na RECM acumulado até 2010.....	277
Figura 61	Desmatamento na RECM acumulado até 2015.....	278

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Modelo de gestão territorial no Município de Epitaciolândia, Acre.....	23
Quadro 2	Planos, Programas e projetos desenvolvidos na Amazônia durante o Regime Militar.....	52
Quadro 3	Balanço das Políticas e Projetos desenvolvidos na Amazônia no período do Estado Novo e Regime Militar.....	57
Quadro 4	Modelos de gestão territorial na Regional Alto Acre.....	68
Quadro 5	Receita econômica anual – Epitaciolândia.....	75
Quadro 6	Produção da lavoura temporária e permanente em Epitaciolândia	76
Quadro 7	Produção animal em Epitaciolândia.....	76
Quadro 8	Modelos de gestão territorial segundo o zoneamento de Epitaciolândia.....	78
Quadro 9	Dinâmicas, dimensões e direcionamentos das entrevistas semiestruturadas.....	93
Quadro 10	Sujeitos entrevistados segundo o modelo de gestão territorial selecionado.....	97
Quadro 11	Atores entrevistados segundo a entidade pesquisada.....	99
Quadro 12	Evolução do desmatamento na ARIE Seringal Nova Esperança até 2015.....	127
Quadro 13	Sujeitos/ grupos e suas atividades na ARIE Seringal Nova Esperança.....	136
Quadro 14	Polos Agroflorestais do Acre, segundo o município e data de criação	141
Quadro 15	Evolução do desmatamento no Polo Agroflorestal Epitaciolândia de até 2015.....	166
Quadro 16	Sujeitos/grupos e suas atividades no Polo Agroflorestal Epitaciolândia.....	170
Quadro 17	Evolução do desmatamento no PAE Porto Rico até 2015.....	207
Quadro 18	Sujeitos/grupos e suas atividades no PAE Porto Rico.....	218
Quadro 19	Zonas de uso no interior da RECM.....	226
Quadro 20	Seringais tradicionais e percentual de desmatamento.....	274
Quadro 21	Cenário para os próximos dez anos nos Seringais tradicionais e não tradicionais da RECM.....	288
Quadro 22	Cenários para os próximos dez anos nos Seringais tradicionais e não tradicionais da RECM.....	289
Quadro 23	Relação das zonas de uso e suas alterações.....	290
Quadro 24	Sujeitos/ Grupos e suas atividades nos seringais não tradicionais da RECM.....	290
Quadro 25	Concepção teórica de modalidades de modelos de gestão territorial segundo seus subsistemas.....	295
Quadro 26a	Concepção original dos modelos de gestão territorial estudados - UCs - segundo seus subsistemas.....	298
Quadro 26b	Concepção original dos modelos de gestão territorial estudados – ARs – segundo seus subsistemas.....	299
Quadro 27a	Concepção atual dos modelos de gestão territorial estudados - UCs - segundo seus subsistemas.....	302
Quadro 27b	Concepção atual dos modelos de gestão territorial estudados - ARs - segundo seus subsistemas.....	303

LISTA DE SIGLAS

AMAC	Associação Municipal de Apoio Comunitário
AMOPREAB	Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Assis Brasil
AMOPREBE	Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Epitaciolândia e Brasília
AMOPRECARB	Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Capixaba e Rio Branco
AMOPRESENA	Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Sena Madureira
AMOPREX	Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Xapuri
APP	Área de Preservação Permanente
ARIE	Áreas de Relevante Interesse Ecológico
AR	Assentamento Rural
BASA	Banco da Amazônia
BM	Banco Mundial
CAR	Cadastro Rural
CCZEE	Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico Econômico
CDRU	Concessão de Direito Real de Uso
CIMI	Comissão Indigenista Missionário
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONTAG	Sindicato da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais
CNS	Conselho Nacional de Seringueiros
CTA	Centro de Trabalhadores da Amazônia
CVP	Cernambi Virgem Prensado
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESEC	Estação Ecológica
FDL	Folha Defumada Líquida
FMI	Fundo Monetário Internacional

GTA	Guia de Trânsito Animal
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Biodiversidade
ICMS	Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços
IDAF	Instituto de Defesa Agropecuária e florestal
IIRSA	Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana
IMAC	Instituto de Meio Ambiente do Acre
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
ISA	Instituto Sócio Ambiental
ITR	Imposto Territorial Rural
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MacroZEE	Macrozoneamento Ecológico-Econômico
OTL	Ordenamento Territorial Local
PA	Polo Agroflorestal
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Projetos de Assentamento Conjunto
PAE	Projetos de Assentamento Agroextrativista
PAF	Projeto de Assentamento Florestal
PAD	Projetos de Assentamento Dirigido
PAR	Projetos de Assentamento Rápido
PAQ	Projeto de Assentamento Quilombola
PCA	Projeto de Assentamento Casulo
PE	Projeto Estadual
PC	Projetos de Colonização
PDAS	Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável
PDC	Planos de Desenvolvimento Comunitário
PGC	Programa Grande Carajás
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável

PIC	Projetos Integrados de Colonização
PIN	Programa de Integração Nacional
PNAE	Plano Nacional de Alimentação Escolar
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
POLAMAZÔNIA	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLONOROESTE	Programa de Desenvolvimento Integrado da Região Noroeste
PRODES	Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
RECM	Reserva Extrativista Chico Mendes
RESEX	Reserva Extrativista
SAF	Sistema Agroflorestal
SEAPROF	Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar
SEMA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SEMTA	Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para o Amazonas
SEPRO	Secretaria de Estado de Produção
SMA	Secretaria Municipal de Agricultura
SMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SNE	Seringal Nova Esperança
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
SPVEA	Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
STTRE	Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Eptaciolândia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TSG	Teoria Geral de sistemas

TI	Terras Indígenas
UC	Unidade de Conservação
UT	Unidade Territorial
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFAC	Universidade Federal do Acre
ZEE	Zoneamento Ecológico e Econômico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO 1 – OS SISTEMAS E A GESTÃO TERRITORIAL: A BUSCA POR UMA ABORDAGEM INTEGRADORA.....	27
1.1 SISTEMAS E SUAS CARACTERÍSTICAS.....	27
1.2 TEORIA GERAL DOS SISTEMAS – BREVE HISTÓRICO.....	31
1.3 ABORDAGENS SISTÊMICAS NA GEOGRAFIA E NA GESTÃO TERRITORIAL.....	36
1.3.1 Geografia Física e Humana no contexto sistêmico.....	36
1.3.2 Abordagem sistêmica no Planejamento e na Gestão Territorial.....	41
CAPÍTULO 2 – A (RE)ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL AMAZÔNICA: ANÁLISE CONTEXTUAL E ESCALAR.....	46
2.1 PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS PARA A OCUPAÇÃO AMAZÔNICA.....	46
2.2 DIRETRIZES DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO NA AMAZÔNIA LEGAL.....	58
2.2.1 As estratégias políticas para as unidades territoriais do Acre	63
2.2.2 Os modelos de gestão territorial no Alto Acre.....	66
CAPÍTULO 3 – A GESTÃO TERRITORIAL EM EPITACIOLÂNDIA: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	71
3.1 O MUNICÍPIO DE EPITACIOLÂNDIA COMO ESTUDO DE CASO	71
3.2 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OS ASSENTAMENTOS RURAIS SELECIONADOS.....	77
3.3 A APROXIMAÇÃO DA REALIDADE EM ESTUDO.....	85
3.3.1 O levantamento e a construção do material bibliográfico e cartográfico de apoio.....	85
3.3.2 A imersão na realidade investigada com o trabalho de campo.....	88
CAPÍTULO 4 – O MODELO DE GESTÃO ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO: O EXEMPLO DO SERINGAL NOVA ESPERANÇA.....	100
4.1 DINÂMICAS TÊMPORO-ESPACIAIS.....	100
4.2 MULTIDIMENSIONALIDADE DO MODELO DE GESTÃO.....	110
4.3 (DES)FUNCIONALIDADES: O DISTANCIAMENTO ENTRE CONCEPÇÃO E REALIDADE.....	133
CAPÍTULO 5 – O MODELO DE GESTÃO POLO AGROFLORESTAL: O EXEMPLO DO PA EPITACIOLÂNDIA.....	140
5.1 DINÂMICAS TÊMPORO-ESPACIAIS.....	140

5.2	MULTIDIMENSIONALIDADE DO MODELO DE GESTÃO.....	150
5.3	(DES)FUNCIONALIDADES: O DISTANCIAMENTO ENTRE CONCEPÇÃO E REALIDADE.....	167
CAPÍTULO 6 – O MODELO DE GESTÃO ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA: O EXEMPLO DO PAE PORTO RICO.....		
		173
6.1	DINÂMICAS TÊMPORO-ESPACIAIS.....	173
6.2	MULTIDIMENSIONALIDADE DO MODELO DE GESTÃO.....	182
6.3	(DES)FUNCIONALIDADES: O DISTANCIAMENTO ENTRE CONCEPÇÃO E REALIDADE.....	216
CAPÍTULO 7 – O MODELO DE GESTÃO RESERVA EXTRATIVISTA: O EXEMPLO DA RESEX CHICO MENDES.....		
		221
7.1	DINÂMICAS TÊMPORO-ESPACIAIS.....	222
	7.1.1 Seringais com características tradicionais.....	228
	7.1.2 Seringais com características não tradicionais.....	234
7.2	MULTIDIMENSIONALIDADE DO MODELO DE GESTÃO.....	242
7.3	(DES)FUNCIONALIDADES: O DISTANCIAMENTO ENTRE CONCEPÇÃO E REALIDADE.....	282
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		294
REFERÊNCIAS.....		308

INTRODUÇÃO

Era uma vez na Amazônia a mais bonita floresta Mata verde, céu azul, a mais imensa floresta [...] Mas o dragão continua a floresta devorar e quem habita essa mata, prá onde vai se mudar? No lugar que havia mata, hoje há perseguição. Grileiro mata posseiro só prá lhe roubar seu chão, Castanheiro, Seringueiro já viraram até peão, afora os que já morreram como ave-de-arribação [...] Pois mataram índio que matou grileiro que matou posseiro. Disse um castanheiro para um seringueiro que um estrangeiro roubou seu lugar (FARIAS, 1982)¹.

Para compreender a dinâmica que cerca a região amazônica na atualidade, suas potencialidades, conflitos e desafios, é necessário compreender sua história, bem como as políticas públicas desenvolvidas ao longo do século XX, sobretudo nas suas últimas décadas, e nas primeiras do século XXI.

Nas décadas de 1960 a 1990 a região Amazônia foi alvo de muitas intervenções, públicas e privadas, com alto teor geopolítico. Para Franco (2015), mesmo essa região tendo passado por diferentes fases de apropriação ao longo de dois séculos, foi durante os últimos 70 anos que essa se tornou mais consistente, tanto por parte da máquina estatal como por parte do capital. A ocupação da região representaria, na visão do governo militar, integrar a Amazônia as regiões mais desenvolvidas do país e exercer soberania sobre suas fronteiras nacionais e internacionais. O interesse era o de desenvolver infraestrutura para viabilizar a ocupação territorial. Assistiu-se, assim, a migração de pessoas de outras regiões do país para a Amazônia e áreas as margens das estradas construídas, em até 50 km de cada lado, foram ocupadas.

O slogan era “ocupar para não entregar”, ou seja, ocupar o território amazônico para não entregá-lo as chamadas forças internacionais, no entanto, foi exatamente isso que ocorreu, pois foi o capital internacional que patrocinou, através de empréstimos, grande parte do investimento na região Norte do Brasil. Nessa perspectiva, a estratégia era ocupar áreas com potencial econômico na região, todavia, sem que um estudo mais abrangente e aprofundado ocorresse. Talvez a exceção tenha sido as áreas minerais.

¹ FARIAS, V. Letra da Música - Saga da Amazônia. 1982.

Os polos econômicos criados se basearam inicialmente no fomento da mineração e da agropecuária, posteriormente também da industrialização. Com isso, novas formas de ocupação passaram a ocorrer na região, bem diferente dos períodos anteriores, quando a economia era baseada no extrativismo da borracha. A ocupação a partir das décadas de 1960 foi bem mais dinâmica, pois trazia com ela a tecnologia para explorar a floresta em uma velocidade cada vez mais rápida.

A intervenção estatal na região Amazônica se estende até década de 1990, comandada por um planejamento físico-territorial clássico, que vai repercutir em vultosas obras geopolíticas e diferentes formas de ocupação e uso do solo. Um dos grandes “equivocos” nestas políticas de ocupação e infraestrutura para a Amazônia foi não levar em consideração as populações e comunidades tradicionais e rurais que lá habitavam.

Para Becker (1998), essa região sempre foi pensada como um vazio demográfico a ser habitado pelo restante do país. Seringueiros, indígenas, caboclos, ribeirinhos, extrativistas² e agricultores rurais foram tratados como sujeitos invisíveis para o Estado e para o capital.

As políticas públicas raramente contemplavam em suas construções as populações locais (ARRUDA, 1999), deixando-as sempre à margem dos projetos e programas. Apenas nas últimas décadas, a partir da construção de um planejamento sistêmico mais interativo, com conectividade entre os aspectos físicos, socioculturais e legais, abriu-se espaço, mesmo que pequeno, para a participação e envolvimento da sociedade na gestão.

Com isso, instrumentos de gestão territorial, como o Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE), ganharam espaço, potencializando a relação entre o Estado, os cidadãos e o meio ambiente. Nessa perspectiva, “novos” modelos de gestão territorial foram implantados. Esses modelos de gestão passam a ser desenvolvidos na Amazônia, inclusive no estado do Acre, sobretudo, a partir da década de 1990.

Entretanto, mesmo com as iniciativas de se buscar uma maior aproximação do planejamento com a realidade da população, de acordo com Soares-Filho et al (2005) e Caladino (2016) em algumas regiões da Amazônica, essa relação se enfraqueceu em função dos baixos níveis de governança.

² Coletores. Todas as vezes que mencionar extrativista enquanto sujeito, consideram-se coletores e vice-versa.

Nesse bojo ganha relevância três questões. A primeira se refere à criação de Unidades de Conservação (UCs) de uso sustentável, ou mesmo Assentamento Rurais (AR) sem a devida consulta ou representação das populações e/ou comunidades envolvidas. Ou seja, muitos destes projetos foram criados de “cima para baixo” ou mesmo apenas no papel, potencializando os problemas de gestão. De acordo com Calegare et al (2014), pouca importância se dava à opinião aos direitos dos povos locais, que raramente eram consultados ou até mesmo informados das intenções de gestão dessas áreas.

O Estado se comportava como um Leviatã³ ecológico (HOBBS, 1983), garantindo sua supremacia:

Para garantir uma convivência “pacífica” e a sobrevivência da natureza, é necessário criar áreas protegidas. Contudo, esse pacto de respeito mútuo só terá eficácia se existir um Estado forte, absoluto, que crie as áreas protegidas e concentre todos os poderes em suas mãos a ponto de não precisar dar satisfações de sua gestão (BENATTI, 1999, p. 177).

A falta de comunicação e diálogo entre os órgãos ambientais e os atores sociais envolvidos na temática das UCs tem gerado afastamento entre os mesmos e dificultado a gestão das unidades (FRANCA, 2006). O mesmo ocorre para os ARs, o que causa impactos negativos, insegurança e instabilidade.

A segunda questão tem como destaque o fato de que os modelos de gestão criados na Amazônia, genericamente, tinham muito mais o objetivo de proteger a natureza e amenizar os conflitos na região, do que necessariamente criar um ambiente propício ao desenvolvimento das populações locais com autonomia e prosperidade. Nessa direção, os modelos de gestão criados na região foram importados de outros países que possuíam intenções e características diferentes das do Brasil.

De acordo com Diegues (2001), Phillips (2003) e Calegare et al (2014), o modelo de áreas protegidas difundido era baseado no modelo norte-americano, onde as áreas eram planejadas excluindo os povos locais. “Criando dicotomia entre povos e parques” (DIEGUES, 2001, p. 23). Além do mais, durante a década de 1990, como destaca Choma (2018), os organismos internacionais advogavam ao

³ No pensamento de Hobbes (1983), Leviatã é o Estado que não é senão um homem artificial, embora de maior estatura e força do que o homem natural, para cuja proteção e defesa foi projetada com o pacto social.

mercado, em favor da natureza preservada, onde o homem era um ser abstrato, bem como, um perturbador da homeostase dos sistemas ecológicos.

A terceira questão se refere à fase após os modelos terem sido criados, quando se observa que os problemas continuaram, pois as políticas públicas desenvolvidas em grande medida não foram condizentes com as populações instaladas, ou mesmo, ficam aquém da realidade das mesmas. O que decorre da pouca participação das populações na discussão das políticas implementadas.

Mesmo na Reserva Extrativista (RESEX) Chico Mendes, que emergiu no bojo dos seringueiros e de seus ideais de lutar pela imediata melhoria da qualidade de vida, o controle e a gestão não foram assumidos pelos seringueiros e demais trabalhadores extrativistas através de suas associações (CNS, 1989). O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) simplesmente suprimiu a ideia de autogestão, deslocando a administração para a esfera governamental (CUNHA, 2010). O mesmo ocorrendo com outros modelos de gestão, como é o caso dos ARs.

A incongruência se estabelece, pois as populações que deveriam ser beneficiadas ficam fora da participação e discussão das políticas que seriam para favorecê-las, e quando participam, seus anseios são deixados em segundo plano. Nessa visão, apenas o poder público parece saber o que é melhor para as comunidades tradicionais e rurais. Nessa direção, a única forma conhecida pelo poder público é a multa, reforçando o “conservacionismo radical” mencionado por Diegues (2000).

Os territórios e as territorialidades aqui estudados, representados por identidades e valores, são os das Unidades de Conservação (UC) e dos assentamentos rurais (AR). Trata-se, portanto, de territórios vivenciais, criados e planejados pelo poder público.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) destaca que:

A unidade de conservação é um espaço territorial com seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, Art. 2, inciso I).

Além das UCs de Uso Sustentável, outro modelo de gestão abordado são os ARs. O INCRA (s/d) considera os ARs como o conjunto de unidades agrícolas,

chamadas parcelas, independentes entre si, instaladas onde existia um imóvel rural com único proprietário.

Nessa perspectiva, a presente tese tem como objetivo analisar (des)funcionalidades em modelos de gestão territorial - Unidades de Conservação e Projetos de Assentamentos Rurais – implantados pelo poder público na regional Alto Acre⁴ e seus reflexos em comunidades tradicionais e rurais.

É relevante destacar que o termo (des)funcionalidade nos remete a duas possibilidades sistêmicas. A primeira com o prefixo (des), que retratar o mau funcionamento do sistema. A segunda, sem o prefixo, que representa funcionalidade, ou seja, um funcionamento mais adequado ou correto do sistema. Os sistemas aqui analisados são os modelos de gestão.

Levando em consideração que o poder público cria os modelos de gestão territorial para um determinado público beneficiado, se estabelece um acordo entre as partes. Nesse sentido, na criação de UCs de uso sustentável e ARs, há notório acordo entre a autoridade gestora e o morador. A autoridade gestora faz a concessão da terra como usufruto e, nesse caso, leva os serviços e equipamentos públicos para o funcionamento pleno do modelo. O morador recebe a terra, faz nela benfeitorias e utiliza seus recursos, de acordo com as normas propostas, mesmo estando muitas em desacordo com sua cultura e identidade.

Nessa perspectiva, há na criação do modelo de gestão territorial uma concepção, que deve direcionar as ações que serão desenvolvidas ao longo de sua implantação e consolidação. Neste estudo, a análise se aprofunda nas (des)funcionalidades deste sistema. Isso se desenvolve através da avaliação do distanciamento entre a concepção da proposta e a realidade encontrada na atualidade para o modelo investigado, bem como, da avaliação da contribuição de cada ator para o distanciamento encontrado.

Para tanto, foram formulados objetivos específicos que, em suas particularidades, se conectam entre si. São eles: 1) avaliar a dinâmica (temporal e espacial) de construção do mosaico da região Alto Acre no que diz respeito aos modelos de gestão territorial implantados; 2) correlacionar as multidimensionalidades (sociocultural, econômica, político-administrativa e ecológica) dos modelos de gestão territorial e suas transformações na regional Alto

⁴ Microrregional criada pelo Governo do Estado do Acre, em 1999, baseada no Zoneamento Ecológico Econômico para promover melhor desenvolvimento aos municípios.

Acre; e 3) verificar a correspondência (in)existente entre os modelos de gestão territorial implantados na regional Alto Acre e os grupos populacionais a eles direcionados.

A discussão é envolta numa abordagem sistêmica e holística, a qual viabiliza o entendimento da presente pesquisa de forma integradora e interconectada. Para operacionalização da investigação foram necessários recortes espaciais e temporais. Em termos espaciais, selecionou-se entre os municípios da regional Alto Acre o de Eitaciolândia. Em termos temporais, a análise se aprofunda para o período a partir de 1990. Estes recortes se justificam em função das transformações que vem ocorrendo na região do Alto Acre, em especial Eitaciolândia, a partir de 1990. Nesta dinâmica se destacam: pavimentação de estradas, expansão de núcleos urbanos, criação de rotas de exportação, criação de áreas protegidas, delimitação de terras indígenas, implantação de projetos de assentamento, expansão de fazendas de criação de gado e agricultura. Soma-se a essa, os constantes conflitos entre os diferentes atores sociais: posseiros, grileiros, pecuaristas, agricultores rurais (horticultores e agrossilvicultores), seringueiros, coletores e ribeirinhos.

Dentro do município de Eitaciolândia foram selecionados quatro modelos de gestão territorial com características diferenciadas (Quadro 1).

Quadro 1 - Modelo de gestão territorial no Município de Eitaciolândia, Acre.

Modelo	Nome	Gestão
Reserva Extrativista (RESEX)	Chico Mendes	Federal – ICMBIO
Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	Seringal Nova Esperança	Federal – ICMBIO
Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE)	Porto Rico	Federal – INCRA
Polos Agroflorestais (PE/ PA)	Eitaciolândia	Estadual/ Municipal

Fonte: Adaptado de INCRA (2015).

Nota: Organizado pelo Autor

A região do Alto Acre e o município de Eitaciolândia são bem conhecidos deste pesquisador. O primeiro contato que tive com os sujeitos da pesquisa foi ainda na graduação, no final da década de 1990, quando realizei o levantamento florístico e da diversidade de espécies no interior da Reserva Extrativista Chico Mendes (RECM). No início da década 2000, ainda no interior desta UC a investigação se pautou nos Sistemas Agroflorestais como alternativa econômica e sustentável para

seus moradores. Ambas as pesquisas foram realizadas em decorrências de projetos desenvolvidos pelo Parque Zoológico da Universidade Federal do Acre (UFAC).

Na sequência, no período de 2004 a 2006, durante os estudos de Mestrado em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais, também na Ufac, foi possível aprofundar a compreensão sobre a dinâmica territorial na região Alto Acre. A pesquisa se concentrou também na RECM, sobretudo, nos impactos negativos observados em sua Zona de Amortecimento e entorno. Para tanto, se percorreu os municípios de sua abrangência – Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia, Xapuri, Capixaba, Rio Branco e Sena Madureira.

Nos anos de 2010 a 2013 outras pesquisas foram desenvolvidas nos municípios de Brasiléia, Epitaciolândia e Xapuri, já como docente do quadro da Ufac. Estas relacionadas a disciplinas ministradas na graduação. Foi possível se lançar nos núcleos urbanos, observando a dinâmica das cidades, bem como na área rural, observando os impactos negativos do desmatamento.

Mais recentemente, de 2014 a 2019 se dediquei a minha pesquisa de doutorado, aprofundando a análise em modelos de gestão territorial voltados a comunidades tradicionais e rurais, investigando suas (des)funcionalidades em relação a suas concepções.

Para o desenvolvimento da Tese alguns procedimentos foram adotados: levantamento de dados secundários, como consulta a produção científica e técnica que se relaciona diretamente à temática em questão; mapeamento das transformações ocorridas no uso e ocupação da terra na região do Alto Acre entre 1990 a 2015 utilizando técnicas de geoprocessamento e softwares de tratamento de dados; mapeamento do mosaico territorial implantado na região do Alto Acre com o uso de mapas temáticos de diferentes atividades; aplicação de pesquisa qualitativa de campo (observação *in loco* e entrevistas semiestruturadas) para obtenção de informações referentes aos modelos de gestão territorial e suas respectivas comunidades tradicionais e rurais.

Os grupos analisados foram coletores, seringueiros, ribeirinhos e comunidades rurais, que se encontravam vivendo nas respectivas áreas. Os atores envolvidos na pesquisa foram às lideranças comunitárias, de cooperativas, de associação de moradores, além de gestores, técnicos e outros indivíduos afetos as áreas e comunidades tradicionais e rurais em estudo.

O volume da Tese esta estruturado em sete capítulos que procuram contemplar discussões teóricas e temáticas, compreender os modelos de gestão territorial implantados no estado do Acre, as populações tradicionais do local, as políticas de ocupação da região amazônica e da microrregião do Alto Acre, afunilando as reflexões para a realidade do município de Epitaciolândia com suas UCs e ARs.

O **Primeiro Capítulo** apresenta uma reflexão acerca da abordagem geográfica de matriz sistêmica de Bertalanffy (1975), Capra (1982), Capra; Luisi (2014) e Geossistêmica de Bertrand (2004). Nesta, todos os sistemas são comuns seja a respeito das questões sociais ou naturais, e independentes do contexto e do momento histórico. A discussão inicial se volta para a definição de sistema, apontando suas características e complexidade. Parte-se então para um breve histórico da Teoria Geral dos Sistemas. Na sequência avalia-se a abordagem sistêmica no quadro da Geografia e, por fim, na Gestão do Território.

No **Segundo Capítulo**, de caráter contextual, realiza-se uma ampla discussão sobre as políticas públicas de ocupação desenvolvidas na região amazônica durante o século XX e suas consequências para o ambiente local. Abordam-se, as políticas desenvolvidas durante o Estado Novo (1937-1954) e o Regime Militar (1964-1985). Para o período atual, de redemocratização, o foco da análise é o Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) e as diretrizes políticas dele derivadas. Ainda no mesmo capítulo, procurando uma aproximação escalar, as reflexões partem da Amazônia Legal, afunilando-se para a regional Alto Acre. Assume-se também um recorte temático, de tal forma que a análise se volta para os modelos de gestão territorial de povoamento com foco nas populações tradicionais e rurais.

No **terceiro capítulo**, de caráter metodológico, se apresenta detalhadamente o município de Epitaciolândia como estudo de caso, bem como os quatro modelos de gestão selecionados: Reserva Extrativista Chico Mendes, Área de Relevante Interesse Ecológico Seringal Nova Esperança, Assentamento Agroextrativista Porto Rico e Polo Agroflorestal Epitaciolândia. Apresentam-se ainda os procedimentos utilizados para aproximação da realidade em estudo e seus sujeitos.

No **quarto, quinto, sexto e sétimo capítulos** são apresentados e discutidos - de forma profunda, individual e dentro de um contexto sistêmico - os resultados da pesquisa. Cada modelo de gestão territorial investigado é abordado em suas dinâmicas têmporo-espaciais e multidimensionalidades - sociocultural, econômica,

política-administrativa e ecológica. A análise se centra no possível distanciamento entre as concepções iniciais de cada modelo estudado e a realidade encontrada, avaliando-se suas (des)funcionalidades enquanto sistemas.

A importância e notoriedade do tema, funcionalidade de modelos de gestão territorial no contexto da Amazônia, apresenta respaldo na discussão acerca do planejamento e da gestão territorial no Brasil e no estado de (in)visibilidade em que se encontram as populações locais. A análise e discussão propostas contribuem para dar “voz” às populações que vivem nas UCs e ARs. A compreensão da dinâmica do sistema no interior dos modelos de gestão, bem como, de suas relações para além deste, torna-se relevante para subsidiar políticas públicas eficientes, que escutem os anseios das comunidades locais. Isso ganha ainda mais relevância em um contexto atual de potenciais retrocessos na política ambiental e na reordenamento territorial brasileiro.

CAPÍTULO 1

OS SISTEMAS E A GESTÃO TERRITORIAL: A BUSCA POR UMA ABORDAGEM INTEGRADORA

“Existem leis gerais dos sistemas que se aplicam a qualquer sistema independente das propriedades particulares do sistema e dos elementos em questão” (BERTALANFFY, 1975 p. 61).

Neste capítulo apresentam-se reflexões sobre o emprego da Teoria Sistêmica na Geografia e na Gestão do Território. A ideia é buscar nesta abordagem subsídios para analisar, nos capítulos que o sucedem, os modelos de gestão territorial voltados às populações tradicionais e comunidades rurais na região da Amazônia Ocidental.

Inicia-se a discussão com a definição de sistemas segundo diferentes autores, apontando suas características e complexidade. Parte-se então para o histórico da Teoria Geral dos Sistemas. Na sequência avalia-se a abordagem sistêmica no quadro da Geografia e, por fim, na Gestão do Território.

1.1 SISTEMAS E SUAS CARACTERÍSTICAS

A palavra sistema tem origem na palavra grega *“synhistanai”*, que significa “sintetizar” ou “colocar junto” (CAPRA, 2000, p. 30). Os sistemas podem ser vistos em todos os locais e podem ser estudados em diferentes áreas do conhecimento, como na saúde, nas tecnológicas, nas exatas, nas humanas, entre outras.

Para Bertalanffy (1975) todos os sistemas são comuns, seja a respeito das questões sociais ou naturais, e independentes do contexto e do momento histórico. Sistema pode ser definido como “[...] um conjunto de partes interagentes e interdependentes que conjuntamente, formam um todo unitário com determinado objetivo e efetuam determinada função” (OLIVEIRA DPR, 2010, p. 224). Também para Jordan (1974) sistema pode ser considerado um conjunto de elementos e entidades interdependentes formando um todo integral. De acordo com Lapolli

(2010, p. 22) “um sistema não pode ser caracterizado apenas pelas partes que o compõem, mas principalmente pelas inter-relações entre elas, que seriam responsáveis pelas características do todo”.

Para Chiavenato (2000, p. 546), “o aspecto mais importante do conceito de sistema é a ideia de um conjunto de elementos interligados para formar um todo”. Ainda segundo Chiavenato (2004), sistema é um conjunto de elementos dinamicamente inter-relacionados, desenvolvendo uma atividade ou função para atingir um ou mais objetivos ou propósitos.

Seguindo nessa mesma direção, Morin (1977) corrobora afirmando que sistema é uma inter-relação de elementos que constituem uma entidade ou unidade global. Ainda para o autor, sistema é uma unidade global organizada de inter-relações entre elementos, ações e indivíduos. Os elementos interagem entre si, em um processo de trocas ou de lutas.

A dinâmica dentro do sistema é denominada de inter-relações:

A ideia de inter-relação remete para os tipos e as formas de ligação entre elementos ou indivíduos, entre estes elementos/indivíduos e o todo. Cada unidade do sistema recebe uma imposição, restrições ou sujeições para seu desempenho total. Essas advertências fazem com que os elementos percam ou inibam suas qualidades ou propriedades (MORIN, 1977, p. 100).

Tricart⁵ define sistema “como um conjunto de fenômenos que se processam mediante fluxos de matéria e energia” (SOARES, 2015, p. 176). Para Capra (1982), os exemplos de sistemas são abundantes na natureza, sejam estes sistemas sociais ou ecossistemas. Nesse mesmo sentido, também há sistemas não vivos, como o das máquinas. Para o autor, o conceito de sistema é, atualmente, o melhor instrumento lógico de que se dispõe para estudar os problemas do meio ambiente.

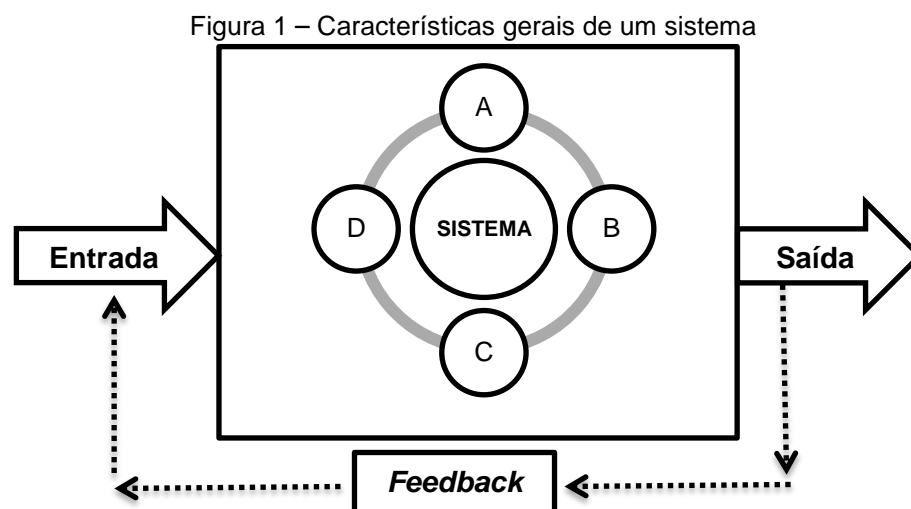
Os sistemas podem ser isolados e não isolados. Nos sistemas isolados não ocorrem trocas de energia nem de matéria com outros sistemas, já nos sistemas não isolados pode haver tais trocas. Os sistemas não isolados são divididos em sistemas fechados e abertos. Os sistemas fechados abrangem os elementos que possuem seus princípios regidos pelas leis da termodinâmica, onde o fluxo de energia e matéria é controlado dentro de um ambiente, sem intervenção de fatores ou variáveis externas. Os sistemas abertos possuem um número maior de variáveis e variantes que o influenciam diretamente (CAPRA, 2000).

⁵ TRICART, J. **Principes et méthodes de la geomorphologie**. Paris: Masson Ed., 1965.

Segundo Bertalanffy (1975, p. 64) “em qualquer sistema fechado o estado final é inequivocamente determinado pelas condições iniciais [...] as concentrações finais dos reagentes dependem naturalmente das concentrações iniciais.” Nesse sentido os sistemas fechados realizam em seu interior o máximo de entropia até não realizar mais trabalho. Nos sistemas abertos isso não ocorre.

Os sistemas abertos tendem a um estado de equilíbrio e não de entropia, isso ocorre pela entrada constante de energia. Nesse sentido Gregory (1992, p. 222) argumenta que os sistemas abertos são “[...] definidos como os que precisam de um suprimento de energia para a sua manutenção e preservação, e são mantidos em condição de equilíbrio pelo constante suprimento e remoção de matéria e energia”. Os sistemas abertos trocam matéria e energia com o ambiente em que estão inseridos. Uma cidade é um exemplo clássico de sistema aberto, pois recebe energia de múltiplas variáveis externas. Esses sistemas são aqueles que possuem maior complexidade em seus elementos e atributos.

Para Chritofoletti (1979) um sistema é caracterizado por: a) seus elementos ou unidades – que são partes e componentes; b) suas relações – que são as ligações interconectadas; c) seus atributos – que são as qualidades que lhes atribuem características; d) entrada (*input*) - aquilo que o sistema recebe; e) saída (*output*) aquilo que sai do sistema. Os sistemas e seus atributos podem ser complexos ou simples, dependendo de suas estruturas, no entanto, de forma geral, ambos funcionam de forma semelhante. Em sistemas complexos pode ocorrer ainda a retroalimentação (*feedback*) (Figura 1).



Fonte: Adaptado de Bertalanffy (1975).

A Figura 1 esquematiza o funcionamento de um sistema não isolado e aberto, no qual se tem a entrada de energia, o processamento dos elementos/atributos dentro do ambiente, a saída e a conseqüente retroação ou retroalimentação.

Os sistemas e seus atributos possuem complexidade. Para Morin (2001, p. 7) “a palavra complexidade não possui uma nobre herança filosófica, científica e epistemológica. Suporta pelo contrário uma pesada carga semântica, porque transporta no seu seio confusão, incerteza e desordem”. A complexidade no sentido atribuído por Morin (1998, p. 192) é a “junção de conceitos que lutam entre si”, ou ainda um tecido de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas, refletindo o paradoxo do uno e do múltiplo (MORIN, 2007).

Um sistema é complexo devido às suas interconexões, nesse sentido:

[...] a complexidade surge, portanto no seio do uno ao mesmo tempo como relatividade, relacionalidade, diversidade, alteridade, duplicidade, ambigüidade, incerteza, antagonismo, e na união destas noções que são umas em relação às outras, complementares, concorrentes e antagônicas (MORIN, 1977, p.141).

Os elementos de um sistema, portanto, não devem ser analisados de forma isolada uns dos outros e sim nas suas inter-relações, pois há uma complexidade organizada entre os elementos (MORIN, 1977). Todos se tornam elementos fundamentais de compreensão da totalidade e da complexidade.

A complexidade é uma relação do acaso, da ordem, da desordem, da transgressão e da organização, ou seja, um conjunto de elementos que compreendem o sistema e que se interconectam e interagem. Morin (1998, p. 177) argumenta que “[...] não podemos chegar à complexidade por uma definição prévia; precisamos seguir caminhos tão diversos que podemos nos perguntar se existem complexidades e não uma complexidade”. No entanto é relevante a afirmativa de Morin (1998, p. 231), de que “A complexidade não é uma palavra mestra que vai explicar tudo. É a palavra que vai nos despertar e nos levar a explorar tudo”.

Nessa mesma perspectiva, Vasconcellos (2002) destaca e reconhece que a complexidade não é uma propriedade específica dos fenômenos biológicos e sociais, tornando-se, portanto um pressuposto episte transdisciplinar. Para Prigogine e Stengers (1991) o paradigma da complexidade corresponde a uma nova percepção dos fenômenos organizacionais capaz de penetrar na profunda rede de paradoxos, ambigüidades e conflitos que constituem as organizações.

A Teoria da Complexidade desenvolvida por Morin (1977, 1998, 2001, 2007) estuda os sistemas adaptativos complexos, ou seja, qualquer conjunto de elementos ou agentes que interagem dinamicamente entre si reproduzindo seu próprio comportamento (CORRÊA et. al., 2002). É importante mencionar que essa teoria relaciona-se de forma conectada com a Cibernética, e ambas com a Teoria Sistêmica.

1.2 TEORIA GERAL DOS SISTEMAS – BREVE HISTÓRICO

A Teoria Geral dos Sistemas ou simplesmente “*Sistema*” é muito difundida nos dias atuais, século XXI. A abordagem sistêmica foi preconizada por Ludwig von Bertalanffy (1901 – 1972) por volta dos anos de 1930, com aplicações na Biologia e na termodinâmica. Este autor é considerado o “pai” da Teoria dos Sistemas (CAPRA, 2000). No entanto, anteriormente, o russo Alexander Bogdanove (1873 – 1928) - médico, filósofo e economista - desenvolveu uma teoria sistêmica denominada “*Tectologia*”, ou as “Ciências das Estruturas”. Para Capra e Luisi (2014), o principal objetivo de Bogdanove foi esclarecer e generalizar os princípios de organização de todas as estruturas vivas e não vivas.

Gorelik⁶ aponta que a Tectologia aborda pelo menos três pontos: a) entender os modos de organização que se percebem existir na natureza e na atividade humana; b) sistematizá-los, e c) explicá-los (CAPRA; LUISI, 2014). Ainda para o mesmo autor, esta deve propor esquemas e leis, e finalmente, com base nestes, determinar a direção de métodos organizacionais e seu papel no processo universal.

Observa-se na Tectologia uma teoria sistêmica sofisticada, pois abrange os assuntos de diferentes ciências e apresenta-se como uma “ciência universal da organização” (CAPRA, 2000, p. 41). Embora tenha sido pouco conhecida fora da Rússia, essa teoria antecipou o arcabouço conceitual de Ludwig von Bertalanffy da Teoria Geral de Sistemas.

Os conceitos definidos por Bertalanffy, biólogo austríaco de Viena, acerca da Teoria Geral dos Sistemas estabeleceram o pensamento sistêmico como movimento

⁶ GORELIK, G. Principal Ideas of Bogdanov’s tectology – Universal Science of Organization. **General Systems**, n. 20, p. 3-13, 1975.

científico relevante. Ele propôs uma visão holística como forma de pensar e observar os fenômenos. Segundo ele:

A teoria geral dos sistemas, portanto, é uma ciência geral da 'totalidade', que até agora era considerada um conceito vago, nebuloso e semimetafísico. Em forma elaborada seria uma disciplina logico-matemática, em si mesma puramente formal, mas aplicável a várias ciências empíricas (BERTALANFFY, 1975, p. 61).

Observa-se nas considerações do autor, o caráter universal e multidisciplinar da teoria sistêmica, que se reforça na afirmativa de que:

Esse conceito invadiu todos os campos da ciência e penetrou no pensamento popular, na gíria e nos meios de comunicação em massa. O pensamento em termos de sistemas desempenha um papel dominante em uma ampla série de campos que vão das empresas industriais e dos armamentos até tópicos esotéricos da ciência pura sendo-lhe dedicadas inúmeras publicações, conferências, simpósios e cursos [...] são complexas as raízes dessa evolução (BERTALANFFY, 1975, p.17).

Compreende-se, portanto, que a teoria sistêmica é muito mais do que uma simples tessitura de analogias. Para Bertalanffy (1975, p. 55) “parece legítima exigir-se uma teoria não dos sistemas de um tipo mais ou menos especial, mas de princípios universais aplicáveis aos sistemas em geral.” Os sistemas por ele mencionados são os de natureza física, biológica ou sociológica.

A Teoria Geral dos Sistemas possui, portanto, uma natureza organicista ligada aos seres vivos, ou seja, aos sistemas naturais e sociais. Em contrapartida, a Cibernética possui uma tendência inicial mecanicista, pois possui relação direta com os sistemas artificiais, como máquinas. De acordo com Capra e Luisi (2014), tal campo teve como precursor Norbert Wiener⁷ que a definiu como ciência do controle e da comunicação no animal e na máquina. Posteriormente, a cibernética se dirigiu para padrões mais amplos, tentando transpor suas ideias aos sistemas vivos, naturais e com larga faixa de questões sociais e culturais (CAPRA e LUISI, 2014).

Esse campo de estudo é independente da Teoria Geral dos Sistemas, mas com interconexões e contribuições inequívocas, principalmente relacionadas aos sistemas criados (artificiais) pelo homem como suas regras, leis, diretrizes e organizações. Nesse sentido, Vasconcellos (2002) argumenta que a Cibernética não costuma ser chamada de teoria sistêmica, ao passo que a expressão é frequentemente utilizada para quando se faz referência a Teoria Geral dos Sistemas.

⁷ Professor de matemática conhecido como fundador da Cibernética através da obra: WIENER, N. **Cybernetics**. Cambridge, MA: MIT Press, 1948. (reimpresso em 1961).

Segundo Borgatti Neto (2007), um conceito central da Cibernética para o pensamento sistêmico é o *feedback* ou retroalimentação, que se volta para os laços causais que estabelecem a autorregulação e auto-organização dos sistemas. Assim, *feedback* é a transmissão da resposta de um processo para sua fonte de origem.

De acordo com Capra e Luisi (2014):

Feedback é um arranjo circular de elementos casualmente conectados, nos quais uma causa inicial se propaga ao longo das conexões do ciclo de modo que cada elemento exerce um efeito sobre o seguinte, até que o último “realimenta” ou “retroalimenta” (p. 123).

Subsequente e imediatamente ao *feedback* tem-se a “autorregulação” e a “auto-organização”. A primeira é a capacidade de entidades estabelecerem suas regras de funcionamento, ou seja, sua regulação sem intervenção externa. A segunda é a capacidade de um padrão espontaneamente se organizar. Segundo Debrun (1996) e Gonzalez (1998) a auto-organização é um processo de desenvolvimento espontâneo de organizações através da interação entre elementos distintos que constituem um sistema dinâmico e complexo.

A complexidade compreende um amplo campo de conhecimento, cujo foco essencial é o estudo dos sistemas dinâmicos e não lineares. Entende-se por sistemas dinâmicos, de acordo com Capra e Luisi (2014), aqueles que envolvem, por exemplo, os aspectos sociológicos, geográficos e culturais que interagem entre si e com muitos outros aspectos. Fundamenta-se, portanto, os sistemas dinâmicos, numa visão interdisciplinar que pode ser aplicada ao comportamento de muitos sistemas.

Com relação aos sistemas não lineares, esses possuem diferentes possibilidades, pois em sua concepção não seguem uma única, mas várias direções. Segundo Capra e Luisi (2014), a dinâmica não linear representa tanto uma abordagem qualitativa como não quantitativa da complexidade, e, desse modo, incorpora a mudança de perspectiva que é característica do pensamento sistêmico. Esse pensamento de acordo com Kasper (2000) veio em oposição ao analítico, no momento em que essa ótica era questionada, por não considerar, como na abordagem sistêmica, as influências ambientais (KASPER, 2000). Corroborando com essa afirmação, menciona Capra (2008), que as ideias sistêmicas aparecem

como tema recorrente na ciência através de concepções holísticas em oposição a concepções mecanicistas.

Nessa direção, Bertalanffy (1975) descreve os propósitos da Teoria Geral de Sistemas: a) há uma tendência geral no sentido da integração das várias ciências, naturais e sociais; b) esta integração parece centralizar-se em uma teoria geral; c) esta teoria pode ser um meio para alcançar uma teoria exata nos campos não físicos da ciência; d) desenvolvendo princípios unificadores que atravessam o universo das ciências individuais, esta teoria aproxima-nos da unidade da ciência.

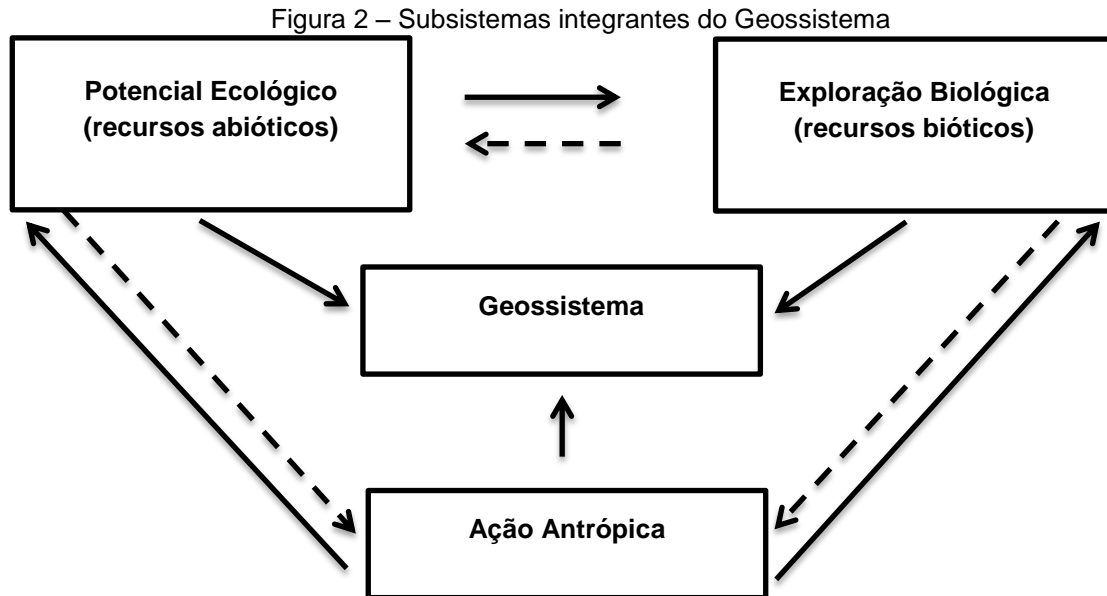
Com o advento da Teoria Geossistêmica, elaborada pelo geógrafo e geobotânico russo Victor Borisovich Sotchava, esta se tornou uma metodologia amplamente utilizada. Sotchava (1978, p. 9) dizia que os Geossistemas “são formações naturais, experimentando, sob certa forma, o impacto dos ambientes social, econômico e tecnogênico”. Nessa direção, também Cruz (1985) destaca que para Sotchava, a principal concepção do Geossistema é a conexão da natureza com a sociedade humana.

A Teoria Geral dos Sistemas aporta na Geografia, dando luz à Teoria Geossistêmica, inicialmente elaborada por Victor Sotchava, posteriormente, reelaborada por Georges Bertrand (GUERRA et. al. 2012).

Bertrand (1968), na sua Geografia Física Global, conceitua geossistema como um tipo de sistema aberto, hierarquicamente organizado, formado pela combinação dinâmica e dialética de um potencial ecológico (geomorfologia, clima, hidrologia), de uma condição de exploração biológica natural (vegetação, solo, fauna) e das atividades ditas antrópicas (SALES, 2004, p. 130).

A discussão Geossistêmica, em linhas gerais, se desenvolveu considerando a relação entre os aspectos físicos, ecológicos e sociais em unidades espaciais. Na perspectiva francesa, o Geossistema evidencia-se com mais ênfase pela relevância da ação e dinâmica antrópica na modificação da paisagem.

Georges Bertrand (2004) insere na discussão Geossistêmica o aspecto social, numa combinação entre o Potencial Ecológico, a Exploração Biológica e a Ação Antrópica. A organização destes três subsistemas complexos em uma dinâmica rede se apresenta na Figura 2.



Fonte: Releitura de Bertrand (2004).
Nota: Organizado pelo Autor

O Potencial Ecológico diz respeito às características abióticas do sistema, como por exemplo, a geomorfologia, solo, clima e hidrografia. A Exploração Biológica depende dos recursos bióticos do sistema, como a vegetação e fauna. Já a Ação Antrópica congrega os aspectos sociais. As setas contínuas representam ações diretas ou interações entre os elementos do sistema, por outro lado, as descontínuas apresentam apenas ações indiretas.

Para Limberger (2006), o Geossistema pode ser entendido como formações naturais que se desenvolvem influenciadas tanto por fenômenos naturais quanto econômicos e sociais, que alteram suas estruturas e peculiaridades espaciais. Neves et. al (2014) reforça a importância da Teoria Geossistêmica na Geografia:

O Geossistema pode ser utilizado pela Geografia, até mesmo porque ele representou uma importante evolução nos estudos geográficos, sobretudo na Geografia Física (humanizando-a), por considerar a interação e a integração dos elementos abióticos (solo, relevo, clima, hidrografia), bióticos (vegetação e animais) junto às ações antrópicas, atentando-se para não abordá-los de maneira isolada e na mesma escala temporal (p. 282-283).

Vicente e Perez Filho (2003) salientam a importância da aplicação dos conceitos sistêmicos à Geografia e, através dela, aos estudos de ordem ambiental: a) constituição de um método unificador para a Geografia; b) apreensão das estruturas da superfície terrestre de forma integrada; c) aprimoramento de uma proposta de trabalho científico multidisciplinar; d) desenvolvimento de técnicas e

métodos estatísticos e cartográficos voltados à análise espacial; e) aprimoramento dos conceitos de gestão e planejamentos territoriais sob uma perspectiva ambiental.

Como se pode observar, a Teoria Geral dos Sistemas, mesmo na sua concepção original, não se resume ao mundo convencional das ciências físicas e biológicas, estendendo-se também a diferentes áreas do conhecimento. Diferentes discussões teóricas também contribuíram para a construção e elevação do pensamento sistêmico ao nível sofisticado com que se apresenta nos dias atuais.

1.3 ABORDAGENS SISTÊMICAS NA GEOGRAFIA E NA GESTÃO TERRITORIAL

Duas correntes exploram a complexidade na ciência, uma ligada e embasada nas ciências naturais, matemática e computação, e outra voltada para a abordagem nas ciências humanas. Ambas permeiam a Geografia e a Gestão Territorial, como se apresenta na sequência.

1.3.1 Geografia Física e Humana no contexto sistêmico

A Geografia é uma ciência heterogênea que envolve diversas outras ciências para explicar seu campo de estudo, o espaço geográfico, no entanto, esta discussão não é linear.

A Geografia, vista como uma ciência de síntese, por tratar da conjugação de vários elementos para poder compreender a organização do espaço, tem na abordagem sistêmica e na teoria da complexidade um arcabouço teórico e metodológico para a otimização dos seus estudos, pois a partir delas busca explicar os processos naturais e humanos que dinamizam os Geossistemas (LIMBERGER, 2006, p. 105).

A Geografia se originou e se desenvolveu sistematicamente como ciência utilizando conceitos, métodos e procedimentos tanto das ciências humanas e sociais, quanto das ciências naturais (AMORIM e NUNES, 2006). Para George (1972) a pesquisa geográfica recorre, simultaneamente, aos métodos de diversas ciências para chegar ao conhecimento analítico de seus estudos fragmentários ou globais. Nesse sentido a Geografia é ampla e dicotômica, ou seja, costuma-se dividi-la em Geografia Física e Geografia Humana.

Segundo Amorim e Nunes (2006), a pouca ênfase dada às questões da Geografia Física influenciou sua pouca integração com a Geografia Humana,

gerando a compartimentação e privilegiando a dicotomia físico/humano. Ambos os campos de ação são vastos e complexos, por isso, na atualidade a ciência geográfica evoca uma compreensão mais complexa – sistêmica ou holística.

A Geografia Física aborda os aspectos naturais do sistema e suas inter-relações. Essa abordagem é decorrente do estudo da geomorfologia, climatologia, pedologia, biogeografia, paisagem e ecologia, ou seja, de um conjunto de disciplinas e campos do conhecimento. Nesse sentido destacam-se aqueles ligados à ciência ecológica.

A Ecologia, desenvolvida por Ernst Haeckel (1834 – 1919)⁸, designou o termo como o estudo das relações entre os seres vivos e o ambiente em que vivem (ROCHA, 2002). Desta forma, contribuiu de forma decisiva com a Geografia, Física e Humana, e sua discussão. Outro conceito relevante foi o de Ecossistema, proposto por Arthur George Tansley (1871 –1955). Esse autor⁹ cunhou a palavra em 1935, portanto, quando já era o catedrático de Botânica em Oxford e a Ecologia era um assunto de interesse entre os biólogos (KATO; MARTINS, 2016). Ecossistema é uma “unidade funcional básica na ecologia, pois inclui tanto os organismos quanto o ambiente abiótico” (ODUM, 1988, p. 9).

A Geografia Humana, assim como a Geografia Física, abordam os aspectos relacionados aos sistemas, no entanto, os sistemas humanos são decorrentes do estudo e análise da economia, da urbanização, da industrialização e dos sistemas territoriais. No entanto, segundo Fiuni (2011, p. 48), no “contexto de Geografia humana e econômica, as contribuições iniciais sobre a utilização da análise sistêmica são difusas”.

Para os Geossistemas humanos a literatura é mais rarefeita. É importante mencionar, entretanto, que mesmo com certa dificuldade na abordagem, o arcabouço de análise e discussão também é rico. Eles propõem reflexões relevantes em diferentes áreas dentro da Geografia Humana, entre as quais se destaca, por exemplo, a do ordenamento e da gestão territorial.

Os Geógrafos não devem estudar o meio físico como produto final, isoladamente, mas de forma integrada e dinâmica, em que os seres vivos se

⁸ Ele é considerado o pai da ecologia em função de sua obra: HAECKEL, E. **Generelle Morphologie der Organismen**. Berlin: G. Reimer, 1866. (2. vol.).

⁹ TANSLEY, A. G. The use and abuse of vegetational concepts and terms. **Ecology**, n. 16, p. 284-307, 1935.

conectam e se desenvolvem (TROPMAIR, 1985). É um grande desafio superar a dicotomia física/humana dentro da Geografia, no entanto, é importante se estudar os componentes do meio físico sem desconsiderar os componentes humanos e vice-versa, construindo uma unidade. Nesse sentido o vasto instrumento conceitual da Teoria Sistêmica (*input, output e feedback*) permite caracterizar e analisar os mais diferentes aspectos sociais, políticos, culturais e, sobretudo, ambientais de um sistema.

A possibilidade de resolução e discussão de problemas referentes às questões socioambientais sob a ótica sistêmica favoreceu e dinamizou o desenvolvimento de muitos trabalhos na área do conhecimento geográfico. É relevante destacar ainda a multidisciplinaridade e interdisciplinaridade das temáticas geográficas. Tal apelo perpassa o pensamento de Fuini (2011):

Não necessariamente põe-se como necessidade, no olhar sistêmico do objeto geográfico, apenas um recorte, ou o humano ou o natural. Pode-se e deve-se de posse desta lupa teórica buscar consolidar o caráter interdisciplinar da Geografia, ressaltando a unidade sócio-espacial ante a diversidade das diversas temáticas abordadas pelos geógrafos e outros profissionais (p. 50).

No contexto da Geografia Física destacam-se estudos que desenvolveram a abordagem sistêmica, mesmo que de forma indireta. Entre estes estão os trabalhos biogeográficos e geomorfológicos, além daqueles da climatologia.

Nessa direção encontram-se os trabalhos polivalentes de distribuição da vegetação e suas relações com o meio. Para Andrä (1962), Alexander von Humboldt¹⁰, cientista nos séculos XVII e XVIII, já desenvolvia seus trabalhos de forma integrada e sistematizada enfatizando os aspectos biogeográficos da distribuição da vegetação e suas relações físicas.

Na geomorfologia a abordagem sistêmica tem contribuído para os estudos morfométricos, de redes fluviais e de bacias hidrográficas, integrando o funcionamento dos elementos. De acordo com Christofletti (1979):

O ponto de partida é atribuído a Strahler (1950), mencionando que o sistema de drenagem, seja melhor descrito como um sistema aberto em estado constante, que difere de um sistema fechado em equilíbrio, pois o sistema aberto possui importação e exportação de componentes. Neste contexto, destaca também a teoria dos Ciclos de Erosão de Davis

¹⁰ HUMBOLDT, A. **Cosmos**: ensayo de una descripción física del mundo. Trad. Bernardo Giner & Jose de Fuentes. Madrid: Gaspar e Roig Editores, 1874. (Tomo I, II, III e IV).

abordando os aspectos morfogenéticos do relevo. As bases da teoria do equilíbrio dinâmico em geomorfologia, J. T. Hack (1960) também utilizou a ideia de sistemas abertos, mas Chorley (1962) procurou sistematizar e esclarecer a necessidade da abordagem sistêmica aos problemas geomorfológicos, destacando as preocupações com a dinâmica e o equilíbrio nos sistemas (p. 12).

No que tange a área de climatologia destacam-se na abordagem sistêmica os estudos dinâmicos de tempo e clima. Ferreira (2012) salienta os trabalhos de Max Sorre¹¹ e Köppen¹², sobre os aspectos do clima, suas sucessões de estados atmosféricos e a dinâmica da atmosfera.

A Geografia brasileira também deu sua contribuição no contexto sistêmico, como destaca Vitte (2008). Aziz Ab'saber, nas décadas de 1960 e 1970¹³, utilizou tal abordagem nos estudos sobre os domínios morfoclimáticos do Brasil e Teoria dos Refúgios. Jurandyr Ross (1995) aplicou o enfoque a sua classificação do relevo brasileiro com base em imagens de radar e também nas reflexões sobre as perspectivas para o planejamento territorial. Christofolletti (1979) destacou-se na elaboração e desenvolvimento de modelos de análises baseados na Teoria Sistêmica para a Geografia.

Nota-se, assim, que o conhecimento teórico-metodológico da Geografia Física observou percursos não lineares, não necessariamente cronológicos. De acordo com Rodrigues (2001), idas e vindas relacionadas a abordagem sistêmica sempre estiveram presentes.

Os sistemas tiveram grande influência na Geografia Física, porém menor expressão na área humana. Nessa perspectiva, as abordagens sistêmicas na Geografia Humana são mais difusas. Segundo Fuini (2011), destacam-se os trabalhos de Berry¹⁴ sobre as cidades como sistemas dentro de sistemas de cidades; de Haggett¹⁵, sobre a análise locacional em Geografia; além de Harvey¹⁶

¹¹ SORRE, M. Introduction-Livre Premier: Climatophysique e Climatochimie. In: PIÉRY, M. **Traité de Climatologie Biologique et Médicale**. Paris: Masson, 1934. v. 1, p. 1-9.

¹² KÖPPEN, W. *Das geographische system der klimete*. In: KÖPPEN, W.; GEIGER, R. (Ed.). *Handbuch der klimatologie*. Berlin: Gebruder Borntraeger, 1936. p. 1-44.

¹³ Republicado na obra **Grandes paisagens brasileiras**. São Paulo: ECA, 1970; e como parte do artigo "Províncias geológicas e domínios morfoclimáticos no Brasil". **Geomorfologia**, São Paulo, n. 20, p. 1-26, 1970.

¹⁴ BERRY, B. J. L. **City as systems within systems of cities**. *Regional Science Association*, v. 13, n. 1, p. 149-163, 1964.

¹⁵ HAGGETT, P. **Análisis locacional en la geografía humana**. Barcelona: Gustavo Gili, 1975. (original em inglês, 1965).

¹⁶ HARVEY, D. **Explanation in Geography**. London: Edward Arnold, 1969.

abordando os modelos e teorias dos sistemas e seus impactos na geografia, e Hurst¹⁷ com os sistemas econômicos na geografia.

Anteriormente a propagação da ideia sistêmica, desenvolvida no século XX, Alves (2008) destaca que Vidal de La Blache¹⁸, na obra “Princípios de Geografia Humana”, já discutia a relação dos diferentes gêneros de vida, que habitam de forma harmônica e coerente a natureza, em uma organização sistêmica. Nesta organização cada gênero ou modo de vida tinha uma função. La Blache defendia a interdependência dos fatores geográficos físicos e o homem com a natureza, reconhecendo a complexidade.

Constata-se a possibilidade dos estudos geográficos a partir deste arcabouço metodológico nas áreas de análise urbana, econômica e geopolítica (FIUNI, 2011), ou seja, nos sistemas humanos. Isso ocorre em função da abrangência e da dinâmica da Teoria Geral dos Sistemas, onde a interação entre as partes com o todo é constante. Encontra-se nesse bojo estudos relevantes na perspectiva urbana, como destaca Dias (2009), onde a cidade é vista como um organismo e o planejamento e gestão estão interligados. Na econômica, Richardson (1991) destaca as teorias de Adam Smith¹⁹ e suas tendências auto regulatórias dos ciclos econômicos que contemplam as ideias sistêmicas como *feedback* e causalidade mútua de concepções sistêmicas contemporâneas. De acordo com Silva (2015), tem-se ainda o trabalho de Milton Santos (1978) abordando os circuitos da economia urbana, seus sistemas e subsistemas. E ainda na Geografia Política, de acordo com Lastres et. al. (2014), Bertha Becker (1982; 2004), com sua visão sistêmica e política sobre a Amazônia e seu planejamento.

Além dos aspectos apontados, destacam-se ainda outros igualmente importantes das contribuições sistêmicas na Geografia como, por exemplo, no geoprocessamento e nas novas tecnologias em geral; na educação e no ensino geográfico, bem como, no planejamento e na gestão territorial. Esse último aspecto será aprofundado na sequência.

¹⁷ McDANIEL, R.; HURST, M. E. A systems analytic approach to Economic Geography. **Commission on College Geography Publication**, n. 8, AAG, Washington, 1968, p. 20-33.

¹⁸ BLACHE, P. V. de la. **Principes de la géographie humaine**. Paris: A. Colin, 1922.

¹⁹ SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (1. vol.)

1.3.2 Abordagem sistêmica no Planejamento e na Gestão Territorial

Planejamento e gestão, segundo Souza (2011), são termos sucedâneos no Brasil. O conceito de gestão vem sendo empregado desde os anos 1980 como sinônimo de planejamento, substituindo a partir deste momento o seu emprego. Enquanto o planejamento foi sendo interpretado como um termo mais ligado à prática tecnocrática de direita, a palavra gestão trouxe uma conotação mais democrática e, por conseguinte, ligada à esquerda.

Planejamento e gestão, todavia, não são termos intercambiáveis, mas sim complementares:

Até mesmo intuitivamente, planejar sempre remete ao *futuro*: planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou, para dizê-lo de modo menos comprometido com o pensamento convencional, *tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios*. De sua parte, gestão remete ao *presente*: gerir significa *administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vistas as necessidades imediatas*. (SOUZA, 2011, p. 46, grifo do autor).

A abordagem sistêmica, sob a influência da Teoria Geral dos Sistemas, trouxe o planejamento para um debate científico mais amplo. Partindo do pressuposto de que a realidade se acha estruturada sob a forma de múltiplos sistemas, o planejamento sistêmico passou a despertar o interesse de diferentes áreas e profissionais. Trata-se de um planejamento com enfoque reconstrutivista, com forte embasamento em análise empírica. Souza (2011) enfatiza que o diferencial desta modalidade de planejamento está em duas de suas características: a) no seu elevado grau de interdisciplinaridade; e b) na sua elevada permeabilidade em face à realidade. Em geral, o planejamento sistêmico apresenta-se como uma variante do planejamento regulatório, marcado por um Estado forte e intervencionista.

Um exemplo de planejamento que vem se enquadrando nesta abordagem é o Zoneamento Econômico e Ecológico (ZEE), criado no período de transição entre a ditadura militar e a redemocratização brasileira, através da Política Nacional do Meio ambiente. O ZEE é um instrumento para planejar e ordenar o território brasileiro de forma a potencializar a harmonia do uso do solo com os recursos naturais.

Para Lopes et. al (2017), o ZEE é um instrumento estratégico de adequação do uso do solo, desempenhando um papel importante na sustentabilidade, tanto do ponto de vista ecológico quanto econômico. É um instrumento de planejamento que possui papel determinante no ordenamento, uso e a ocupação do solo por meio da determinação de zonas, tendo em vista os atributos ambientais e o desenvolvimento de uma região (MATOS et. al., 2003).

Araújo (2006, p. 67) conceitua o ZEE como:

Uma forma de compartimentação de um espaço geográfico, a partir das características físicas e bióticas de seus ecossistemas e suas interações entre si e com o meio socioeconômico, em que são evidenciados e previstos os impactos sobre o sistema natural e antrópico.

Em todas essas definições observa-se o caráter multidisciplinar e integrador do planejamento territorial sistêmico. Essa perspectiva metodológica contribui sobejamente para o poder público interagir com seu território (físico-biótico, socioeconômico e jurídico) simultaneamente de modo a regulamentar o arranjo do espaço em diferentes níveis de ação. Isso serve de subsídio para formulação de políticas territoriais voltadas para a proteção ambiental, a melhoria das condições de vida da população e a redução dos riscos de perda de capital natural (SANTOS, 2004).

É relevante mencionar que os estudos dos ZEE se desenvolveram em função da crise e esgotamento dos recursos naturais em escala global.

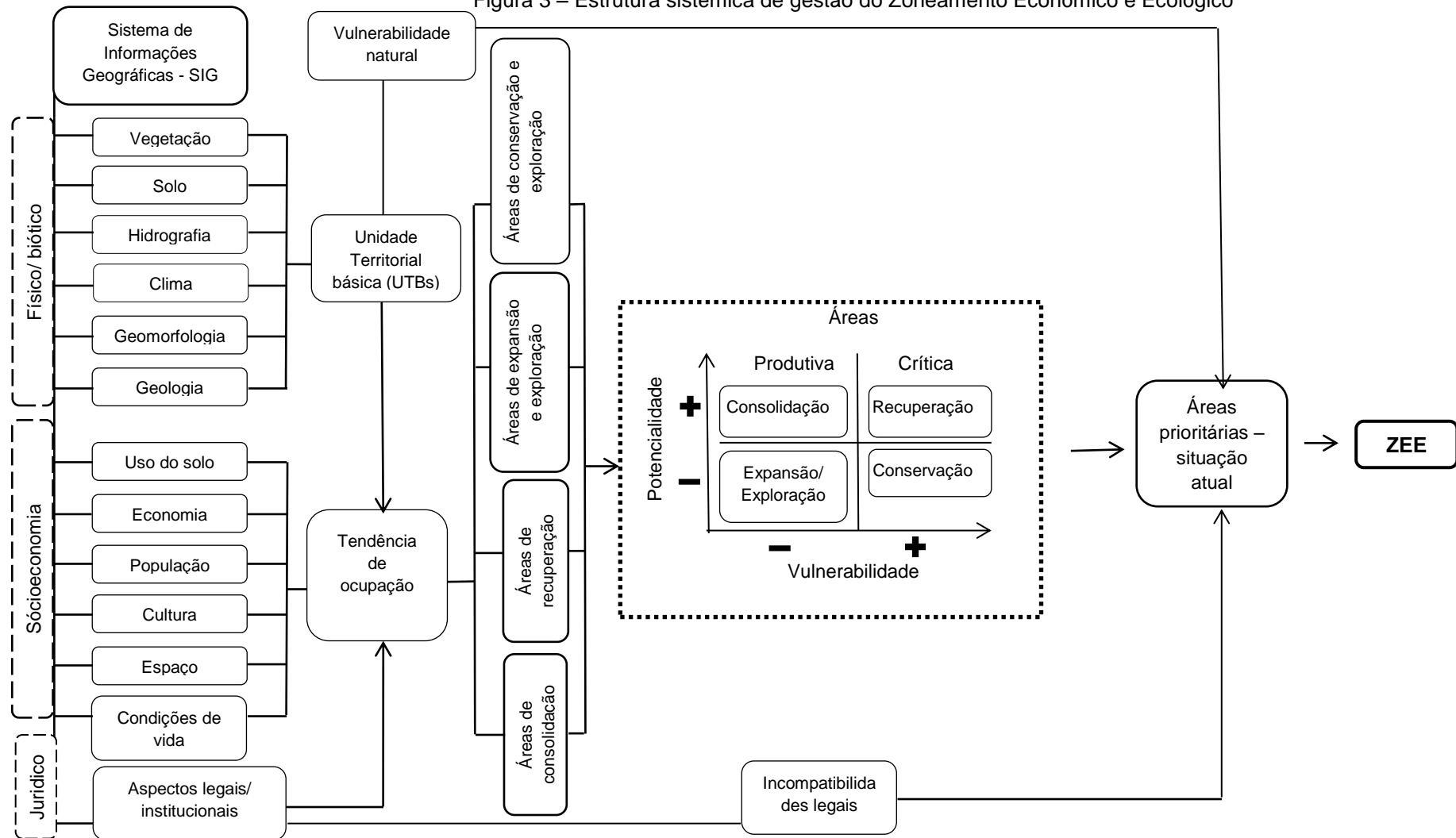
A preocupação deu-se principalmente devido ao progressivo aumento da produção e consumo de energia e mercadorias, o qual abriu a possibilidade de esgotamento de diversos recursos naturais. O uso de alguns desses recursos naturais já era capitalizado há tempos, como é o caso do carvão e do petróleo; contudo, outros começam a ser incluídos na valoração econômica devido a sua escassez mais recente por uso ou poluição, como é o caso da água potável (VASCONCELOS et. al, 2013, p. 120).

Parte da sociedade global vem absorvendo a necessidade de conhecer e gerenciar os recursos naturais de forma a permitir melhor equilíbrio entre Economia e Ecologia. De acordo Brown (2003), há a sinalização de uma nova forma de pensar, que concilia o progresso econômico com a manutenção da harmonia dos sistemas naturais. É nesse contexto que toma importância o instrumento do ZEE.

Este zoneamento envolve todos os elementos constitutivos do território de forma integrada (Figura 3), a saber: os objetos naturais (recursos naturais/meio

ambiente); os artefatos humanos (infraestrutura física, estruturas produtivas, infraestrutura social etc.); e as relações sociais: econômicas, políticas e culturais (RÊGO, 2010). Nesse instrumento devem estar claras, as necessidades, vocações e potencialidades de cada local, de modo que essas sejam otimizadas de forma interdependente.

Figura 3 – Estrutura sistêmica de gestão do Zoneamento Econômico e Ecológico



Fonte: Adaptado de Gass; Verdum (2016); Tagliani (2016).

Nota: Organizado pelo Autor.

Para Becker & Egler (1996), no ZEE há a preposição para regulação do uso do território pela racionalização do uso dos recursos e potencialização das vantagens competitivas, valorizando as diferenças. Há também a descentralização das decisões, compartilhando o poder com a sociedade.

Observa-se, portanto, que o ZEE conduz a ruptura com um planejamento de caráter cartesiano, com partes separadas, buscando um planejamento sistêmico - conectado e interativo. Nenhum fato pode ser analisado fora de seu contexto histórico, social ou ambiental. Também é inserida na gestão a participação coletiva dos atores locais, rompendo com o planejamento tecnocrático.

Nessa direção relacionada às políticas públicas clássicas e sistêmicas direcionadas a ocupação do território, é relevante destacar suas consequências para a região Amazônica de forma histórica e escalar. Isso será abordado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

A (RE)ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL AMAZÔNICA: ANÁLISE CONTEXTUAL E ESCALAR

A Amazônia, longe de ser homogênea, é uma região extremamente complexa e diversificada [...] há a Amazônia da várzea e da terra firme. Há a Amazônia dos rios de água branca e a dos rios de águas pretas [...] habitar esse espaço é um desafio à inteligência, à convivência com a diversidade (GONÇALVES, 2015, p. 9).

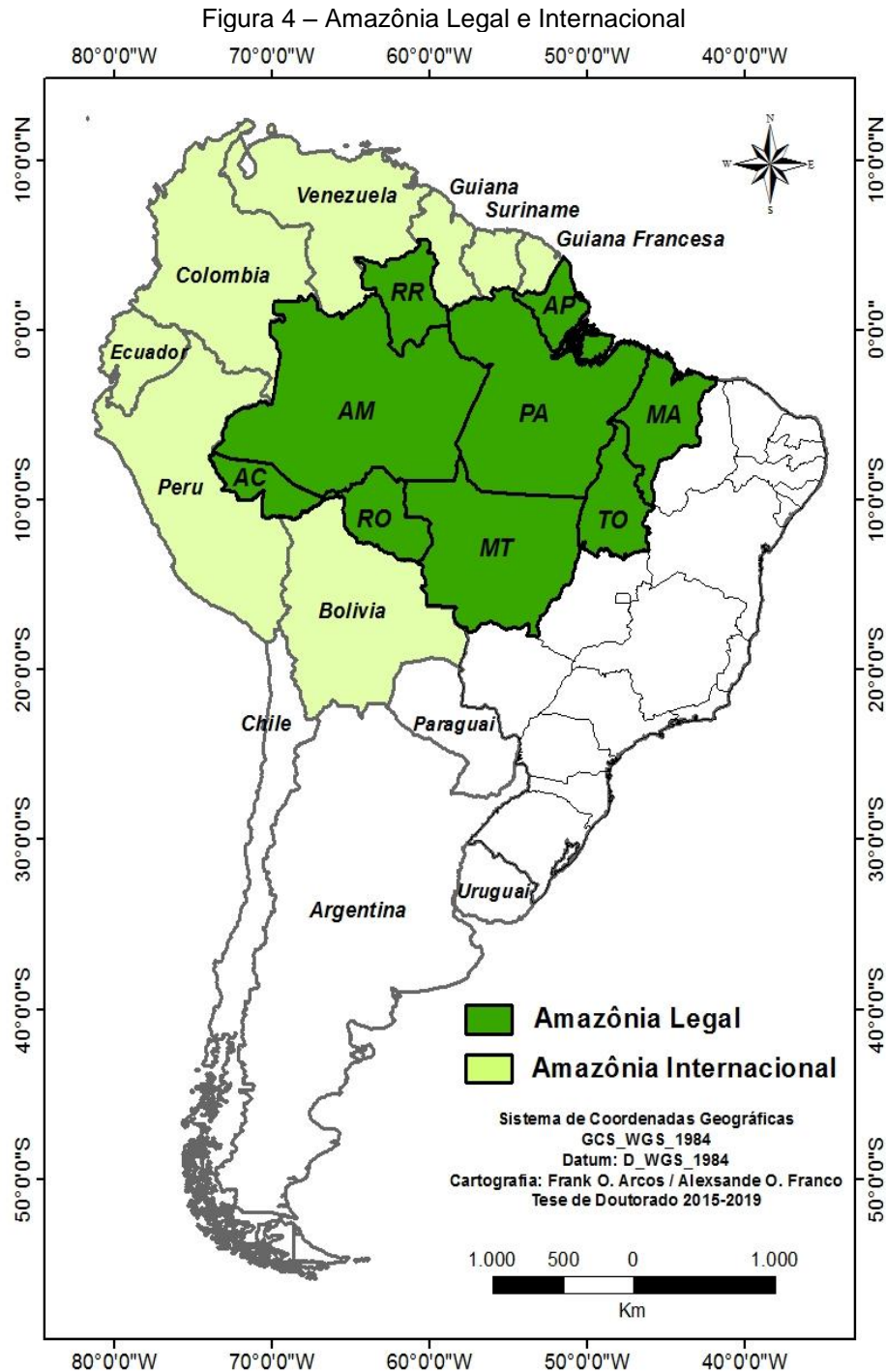
Nesse capítulo aborda-se a dinâmica de ocupação do território amazônico no século XX e suas consequências para o ambiente natural e, sobretudo, para populações tradicionais e rurais. Dá-se destaque primeiramente às políticas desenvolvidas durante o Estado Novo (1937-1954) e o Regime Militar (1964-1985). Para o período atual, de redemocratização, o foco da análise é o Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) e as diretrizes políticas dele derivadas.

As reflexões contemporâneas se desenvolvem através de uma aproximação escalar, tomando-se primeiramente o estado do Acre. Posteriormente, afunila-se a análise com o recorte espacial para a Regional Alto Acre. Assume-se também um recorte temático, de tal forma que a análise se volta para os modelos de gestão territorial de povoamento com foco nas populações tradicionais e rurais.

2.1 PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS PARA A OCUPAÇÃO AMAZÔNICA

A Amazônia é uma região que sempre suscitou curiosidade e interesse pela sua grande floresta e seus recursos bióticos abundantes, mas também por ser um território passível de ocupação e/ou exploração. Uma visão cartesiana de entendimento da natureza como recurso foi levada a cabo pelas políticas de ocupação e desenvolvimento implantados pelo poder público durante diversas décadas. A justificativa para tais ações era a de resguardar a soberania nacional contra interesses estrangeiros, considerados inimigos.

A região amazônica (Figura 4) é uma área que possui dimensões continentais na ordem de 7,5 milhões de km², o que corresponde a aproximadamente 44% da América do Sul (OLIVEIRA, 2012). A região abrange países como Bolívia, Colômbia, Peru, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa, Suriname e Brasil. A maior área desse bioma concentra-se em território brasileiro e compreendem os estados do Acre, Amapá, Amazonas, oeste do Maranhão, norte do Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Cobre uma área de aproximadamente 5.217.423 km² do território nacional, o que corresponde a aproximadamente 61% deste (MARTHA JÚNIOR, CONTINI, NAVARRO, 2011). Essa região é também denominada de Amazônia Legal. Tal termo foi criado em 1953 como estratégia do governo federal para planejar e promover o desenvolvimento (SOUZA, 2010).



Fonte: Base de dados IBGE (2010).

Nota: Organizado pelo Autor

Essa imensa área passou por diferentes fases de ocupação ao longo dos séculos, que se vincularam a diferentes ciclos econômicos. É relevante mencionar que quando se pensa nas políticas públicas para a Amazônia no século XX, pense, sobretudo, naquelas oriundas ainda do Estado Novo e do Regime Militar. As diretrizes desses dois períodos são contextualizadas na sequência.

Segundo Becker (2004) é no Estado Novo, com Getúlio Vargas, que se iniciam as políticas de planejamento para a região. De acordo com Klever (2016):

No ano de 1938, o grande projeto da “Marcha para Oeste” é proclamado pelo presidente, justificando a necessidade de sairmos do litoral e dos seus principais centros, para ocupar o interior, desbravar novas terras, expandir os limites, suprimir os obstáculos, as montanhas, os planaltos, recorrendo à trilha dos pioneiros do Continente, numa alusão aos Bandeirantes. (p. 221).

Para Arbex Jr. (2005), nos dois governos de Vargas (1930-1945 e 1950-1954), a região amazônica passou a ser considerada área prioritária nos planos de desenvolvimento e integração nacional. A Missão Cooke²⁰ (1942-1943), por exemplo, contribuiu com o levantamento da disponibilidade de recursos naturais na Amazônia segundo uma ótica capitalista. Nesse sentido, destaque foi dado à borracha. Criou-se até mesmo um Banco de Crédito da Borracha, que posteriormente deu origem ao Banco de Crédito da Amazônia.

De acordo com Ferreira e Bastos (2016):

O fornecimento de borracha foi elemento central dos Acordos de Cooperação Econômica assinados entre o Brasil e Estados Unidos, denominados “Acordos de Washington”, iniciando-se imediatamente o que se chamou na época de “A Batalha da Borracha”, cuja operacionalização envolveu o deslocamento massivo de homens para os seringais, denominados de “Soldados da Borracha” para a Amazônia. (p. 2).

Mahar (1978) afirma que o planejamento para a Amazônia no período até 1945 foi quase exclusivamente dedicado a esforços para a economia regional da borracha. Becker (2004), todavia, aponta que esta fase do planejamento regional na Amazônia foi, entretanto, muito mais discursiva do que ativa.

Após o fim da Segunda Grande Guerra e do Estado Novo, o governo brasileiro passou a observar seu território como um todo, com maior ênfase àquelas regiões consideradas mais distantes, como a Norte. A região se apresentava como um grande vazio demográfico segundo a ótica governamental. Assim, no período de 1945 a 1964 destacaram-se políticas desenvolvimentistas que contribuíram para a ocupação territorial e implantação de grandes obras.

A Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criada em 1953, foi à primeira experiência nacional de política de desenvolvimento

²⁰ Missão norte-americana que chegou ao Brasil em 1942 para trabalhar em conjunto com a Comissão de Mobilização Econômica, justamente quando o Brasil tinha declarado beligerância aos países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), tornando-se aliado dos USA (OLIVEIRA IR, 2010).

regional. De acordo com Ferreira e Bastos (2016), sua criação esteve associada ao processo de crise da economia extrativista da borracha (1912-1942). Essa Superintendência deveria: assegurar à ocupação da Amazônia, construir uma sociedade economicamente estável e progressiva capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais e desenvolver economia brasileira (BRASIL, 1953). Tal plano, todavia, trouxe modestos resultados para a Amazônia, pois os maiores recursos foram alocados na construção de rodovias, que apenas mais tarde contribuiriam para o desenvolvimento de grandes projetos (BRANDÃO, 2010).

Com a criação do “Plano de Metas”, durante do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), inaugura-se um período de intensa industrialização e modernização, que daria continuidade ao processo de substituição de importações desenvolvido nos dois decênios anteriores (LESSA, 1983). Para Almeida (2004), este plano promoveu grande avanço na noção de coordenação racional da ação do Estado, estimulando diversos setores da economia, principalmente o setor industrial e de infraestrutura. Segundo Arbex Jr. (2005), o *slogan* “50 anos em 5” convergiu para a implantação de Planos Quinquenais (5 anos), que aceleraram o crescimento do país de forma coerente com a estratégia de “interiorizar o desenvolvimento”, sobretudo da região amazônica.

É relevante afirmar, nesse sentido, que o governo federal apoderou-se do território amazônico, construindo obras de infraestrutura sem levar em consideração suas particularidades socioambientais e territoriais. Desta forma, a chamada aceleração do crescimento, através dos planos, apesar de alguns bons resultados na região, enfrentaram problemas desde o início em função da abrangência das metas e também devido ao pouco conhecimento das características sociais, culturais e econômicas da Amazônia.

Após o golpe de 1964, os militares ocupam o poder e passam a organizar suas ações em todo território nacional, incluindo a região amazônica. Segundo Jatobá (2006), apesar da mudança política instaurada mantém-se o modelo econômico, que se aprofunda e passa a ser objeto de ampla propaganda institucional. As estratégias do poder público federal para a Amazônia durante o regime militar possuíam um caráter autoritário, nacionalista e desenvolvimentista.

Foi nesse período que ocorreu o “boom” dos investimentos públicos e privados na Amazônia. Kohlhepp (2002) argumenta que:

As medidas para o desenvolvimento econômico regional na Amazônia podem ser subdivididas em duas categorias:

1. *Ação estatal* para o desenvolvimento da infra-estrutura, concentrada no transporte rodoviário, como parte central dos esforços para a integração da Amazônia. Projetos selecionados de colonização rural foram implementados. A redução de impostos para corporações foi um dos fatores mais importantes para atrair investidores privados aos projetos de desenvolvimento aprovados pelo Estado.

2. *Ação privada* foi baseada em investimentos em todos os setores econômicos mediante incentivos fiscais e a redução de taxas tributárias, a serem empregadas como capital de investimento, principalmente na criação de gado, indústria e projetos de mineração. (p. 2, grifo do autor).

O poder federal, através de ações governamentais, impulsionou a dinâmica econômica e política, bem como, o processo de ocupação do território. Nesse sentido, tem-se a convergência no deslocamento de grande contingente populacional oriundo de todas as regiões do Brasil para a Amazônia, em especial da região Nordeste, em um primeiro momento, e do Centro Sul em um segundo momento.

Segundo Souza (2010):

Além das preocupações com segurança, o governo militar tinha, ainda, dois outros grandes motivos para justificar a ocupação da Amazônia brasileira: a) a necessidade premente de deslocar parcela da população da Região Nordeste, uma vez que a seca e o solo desgastado, somados à concentração de terras em latifúndios, criavam um grande número de trabalhadores sem-terra, passíveis de serem cooptados pela ideologia “comunista”; b) os conflitos de terra na Região Sul, decorrentes da mecanização da agricultura e do aumento dos latifúndios, restringiam o acesso a terra e, assim como no Nordeste, provocavam enorme tensão social (SOUZA, 2010, p. 202 - 3).

As “novas terras” na Amazônia foram incorporadas para ocupação e a reforma agrária deveria ser um corretivo das deformações da estrutura agrária no espaço econômico (KOHLHEPP, 2002).

Para Ianni (1991), foi no final da década de 1960 que surgiram os principais programas de ocupação e desenvolvimento econômico na região, estes associados de forma direta aos interesses do capital estrangeiro. Segundo Becker (2006, p. 46), “entre 1960-1980 a região foi alvo de um projeto nacional geopolítico de desenvolvimento aliado ao capital internacional”. Foi a partir desse período que, segundo a autora, ocorreram as principais mudanças estruturais na região, como: conectividade, transformações econômicas e novas formas de povoamento.

Para que a ocupação na Amazônia ocorresse segundo a lógica capitalista e estatal era necessário desenvolver políticas públicas que fomentassem também as

atividades econômicas. Entre os planos, programas e projetos desenvolvidos na Amazônia ao longo do período governado pelos militares destaca-se aqueles relacionados no Quadro 2.

Quadro 2 – Planos, Programas e projetos desenvolvidos na Amazônia durante o Regime Militar

Nome	Ano de criação	Objetivos
I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND)	1968	Desenvolver infraestrutura técnica e energia.
II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)	1975	Explorar recursos naturais.
Programa de Integração Nacional (PIN)	1970	Construir estradas no interior da floresta para viabilizar a ligação entre as regiões, a ocupação, bem como o escoamento da potencial produção.
Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA),	1971	Promover mais fácil acesso do homem a terra, além de criar melhores condições de emprego e fomentar a agroindústria nas regiões de atuação.
Programa de Desenvolvimento Integrado da Região Noroeste (POLONOROESTE)	1981	Absorver o fluxo migratório, de maneira coordenada e sustentável, o qual se dirigia para esta região.
Programa Calha Norte	1985	Ocupar militarmente a fronteira brasileira na Amazônia.

Fonte: Elaborado a partir de Kohlhepp (2002) e Gonçalves (2015).

Nota: Organizado pelo Autor

O modelo partia do pressuposto de que a Amazônia era uma região vazia que precisava ser incorporada à nação brasileira e ao mercado nacional como forma de evitar ser objeto de cobiça de outros países ou desagregar-se em conflitos internos (BECKER, 1982; 1990; MACHADO, 1987; ALLEGRETTI, 2008).

Segundo Maia (2009):

[...] os militares viam esse imenso território quase da mesma forma que espanhóis e portugueses na época da colonização. Se aqueles tinham a região como “tierras no descubiertas”, os militares a viam como “uma terra sem gente para acomodar uma gente sem terras”, referindo-se aos sem-terra das regiões Sul, Sudeste e Nordeste [...] que seriam organizados visando “integrar para não entregar” a Amazônia (p. 53).

Os projetos e programas deste período tinham em sua essência o objetivo de criar e desenvolver estrutura necessária para a ocupação da região. O primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974), elaborado, como o segundo, sob a orientação do Ministro do Planejamento Reis Velloso, esteve mais voltado para grandes projetos de integração nacional - transportes, inclusive corredores de

exportação, telecomunicações -, ao passo que o segundo, na presidência Geisel (1974-1979), foi dedicado ao investimento em indústrias de base, em especial siderúrgica e petroquímica (ALMEIDA, 2004 p. 21).

Esse modelo deveria criar uma economia moderna e competitiva, com expansão de investimentos, regulação estatal e industrialização. Essa estratégia contribuiu para abrir a Amazônia para o capital nacional e internacional. Foi também, segundo Hees (1990), um período de transição entre formas diferenciadas de ocupação:

A forma "tradicional" de ocupação da Amazônia, na qual os diferentes grupos sociais vivem em estreita relação com a natureza, praticando o extrativismo da borracha, a coleta da castanha²¹, a caça e a pesca tem se revelado capaz de manter o equilíbrio ecológico. O modelo de ocupação "moderno" difere do anterior, tanto na sua relação com a terra, na medida em que prevalece a especulação fundiária, quanto aos processos de produção que têm na exploração maciça dos recursos naturais (madeiras e minérios) um dos seus principais objetivos (p. 83).

Para Gonçalves (2015), a “modernidade” busca permanentemente (des)envolvimento, isto é, procura quebrar o envolvimento de povos e regiões, atualizando-os sempre no seu “atraso”. Estes precisam ser novamente (des)envolvidos.

As políticas de “modernização” e “desenvolvimento” para a Amazônia durante o regime militar tinham, segundo Souza (2009), os seguintes eixos e justificativas:

Três eram os eixos, e três também as justificativas em que se assentava o projeto dos militares: 1) evitar a inserção do *inimigo externo* em território brasileiro pela selva e que se alastrasse para outras regiões a guerrilha do Araguaia; 2) promover a valorização deste *mundo perdido*; e, complementando os dois primeiros, 3) *integrar* esta imensa e rica região ao resto do Brasil (p. 1, grifo do autor).

Essa ideologia e estratégia tinha como ponto alto o *slogan* “integrar para não entregar”, sendo também conhecida como Operação Amazônica. Essa foi iniciada em 1966 com intuito de distribuir incentivos fiscais e terras para preencher os vazios para da Amazônia. Os objetivos políticos se completariam com o cooptação de elites econômicas e políticas nos estados e territórios da região e com a atração de correntes migratórias do Nordeste, desafogando conflitos sociais e agrários nesta região (SOUZA, 1994).

²¹ *Bertholletia excelsa*.

A Operação Amazônia, organizada como tirocínio militar, mobilizou fundos públicos e privados. A intenção foi mostrar a habilidade do novo sistema político em levar adiante o desenvolvimento como uma potência-líder do mundo através de novas estratégias de exploração de seu potencial econômico (KOHLHEPP, 2002).

De acordo com Gonçalves (2015, p. 57), na Operação Amazônica “revela-se toda falácia do discurso nacionalista, posto que, ao mesmo tempo em que se falava em ‘integrar para não entregar’, se fazia concessões a diversos grupos empresariais estrangeiros e se recorria ao Banco Mundial e FMI²²”. A justificativa de “integrar para não entregar” foi claramente apenas o pano de fundo para as reais finalidades de ocupar o território sem que ocorresse o contraditório e, muito menos, a rejeição da sociedade.

Para gerir as políticas desenvolvimentistas na Amazônia foi criado, ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980, vários órgãos para facilitar a entrada de empresas estrangeiras, garantir o aumento na captação de divisas estrangeiras e estabelecer a ocupação (RÊGO, 2002). Criam-se, por exemplo, o Banco da Amazônia (BASA) para promover o desenvolvimento na região, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) a partir da SPVEA para atrair investidores nacionais e internacionais, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) para desenvolver condições para instalação de polos industriais, comerciais e agropecuários em áreas de fronteira, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para desenvolver políticas de colonização na Amazônia.

Nessa mesma direção, argumentando sobre a Operação Amazônica e sobre a criação de órgãos para apoiar a dinâmica geopolítica de ocupação na região, Maia (2009, p. 55) afirma que a finalidade de ambos era “dar suporte e garantias aos empresários e aos estados da região, com recursos para aplicar no processo de desenvolvimento que os militares tinham como imprescindíveis para a manutenção da soberania sobre o território”.

Segundo Becker (2008, p. 23), “o Estado toma para si a iniciativa e um novo ordenado ciclo de devassamento amazônico num projeto geopolítico para a modernidade acelerada da sociedade e do território nacional”. A ação e intervenção pública nas áreas da Amazônia foram, portanto, marcadas pelas questões da defesa

²² Fundo Monetário Internacional.

do território e soberania nacional, isso por meio de imposições de restrições de toda ordem. Desta forma, os projetos de infraestrutura viabilizaram a ocupação do território amazônico de acordo com os interesses estatais e do capital internacional, desconstruindo a lógica local das comunidades históricas e tradicionais lá presentes.

O projeto geopolítico contribuiu com a logística de ocupação do território à medida que obras de infraestrutura eram construídas e terras distribuídas para colonização.

Com relação às obras de infraestrutura destacaram-se as estradas construídas, como a Transamazônica, Perimetral Norte, Belém–Brasília, Cuiabá–Santarém, Cuiabá–Porto Velho e Porto Velho–Manaus. Para Goodland e Irwin (1975), estas estradas pioneiras serviram de roteiros de migração e foram planejadas na forma de "corredores de desenvolvimento". Todavia, com elas vieram especuladores, grileiros e posseiros, intensificando-se os conflitos de terras com as populações que tradicionalmente já viviam na área.

Outros projetos ganharam destaque, como os hidrelétricos e minerais. Entre os projetos hidrelétricos inaugurados na década de 1980 podemos citar: Tucuruí (Pará) e Balbina (Amazonas). Ambos foram emblemáticos para a região, o primeiro por possui a hidrelétrica com maior capacidade de energia instalada para atender tanto a indústria de alumínio que se desenvolvia na região, como também as outras regiões do país. O segundo pela baixa capacidade de energia produzida pela hidrelétrica e pelos grandes impactos sociais e ambientais produzidos, símbolo da falta de planejamento do poder público (FEARNSIDE, 2015).

Com relação aos projetos minerais, cabe destacar o Programa Grande Carajás (PGC), regulamentado em 1980. Esse Polo Siderúrgico com 18 usinas, situado no Maranhão e no Pará, localiza-se numa região onde se encontra uma das maiores reservas de minério de ferro do mundo (PITOMBEIRA, 2009), assim como outros importantes minérios: bauxita, ouro, cobre, chumbo e manganês. O PGC possui ainda uma complexa estrutura logística com portos, ferrovias e hidrelétricas.

Paralelo às obras de infraestrutura, tem-se ainda os incentivos a projetos de colonização e ocupação de áreas. Nessa direção, destacou-se o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZONIA). De acordo com Monteiro (2005), o governo federal criou esse programa em 1974 para acelerar a implantação de projetos exportadores, marcando uma importante mudança na política brasileira. Passou-se a priorizar as grandes companhias agroindustriais, a

produção agropecuária e os projetos de colonização privada, associados aos investimentos em infraestrutura, extração e beneficiamento de minerais (SERRA; FERNÁNDEZ, 2004). Dessa forma, a ideia era a ocupação de espaços vazios e a utilização dos eixos viários articulando-os a projetos de desenvolvimento social.

Essa política, no entanto, também gerou conflitos e desmatamento. De acordo com Castrillon Fernández (2007), os pequenos e médios colonos formavam a propriedade e em seguida vendiam. Com o recurso adquirido compravam uma nova área maior e mais distante, iniciando novo ciclo de abertura na floresta.

Kohlhepp (2002) argumenta que:

Investidores de capital nacional e internacional foram atraídos por reduções consideráveis de taxas tributárias e também por outros benefícios. Tornou-se vantajoso para bancos, companhias de seguro, mineradoras e empresas estatais, de transportes ou de construção de estradas investir (sic.) na devastação da floresta tropical para introduzir grandes projetos de criação de gado, com subsídios oficiais, realizando a exploração das terras a preços baixos (p. 39).

O resultado foi o aumento das disparidades do desenvolvimento tanto no interior da região amazônica, como desta para com o restante do país. Isso contribuiu para aumentar a dependência em relação ao poder central. Além disso, assistiu-se a uma série de impactos negativos. A “rápida expansão de desmatamento em projetos de fazendas de gado causou danos irreparáveis aos ecossistemas, como erosão, perda de nutrientes por escoamento, e distúrbios no balanço de águas” (KOHLHEPP, 2002, p. 40). Vastas áreas florestais foram destruídas e, em muitos casos, pessoas assentadas foram expulsas por grileiros e por fazendeiros de gado.

Nessa perspectiva, é relevante a afirmativa de Gonçalves (2015) de que os eixos de integração e desenvolvimento não foram sinônimos de progresso, pois os resultados foram ínfimos, pelo menos para maior parte da população da região. As políticas públicas federais mencionadas contribuíram mais para a (des)organização territorial na região e para a produção de impactos de toda ordem sobre as populações locais: impacto social com a perda da qualidade de vida, impacto econômico com a diminuição da renda; impacto cultural com a perda de identidade; e impacto ambiental com o desmatamento.

O Quadro 3 traz um balanço das perdas e ganhos com as diferentes políticas desenvolvidas no período do regime militar e também naquele que o precedeu.

Quadro 3 – Balanço das Políticas e Projetos desenvolvidos na Amazônia no período do Estado Novo (1937-1945) e Regime Militar (1964-1985)

Política	Quem ganhou	Quem perdeu	Prejuízos (o que perderam)	Perdedores permanentes: povo brasileiro, seus recursos e meio ambiente.
Surto da borracha	Indústrias de automóvel e de artefatos de borracha (estrangeiras)	Seringueiros, Seringalistas, Casas aviadoras	Perda de capital nas negociações. Os seringueiros perderam cidadania	
Construção de rodovias	Firmas de construção rodoviária	Colonos, posseiros e índios	Perda de terras - expropriação, Sobreposição, demarcação. Perda de recursos naturais (florestais)	
Projetos de colonização	Grileiros, grandes latifundiários, empresas de colonização	Seringueiros, posseiros, colonos, ribeirinhos, índios	Conflitos territoriais.	
Projetos agropecuários	Grandes empresas do Sudeste e Nordeste e transnacionais	Peões, posseiros, índios e pequenos proprietários	Perda de cidadania e exploração. Expropriação. Perda de recursos naturais (florestais). Perda nos aspectos culturais	
Projetos hidroelétricos	Multinacionais do alumínio e grandes firmas de construção civil	Índios, Colonos, Peões Ribeirinhos	Expropriação de terras. Perda nos aspectos culturais. Perda de recursos naturais (florestais)	
Projetos siderúrgicos	Grandes siderúrgicas estrangeiras, carvoeiros e guseiros	Posseiros, pequenos proprietários e índios	Expropriação de terras. Perda nos aspectos culturais. Perda de recursos naturais (florestais e minerais)	
Projetos madeireiros	Grandes madeireiras transnacionais e serrarias vindas do Sudeste e Sul	Seringueiros, Castanheiros, Índios e Colonos	Expropriação de terras. Perda nos aspectos culturais. Perda de recursos naturais (florestais)	
Projetos industriais	Grandes indústrias nacionais e internacionais	Pequenas indústrias locais	Perda nos aspectos culturais. Perda de recursos naturais (florestais)	

Fonte: Valverde (1990).

Nota: Organizado pelo Autor.

O Quadro 3 resume a lógica de exploração na região amazônica nos períodos analisados. Entre os perdedores, Valverde (1990) aponta as populações rurais e tradicionais. De forma genérica pode-se destacar os seguintes processos: a) Expropriação de terras, seja pela grilagem, seja pela imposição ou força fazendo os moradores locais irem para lugares mais distantes; b) Perda de características culturais em função da diminuição das terras, ou mesmo migração para os núcleos urbanos; c) Perda de qualidade de vida, devido à dificuldade econômica das comunidades tradicionais pela queda do valor dos produtos extrativistas, e da falta de apoio às comunidades rurais; e d) Perda de recursos naturais, ocasionado por grandes projetos agropecuários, minerais, hidrelétricos e industriais.

A partir do ano de 1985, o país inicia outra fase política, com a redemocratização. Tem fim a ditadura militar, mas suas ações sobre o território continuaram presentes. Na sequência delineiam-se as principais características desta nova fase, que se estende até a atualidade.

2.2 DIRETRIZES DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO NA AMAZÔNIA LEGAL

Ainda no início da década de 1980 a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) se transforma nas três esferas governamentais: federal, estadual e municipal. Através da Lei 6.938 (BRASIL, 1981) novos instrumentos de gestão são colocados para o planejamento territorial.

De acordo com (BATISTELA, 2007, p. 64 e 65):

Essa política vinha ao encontro de três aspectos daquele momento histórico: I - a sociedade pesava o resultado dos impactos ambientais das grandes obras das décadas anteriores; II - com o alvorecer da abertura política, havia a necessidade de canais para a participação da sociedade nas decisões do governo; III - pressão internacional dos organismos de financiamento, sobre os países em desenvolvimento, para considerarem a variável ambiental em seus projetos.

Nessa direção, a PNMA estabeleceu objetivos, critérios e diretrizes em todo território nacional, tanto para o poder público quanto para a sociedade. Entre os instrumentos criados podemos destacar:

- I - o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;
- II - o zoneamento ambiental;
- III - a avaliação de impactos ambientais;

- IV - o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;
- V - os incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental;
- VI - a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas (BRASIL, 1981, Art. 9º).

Para a questão da Amazônia, já no período de redemocratização, é lançado em 1988 o Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal, denominado Programa Nossa Natureza. Sua finalidade era a de estabelecer condições para a utilização e a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis na região. Para isso foram traçados alguns objetivos:

- I - conter a ação predatória do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis;
- II - estruturar o sistema de proteção ambiental;
- III - desenvolver o processo de educação ambiental e de conscientização pública para a conservação do meio ambiente;
- IV - disciplinar a ocupação e a exploração racionais da Amazônia Legal, fundamentadas no ordenamento territorial;
- V - regenerar o complexo de ecossistemas afetados pela ação antrópica; e
- VI - proteger as comunidades indígenas e as populações envolvidas no processo de extrativismo (BRASIL, 1988, Art. 2º).

Posteriormente, logo após a virada do milênio, em 2002, é estabelecido critérios para o “novo” instrumento de gestão territorial, através do Decreto nº 4.297 (BRASIL, 2002a): o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). Com essa ferramenta foi possível avançar em direção a políticas integradoras e mais próximas da realidade territorial, incluindo nestes seus moradores.

Nessa direção, Queiroz et al (2016) salienta:

O Zoneamento Ecológico Econômico como orientador de uma gestão integradora de intervenção e de planejamento das políticas públicas [...] passa a englobar elementos que permitam qualificar as ações de desenvolvimento para atender a desejada sustentabilidade desses processos, nessa perspectiva, a territorialização das políticas de promoção de desenvolvimento rural deve ter um caráter endógeno, na medida em que leva em consideração a identidade econômica, social e ambiental do território no processo de desenvolvimento, portanto, deve ser o de contribuir para racionalização da utilização e gestão do território, minorando as ações de devastação e indicando as atividades mais adaptadas às particularidades de cada região (p. 5).

O ZEE deveria, portanto, aprimorar planos, programas e projetos desenvolvidos em determinado território, aprimorando a gestão de acordo com suas

particularidades e com ampla discussão com as comunidades envolvidas. Apesar do caráter integrador deste instrumento, Freitas (2005) aponta que ainda existe um longo caminho a percorrer, pois nem sempre a perspectiva federal de desenvolvimento regional e os interesses dos estados e dos municípios estão em consenso. Isso pode trazer interpretações diferenciadas para uma mesma área, abrindo um componente político e brechas para o grande capital penetrar sobre os diferentes territórios.

A ferramenta de zoneamento tem, entretanto, papel importante para o delineamento das políticas territoriais da atualidade, sobretudo na Amazônia, apontando diretrizes para disciplinar a ocupação e a exploração racionais da região (GUTBERLET, 2002). O zoneamento na Amazônia Legal e nos estados que compõem a região, foi articulado pela Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico Econômico (CCZEE). Grandes áreas foram zoneadas fornecendo subsídios técnico-científicos para elaboração de planos de ordenamento territorial. Das potencialidades, especificidades e prioridades expostas pelo Zoneamento nos estados, foi possível estabelecer diretrizes para o Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) da Amazônia Legal, pelo decreto federal nº 7.378/2010 (BRASIL, 2010a)

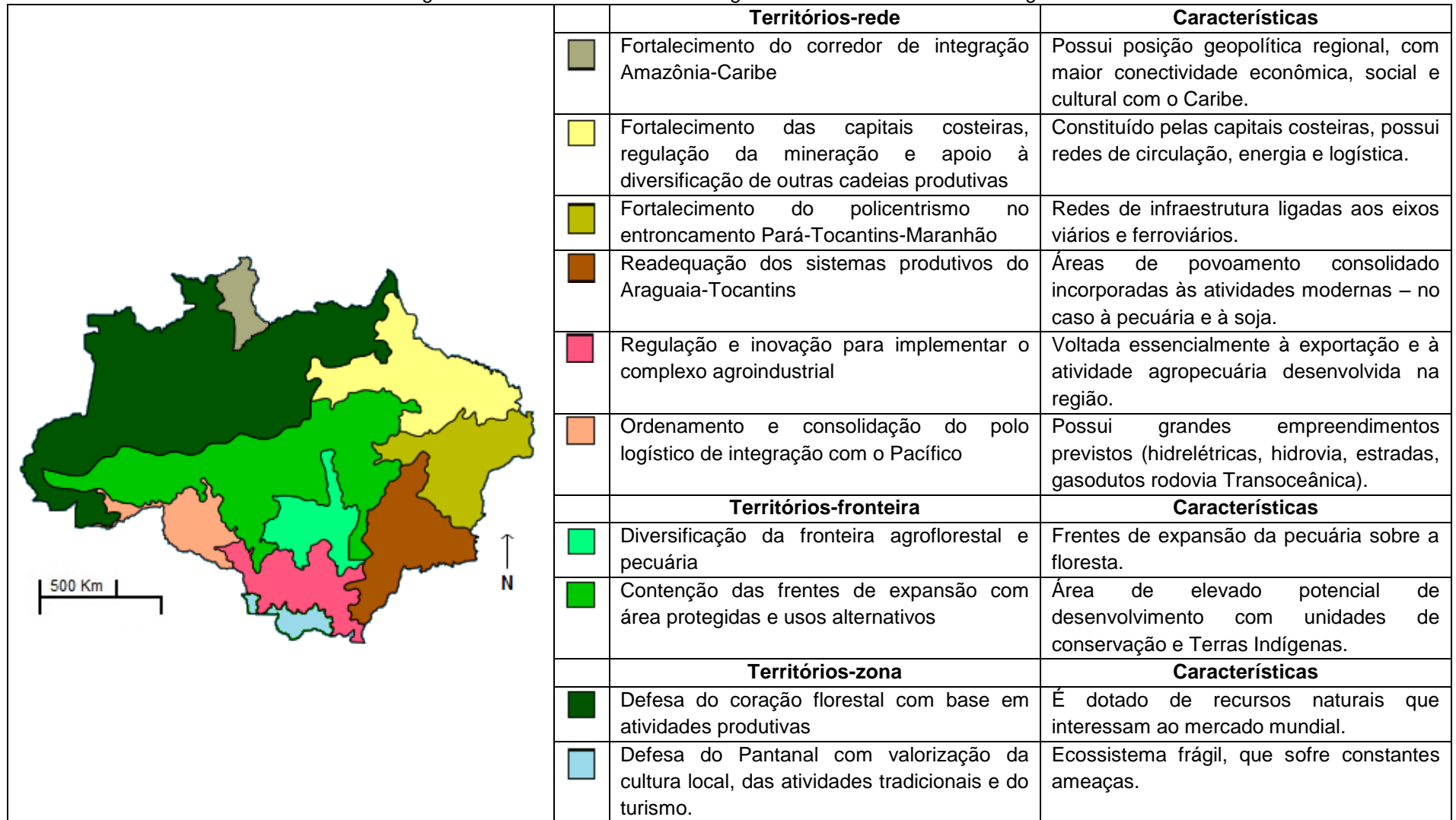
O MacroZEE da Amazônia, segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), tem a função de:

[...] proporcionar uma visão integrada da realidade socioambiental, econômica e territorial da região, capaz de oferecer um conjunto de estratégias e recomendações voltadas para ampliar a sustentabilidade das políticas, programas e projetos de desenvolvimento em curso na Amazônia, que considere as diversas experiências de planejamento e ordenamento territorial já existentes [...] subsidiar estratégias de desenvolvimento regional e nacional, visando a compatibilização entre interesses econômicos e a melhoria da qualidade de vida das populações, com conservação e administração responsáveis dos recursos naturais, a partir do conceito de sustentabilidade (BRASIL, 2010b, p.16).

Nesse zoneamento se estabeleceram três categorias territoriais, a saber: a) Território-rede, que correspondente às áreas de povoamento consolidado, com características relacionadas por dinâmica de redes, e ainda com território espacialmente descontínuo, com extrema mobilidade, com fluxos e conexões suscetíveis de sobreposições; b) Território-zona, que possui predominância de ecossistemas ainda preservados, os limites tendem a ser demarcados e os grupos

encontram-se significativamente enraizados; c) Território fronteira, que se constitui de franjas de penetração com diferentes estágios de ocupação da terra, na direção dos ecossistemas circundantes e nos limites dos territórios-rede (BRASIL, 2010a). A partir dessa perspectiva foram identificadas dez Unidades Territoriais (UT) para a Amazônia Legal (Figura 5).

Figura 5 – Macrozoneamento Ecológico Econômico da Amazônia Legal



Fonte: Brasil (2010a); SIAGEO (2019).

Nota: Organizado pelo Autor.

As características das unidades territoriais são diversificadas, como observado, sempre levando em consideração, as particularidades e potencialidade. Entre as particularidades destaca-se a diversidade de populações locais – tradicionais, rurais, entre outras. Com relação às potencialidades destaca-se a riqueza dos recursos naturais. Como forma de unir sustentavelmente ambos, estratégias foram criadas.

As unidades territoriais, bem como as estratégias gerais para o MacroZEE na região amazônica seguem duas perspectivas. A primeira se relaciona à conservação dos recursos naturais e ao desenvolvimento das populações locais de forma sustentável - ambientalmente, economicamente e socialmente. A segunda se direciona aos eixos de integração regional, nacional e internacional alinhados a uma economia de mercado externo. Portanto, não se rompe, necessariamente, com os grandes empreendimentos capitalistas, que por estarem alinhados à noção de desenvolvimento sustentável, favorecem a mercantilização, exploração da natureza e os serviços ambientais, consolidando, em muitos casos, novas desigualdades (MADEIRA, 2014).

Assim, concordamos com Becker (2005), a qual salienta que a Amazônia não pode se situar mais como mera fronteira de expansão de forças exógenas nacionais ou internacionais. Trata-se de uma região com estrutura produtiva própria, com múltiplos territórios e atores.

A região apresenta heterogeneidade de grupos sociais e etnias, caracterizados como populações tradicionais, constituídas por seringueiros, índios, castanheiros, roceiros, pescadores e ribeirinhos, que integram um contingente populacional importante, que conseguiu usar a floresta sem lhe causar grandes prejuízos. Entretanto, com as migrações das últimas décadas, essas populações vêm perdendo espaço e recursos naturais, o que em muito tem inviabilizado sua reprodução social (OLIVEIRA, 2012, p. 22).

Na Amazônia do século XXI, os lugares possuem tempos diferenciados e organizações espaciais diversas. Analisamos esta questão de forma mais detalhada na sequência, aprofundando a análise para o estado do Acre.

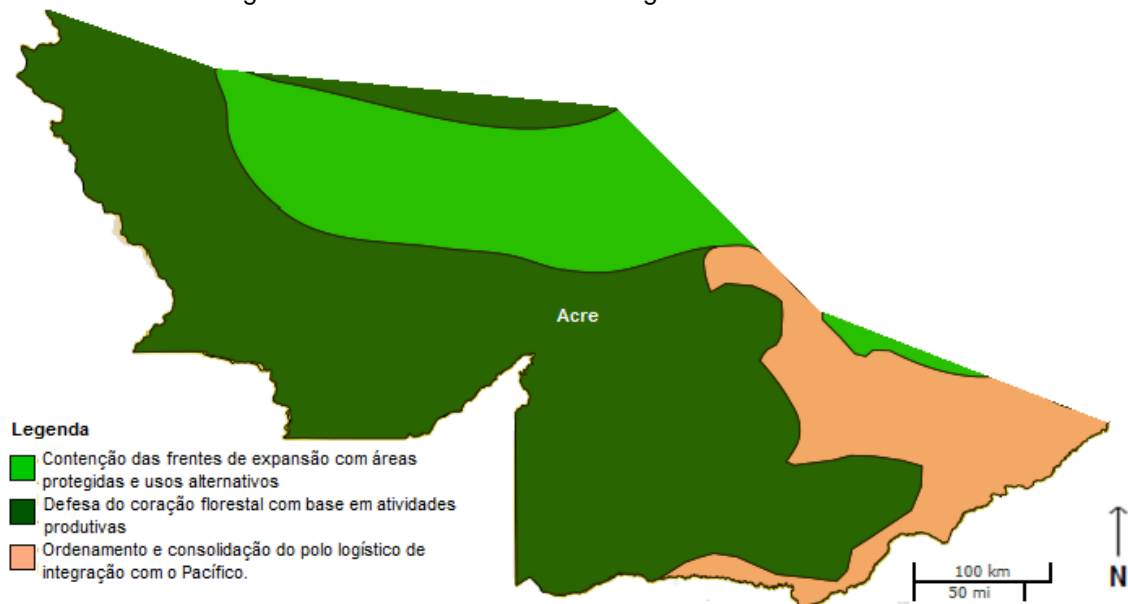
2.2.1 As estratégias políticas para as unidades territoriais do Acre

O estado do Acre faz parte da chamada Amazônia Sul Ocidental, localizado na parte mais ocidental do território brasileiro. Situado entre as latitudes de –

7°06'56" N e – 11°08'41" S e as longitudes de 68°42'59" W e 73° 48'05" W, com uma área de 164.221,36 Km² (ACRE, 2006), o Acre tem o Peru e a Bolívia como fronteiras internacionais e os estados do Amazonas e Rondônia como fronteiras nacionais.

O território do estado do Acre incorpora parte de três das unidades territoriais do MacroZEE da Amazônia Legal (Figura 6). Na categoria Territórios-rede está inserido na unidade 'Ordenamento e consolidação do polo logístico de integração com o Pacífico'; na categoria Territórios-fronteira está inserido na unidade 'Contenção das frentes de expansão com áreas protegidas e usos alternativos'; e na categoria Territórios-zona, faz parte da unidade 'Defesa do coração florestal com base em atividades produtivas'.

Figura 6 – Macrozoneamento Ecológico Econômico do Acre



Fonte: Brasil (2010a); SIAGEO (2019).

Nota: Organizado pelo Autor.

A unidade territorial 'Ordenamento e consolidação do polo logístico de integração com o Pacífico', segundo Brasil (2010b), possui forte presença de agricultores familiares, de povos e comunidades tradicionais e de povos indígenas com produção agrícola e agroextrativista. Ela é fortemente afetada pela expansão da exploração madeireira e da pecuária no eixo da rodovia BR-317, no leste do estado Acre. As estratégias previstas para ela são: a) ampliar e complementar as políticas de fomento à agricultura familiar em bases agroecológica e agroextrativista; b) estabelecer políticas de recuperação ambiental; c) criar condições para implantação

dos grandes empreendimentos logísticos com respeito ao ambiente; d) viabilizar o escoamento competitivo da produção e o turismo (BRASIL, 2010b).

A unidade territorial ‘Contenção das frentes de expansão com área protegidas e usos alternativos’ possui baixa densidade demográfica com boa presença de vegetação nativa (BRASIL, 2010b). Todavia, de acordo com Arana e Vagula (2016), há atualmente um aumento da devastação da floresta pelo avanço das plantações de soja, embora a principal atividade econômica seja a pecuária. As estratégias previstas para ela são: a) fomento de sistemas agroflorestais para recuperação de áreas degradadas e fortalecimento dos produtores familiares; b) promoção de práticas florestais sustentáveis com emprego e renda - fortalecimento de grupos e comunidades tradicionais; c) planos de manejo e das concessões de Florestas Nacionais; d) manejo florestal empresarial e comunitário de uso múltiplo; e) desenvolvimento de atividade turística; f) zoneamento para disciplinar o avanço da cultura da soja.

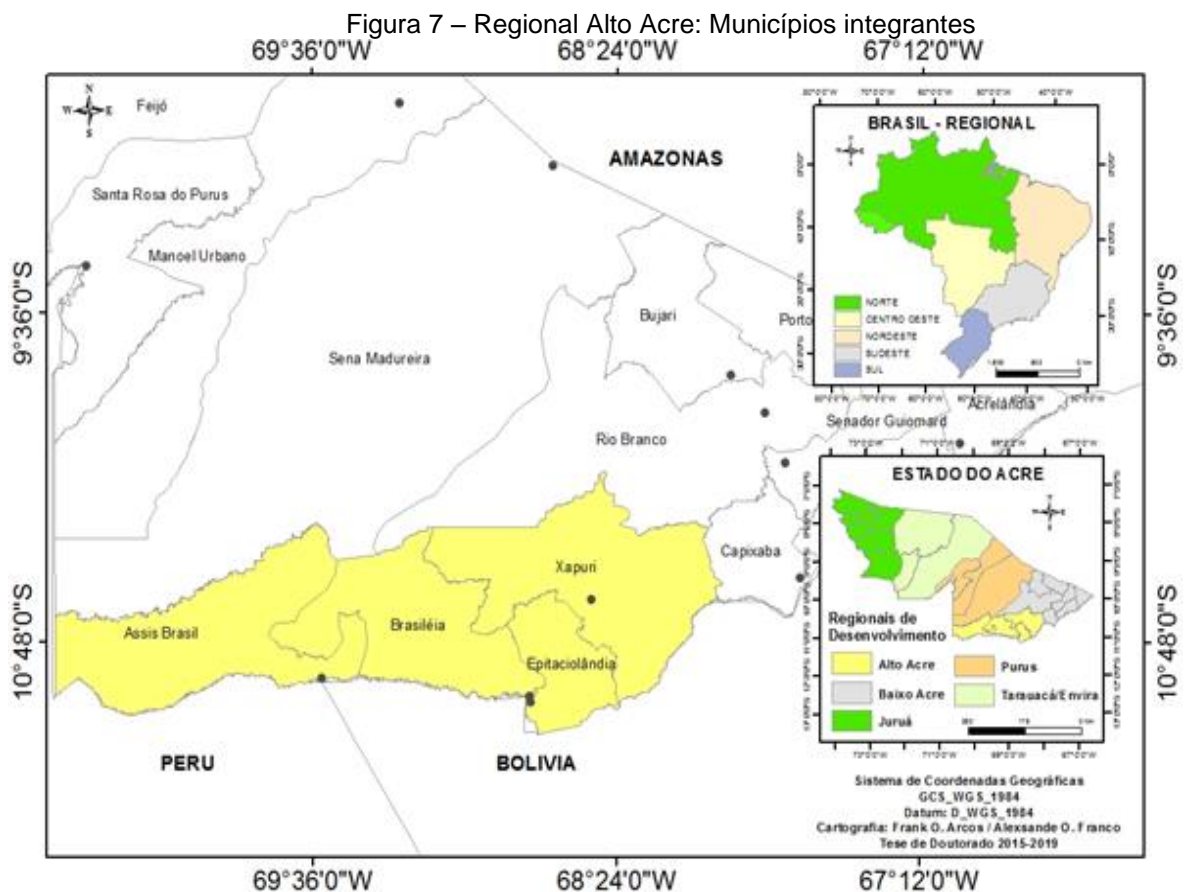
A unidade territorial “Defesa do coração florestal com base em atividades produtivas” apresenta vastas áreas de floresta ombrófila densa e aberta, com alto grau de preservação. Entre suas características estão a baixa densidade demográfica, a ausência de escala de produção e a pouca organização política. Essas são “decorrentes, em grande parte, do seu isolamento e de sua consequente não incorporação às fronteiras de ocupação” (BRASIL, 2010b, p. 129). Para esta unidade as estratégias estão atreladas: a) à utilização dos recursos naturais de forma que incorporem o saber secular das populações locais; b) à produção extrativista com técnicas modernas; c) à gestão das águas, à exploração de minérios e madeira, e ao uso da biodiversidade; d) a criação de vilas agroindustriais ao redor das cidades com produção familiar e fornecimento de alimentos; e) à certificação de origem para os produtos madeireiros e não madeireiros; f) ao fortalecimento da gestão comunitária, organização e comercialização da produção - cadeias produtivas produzidas na Amazônia; g) a pactuação e inserção de povos indígenas em estudos sobre a atividade em suas terras.

Observa-se, portanto, uma grande diversidade socioambiental no estado, o que leva a um amplo desdobramento em termos de estratégias de gestão territorial. Buscando aprofundar a presente investigação, se estabelecem recortes temáticos e espaciais. Volta-se, assim, a apresentação e análise dos modelos de gestão territorial de povoamento na Regional Alto Acre.

2.2.2 Os modelos de gestão territorial no Alto Acre

No estado do Acre, a dinâmica territorial não se desenvolveu de forma homogênea, se estabelecendo intensas diferenciações internas. A mesorregião que sofreu maior dinâmica em termos de ações estatais e privadas foi à mesorregião Vale do Purus ou Vale do Acre. Suas microrregiões - Sena Madureira, Baixo Acre e Alto Acre - por possuírem melhor acesso via terrestre, permitiram maior intervenção em termos de políticas de povoamento.

A microrregião Alto Acre (Figura 7), escolhida para o aprofundamento da análise, compreende os municípios de Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia e Xapuri. Esses municípios foram criados em períodos diferentes sendo o primeiro Xapuri em 1912, em seguida Brasiléia em 1938, Assis Brasil em 1963 e Epitaciolândia no ano de 1992.



Fonte: Acre (2006).

Nota: Organizado pelo Autor.

Com relação à dinâmica desta região, destaca-se a importância da BR 317 por facilitar o acesso e o escoamento da produção. Cabe ressaltar, entretanto, que

seus benefícios são proporcionais aos impactos negativos. Com as obras estruturais, regiões inteiras - com seus rios e populações - foram entregues a grandes empresas em nome de um desenvolvimento cujos custos e benefícios ainda não foram corretamente mensurados (VAINER, 2007).

A BR 317, também conhecida como Estrada do Pacífico, corta parte do estado no sentido norte/sul. Ela passa pela região do Baixo Acre, onde se encontra uma agropecuária bem difundida, e pela região do Alto Acre, que possui muitas populações tradicionais e comunidades rurais.

Os povos e comunidades tradicionais:

Apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivado de conhecimentos patrimoniais e, normalmente, de base sustentável [...] Em geral ocupam a região há muito tempo e não têm registro legal da propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de utilização comunitária, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente (ARRUDA, 1999, p.79-80).

Por comunidades rurais se entende, em um contexto geral, aquelas que vivem no campo e desenvolvem atividades a este relacionadas. Dentre deste espectro existe um vasto leque de possibilidades. Neste estudo, atenção especial é dada aos agricultores rurais de base familiar.

As populações tradicionais e comunidades rurais junto a outros atores sociais e a dinâmica de transformações em curso na região interferem nas formas de ocupação e uso do solo.

Para Machado, Ribeiro e Monteiro (2014):

Neste início da segunda década do século XXI novos eventos estão ocorrendo nessa região do extremo sudoeste amazônico, com destaque para a inauguração da Rodovia Interoceânica que liga a Amazônia Ocidental ao litoral do Oceano Pacífico no Peru. A rodovia é parte de um projeto mais abrangente do governo brasileiro, com anuência (parcial) de seus vizinhos, de conectar o Brasil aos portos do Pacífico (p. 16).

Na regional Alto Acre, um aspecto que merece destaque são as cidades-gêmeas Cobija (Bolívia) e Epitaciolândia/Basiléia (Brasil) e a tríplice fronteira formada pelas cidades de Assis Brasil (Brasil), Iñapari (Peru) e Bolpebra (Bolívia). De acordo com Machado, Ribeiro e Monteiro (2014), de ambos os lados da fronteira é forte a presença de capital que exploram o acesso aos mercados, à existência de

infraestrutura de transportes, os benefícios fiscais e as redes pré-existent. Desenvolve-se nesse local uma zona franca onde as trocas de mercadorias são incentivadas. Apesar de a área possuir pouco impacto econômico, pois não possui indústria ou um comércio forte, ela desempenha um papel geopolítico fundamental.

As atividades econômicas nos municípios que compõem a região do Alto Acre não são diversificadas, destacando-se o comércio em pequena escala, concentrado em núcleos urbanos; a indústria madeireira; a agricultura e a atividade pecuarista. Essa região passou historicamente por conflitos sociais, territoriais e ambientais decorrentes da expansão da fronteira agrícola (FRANCO, 2015).

As populações tradicionais foram espoliadas, sobretudo pela geopolítica dos projetos de infraestrutura, que impulsionaram o grande capital no local. Com relação às populações tradicionais, destacam-se nesta região os seringueiros, coletores, indígenas e ribeirinhos. Têm-se ainda os produtores rurais (agricultores, agrossilvicultores e horticultores).

Para essas populações foram empregados diferentes modelos de gestão territorial (Quadro 4).

Quadro 4 – Modelos de gestão territorial na Regional Alto Acre

(continua)

Quant.	Modelo	Nome	Denominação regional	Município	Gestão	Ano de Criação
1	Reserva Extrativista (RESEX)	Chico Mendes	Seringueiro tradicional ¹ e sob várias atividades ² , Coletor ³ , Ribeirinho ⁴ , Agricultor Rural/ Colono ⁵	Assis Brasil/ Brasiléia/ Xapuri/ Epitaciolândia	Federal - Instituto Chico Mendes (ICMBio)	1990
1	Estação Ecológica (ESEC)	Rio Acre	Não há moradores	Assis Brasil	Federal - (ICMBio)	1981
2	Terra indígena (TI)	Mamoadate/ Cabeceira do Rio Acre	Indígena, Cabloco ⁶	Assis Brasil	Federal – FUNAI	2004 1998
1	Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	Seringal Nova Esperança	Seringueiro sob várias atividades, Coletor, Colono/ Agricultor Rural,	Epitaciolândia	Particular	1999

Quadro 4 – Modelos de gestão territorial na Regional Alto Acre

(Conclusão)

6	Projetos de Assentamento (PA)	Paraguassu/ Três meninas/ Pão de Açúcar/ Princesa/ Fortaleza/ Tupã	Colonos/ Agricultor Rural	Assis Brasil/ Brasiléia/ Xapuri	Federal – INCRA	2004 1999 1999 2004 2001
1	Projeto de Assentamento Dirigido (PAD)	Quixadá	Colonos/ Agricultor Rural	Brasiléia	Federal – INCRA	1981
4	Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE)	Santa Quitéria/ Chico Mendes/ Porto Rico/ Equador	Seringueiros sob várias atividades, Colono/ Agricultor Rural, Coletor.	Epitaciolândia/ Brasiléia	Federal – INCRA	1988 1991 1991 2001
4	Polos Agroflorestais (PE)	Brasiléia/ Epitaciolândia/ Xapuri I/ Xapuri II	Horticultor', Colono/ Agricultor Rural, Agrossilvicultor ⁸ .	Brasiléia/ Epitaciolândia/ Xapuri	Estadual	2001 2001 2002 2002

Fonte: Adaptado de INCRA, 2015.

Nota: (1) Sujeito que tradicionalmente explora basicamente o látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*) para sobreviver; (2) Sujeito que diversifica suas atividades econômicas para compor sua renda explorando desde o látex da seringueira, até a produção agrícola; (3) Sujeitos que Coletam da floresta diferentes recursos naturais, sobretudo a castanha; (4) Sujeitos que vivem a margem dos rios da região e possuem estreita relação com os mesmos; (5) conhecido regionalmente como colono, é um agricultor rural familiar que produz lavoura de subsistência, cria pequenos e médios animais para consumo, possui pecuária de subsistência; (6) Denominação regional para o indígena mestiço; (7) desenvolvem atividade relacionada à produção de hortas, pousas de frutas, criação de pequenos animais. (8) Indivíduos que desenvolvem atividades com sistemas agroflorestais, agricultura de subsistência e pequenos animais;

Observa-se pelo Quadro 4 uma diversidade de modelos de gestão territorial na Regional Alto Acre, desde Terras Indígenas, passando por Assentamentos Rurais, até Unidades de Conservação. Do mesmo modo encontra-se diversidade de comunidades populacionais: índios, agricultores, seringueiros, coletores entre outros, muitos inclusive não previstos no interior das áreas. Em Epitaciolândia, por exemplo, tem-se Área de Relevante Interesse Ecológico, parte de Reserva Extrativista, Projeto de Assentamento Agroextrativista e Polo Agroflorestal. Nesse bojo a complexidade se apresenta nas características naturais, na variabilidade dos sujeitos e nas diferentes entidades gerenciadoras.

Entender e analisar os modelos de gestão territorial, suas nuances e sua relação com as populações tradicionais e rurais é relevante para a construção de políticas públicas mais adequadas. Para isso é preciso uma melhor compreensão de

como as comunidades interagem em seus respectivos locais, bem como a influência dos modelos de gestão implantados nas transformações de seus modos de vida.

Para aprofundar as investigações na Regional Alto Acre foi selecionado um município que apresentasse variabilidade em termos de modelos de gestão territorial. Para tanto, optou-se por Epitaciolândia. No próximo capítulo é apresentada uma caracterização do município escolhido, bem como dos quatro modelos de gestão nele selecionados. Também são detalhados os procedimentos utilizados na pesquisa de campo.

CAPÍTULO 3

A GESTÃO TERRITORIAL NO SISTEMA EPITACIOLÂNDIA/AC: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

“os modelos de gestão fazem parte da vida de todos, seja direta ou indiretamente, pois dependemos dessas áreas para a proteção da natureza ou mesmo comer um alimento produzido nelas”. (o autor)

Buscando aprofundar as investigações sobre as formas de gestão territorial em um contexto sistêmico na Amazônia, selecionou-se como estudo de caso o município acreano de Epitaciolândia em virtude da grande diferenciação de modelos de gestão nele encontrados.

Desta forma, apresenta-se a seguir as dinâmicas têmporo-espaciais e uma breve caracterização dos subsistemas ecológicos, econômicos, socioculturais e políticos-administrativos do município escolhido, bem como dos quatro modelos de gestão territorial selecionados. Trata-se de duas Unidades de Conservação - UCs (Reserva Extrativista Chico Mendes e Área de Relevante Interesse Ecológico) e dois Assentamentos Rurais (Assentamento Agroextrativista Porto Rico e Polo Agroflorestal Epitaciolândia),

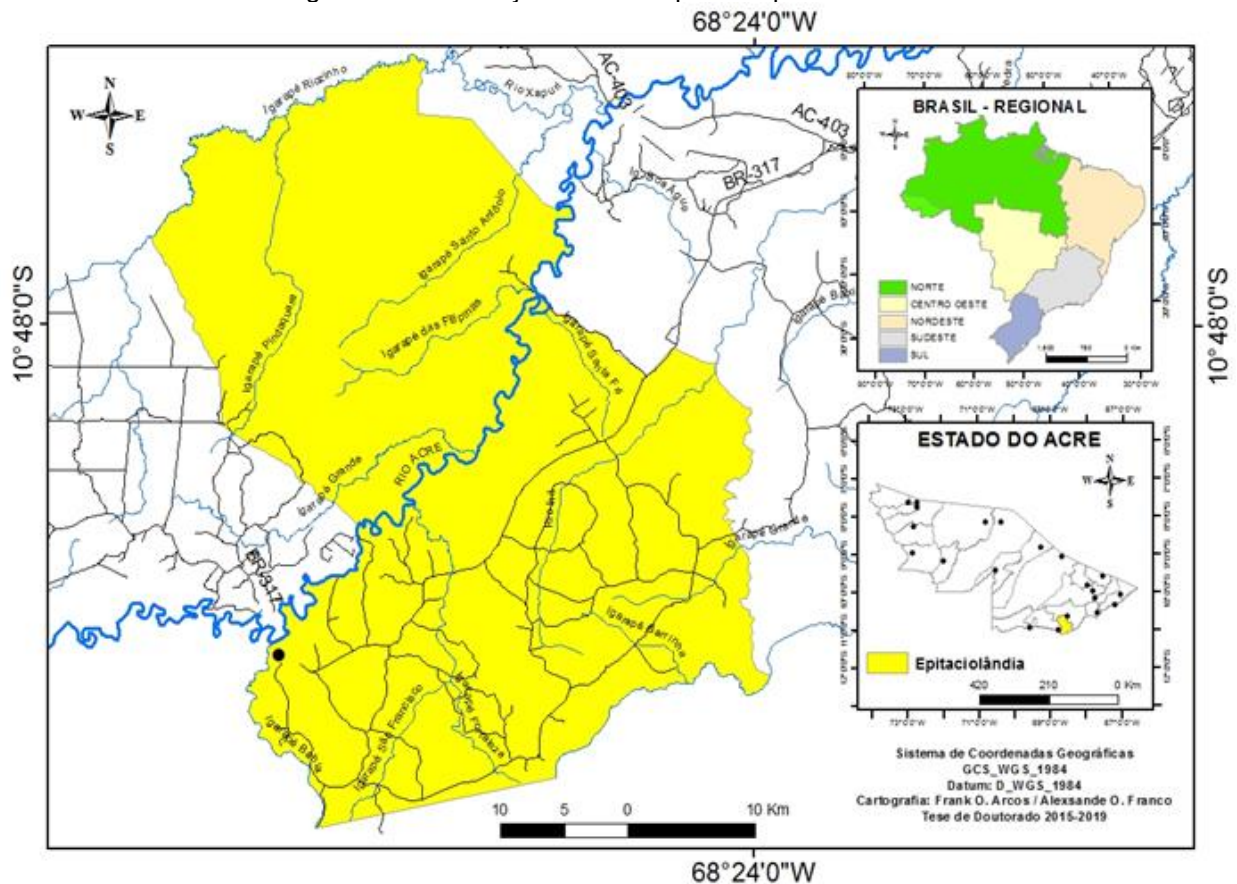
Também é apresentada a metodologia utilizada para aproximação da realidade em estudo. São detalhados os procedimentos utilizados na pesquisa de campo para apreensão de dados secundários e primários. Destaque se dá às entrevistas semiestruturadas desenvolvidas junto aos sujeitos e atores do processo de gestão territorial.

3.1 O MUNICÍPIO DE EPITACIOLÂNDIA COMO ESTUDO DE CASO

Dentro de uma perspectiva têmporo-espacial encontra-se o município de Epitaciolândia que foi criado pela Lei Estadual nº 1.026 em 28 de Abril de 1992 através do desmembramento territorial do município de Brasiléia, no entanto, somente em 1º de janeiro do ano 1993 ocorreu sua emancipação política. Ele possui área de 1.654,768 km² (IBGE, 2015b) e encontra-se na Regional Alto Acre. Está

localizado (Figura 8) entre as coordenadas geográficas 11° 01' 01" latitude sul e 68° 44' 43" de longitude a oeste de Greenwich (ACRE, 2010). Sua fronteira ao norte e leste é com o município de Xapuri, a oeste com o município de Brasiléia e ao sul com a Bolívia.

Figura 8 – Localização do município de Epitaciolândia



Fonte: Acre (2006).

Nota: Organizado pelo Autor.

Epitaciolândia tem forte integração com a cidade de Brasiléia/Brasil e Cobija/Bolívia. O nome do município é uma homenagem ao Ex-Presidente da República Epitácio Pessoa. O município surgiu em torno de um vilarejo com comércios, igrejas, escolas e toda uma infraestrutura necessária para que fosse emancipado através de plebiscito.

O município de Epitaciolândia possui aproximadamente 42% de terras com uso definido, 54% de terras de domínio particular e aproximadamente 4% de uso indefinido (ACRE, 2009). O uso definido são as áreas relacionadas às unidades de conservação de uso direto como a Reserva Extrativista Chico Mendes (RECM), Área Relevante de Interesse Ecológico (ARIE) e projetos de assentamento. As áreas de

domínio particular possuem estabelecimentos agropecuários de diferentes tamanhos e formas de uso e ocupação. Já as de uso indefinido se encontram em litígio ou sem definição de prioridade para o ordenamento territorial.

A partir da compreensão da dinâmica têmporo-espacial, mencionada anteriormente, é relevante compreender também as multidimensionalidade - os subsistemas: socioculturais, político, ambientais/ ecológicos e econômicos.

Com relação ao subsistema sociocultural, o município de Epitaciolândia possui uma população estimada de 17.038 habitantes (IBGE, 2016). Tem ainda heterogeneidade e miscigenação, com destaque para pardos. Na população rural encontramos seringueiros, ribeirinhos, coletores, produtores rurais familiares, além de pecuaristas. A diversidade ocorre ainda no sagrado relacionado a religiosidade, nesse aspecto tem-se estimado mais de 45% são evangélicos, 38% católicos e 17% outros (IBGE, 2017). Essa perspectiva pode interferir na forma de observar e interagir com a natureza.

No subsistema Político-administrativo o município enfrenta alguns problemas relacionados à infraestrutura. Entre os quais: as vias de acesso do município possuem em média 11% pavimentadas e 21,4% de esgotamento sanitário (IBGE, 2017). Isso vai repercutir diretamente na vida das populações rurais (tradicional e produtores rurais) no que diz respeito aos ramais (escoamento de produção) e ainda em questões relacionadas à saúde dos residentes.

Outras questões relevantes são relacionadas à educação, pois o IDEB no ano de 2015 possui índice de 5,3 e 4,5 para os anos iniciais e finais , respectivamente, (IBGE, 2017). A educação é determinante para o conhecimento sobre seu espaço, território e região. Sobre suas particularidades, bem como a forma que observam a natureza. Esses fatores comprometem, sem dúvida, a qualidade de vida dos moradores do município. Isso contribuiu ainda para outros subsistemas.

Com relação aos subsistemas ecológicos o clima encontrado no município é o que influencia toda a região, ou seja, o equatorial quente e úmido com altas temperaturas e elevados índices pluviométricos. A temperatura média anual é de 25° C e a pluviometria varia entre 1773 e 1877 mm (ACRE, 2006). O local possui ainda duas estações bem definidas, uma chuvosa de novembro a abril, e outra mais seca - período de estiagem - de maio a outubro. O período de estiagem está sujeito a frentes frias, influenciado pela Massa Polar Atlântica. Com isso, as temperaturas

chegam a cerca de 12° C (ACRE, 2006). Os rios e os igarapés desempenham importante papel na fertilização e na consequente produção agrícola em suas margens, além de importante via de transporte na região. O principal curso d'água de Eptaciolândia é o rio Acre, que nasce no Peru e estabelece parte da fronteira do Brasil com o Peru e Bolívia. Seu curso é bastante sinuoso e possui águas brancas. É um afluente direto do rio Purus. O rio Acre atravessa o município de Eptaciolândia em toda a sua extensão na direção oeste-leste. O município recebe também influência da bacia do rio Madeira através de seus afluentes, rio Abunã e subafluentes como o rio Inã, Xipamano e os igarapés Baixinha, Grande e Coeba. (ACRE, 2006). Esse aspecto ambiental/ ecológico influencia no regime dos rios, igarapés (nas formas de ocupação da área), além da produção agrícola do local. São áreas culturalmente utilizadas por populações ribeirinhas, bem como, áreas de ocupação preferencial (ACRE, 2006).

Dentro da perspectiva do subsistema ecológico temos a distribuição dos solos e suas respectivas aptidões que são relevantes para tomada de decisão sobre o ordenamento territorial. Em Eptaciolândia o argissolo possui baixa ou média fertilidade natural e são bastante suscetíveis à erosão, por isso possuem aptidão para culturas perenes (frutíferas e florestais) e sistemas agroflorestais (ACRE, 2000). Tem-se ainda o latossolo os mais antigos da paisagem, e, em geral, pobres quimicamente, profundos e bem drenados. (ACRE, 2009).

A vegetação local possui, assim como em grande parte da Amazônia, grande diversidade. O município possui áreas de extrema importância para a conservação da natureza, sendo o destaque a Floresta Ombrófila Densa (ACRE, 2006). No entanto, é importante mencionar o aspecto antrópico relacionado à retirada da vegetação para o desenvolvimento de pastagens para a atividade da pecuária bovina.

No que diz respeito ao subsistema econômico, as atividades produtivas do município possuem certa diversificação, entre as quais se destacam: o comércio em pequena escala concentrado na área central do núcleo urbano, a indústria madeireira e moveleira, a agricultura de subsistência e atividade pecuarista (AMAC, 2016).

O Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do município de Eptaciolândia cresceu nos últimos anos “passando de 2.165.373 reais em 2011 para 3.622.951 reais em 2015” (ACRE, 2017, p. 138).

O poder público municipal, estadual e federal contribui com a maior parte da receita da economia local, o que demonstra a fragilidade econômica do município (Quadro 5). A dependência para com o poder público é notória no município o que dificulta sua sustentabilidade econômica. Se houvesse maiores investimentos na produção agrícola esse quadro poderia melhorar consideravelmente.

Quadro 5 – Receita econômica anual – Eпитaciolândia

Setor	Receita (R\$)	(%)
Agropecuária	37.766,00	0,16
Serviços	98.612,00	0,42
Indústria	12.040,00	0,05
Poder Público	23.509.494,51	99,37
Total	23.657.912,51	100,00

Fonte: IBGE (2015a).

O sistema de produção agrícola em Eпитaciolândia, assim como na região Alto Acre, é baseado tradicionalmente no corte e queima da vegetação:

No território do Alto Acre a agricultura de terra firme praticada pelos agricultores familiares e populações tradicionais é caracterizada pela derrubada e queima da floresta primária ou da vegetação secundária em processo de regeneração, seguido da diminuição do material lenhoso restante através de uma segunda queima, conhecida como coivara (ACRE, 2010, p. 77).

Essa dinâmica de uso da terra na Amazônia tem consequências ambientais como as elevadas taxas de desmatamento, além da perda da biodiversidade e da fertilidade do solo, o que leva ao abandono da área para abertura de novas²³ (FEARNSIDE, 2005).

Os principais produtos agrícolas de lavoura temporária produzidos no município são: cana-de açúcar²⁴, mandioca²⁵, melancia, abacaxi²⁶ e batata doce²⁷. Na lavoura permanente destacam-se: limão²⁸, laranja²⁹, tangerina³⁰, banana³¹ e mamão³² (Quadro 6).

²³ Agricultura itinerante

²⁴ *Saccharum officinarum*

²⁵ *Manihot esculenta*

²⁶ *Ananas comosus*

²⁷ *Ipomoea batatas*

²⁸ *Citrus limon.*

²⁹ *Citrus sinensis*

³⁰ *Citrus reticulata*

³¹ *Musa spp*

³² *Carica papaya*

Quadro 6 – Produção da lavoura temporária e permanente em Epitaciolândia

Lavoura temporária (/ha.)				
Cana-de-açúcar	Mandioca	Abacaxi	Melancia	Batata doce
32.000 kg	17.165 kg	16.000 kg	16.000 kg	6.800 kg
Lavoura permanente (/ha.)				
Limão	Laranja	Tangerina	Mamão	Banana
16.500 kg	16.000 kg	15.000 kg	11.500 kg	11.500 kg

Fonte: IBGE (2015a).

Nesse contexto econômico, ganha destaque o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Segundo dados de Acre (2013; 2017), no ano de 2011 foram beneficiados aproximadamente 3.300 consumidores e mais de 60 entidades totalizando mais de 540 mil reais, ao passo que, em 2015 foram beneficiados aproximadamente 3.300 consumidores e 136 produtores, com investimentos na ordem de 340 mil reais. Apesar da diferença de valores entre os anos de 2011 a 2015, demonstra a importância para os produtores rurais locais.

Com relação a pecuária (Quadro 7), principal atividade no município, o destaque são os bovinos, galináceos e peixes.

Quadro 7 – Produção animal em Epitaciolândia

Produção animal (em cabeças)		
Galinocultura	Aquicultura	Bovinocultura
290.342	234.112	93.198

Fonte: IBGE (2015a).

O conhecimento das características do meio físico, humano e ainda antrópicas é relevante para nortear o desenvolvimento e o gerenciamento do território.

Realizando uma rápida análise nas dinâmicas têmporo-espaciais e nas multidimensões (subsistemas socioculturais, político, ecológico e econômico) observam-se, nitidamente, funcionalidades e disfuncionalidades. Essa perspectiva é tratada no presente estudo de forma a descrever ou mensurar holisticamente o que funciona e não funciona.

Essa discussão é muito difundida nas ciências da saúde na área ligada a comportamento familiar. Nas ciências humanas é pouco discutida, pois a abordagem relacionada a (des)funcionalidades dos modelos de gestão territorial em Epitaciolândia (Unidades de Conservação e Assentamentos Rurais) é trazida para a análise sistêmica.

3.2 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OS ASSENTAMENTOS RURAIS SELECIONADOS

O ZEE, a partir de fatores físicos e humanos, estabelece as condições para a organização territorial, auxiliando na determinação de unidades de conservação, terras Indígenas, áreas compatíveis com agricultura, entre outros. Um dos problemas deste instrumento de gestão, todavia, é sua generalidade, ou seja, as zonas têm grandes dimensões, o que dificulta a particularidade das informações de áreas pequenas e médias.

Para suprir essa lacuna, buscam-se elaborar propostas de Ordenamento Territorial Local (OTL). Um OTL foi elaborado pelo poder público estadual em 2009. Nele foi designado para o município de Epitaciolândia quatro zonas de influência de produção (ACRE, 2009): a) Zona 1 – Agroextrativista; b) Zona 2 – Beija-Flôr – Agropecuária; c) Zona 3 - Esperança – Agropecuária; d) Zona 4 – Extrativista (Figura 9).

O estabelecimento dessas diferentes zonas permite estabelecer estratégias para o desenvolvimento do município levando em consideração suas potencialidades, a saber: coleta de produtos extrativistas, produção agrícola baseada na subsistência e difusão de agropecuária comercial.

A exploração de tais potencialidades se dá através de diferentes modelos de gestão territorial (Quadro 8). No caso de Epitaciolândia, há diversificadas tipologias destes: Unidades de Conservação de Uso Sustentável como as Reservas Extrativistas (RESEX) e Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), e ainda diferentes categorias de Assentamentos Rurais como Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE) e os Polos Agroflorestais (PA).

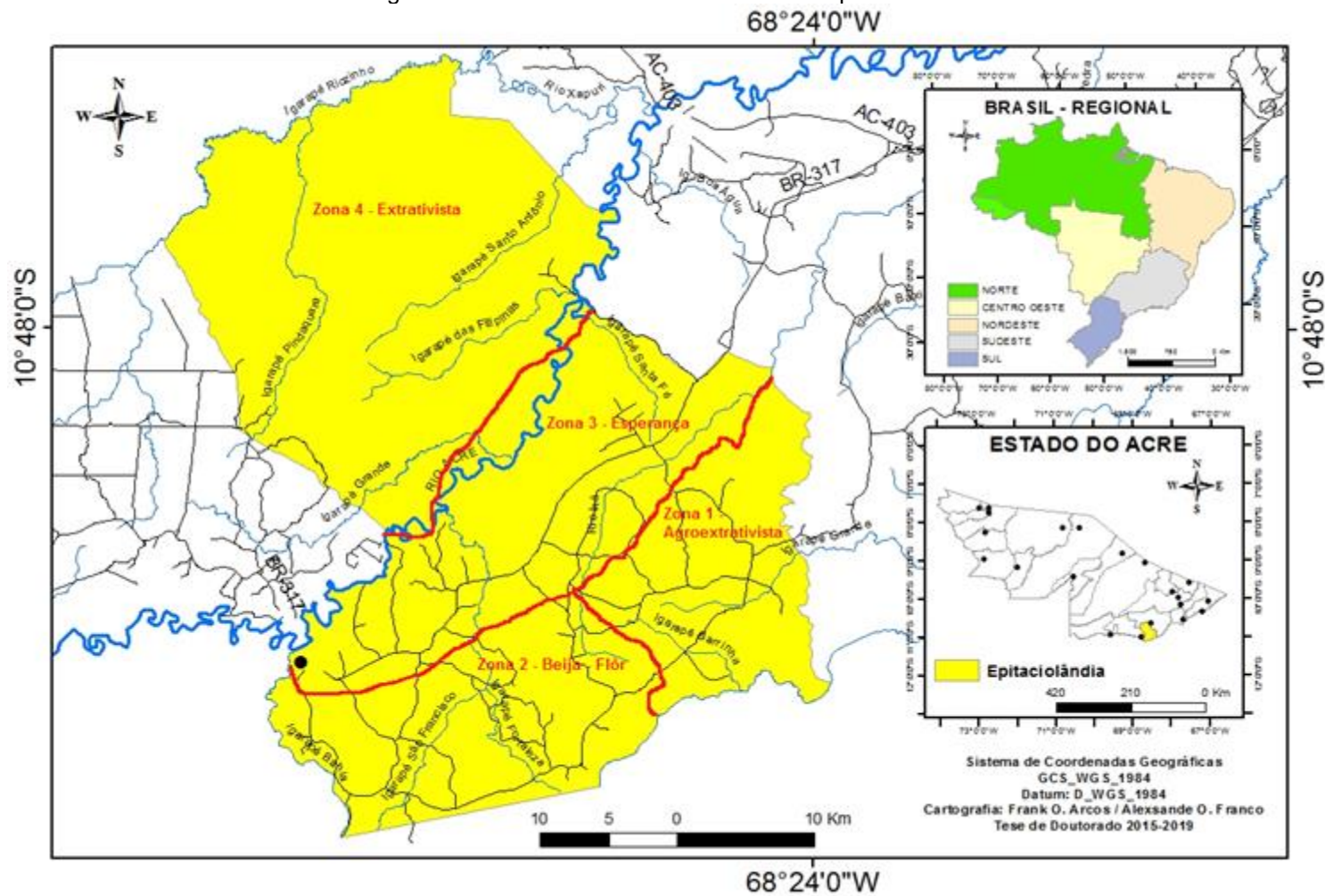
Quadro 8 – Modelos de gestão territorial segundo o zoneamento de Eptaciolândia

Zona	Zonas genéricas	Modelo de gestão	Ano de implantação	Situação fundiária	% da área municipal
Zona 1 – Agroextrativista	Zona de Produção Agroextrativista	PAE Porto Rico	1992*/ 1996**	Assentamento	4,75
		ARIE Nova Esperança	1999	UC Sustentável	1,55
Zona 2 – Beija Flor e Zona 3 – Esperança	Zona de Produção Agropecuária Sustentável	PA Eptaciolândia	2001	Assentamento	0,08
		Domínio Particular	1940***	Domínio Particular	54,01
		Criação de UC	2010	Arrecadada	0,05
		Cidade	1992	Urbana	0,27
Zona 4 - Extrativista	Zona de Produção Extrativista	RESEX Chico Mendes	1990	UC Sustentável	35,77
		Ribeirinha	****	Posseiros	3,52

Fonte: Adaptado de Acre (2009); IBGE (2015a)

Notas: PE – Polo Agroflorestal; UC – Unidade de Conservação; RESEX – Reserva Extrativista; PAE – Projeto de Assentamento Agroextrativista; ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico. * Criado em 1992 como assentamento extrativista; ** Redefinido, em 1996, como Assentamento Agroextrativista; *** Ocupação ocorrida principalmente após o fim dos seringais – estima-se a partir de década de 1940; **** Os rios foram às primeiras vias de acesso ao território – estima-se que a ocupação tenha ocorrido a partir do final do século XIX e ao longo do século XX.

Figura 9 – Ordenamento Territorial Local – Epitaciolândia



Fonte: Adaptado de Acre (2009).

Nota: Organizado pelo Autor.

As maiores áreas rurais do município são as em situação fundiária de domínio particular. Essas áreas se concentram em todas as zonas mencionadas, mas com destaque para as zonas 2 – Beija Flor e 3 – Esperança [genericamente também denominada de Zona de Produção Agropecuária Sustentável].

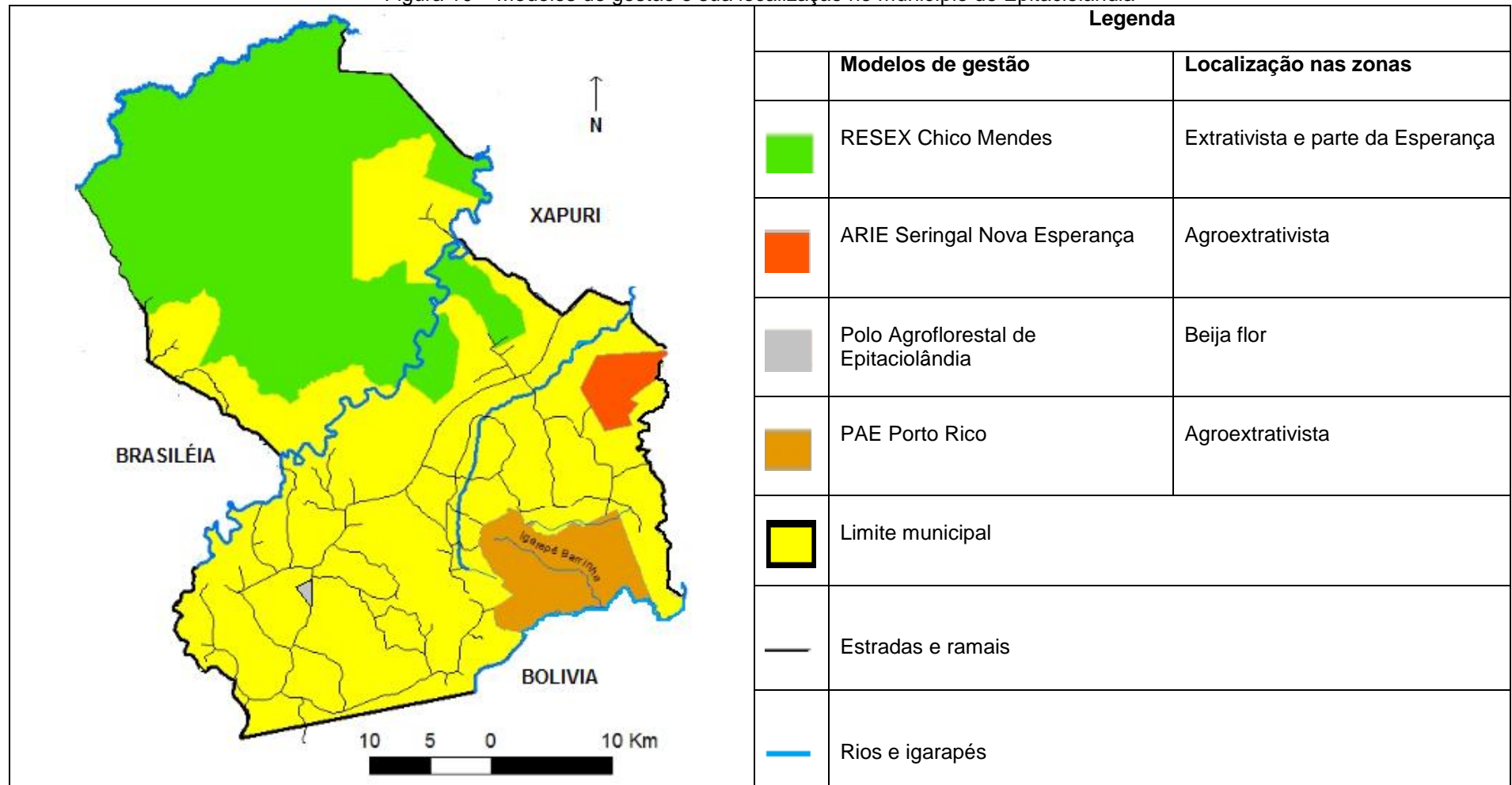
Em termos de modelos de gestão de povoamento o destaque são as de unidades de conservação sustentáveis, como a RESEX Chico Mendes e ARIE Nova Esperança, seguidas das áreas de assentamento, como a do PAE Porto Rico e a do PE Eptaciolândia. Os ribeirinhos, enquadrados como posseiro, também apresentam uma situação relevante no meio rural. A sede do município, diferentemente das demais áreas nele contidas, se classifica diferentemente como modelo de gestão urbano.

As unidades de conservação e os projetos de assentamento em Eptaciolândia foram criados entre os anos de 1990 a 2015, em função, sobretudo, das transformações ocorridas na região como a pavimentação da BR 317, a expansão de projetos agropecuários, a migração interna e externa, e ainda o desmatamento acentuado das florestas.

Diante da variedade de modelos de gestão encontrados em Eptaciolândia, para o presente estudo foram selecionados, através de amostragem intencional³³, quatro deles, sendo dois assentamentos rurais e duas unidades de conservação (Figura 10). Os assentamentos rurais escolhidos foram: a) PE de Eptaciolândia e b) PAE Porto Rico. As unidades de conservação selecionadas foram: c) ARIE Nova Esperança e d) RESEX Chico Mendes. Esses elementos da amostra são caracterizados na sequência.

³³ Modelos encontrados no município de Eptaciolândia.

Figura 10 – Modelos de gestão e sua localização no município de Epitaciolândia



Fonte: Adaptado de Acre (2009).

Nota: Organizado pelo Autor.

a) Projeto Estadual Polo Agroflorestal (PA) Eptaciolândia

Este assentamento foi criado em 26 de novembro de 2001 (INCRA, 2015). É denominado de PE³⁴ - Projeto Estadual -, embora seja classificado como PA (Polo Agroflorestal). Esse assentamento surgiu como uma política pública municipal. Em nível de estado do Acre os Polos Agroflorestais foram criados apenas em 2005, através do Decreto Estadual nº 1.693.

O Polo Agroflorestal Eptaciolândia possui capacidade para 9 famílias assentadas (INCRA, 2015). Possui área de 129,9535 hectares e corresponde a aproximadamente 0,08% do município (ACRE, 2009). É relevante afirmar que um fragmento florestal que integrava o PE encontra-se indicado como área para criação de unidade de conservação, ou seja, trata-se de uma base natural para a prática do extrativismo (ACRE, 2009).

b) Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Porto Rico

Esse assentamento foi criado em 11 de julho de 1991 com a denominação de Assentamento Extrativista Porto Rico, no entanto no ano de 1996 mudou para a categoria de Assentamento Agroextrativista (ACRE, 2006). A diferença entre ambos está na configuração do produto explorado, enquanto o primeiro se estrutura através da coleta de produtos da floresta, no segundo tem-se ainda o incremento de produtos agrários. A mudança de categoria ocorreu mediante pressões de movimentos sociais (SILVEIRA; WIGGERS, 2013) em função do preço baixo e mercado restrito para os produtos extrativistas. O intuito foi o de reorganizar a dinâmica econômica, introduzindo novos produtos e incorporando áreas alteradas à produção.

O assentamento é um projeto federal. A infraestrutura básica e a titulação são de responsabilidade do INCRA. O assentamento Porto Rico possui capacidade para 73 famílias, no entanto, nele encontra-se 74 famílias (INCRA, 2015). Seus moradores, originários de diferentes municípios do Acre, já se encontravam no local antes da implantação do projeto. Esse possui uma área de 7.856,6954 hectares, o que corresponde a aproximadamente 4,75% do município de Eptaciolândia (ACRE,

³⁴ Denominação estabelecida pelo governo do estado do Acre, apesar de ser um Polo Agroflorestal (PA).

2009). Os lotes não tem a mesma dimensão, existem áreas maiores e menores, essa distribuição de terra foi definida pelos próprios moradores.

Segundo Acre (2006):

A criação dos Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE) tem contribuído de forma primorosa para uma reforma agrária diferenciada na Amazônia, respeitando e resgatando a forma e o modelo de ocupação das populações tradicionais, introduzindo sistemas de manejo florestal e de recuperação de áreas alteradas. (p.111).

A área deste PAE possui grande importância para a conservação da biodiversidade. Todavia, segundo Acre (2009), o assentamento apesar de sua aptidão agroflorestal, vem intensificando a expansão de pastagens com a criação de gado.

c) Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Nova Esperança

Criada em 20 de agosto de 1999, a ARIE do Seringal Nova Esperança tem uma extensão de 2.576 hectares. Sua fitofisionomia é caracterizada por Floresta Ombrófila Densa e pertence à bacia do Rio Madeira (ACRE, 2010). Ela corresponde a aproximadamente 1,55% da área do município de Epitaciolândia (ACRE, 2009).

Essa área está no limite da zona prioritária para a conservação da biodiversidade e possui prioridade alta e muito alta segundo o Zoneamento Ecológico e Econômico (ACRE, 2009). Essa ARIE em sua criação:

Destaca em proteger exemplares raros da biota regional, em especial as espécies castanheira (*Bertholletia excelsa*) e Seringueira (*Hevea basiliensis*). Além disto, outro objetivo não explícito foi para resolver um conflito em uma área de maciço de castanha que era utilizada por extrativistas e posseiros da fazenda Nova Esperança, cujos embates com o proprietário da área se acirraram com o tempo (IBAMA, 2005 p. 3).

As ARIEs não requerem o domínio público, o que facilita sua criação, ou seja, não é necessária a desapropriação da área. A unidade aqui analisada foi criada em uma área particular da reserva legal da fazenda Nova Esperança, onde as pessoas desenvolviam atividade extrativista e agricultura de subsistência.

d) Reserva Extrativista Chico Mendes (RECM)

Criada pelo Decreto nº 99.144 de 12 de março de 1990 com uma área de 970.570 hectares, contava com um total de 48 seringais (SOUSA, 2012). Foi uma das primeiras unidades de conservação criadas no Brasil. A área possui atualmente 931.062 hectares³⁵ (COSTA, 2000; ACRE, 2010). A reserva abrangem os municípios de Assis Brasil, Brasiléia, Capixaba, Epitaciolândia, Rio Branco, Sena Madureira e Xapuri. Pelo tamanho da RECM, a área pesquisada foi referente ao município de Epitaciolândia.

A área da reserva que corresponde a Epitaciolândia é de 59.289 hectares, ou seja, apenas 6,34% do total da unidade (ISA, s/d). Ali se encontram os seringais Filipinas, Povir, Porongaba, Nova Esperança, Santa Fé e Rubicon. Com relação ao território do município, a RECM corresponde à aproximadamente 35% deste (ACRE, 2009).

Esta reserva recebeu o nome do líder seringueiro Francisco Alves Mendes Filho, mais conhecido como Chico Mendes. Ele é reconhecido mundialmente pela sua luta contra a derrubada da floresta e dos seringais nativos de toda a Amazônia.

A RECM foi criada para ser utilizado por populações extrativistas tradicionais, que viviam em seringais como posseiros, cuja subsistência se baseava no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. Todavia, segundo Sousa (2012):

Apesar dos avanços, a economia do extrativismo continua enfrentando limitações para melhorar as condições de vida de populações das Reservas Extrativistas. Isto tem influenciado muitos comunitários a decidir pelo abandono das atividades extrativistas tradicionais, como da borracha e da castanha, em uma tentativa de diversificar sua produção para manter e aumentar a renda familiar (p. 17).

Apesar de a RECM ser uma unidade de conservação de uso sustentável, as áreas desmatadas no seu interior estão aumentando gradativamente, principalmente para estabelecimento da atividade pecuária (ACRE, 2010). Para aumentar a renda familiar, muitos moradores praticam a pecuária bovina em pequena escala, o que tem contribuído para o desmatamento.

³⁵ De acordo com Costa et al. (1998) a diferença entre os valores estimados pode esta relacionado ao fato do IBAMA, por ocasião da segunda demarcação, ter excluído algumas áreas com uso do solo inadequados para as finalidades propostas de uma Reserva Extrativista, por exemplo pastagens, ou então por ter sido realizada a correção de algum marco referencial do primeiro memorial.

Para discutir e analisar a dinâmica territorial no interior de cada um destes modelos, bem como as práticas de seus moradores e gestores, torna-se necessário adentrar a esse universo. Os procedimentos utilizados para essa imersão são apresentados na sequência.

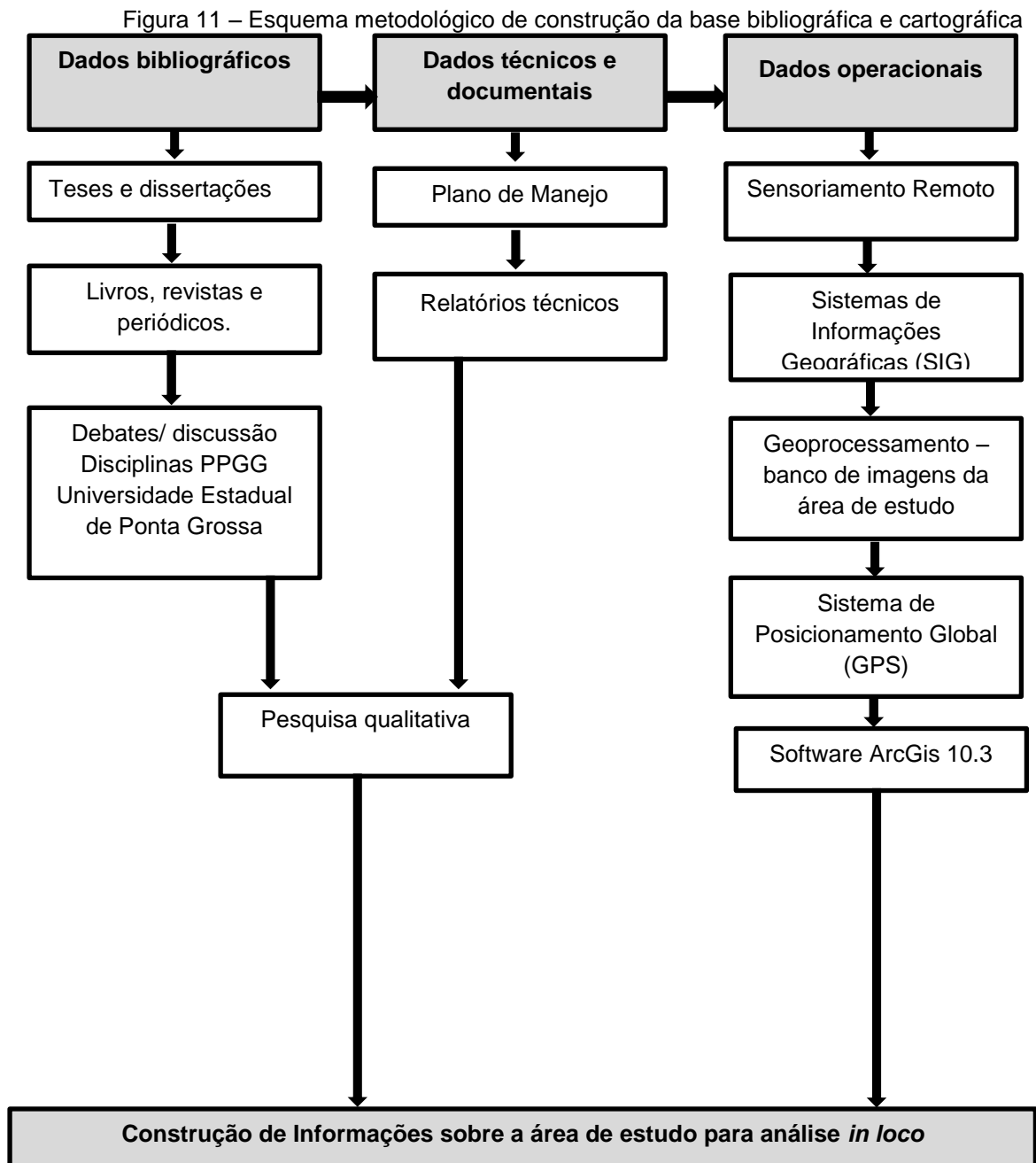
3.3 A APROXIMAÇÃO DA REALIDADE EM ESTUDO

A presente pesquisa apresenta uma base quanti-qualitativa, pois integra dados numéricos e não numéricos para a obtenção de uma análise mais profunda. Desta forma, aborda diferentes procedimentos metodológicos e operacionais. O ponto de partida foi a coleta de informações secundárias³⁶, com consulta à produção científica e técnica. Posteriormente se desenvolveu a coleta de informações primárias, com a execução do trabalho de campo propriamente dito.

3.3.1 O levantamento e a construção do material bibliográfico e cartográfico de apoio

Aqui são delineados os procedimentos relacionados, sobretudo, ao levantamento de informações indiretas e a construção de uma base de dados sobre a área em estudo, tanto bibliográficas como cartográficas (Figura 11). Essa fase, que antecedeu o trabalho de campo, visou potencializar o planejamento do levantamento dos dados primários.

³⁶ Para Lakatos e Marconi (1991), os dados de origem primária são advindos da aplicação de questionários e entrevistas contendo questões abertas e fechadas, já os dados secundários são históricos, documentos, livros, etc.



Fonte: O Autor.

A produção científica levantada correspondeu a livros, artigos de periódicos, teses, dissertações, entre outros. As disciplinas desenvolvidas junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) foram importantes no debate e construção dessa etapa em função do referencial nelas proposto. Através delas se teve o contato com obras que se relacionavam à abordagem sistêmica e à temática de investigação – território, gestão territorial, comunidades tradicionais e rurais, bem como unidades de conservação e assentamentos rurais.

A vinculação da temática à questão da Amazônia tornou-se possível pela vivência de mais de duas décadas deste pesquisador naquele território, mas especificamente no estado do Acre. Essa experiência acumulada contribui para uma melhor percepção das tensões territoriais que ali se estabelecem.

Foram buscados documentos oficiais, como relatórios técnicos e planos de manejo, produzidos por agências governamentais na esfera nacional, macrorregional, estadual e municipal. Essa fase, de caráter documental, teve o intuito de compreender a dinâmica da área estudada através do delineamento de suas características físicas, sociais, culturais, ecológicas e econômicas. Foi possível identificar também as potencialidades, conflitos e desafios dos diferentes modelos de gestão territorial.

A produção técnica compilada se relacionou diretamente com a temática em questão, voltando-se mais a Amazônia Sul Ocidental, a região do Alto Acre e aos exemplos de modelos de gestão territorial que foram aprofundados na pesquisa. Para tanto, foram visitados órgãos públicos, privados e organizações não governamentais, associações de moradores e cooperativas. Tais procedimentos foram fundamentais para se compreender o contexto amplo das estratégias públicas e privadas para ocupação do território.

Para a operacionalização das informações referente ao mapeamento das transformações ocorridas no uso e ocupação da terra, foram utilizadas técnicas de Sensoriamento Remoto (satélite LANDSAT 5 e 7), uso do Sistema de Informações Geográficas (SIG), técnicas de geoprocessamento para construção de um banco de dados acerca da área de estudo, Sistema de Posicionamento Global³⁷ (GPS) e *software* para tratamento e produção temática das informações.

Com relação às imagens adquiridas para a área em estudo, essas possuem um histórico de cenas, com resolução pixel de 30x30 metros. As imagens foram extraídas junto ao banco de dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE³⁸. As informações desse banco de dados foram convertidas da projeção UTM (*Universal Transverse Mercator*) para coordenadas geográficas SIRGAS 2000, para que houvesse uma padronização dos dados vetoriais e matriciais.

³⁷ A utilização do GPS foi importante para marcar os locais visitados no interior das unidades de conservação e assentamentos rurais, de modo a confirmar com exatidão as famílias visitadas. A importância dessa ferramenta para a pesquisa será abordada de forma mais profunda no próximo item, quando é mencionado a pesquisa de campo.

³⁸ <http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/dados/>

O software ArcGis 10.3, desenvolvido pela empresa ESRI (*Environmental Systems Research Institute*), foi utilizado para elaboração e manipulação de informações vetoriais e matriciais. Com isso, tornou-se possível a produção dos mapas temáticos dos aspectos naturais e antrópicos: vegetação, solos, bacias de drenagem, estradas e uso do solo. O mapeamento do uso do solo e da cobertura vegetal, segundo Brito e Prudente (2005), é de grande importância para compreensão e organização do espaço e das mudanças socioambientais. Dessa forma, através da análise cartográfica de diferentes usos, foi possível a compreensão da dinâmica territorial na área estudada.

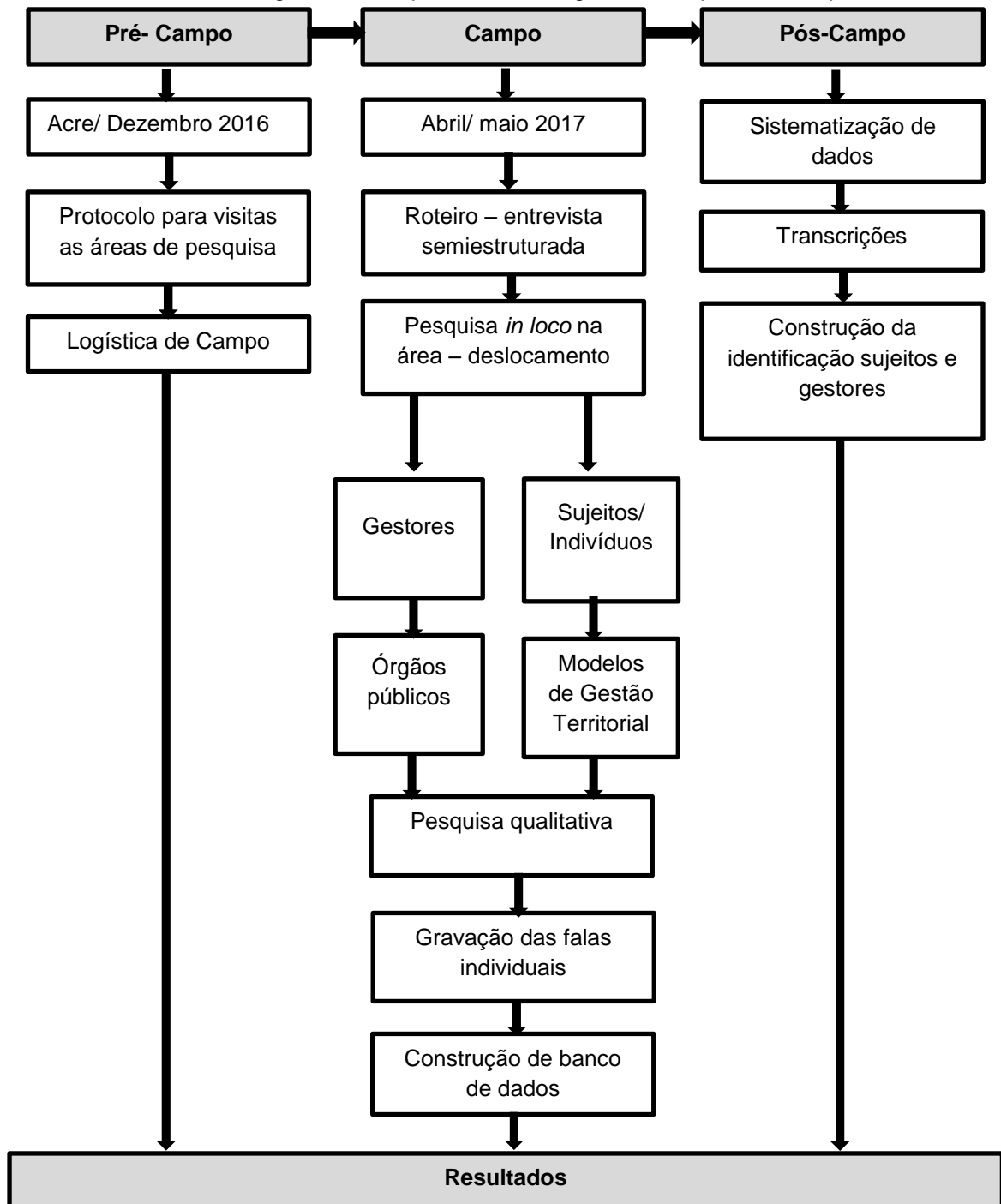
O mapeamento desenvolvido com apoio de imagens de satélite proporcionou um comparativo entre 1990 e 2015 na região do Alto Acre e no município de Epitaciolândia. Para o recorte espacial da área de pesquisa - modelos de gestão – foram estabelecidos intervalos temporais de cinco em cinco anos, permitindo observar o processo de evolução do desflorestamento local.

A partir dos dados secundários levantados sobre a área – modelos de gestão em Epitaciolândia – foi possível abstrair informações relevantes de forma a melhor explorá-las *in loco*.

3.3.2 A imersão na realidade investigada com o trabalho de campo

Delineiam-se aqui os procedimentos utilizados para detectar as dinâmicas e dimensões dos sujeitos e demais atores dos modelos de gestão territorial selecionados. Nesse sentido, para desenvolvimento da pesquisa *in loco* nas unidades de conservação e assentamentos, bem como, junto aos órgãos públicos e privados, algumas etapas foram organizadas (Figura 12).

Figura 12 – Esquema metodológico da Pesquisa de campo



Fonte: O Autor.

As atividades **pré-campo** foram desenvolvidas no mês de dezembro do ano de 2016, na cidade de Rio Branco no Acre, onde foi protocolada autorização de visita/pesquisa nas unidades de conservação (Reserva Extrativista Chico Mendes e Área de Relevante Interesse Ecológico Seringal Nova Esperança) junto ao Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio). A autorização foi necessária para oficializar a pesquisa junto à instituição gerenciadora das respectivas unidades, bem

como informá-los sobre as características da pesquisa. No mesmo período organizou-se ainda junto ao Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) agenda para visitar os assentamentos do Projeto Agroextrativista - PAE Porto Rico e do Projeto Estadual – PE Polo Agroflorestal Epitaciolândia.

Assim como nos órgãos mencionados, outros foram visitados para parceria e logística durante a pesquisa de campo, entre os quais a Universidade Federal do Acre (UFAC), que contribuiu com a logística de deslocamento. O agendamento das atividades foi realizado para o mês abril e maio do ano de 2017.

A pesquisa de campo organizou-se em duas etapas. A primeira foi a de coleta de dados em órgãos públicos e privados na capital, Rio Branco, bem como, entrevistas com seus gestores. A segunda foi realizada diretamente nos modelos de gestão territoriais selecionados e nos órgãos públicos com sede nos municípios de Epitaciolândia e Brasiléia.

O trabalho junto aos órgãos estatais ocorreu entre os dias 3 e 7, 17 e 19 de abril, bem como, 1º e 3 de maio. Nestes momentos foram realizadas entrevistas com gestores e coleta de material técnico relevante ao tema como: relatórios, planos e projetos. Os órgãos públicos visitados na capital, Rio Branco, foram os seguintes: Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (CMBio), Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (SEAPROF), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

A pesquisa de **campo**, propriamente dita, ocorreu entre os dias 10 a 13, 24 a 27 de abril e também no dia 5 de maio de 2017, no município de Epitaciolândia no estado do Acre. A UFAC contribuiu com parte da logística de deslocamento. Adentrou-se ao universo dos quatro modelos de gestão territorial selecionados, procurando conhecer e estabelecer diálogo com os sujeitos que ali viviam.

Efetou-se também a coleta de informações e entrevistas com gestores nos órgãos públicos e privados dos municípios de Epitaciolândia e Brasiléia: Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Associação de Moradores e Pequenos Agricultores Rurais e Extrativistas de Epitaciolândia e Brasiléia (AMOPREAB), Associação de Pequenos Agricultores Rurais, Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (IDAF), IBGE, SEAPROF, bem como em diferentes secretarias municipais (Meio Ambiente, Agricultura, Pecuária). O

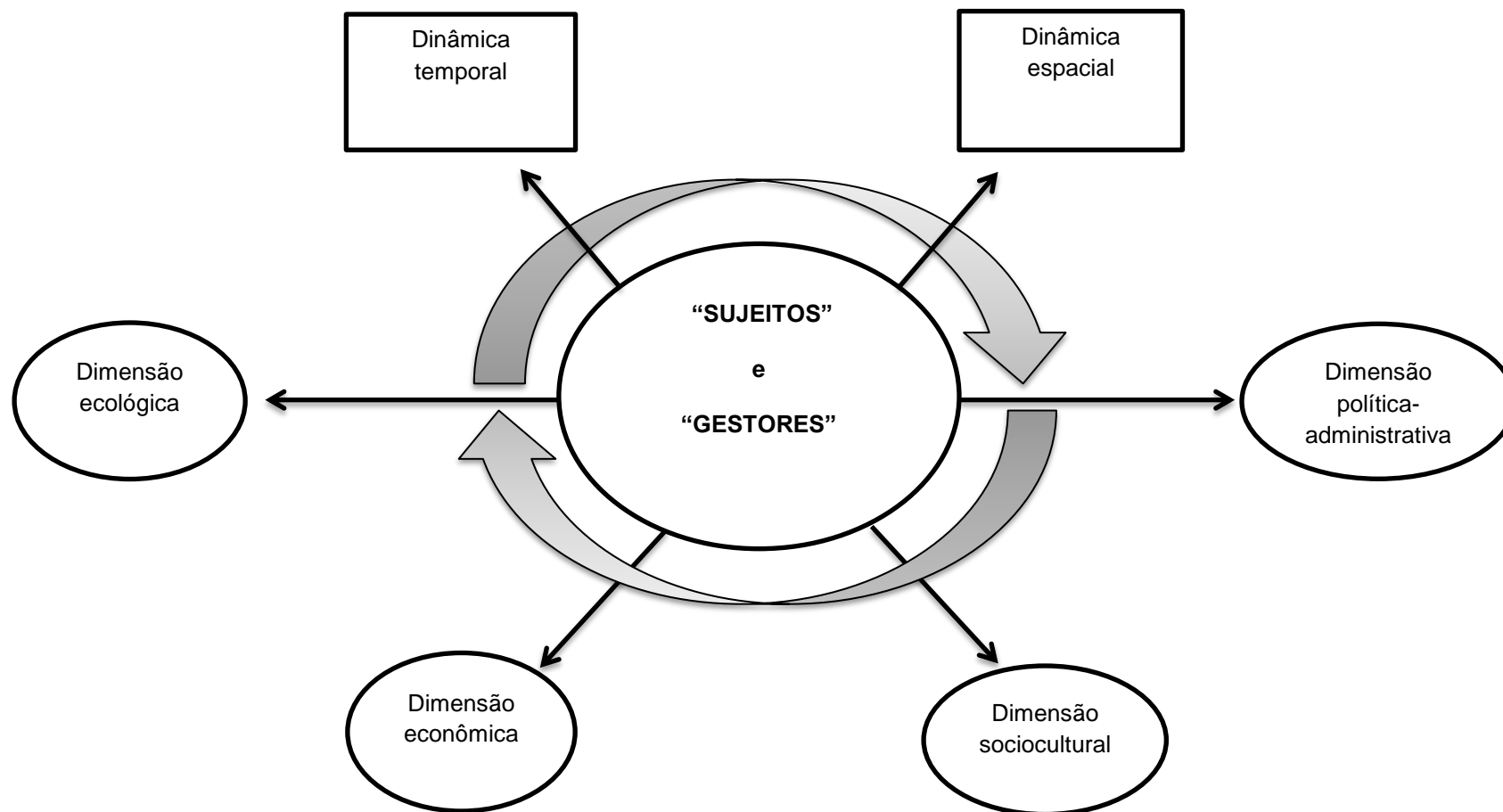
intuito foi levantar informações sobre os modelos de gestão como: estrutura, produção, criação, renda, famílias, meios de produção, entre outros.

A equipe foi composta, em um primeiro momento, por um motorista, disponibilizado pela UFAC, dois pesquisadores e um auxiliar de pesquisa. O auxiliar foi Romildo Cruz de Menezes, aluno graduando em Geografia da UFAC. Os dois professores foram: Alexsande de Oliveira Franco, professor da UFAC e doutorando pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Cicilian Luiza Löwen Sahr, orientadora da presente Tese.

Nas atividades em campo foram realizadas entrevistas no interior das unidades de conservação e assentamentos rurais supramencionados. Tratava-se de entrevistas semiestruturada, pois as perguntas eram abertas e apenas direcionavam o norte da conversa com os sujeitos, ou seja, procurou-se extrair o máximo de informações no contexto do diálogo. As entrevistas, bem como a sistematização das informações, seguiram a mesma organização, tanto para os moradores dos modelos selecionados como para os gestores de órgãos públicos, privados e organizações não governamentais.

Todas as entrevistas seguiram um roteiro pré-definido ou semiestruturada (Figura 13), deixando o entrevistado à vontade para responder os questionamentos de forma livre. Eles eram interrompidos apenas para trazê-lo de volta ao roteiro na medida em que fugiam muito ao tema.

Figura 13 – Roteiro semiestruturado para aproximação entre pesquisador e entrevistados



Fonte: Pesquisa de Campo (2017).
Nota: Organizado pelo Autor.

O roteiro seguiu uma dinâmica sistêmica onde as indagações/questionamentos não se desencadeavam com uma ordem pré-definida. Essa dinâmica serviu para organizar as entrevistas com os sujeitos e com os gestores. Isso foi possível em função de cada questão do roteiro estar ligada direta ou indiretamente à outra (Quadro 9). O roteiro passou primeiramente por um teste piloto, no qual foi entrevistando um seringueiro aposentado na cidade de Rio Branco, antes de iniciar a pesquisa em campo. Através deste teste foi possível corrigir e/ou adaptar o instrumento de pesquisa construído a realidade dos entrevistados, bem como, inserir e/ou retirar questões.

Quadro 9 – Dinâmicas, dimensões e direcionamentos das entrevistas semiestruturadas

		Direcionamento das questões
Dinâmica	Temporal	Unidade/Assentamentos – o antes e o depois – dinâmicas no tempo (migração, economia,)
	Espacial	Características da área (croqui) e entorno - uso da terra e conflitos fundiários
Dimensões	Política-administrativa	Relações com órgãos públicos, com órgãos privados, influência política partidária – Expectativas com o modelo.
	Sociocultural	Relações interpessoais - memórias do local – aspectos da religiosidade – festejos
	Econômica	Renda – extrativismo, agropecuária.
	Ecológica	Natureza – impactos, conservação, regeneração.

Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Nota: Organizado pelo Autor.

Os entrevistadores, em um primeiro contato, se apresentavam e esclareciam do que se tratava o estudo, bem como os objetivos da pesquisa. Logo os indivíduos – moradores das unidades de conservação e assentamentos – respondiam e convidavam a subir. Segundo Rodrigues (2014), o “suba” é tradicional, sobretudo em áreas rurais. Ao receber um visitante o morador, com a tradicional hospitalidade, diz “suba”, como se dissesse “entre”.

Na definição de quem seria entrevistado, seguiu-se uma metodologia previamente definida. Procurávamos inicialmente o presidente da Associação de Moradores para conversar/entrevistar. Posteriormente, o direcionamento seguia duas possibilidades: a) a Associação de Moradores sugeria alguns nomes baseados no tempo de moradia na área (moradores recentes e antigos), e b) quando não era possível indicar, procurava-se de residência em residência, buscando aqueles mais recentes e antigos no local. Os moradores recentes foram aqueles que entraram

após a criação do modelo de gestão, em contrapartida, os moradores antigos aqueles que já se encontravam ou foram assentados desde a criação do modelo.

Os entrevistados foram aqueles que se encontravam na residência, ou o homem ou a mulher ou ambos, no momento da entrevista. Foram realizadas 30 entrevistas com sujeitos locais.

A abordagem dos indivíduos ocorria em suas respectivas residências ou na sede das Associações de Moradores, nesse caso com a contribuição do/da presidente que viabilizava a conversa. No caso dos gestores, a abordagem ocorria no próprio órgão, público ou privado, de forma individual e em quantas vezes fosse necessário. Foram realizadas 11 entrevistas com os gestores.

A pesquisa, embora com enfoque sistêmico, desenvolveu-se de forma qualitativa, tendo como foco as falas dos atores. Na pesquisa qualitativa, segundo Triviños (1987), o pesquisador poderá contar com uma liberdade teórico-metodológica para desenvolver seus trabalhos. Ainda segundo Triviños (1987), a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto.

Para este autor, a pesquisa qualitativa busca por:

[...] Uma espécie de representatividade do grupo maior dos sujeitos que participarão no estudo. Porém, não é, em geral, a preocupação dela a quantificação da amostragem. E, ao invés da aleatoriedade, decide intencionalmente, considerando uma série de condições (sujeitos que sejam essenciais, segundo o ponto de vista do investigador, para o esclarecimento do assunto em foco; facilidade para se encontrar com as pessoas; tempo do indivíduo para as entrevistas, etc.) (TRIVIÑOS, 1987, p. 132).

As entrevistas foram registradas com gravador digital de voz. Quando se chegava à residência e/ou órgão público, após a apresentação dos entrevistadores e entrevistados, solicitava a gravação da conversa para facilitar o diálogo de forma livre e espontânea.

Atores, independente do gênero, foram entrevistados, seja como chefe de família ou agente gestor. Um fator que contribuiu para a definição dos entrevistados foi à logística. É importante mencionar que dependendo das condições do tempo não há como chegar às regiões mais remotas. Sempre que possível, as entrevistas individuais se transformavam em entrevistas focais, com mais de um indivíduo, contrapondo ideias. O tempo da entrevista variou de acordo com cada entrevistado, pois alguns são mais comunicativos que outros.

Construiu-se também um banco de imagens dos locais visitados para identificar a residência, bem como roçados, plantações, criações e outras informações relevantes. Foram fotografados ainda vias de acesso, escolas, instituições de saúde, associações, entre outras. Paralelamente criou-se um banco de dados cartográficos das áreas visitadas. Sempre que chegávamos a uma das residências dos entrevistados, era medido um ponto com auxílio do Sistema de Posicionamento Global – GPS para identificar o local exato, visando a posterior utilização de Sistemas de Informações Geográficas.

Após a coleta de dados em campo, de posse das falas gravadas, do banco de imagens e dos pontos de GPS, foi possível organizar e sistematizar as informações. O que se constituiu na etapa **Pós-campo**.

Após a pesquisa de campo, ocorreram a transcrição, digitalização e sistematização das entrevistas, organizando as falas de acordo com as multidimensionalidades de análise pré-estabelecidas. As transcrições foram literais, evitando-se a correção gramatical. As repetições e os vícios de linguagem foram mantidos, assim como as frases incompletas, mesmo que não fizessem nenhum sentido no contexto.

O princípio básico para constituir uma boa análise é partir de uma transcrição integral (MANZINI, 2006). Segundo Marcuschi (1986), o pesquisador deve saber quais são os seus objetivos e assinalar o que lhe convém para análise. Para esse autor, não existe “a melhor transcrição”, pois se trata de uma questão complexa definir com clareza os objetivos. Dessa forma, “ao efetuar a transcrição o pesquisador tem, então, a invejável posição de ser ao mesmo tempo interior e exterior à experiência” (QUEIROZ, 1983, p. 84).

A análise e discussão da fala dos entrevistados contribuíram para o aprofundamento sobre a realidade nos modelos locais de gestão territorial. No contexto geral, as falas foram trazidas não como elemento ilustrativo, mas como dados empíricos utilizados para reforçar a compreensão dos locais pesquisados e suas respectivas populações. Sempre que possível, as falas foram trianguladas com outras fontes, levando-se em consideração a multidimensionalidade, o distanciamento entre concepção e realidade, e ainda a des-funcionalidade do sistema, ou seja, se houve uma inter-relação de informações para compreender a realidade dos sujeitos envolvidos e seu território enquanto modelo de gestão territorial.

Na transcrição optou-se por não identificar os entrevistados. Como a pesquisa qualitativa levanta uma série de questões éticas, “[...] é importante garantir a preservação do anonimato e que os entrevistados saibam o destino dos dados que fornecem” (GIBBS, 2009, p. 24).

As entrevistas foram codificadas, utilizando-se para os sujeitos as iniciais do modelo de gestão territorial ao qual pertenciam, a saber: Área de Relevante Interesse Ecológico (AR), Reserva Extrativista Chico Mendes (RE), Polo Agroflorestal Epitaciolândia (PA) e Projeto Agroextrativista Porto Rico (PAE). Esse último modelo, por possuir suas iniciais (PAE), semelhantes aos Polos Agroflorestal (PA), utilizou-se as iniciais do nome do assentamento, Porto Rico (PR). Paralelamente identificou os moradores entrevistados com numeração sequencial (1, 2, 3 ...). Nesse sentido criou-se a identificação dos sujeitos, por exemplo, A1 – trata-se do primeiro morador entrevistado na Área de Relevante Interesse Ecológico. Com relação aos atores, seguiu-se a mesma dinâmica, no entanto, com ênfase ao G de Gestor e 1 para indicar a ordem de entrevista. Organizou-se a identificação em G1, G2, e assim sucessivamente.

O Quadro 10 mostra a organização dos sujeitos entrevistados de acordo com modelo de gestão pesquisado.

Quadro 10 – Sujeitos entrevistados segundo o modelo de gestão territorial selecionado

(continua)

Modelo de Gestão Territorial (moradores)	Identificação	Ordem	Formatação	Característica atual	Tempo no local*	Idade	Origem/ localidade
Área de Relevante Interesse Ecológico	Morador AR	1	Morador AR1	Artesão/ Pequeno empresário	6 anos	38 anos	Acre/ RESEX Assis Brasil
	Moradora AR	2	Moradora AR2	Agricultora/ Pecuarista de corte	28 anos	45 anos	Acre/ área rural de Brasiléia
	Moradora AR	3	Moradora AR3	Funcionária pública (agente saúde)/ Agricultora	42 anos	42 anos	Acre/ seringal de Xapuri
	Morador AR	4	Morador AR4	Agricultor/ Coletor	11 anos	52 anos	Acre/ seringal de Xapuri
Total de entrevistados (as)		04					
Polo Agroflorestal Epitaciolândia	Morador PA	1	Morador PA1	Agricultor	7 meses	65 anos	Paraná/ área rural, no Acre era área urbana
	Moradora PA	2	Moradora PA2	Agricultora	16 anos	49 anos	Acre/ área rural e por último área urbana de Epitaciolândia
	Moradora PA	3	Moradora PA3	Agricultora	16 anos	45 anos	Acre/ área rural e por último área urbana de Epitaciolândia
Total de entrevistados (as)		03					
Projeto Agroextrativista Porto Rico	Morador PR	1	Morador PR1	Agricultor/ Pecuarista de corte	3 anos	27 anos	Rondônia/ área rural
	Morador PR	2	Morador PR2	Aposentado/ Ex-seringueiro	46 anos	89 anos	Acre/ Seringal de Xapuri
	Morador PR	3	Morador PR3	Aposentado/ Ex-seringueiro	44 anos	82 anos	Acre/ Seringal de Xapuri
	Morador PR	4	Morador PR4	Pecuarista de corte	10 anos	42 anos	Acre/ área urbana Brasiléia
	Morador PR	5	Morador PR5	Pecuarista de corte	**	67 anos	Acre/ área rural de Xapuri
Total de entrevistados (as)		05					

Quadro 10 – Sujeitos entrevistados segundo o modelo de gestão territorial selecionado

(Conclusão)

Reserva Extrativista Chico Mendes	Morador RE	1	Morador RE1	Seringueiro/ Coletor	26 anos	60 anos	Acre/ seringal de Xapuri
	Morador RE	2	Morador RE2	Agricultor	24 anos	33 anos	Acre/ área rural de Brasiléia
	Morador RE	3	Morador RE3	Coletor/ Agricultor	46 anos	48 anos	Acre/ Seringal Brasiléia
	Morador RE	4	Morador RE4	Coletor/ Sindicalista	5 anos	44 anos	Pando- Bolívia/ Seringal
	Morador RE	5	Morador RE5	Agricultor	50 anos	55 anos	Acre/ Seringal Xapuri
	Moradora RE	6	Moradora RE6	Agricultora/ Pecuarista de corte	25 anos	36 anos	Acre/ Seringal Xapuri
	Moradora RE	7	Moradora RE7	Funcionária pública (professora)	36 anos	52 anos	Acre/ área rural
	Morador RE	8	Morador RE8	Agricultor	7 anos	61 anos	Santa Catarina/ área rural
Reserva Extrativista Chico Mendes	Moradora RE	9	Moradora RE9	Agricultora/ Pecuarista de corte	13 anos	40 anos	Acre/ área urbana de Eptaciolândia
	Morador RE	10	Morador RE10	Ribeirinho/ Agricultor	4 anos	37 anos	Acre/ área urbana de Eptaciolândia
	Morador RE	11	Morador RE11	Aposentado/ Ex-agricultor	40 anos	68 anos	Bahia/ área rural
	Morador RE	12	Morador RE12	Agricultor	35 anos	35 anos	Acre/ área rural de Xapuri
	Morador RE	13	Morador RE13	Agricultor	45 anos	45 anos	Acre/ área rural de Xapuri
	Morador RE	14	Morador RE14	Pecuarista leiteiro	7 anos	28 anos	Acre/ área urbana de Eptaciolândia
	Moradora RE	15	Moradora RE15	Pecuarista leiteiro	7 anos	25 anos	Acre/ área urbana de Eptaciolândia
	Morador RE	16	Morador RE16	Coletor/ Agricultor	25 anos	50 anos	Acre/ área rural de Brasiléia
	Moradora RE	17	Moradora RE17	Coletor/ Agricultora	40 anos	40 anos	Acre/ Seringal de Xapuri
	Morador RE	18	Morador RE18	Seringueiro/ Coletor	60 anos	65 anos	Acre/ Seringal de Xapuri
Total de entrevistados (as)			18				

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Notas: (*) período que o morador encontra-se na localidade onde mora independente da criação da área enquanto modelo de gestão.

(**) Vive atualmente no entorno da área, pois saiu da área a quase 3 anos.

Organizado pelo Autor.

Observa-se que dentro dos modelos de gestão houve uma diversificação de sujeitos entrevistados, desde ex-seringueiros até agricultores. Isso foi fundamental para compreensão da realidade dos moradores.

O mesmo ocorreu com relação aos gestores entrevistados e seus respectivos órgãos. O Quadro 11 apresenta os atores entrevistados, segundo a entidade pesquisada.

Quadro 11 – Atores entrevistados segundo a entidade pesquisada.

Entrevistados	Órgão	Sigla
Gestor G1	Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Rural Familiar	SEAPROF
Gestor G2	Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Rural Familiar	SEAPROF
Gestor G3	Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Rural Familiar	SEAPROF
Gestor G4	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	SMMA
Gestor G5	Secretaria Municipal de Agricultura	SMA
Gestor G6	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	INCRA
Gestor G7	Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Eptaciolândia	STTRE
Gestora G8	Secretaria Estadual de Meio Ambiente	SEMA
Gestora G9	Instituto Chico Mendes de Biodiversidade	ICMBio
Gestor G10	Companhia Nacional de Abastecimento	CONAB
Gestora G11	Associação de Moradores e Produtores Rurais da Reserva Extrativista Chico Mendes de Eptaciolândia e Brasília	AMOPREB
Total de entrevistados (as)		11

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Nota: Organizado pelo Autor.

Foram entrevistados gestores de diferentes órgãos públicos municipais, estaduais e federais, bem como entidades sindicais. Procurou-se sempre conversar com aqueles que estavam envolvidos diretamente com a área de pesquisa e com sua respectiva gestão.

Os quadros relacionados aos moradores (Quadro 9) e aos gestores (Quadro 10), com indicação dos respectivos modelos de gestão e órgãos públicos e privados visitados, contribui para facilitar a observação e discussão dos dados. Tal discussão se apresenta nos próximos capítulos, que foram estruturados por modelo de gestão territorial.

CAPÍTULO 4

O MODELO DE GESTÃO ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO: O EXEMPLO DO SERINGAL NOVA ESPERANÇA

É relevante mencionar que a população residente na ARIE SNE encontra-se em processo de vulnerabilidade econômica. Nesse caso, a área e sua população ficam suscetíveis a atividades que contemplem a renda e suprimam tal vulnerabilidade, independente do impacto (FRANCO; LÖWEN SAHR, 2019, p. 85).

Este capítulo tem por objetivo analisar o modelo de gestão Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) com relação ao tratamento dado as comunidades tradicionais. Tal análise se desenvolve a partir do exemplo do Seringal Nova Esperança (SNE). Busca-se, através da análise das dinâmicas tempo-espaciais, das múltiplas dimensões, do distanciamento entre concepção e realidade e da (des)funcionalidade do sistema, avaliar a dinâmica interna do modelo, bem como, suas articulações externas.

A análise ocorre a partir da perspectiva dos moradores da ARIE SNE, tomada como exemplo, os quais são considerados aqui como “sujeitos”. Contrapõe-se a esta perspectiva dos sujeitos à visão do poder público, ou seja, a perspectiva dos gestores. A estas duas perspectivas se soma a percepção do autor.

Os moradores do SNE são considerados produtores rurais familiares. Esse modelo de gestão está diretamente vinculado a uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável. As nuances desta modalidade de gestão serão apresentadas e discutidas na sequência.

4.1 DINÂMICAS TÊMPORO-ESPACIAIS

A ARIE SNE, é analisada aqui a partir de suas dinâmicas tempo-espaciais, ou seja, levando em consideração as transformações nele vivenciadas no seu espaço ao longo do tempo. É fundamental o entendimento dessa questão, pois cabe aqui avaliar até que ponto essa dinâmica desenvolvida no local é oriunda de dentro,

a partir dos sujeitos deste espaço, ou converge de fora, de atores de suas circunvizinhanças imediatas ou remotas. Essa avaliação é muito importante para entender o contexto da área e sua realidade atual. Nesse sentido, busca-se a compreensão a partir das falas dos moradores e dos gestores. Abordam-se os aspectos relacionados à situação da comunidade antes e depois da criação da UC, bem como, seu potencial para o futuro.

A área possui um longo histórico de ocupação antes de se tornar ARIE no ano de 1999. A UC foi criada na área de reserva legal da fazenda Nova Esperança, que por sua vez, antes de 1970 pertencia ao seringal com o mesmo nome. Neste local viviam seringueiros que desenvolviam atividades extrativistas e culturas de ciclo curto. *“Eles eram posseiros desde praticamente o fim do segundo ciclo da borracha em 1945”* (GESTOR G1, 2017).

Os conflitos no local passaram a ocorrer com mais ênfase na década de 1990, quando o fazendeiro passou a derrubar a floresta com intuito de ampliar a pastagem da fazenda Nova Esperança. No processo de criação da UC aparece a seguinte descrição:

A história dos conflitos no seringal Nova Esperança é antiga e vem se agravando nos últimos anos. Recentemente, em agosto de 1994, os seringueiros foram obrigados a fazer um “empate³⁹” contra o desmatamento de parte do seringal realizado pelo latifundiário Marcos Carvalho Costa Júnior. Este empate envolveu a participação direta de mais de 120 seringueiros e foi extremamente tenso, em virtude da intervenção da máquina do estado em prol do latifundiário culminando com o envio a área de mais de 200 policiais militares. [...] Felizmente, neste episódio, não houve vítimas, tendo como consequência o desmatamento total de uma área de 450 ha, onde residiam 19 pessoas entre homens, mulheres e crianças, para a implantação de pastagens, visando à atividade pecuária (IBAMA, 1999, p. 10).

Um fato importante nesse período foi à averbação da reserva legal da fazenda, ocorrida em 1994. Segundo Abreu (2015), não se sabe o contexto em que foi aprovada a demarcação da reserva legal da Fazenda Nova Esperança, todavia, se estabeleceu um regime de proteção especial de parte da propriedade mesmo a área sendo ocupada por posseiros. Como forma de amenizar os conflitos no local,

³⁹ Forma de luta dos seringueiros para empatar [impedir] expropriação da terra e derrubada da floresta pelos fazendeiros/latifundiários do local. Esse era um movimento onde os seringueiros, seus filhos e suas mulheres davam as mãos em frente aos tratores e os jagunços empatando que entrassem no interior da terra desmatando o local de moradia.

os moradores solicitaram a criação de uma Reserva Extrativista (RESEX) no ano de 1995.

Ainda de acordo com Abreu (2015), no ano de 1995 uma equipe do IBAMA procedeu à vistoria na área conflituosa e elaborou um Relatório Técnico posicionando-se favoravelmente à criação da Reserva Extrativista Nova Esperança. No entanto, segundo Amaro et. al. (2012), devido a legislação vigente na época, áreas inferiores a 5 mil hectares e com pouca população humana não poderiam ser decretadas como RESEX. Assim, alguns anos depois, em 1999, foi criada a ARIE, modelo de gestão que difere substancialmente de uma RESEX. Enquanto o objetivo principal de uma ARIE é proteger exemplares raros da biota regional e local, na RESEX o objetivo é o desenvolvimento das populações assentadas de forma sustentável.

Para Rodrigues et al (2012):

A criação da Área de Relevante Interesse Ecológico do Seringal Nova Esperança, [...] foi recebida com surpresa até mesmo pelos envolvidos com o movimento social local. Entidades consideradas de referência, para um movimento ambientalista amazônico, que se posicionavam como protagonistas de conquistas como as das Reservas Extrativistas e da tecnologia do Manejo Florestal Comunitário, não entenderam o que levou o governo federal da época a assinar o Decreto de Criação de uma categoria de Unidade de Conservação, uma ARIE, com uma área ínfima de aproximados 2.500 hectares, sob o argumento de que a castanheira, *Bertholletia excelsa* Bonpl., era uma espécie florestal considerada de elevado interesse ecológico (p. 156).

Embora a ARIE tenha sido criada em 1999, somente em 2004 a área foi de fato vinculada ao IBAMA, que então desenvolveu um diagnóstico socioeconômico e ambiental (IBAMA, 2005). Não se sabe ao certo o porquê da área ter sido “esquecida” pelo poder público durante cinco anos, apesar da ocupação por populações locais. Mas isso explica em parte o fato da área ter sido criado por Decreto Presidencial sem número em 20 de agosto de 1999, e sem o devido reconhecimento do órgão gestor.

Assim, apesar dos estudos para criação da UC, ela não recebeu a devida importância. Segundo o Gestor G1 (2017) “alguém da comunidade, não sei como, conseguiu falar com ele [Ministro Meio Ambiente – Sarney Filho] e disse que aquela área tem que ser preservada e ele meteu a caneta”. A partir de 2007 a gestão da área passou do IBAMA para o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, sendo esse último o atual responsável pelas ações no interior da unidade.

Grande parte dos moradores atuais não são mais aqueles pioneiros e/ou da fase de criação da ARIE. O tempo de moradia no local varia bastante, conforme expressa o Morador AR4: *“estou aqui desde 2007, essa área foi criada em 2000, tem gente mais antiga que eu aqui [...] tem gente com 40 anos aqui, antes da fazenda comprar essas áreas todas, quando era seringal [...]”*. Ainda segundo esse mesmo morador *“aqui era quase de uma família só, os filhos foram, os filhos foram despedaçando tudo, porque não queriam ficar”* (MORADOR AR4, 2017).

A Moradora AR3 é uma daquelas que juntamente com a família vivem no local desde antes da UC ser criada. Dessa forma, ela conhece bem a história do local:

Moro aqui desde quando nasci, não foi bem nessa área, mas na região. Antes quem morava era meu pai junto com o restante dos moradores, com os vizinhos, né! Era tio, e parentes, né! Um monte de parentesco mesmo. No caso eu nasci, aí eles mesmo que conhece tudo, aí desse tempo que eu nasci pra cá é que eu posso, né, contar. Essa área foi criada em 1990 ou 1995 mais ou menos [...] ela foi criada, tipo assim, as pessoas que nem meu tio, meu pai, na época meu esposo, eles tinham um movimento, né! Através do sindicato, aí a gente tava quase perdendo a área pro fazendeiro da fazenda e no caso eles acharam melhor pedir essa área pra reserva e aí onde foi lá com os representantes das cidades do município, do governo, ou eles pediram pro governo federal, uma vinda lá no Cachoeira, aí a comunidade se reuniu e o pedido foi assinado lá [...] (MORADORA AR3, 2017).

O conhecimento da área pela moradora vem de sua vivência e da luta política de seus familiares para se manterem no local. Um fato relevante na fala da Moradora é o citar do Seringal Cachoeira. Esse local é emblemático, pois foi onde se deu a luta, através dos “empates”. Portanto, esse local possui um significado histórico expressivo na luta dos seringueiros.

Um morador narra o episódio de como foi criada a ARIE:

Reuniu-se o povo no período que o Fernando Henrique era o presidente, aqui no Cachoeira - pois o Cachoeira é aqui perto - para pedir uma Reserva Extrativista no modelo da Cachoeira que é um modelo tipo o PAE Chico Mendes, tipo assentamento. No caso, pra ficar 200, 300 hectares para cada morador e aqui era pra ficar do mesmo modelo. Pelo que eu vi a lei tinha que levar de 4 a 5 anos em análise pro governo fazer estudo para ver se tinha capacidade para criar a Reserva. Simplesmente dentro de 20 dias o Fernando Henrique e o atual ministro do meio ambiente, Sarney Filho, criou o decreto de criação, sem consultar o povo de tipo de reserva queria, pegaram 120 assinaturas do povo e criaram a reserva da fazenda. Aí criaram a Unidade de Conservação de 2.576 hectares. Já tinha a quantidade de moradores, pois o IBAMA só tomou conhecimento cinco anos depois e já tinha 40 famílias. Como o pessoal não teve resposta para a

Reserva, o pessoal começou a despedaçar as estradas de seringa⁴⁰ e colocação⁴¹ (MORADOR AR4, 2017).

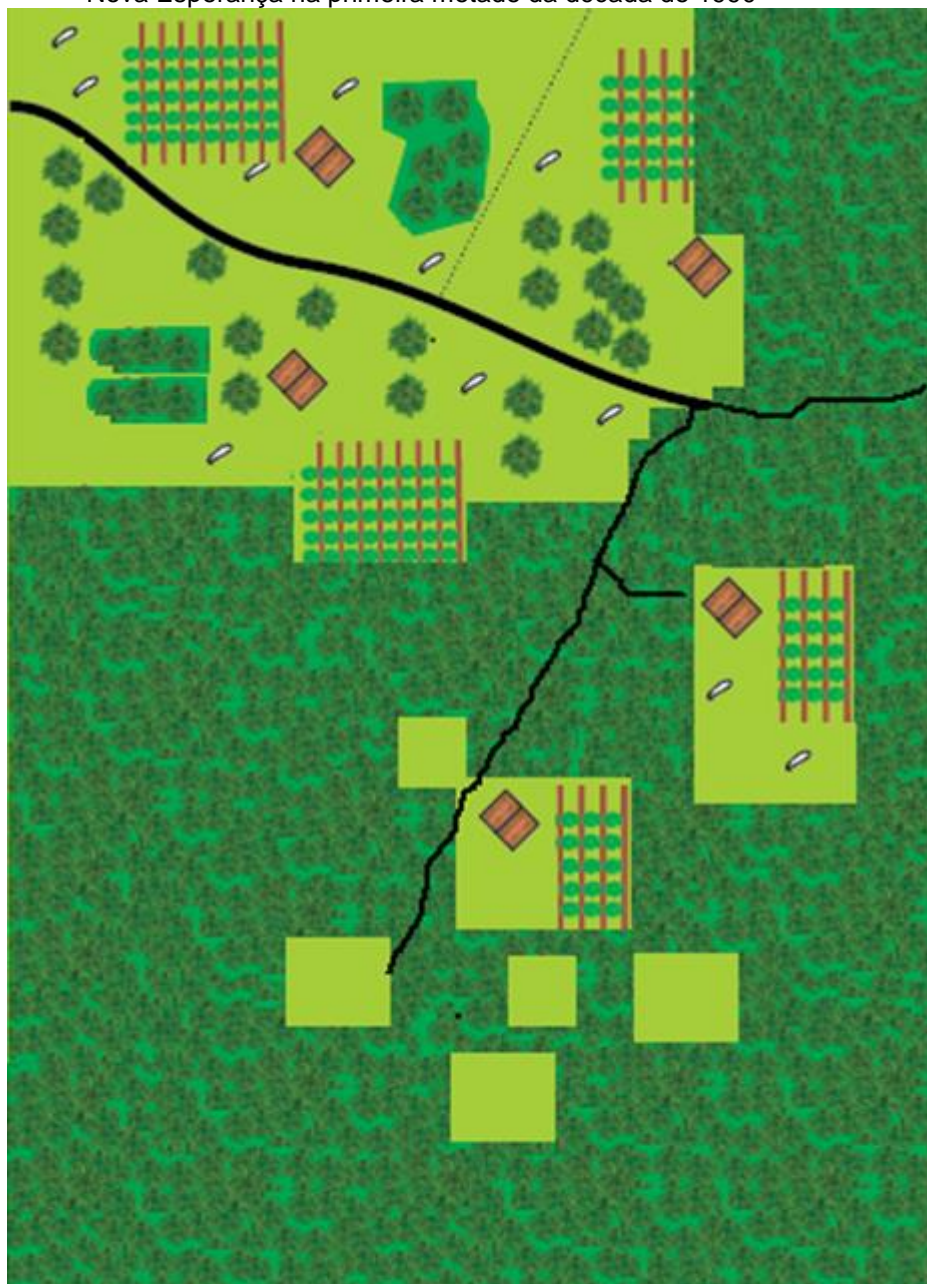
Pode-se observar, desta forma, as primeiras divergências entre moradores e poder público federal. Não há convergência no que diz respeito à criação da área, ao seu tamanho e a forma como se desenrolou sua implementação.

Quando se menciona o aspecto temporal, o antes e depois da criação da ARIE, uma moradora argumenta: *“Quando vim morar aqui tinha pouca gente, era só 9 colocações. Agora não tem mais, virou colônia com os lotes e tudo”* (MORADORA AR2, 2017). Tem-se, assim, que a moradora vivenciou as diferentes fases da comunidade, desde o tempo em que ali existia o Seringal Nova Esperança, passando pela fase de criação da ARIE, com boas características ecológicas e pouca ocupação (Figura 14), até a fase atual, na qual a área se assemelha a uma colônia.

⁴⁰ É o caminho no interior da floresta no qual os seringueiros cortam a seringueira para extrair o látex para produção da borracha para diferentes fins.

⁴¹ É o nome dado à unidade familiar dos seringueiros, incluindo a moradia, as estradas de seringa, o roçado, as áreas de caça, pesca e coleta e de transformação da borracha. Mesmo sem a borracha, este nome continua denominando o local das unidades familiares dentro da floresta (ALLEGRETTI, p. 45, 2008)

Figura 14 – Croqui com as características da área na fase de criação da ARIE Seringal Nova Esperança na primeira metade da década de 1990



Legenda

- | | |
|-----------|------------------|
| Vegetação | Ramal secundário |
| Pasto | Ramal principal |
| Plantação | Residência |

Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Nota: Organizado pelo Autor

Tem-se a representação da ARIE SNE na sua fase inicial, onde é possível notar no interior da área fragmentos de desmatamento para ocupação irregular. Atualmente essa comunidade possui boa localização no sentido de escoamento da

produção e mobilidade da população. Tem acesso facilitado a BR 317 e pelos seus ramais, Porto Rico e Mato Grosso (Figura 15). Estes, se bem mantidos, oferecem acesso no inverno⁴² e verão⁴³.

Figura 15 – Ramais de estrada na ARIE Seringal Nova Esperança



Fonte: Acervo do Autor (2017)

Nota: A e B - Ramal Mato Grosso; C e D - Ramal Porto Rico

Apesar dos diversos problemas encontrados nessa ARIE, de modo geral, a percepção dos moradores é a de que se trata de um bom local de moradia. Isso é reforçado na fala de um morador: *“Aqui é bom de morar, difícil era onde eu morava [...] na cidade é ruim de morar. To com 6 anos que vim para cá.”* (MORADOR AR1, 2017).

As ARIEs possuem algumas características particulares. O Decreto Federal nº 89.336 de 31/01/1984 em seu Artigo 3º, destaca, que nelas ficam proibidas as atividades:

⁴² Entende-se o inverno amazônico, dezembro á maio, como um período muito chuvoso.

⁴³ Do mesmo modo, o verão amazônico, junho a novembro, é o período de estiagem.

- I - Que possam colocar em risco a integridade dos ecossistemas e a harmonia da paisagem;
- II - Que prejudiquem ou impeçam a regeneração das plantas nativas;
- III - Que possam causar erosão das terras ou assoreamento dos corpos d'água ali existentes;
- IV - Que ofereçam riscos à sobrevivência das espécies da biota nativa existentes no local;
- V - De pastoreio excessivo que possa afetar a cobertura vegetal;
- VI - De colheita de produtos naturais quando a mesma colocar em risco a conservação dos ecossistemas;
- VI - De instalação de indústrias potencialmente capazes de prejudicar o meio ambiente;
- VIII - De construção de edificações que venham alterar significativamente a paisagem local;
- IX - De competições esportivas que possam de qualquer modo danificar os ecossistemas.

No Artigo 2º do mesmo Decreto define-se que estas são áreas que possuem características naturais extraordinárias ou que abriguem exemplares raros da biota regional, exigindo cuidados especiais de proteção por parte do poder público com relação aos recursos naturais. No caso da ARIE SNE a ideia foi de proteger exemplares raros, em especial as espécies Castanheira (*Bertoletia excelsa*) e Seringueira (*Hevea brasiliensis*).

Benatti (1999) destaca que:

As áreas protegidas são importantes instrumentos para a política de conservação do meio ambiente brasileiro e sua criação não pode restringir-se às informações do meio físico, portanto ficando a sua criação à mercê somente das informações contidas nas ciências naturais, desconsiderando os processos sociais, econômicos e culturais existentes na área a ser protegida. O meio ambiente é uma concepção unitária, um todo composto por recursos naturais, artificiais e culturais (p. 5).

Como a ARIE SNE é uma UC de uso sustentável, ou seja, objetivo de proteger espécies raras da biota, para isso deve harmonizar os processos sociais, econômicos e culturais mencionados tornam-se ainda mais relevante.

Nesta ARIE o tamanho das propriedades é atualmente bem variado, demonstrando tanto fracionamento, como agregações de lotes por parte dos moradores. Alguns possuem 80 hectares, outros 20 hectares, e há até aqueles que possuem 1 ou 2 hectares. Os moradores que possuem pequenas áreas são geralmente aqueles que se estabeleceram mais recentemente. Estes “*menores plantam verduras e hortas, no entorno tem fazenda de gado para corte, carne*” (MORADORA AR3, 2007).

Segundo informações dos moradores, o local possui atualmente em torno de 60 famílias, o Gestor G6 aponta que inicialmente eram apenas 28:

A gente foi fazer um levantamento lá, que eles exigiram, uns negócios lá e tal... pra ver se tinha interesse de repassar, mas aquilo é dor de cabeça uma área de 2.500 hectares com 61 famílias dentro, pouca área pra muita gente [...] mas isso é a mesma sem-vergonhice de venda de área também [...] que lá tinha 28 famílias hoje tem 61 (GESTOR G6, 2017).

A área total desta UC não é considerada grande quando comparada a outras. Para cruzar o local de uma ponta a outra são 5 a 6 quilômetros. Os moradores sabem que estão no interior de uma UC, que a área era particular e pertencia a uma fazenda, sendo considerada reserva legal: *“Essa área é dos fazendeiros, é da fazenda, isso daqui era uma área de reserva, [...] mas sempre morou gente aqui”*. (MORADOR AR1, 2017).

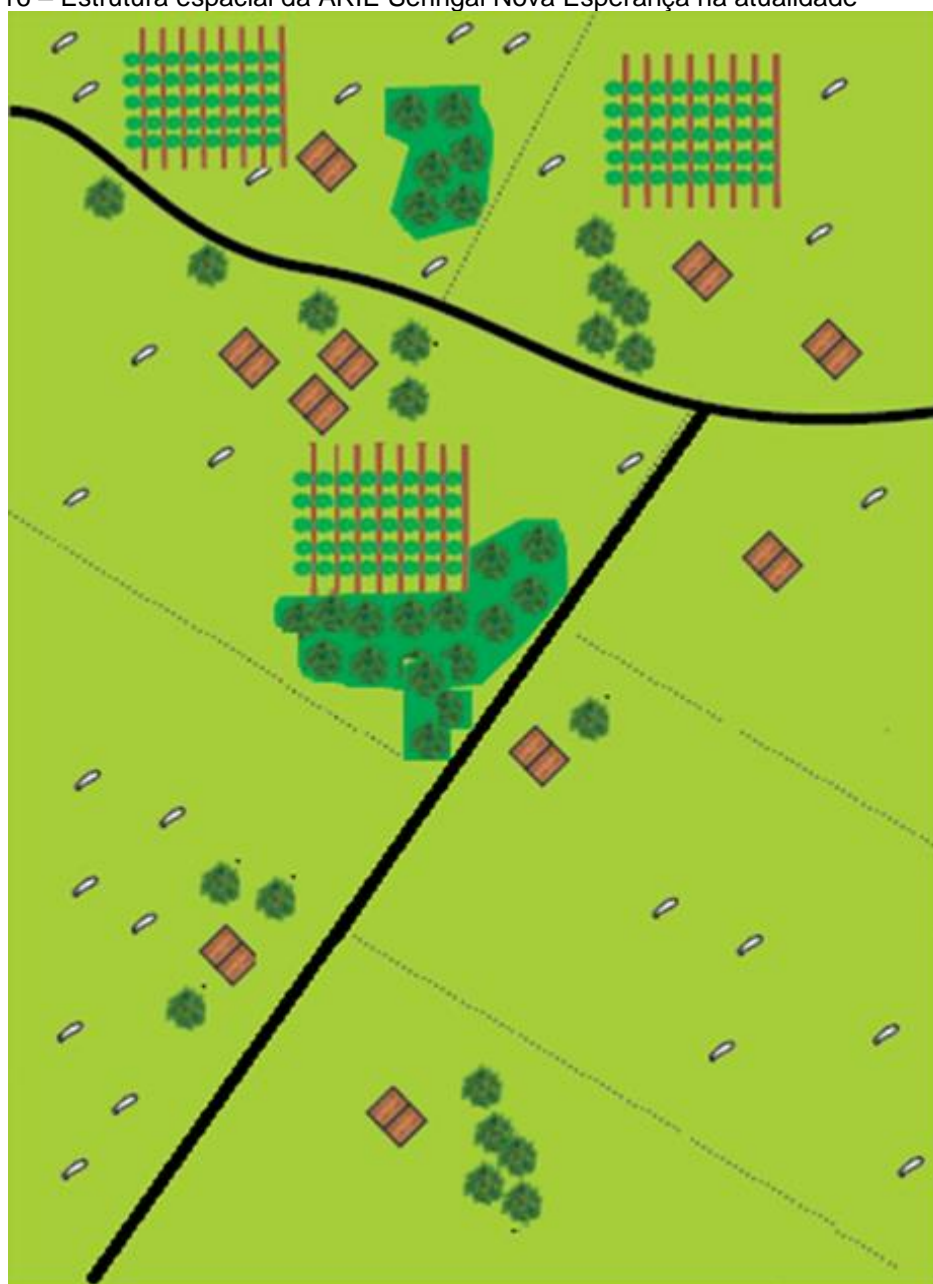
De acordo com um gestor atuante na área, *“o problema é que eles foram vendendo a área e eles querem reconhecer [os outros moradores que entraram ao longo do tempo], mas o ICMBIO só reconhece os 28 originais [...] ai eles querem ser regularizados [...] o conflito é entre eles e o órgão”* (GESTOR G6, 2017). Outro Gestor relata que *“quem tá lá dentro, tá muitos anos, tá cansado, tá doido pra vender um pedaço ou vender todo. Hoje em dia tá muito fácil vender terra e comprar carro, moto, essas coisas e assim vai por diante... isso acontece direto”* (GESTOR G7, 2017).

Assim, como se observa pelas falas dos envolvidos com o local, o número de famílias morando no local vem crescendo nos últimos pela venda de parcelas da área. Isso interfere diretamente nas práticas econômicas no interior da ARIE. Praticamente não existe mais o extrativismo vegetal e, conseqüentemente, a estrutura territorial do seringal e das colocações. A estrutura foi ramificada e as colocações subdivididas em lotes para os agregados⁴⁴ (filhos/ filhas), mas também para pessoas de fora da comunidade.

Na dinâmica temporal identificou-se um longo histórico de conflitos, que tem início com a criação da UC e se estendem até os dias atuais. No que diz respeito à dimensão espacial, o número de moradores cresceu sem o devido planejamento e de forma irregular, descaracterizando a área em relação aos seus objetivos iniciais, levando a um processo de subdivisão e loteamento das terras (Figura 16).

⁴⁴ São geralmente filhos/ filhas, ou parentes próximos do dono da área que casam e subdividem a área. No entanto, podem ser outros que compram ilegalmente um pedaço de terra.

Figura 16 – Estrutura espacial da ARIE Seringal Nova Esperança na atualidade



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Nota: Organizado pelo Autor

Pela figura observa-se uma notável mudança em seu interior. Isso traz uma série de questões relevantes como a desterritorialização e reterritorialização. [...] A desterritorialização que ocorre numa escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra [...] (HAESBAERT, 2002, p. 132-3). Ocorre, na área, uma

dinâmica totalmente diferente da pensada inicialmente, refletindo na cultura, no social, na econômica, no ambiente da população local.

4.2 MULTIDIMENSIONALIDADE DO SISTEMA ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO

As características multidimensionais da Área de Relevante Interesse Ecológico Seringal Nova Esperança são aprofundadas a seguir, articulando aspectos socioculturais, econômicos, político-administrativos e ecológicos.

a) Dimensão Sociocultural

Muitos que vivem na ARIE SNE possuem algum tipo de parentesco ou descendência, filhos ou netos, de seringueiros e extratores. A Moradora AR3 (2017) afirma, nesse sentido, que *“Aqui tinha muito seringueiro... meu pai até um tempo desse se considerava, mas agora não, ele agora foi embora, tá morando lá pro rumo da estrada velha, lá é tudo colônia⁴⁵ [...] minha mãe mora aqui perto.”*

Ainda de acordo com a respectiva moradora:

Nessa área não tem mais seringueiro, só quem vive do extrativismo aqui é o “Doutor da Borracha⁴⁶”, ele faz sapato, sandália, faz um bocado de coisa [...] Ainda tem gente na área que vive da castanha, que quebra. Castanha é pouca gente, a maioria é tudo pequeno agricultor e vivem da pecuária também [...] (MORADORA AR3, 2017).

Portanto, se o seringueiro já não existe mais nesta ARIE e são poucos os que coletam castanhas, o que se observa é que grande parte dos moradores tem vínculos estreitos com a agropecuária.

Quando perguntados sobre como eles se identificam com relação à atividade que desenvolvem, os moradores entrevistados se autodefiniram como pequeno agricultor. Entre os mais idosos, aparecem aqueles que se autodefinem como seringueiros aposentados. No entanto, nenhum dos entrevistados se considera na atualidade pecuarista e/ou extrativista.

⁴⁵ Termo regional para designar área de terra rural que desenvolvem atividades agrícolas, criação de pequenos, médios e grandes animais.

⁴⁶ Apelido dado ao pequeno empresário e artesão que desenvolve essas atividades no interior da ARIE.

Com relação ao trabalho desenvolvido na área, tanto os homens quanto as mulheres relatam trabalhar duro na terra. A Moradora AR2 (2017) argumenta nessa perspectiva: *“aqui o homem e a mulher trabalham igualmente. Mulher faz tudo [...] broca, roça, colhe, capina de enxada, pega peso [...]”*. Isso demonstra, até certo ponto, uma mudança cultural quanto à questão de gênero, pois no passado o seringueiro cortava seringa (látex) e a mulher ficava principalmente em casa fazendo atividades domésticas. Nesse sentido, a prática agrícola ganha destaque como justificativa para esta transformação. A agricultura familiar associada à pecuária vem se tornando a saída econômica para os moradores da ARIE. Tal atividade envolve todos os membros do grupo familiar.

Paralelo às atividades agropecuárias, a medicina natural, com remédios caseiros, faz parte do cotidiano, sendo a prática de ervas medicinais bastante frequente. No entanto, sempre que precisam deslocam-se à cidade de Epitaciolândia para realizarem consultas médicas. A religiosidade se expressa com a participação nas missas e nos cultos nas respectivas igrejas católica e evangélica, geralmente nos finais de semana. Tais práticas ocorrem na própria comunidade, que conta com templos de ambas as confissões. Essa visão relacionada à religiosidade interfere, mesmo que indiretamente, na forma como o indivíduo se relaciona com a natureza.

b) Dimensão econômica

Os moradores do local possuem atividades econômicas heterogêneas e complementares como fonte de renda. Entre estas, se destacam a agricultura, o sistema agroflorestal, o artesanato, o extrativismo, a pecuária bovina e as pequenas criações.

A agricultura é uma das principais atividades desenvolvidas, se constituindo na base da economia do local. Os moradores plantam milho, feijão e arroz para subsistência, mas quando há sobra esta é comercializada. Uma das principais produções locais é a mandioca. Ela é usada para se fazer farinha tanto para o consumo como para a venda. Na verdade, daquilo que é produzido, se tiver excedente e mercado, é vendido. A Moradora AR3 (2017) afirma que *“o pessoal aqui vive da lavoura mesmo, arroz, feijão, milho, mandioca mais para consumo próprio e muitas vezes pra vender quando da, né?!... vendo e tiro o sustento, dinheiro, né...?!”*.

Os moradores da ARIE SNE acessam recursos da agricultura familiar como, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Nesse sentido a moradora AR2 (2017) menciona: *“a gente trabalha com PAA que foi muito bom pra nós. A gente vende pro PAA é fruta, laranja, limão, banana, mamão, lima só não vende pupuaçu. Vende também arroz, farinha, feijão. Mesmo assim o dinheiro é pouco, né e também muito estrago”*.

Há o posicionamento de que se o PAA ampliasse a demanda e os valores, os moradores teriam mais produtos para vender. Segundo uma moradora:

Não participo do PAA, mas meu irmão participa, o pessoal do outro ramal participa [...] Levam tudo, legumes, mandioca, abacaxi, banana [...] Tudo eles levam, o preço é melhorzinho, mas demora para receber. Eles fazem um cartãozinho e recebem. Ano passado teve um limite de até 5 mil. Esse ano parece que vai diminuir [...] Agora tá em 3 mil (MORADORA AR3, 2017).

O financiamento para a produção é facilitado, pois os moradores possuem o Cadastro Rural (CAR)⁴⁷. Com relação aos investimentos públicos e a dificuldade de vender os produtos em mercado grande (supermercados), o morador AR4 menciona, *“produzo lavoura – mandioca, cana, arroz, feijão. Trabalhamos mais em casa e programas sociais do governo PAA, PNAE [...] dois recursos diferenciados. Vale a pena vender, pois é melhor do que na feira”*. Os investimentos materializam-se ainda através de financiamentos diretos para o desenvolvimento agrícola pelo Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (PRONAF).

Os moradores reclamam da fiscalização da vigilância sanitária sobre seus produtos, que não podem ser vendidos no comércio formal. Eles culpam os grandes empresários por não comprar a produção deles. Todavia, há vantagens de sua localização em região de fronteira, pois a venda é garantida para os bolivianos, que compram na feira livre na cidade de Eitaciolândia:

A feira sempre participamos em Eitaciolândia, são 3 dias de feira, a feira daqui depende dos bolivianos [...] Em Xapuri o cara tinha 10 cachos e não tinha vendido nenhum [...] Aqui o cara chega com 1000 cachos de banana e vende tudinho, rapidinho vende, os bolivianos plantam, mas mandam muito pra fora La Paz, Santa Cruz [...] Os colhas⁴⁸ mandam muito [...] Eles produzem, mas não é o suficiente [...] Tem muito atravessador, se não fossem os bolivianos nosso município era o mais quebrado aqui do Acre (MORADOR AR4, 2017).

⁴⁷ Instrumento de regularização ambiental de propriedades rurais. Utiliza informações georreferenciadas do imóvel relacionadas às áreas de proteção ambiental e atividades produtivas.

⁴⁸ Grupo étnico numeroso descendente da civilização Inca.

Corroborando com esta afirmativa, o Gestor G4 (2017) argumenta: *“Aqui na feira eles consomem muito e de tudo um pouco - banana, queijo, mamão, cheiro verde -, de tudo eles compram”*. De acordo com Gestor G5, nos últimos três meses, devem ter sido comercializados mais de 15 toneladas de banana na feira. Segundo o mesmo gestor, o caminhão faz três fretes diários puxando banana, fora os fretes particulares e de terceiros. *“Essa feira é o desafogo do produtor, ele traz e sabe que tem mercado garantido aqui graças aos nossos irmãos bolivianos”* (GESTOR G5, 2017).

Com relação ao mercado boliviano, o mesmo gestor salienta que:

Os bolivianos pouco produzem na Bolívia para consumo, então tudo que precisam lá compram aqui no Brasil, especialmente em Eptaciolândia, então nos vendemos pra Cobija: macaxeira, farinha, banana, abacaxi, laranja, o que mais? Queijo, carvão, e tudo que eles colocarem na feira eles compram [...] isso não é só pro consumo deles é pra exportação também Maldonado, Santa Cruz, La Paz, né?! A população de Cobija é grande, tem 60 mil habitantes. Cresceu muito Cobija, é maior que Brasília e Eptaciolândia juntas. Então, eles têm um mercado grande de consumo [...] Eu digo até que se não fosse nossos irmãos bolivianos aqui, a feira não existia, porque a demanda interna aqui é muito pouca (GESTOR G5, 2017).

É importante mencionar que, para os moradores do local, há dificuldades para se levar os produtos na feira livre. Um caminhão passar pelo local uma vez por semana. Segundo os moradores, há muita burocracia e o valor é determinado pelo que o produtor leva, por exemplo: *“lá tem a balança, o pesador, o contador, ai tudo é pesado e cada produto tem valor e é levado pelo caminhão”* (MORADORA AR2, 2017).

No entanto, sobre o assunto, o gestor questiona: *“lá tem agricultura, a gente mecaniza; programa de compra antecipada, a prefeitura atende, busca lá a produção deles; é uma das áreas que mais produz em agricultura mesmo lá, feijão, arroz, milho”* (GESTOR G1, 2017). Tal gestor afirma que se perguntar para os moradores do ARIE, eles dizem que não tem apoio de ninguém, mas vivem relativamente bem, pois tem acesso, ramal bom, luz, entre outras facilidades.

Na ARIE SNE encontram-se culturas desenvolvidas no Sistema Agroflorestal (SAF), que correspondem ao consórcio em uma determinada área, não necessariamente todas ao mesmo tempo, de diferentes espécies madeireiras, não madeireiras, culturas temporárias e culturas perenes (Figura 17). Exemplo da

formação deste sistema é o do Morador A4: “Tô formando um sitio ali, abacate⁴⁹ 200 pés plantados, pequi⁵⁰, laranja, limão, rambutã⁵¹, 40 pés plantados, cupuaçu⁵² tem pouco [...]” (MORADOR A4, 2017).

Figura 17 – Sistema Agroflorestal com seringueira, laranjeira e abacateiro na ARIE Seringal Nova Esperança



Fonte: Acervo do Autor (2017).

Os SAF's incentivam o desenvolvimento de atividades econômicas com características ecológicas, de forma a contribuir com a melhoria dos indicadores ambientais e sociais no interior de áreas como a ARIE em questão. O governo do estado do Acre, em parceria com o governo municipal de Epitaciolândia, desenvolve a política da “floresta plantada” como é o caso do consórcio de castanha, açaí⁵³, cupuaçu, entre outros. Essa contribui para regenerar e manter a floresta natural em pé.

Os moradores, entretanto, questionam acerca dos recursos financeiros para desenvolver a atividade em tela: “a floresta plantada [...] saiu recurso desde 2011 e esse dinheiro não apareceu aqui... tem 20 pessoas cadastradas e o dinheiro não chega, dizem que é 2.500 dólares por hectare. Ai o povo desanima. fica difícil [...]” (MORADOR AR4, 2017).

⁴⁹ *Persea americana*

⁵⁰ *Caryocar brasiliense*

⁵¹ *Nephelium lappaceum*, fruto comestível rico em nutrientes de uma árvore tropical.

⁵² *Theobroma grandiflorum*.

⁵³ *Euterpe oleracea*.

Assim, levando em consideração a fala desse morador AR4, acredita-se que à falta do recurso possa inviabilizar essa atividade no interior da área, comprometendo sua difusão. É importante mencionar que nem todos os moradores desenvolvem essa atividade no local, apenas uma pequena parcela em função de diferentes fatores, entre eles, o tamanho reduzido dos lotes.

Dentro da ARIE SNE tem uma propriedade que desenvolve artesanato em larga escala, com produção de bolsas, sandálias e colares em látex (Figura 18).

Figura 18 – Produção de calçados artesanais de seringa na ARIE Seringal Nova Esperança



Fonte: Acervo do Autor (2017).

Nota: Calçados confeccionados no interior da ARIE; B) Modelo de calçado.

Esse pequeno empresário é conhecido como “Doutor Borracha”. Para a confecção dos produtos se utiliza do látex como matéria prima, no entanto, este não é extraído no local, pois não existe produção, e sim oriundo da Reserva Extrativista Chico Mendes. Este morador esclareceu: *“tô comprando o látex de outras pessoas porque a demanda aumentou [...]”* (MORADOR AR1, 2017). Segundo ele, por ocasião da entrevista pagava-se R\$ 4.50 reais por litro para de um lado se ter um látex de qualidade, e de outro manter o seringueiro na floresta.

Esse artesão, que produz dentro de sua propriedade, emprega cerca de cinco pessoas também moradoras da ARIE. Trata-se de um mercado em expansão. Segundo ele, *“aqui, acolá, vem muita gente aqui. Eu levo sempre pra exposição e tô mandando sempre pra São Paulo e Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Brasília e Milão [...] Aqui é tudo artesanal e não tem nada industrial”* (MORADOR AR1, 2017). Paralelamente ao artesanato, que é sua principal atividade, ele desenvolve ainda criação de pequenos animais para consumo próprio.

Dentro da ARIE SNE, aqueles que possuem castanheiras em suas propriedades desenvolvem ainda a atividade extrativista. Segundo informações do

Relatório Técnico da ARIE (RODRIGUES et al, 2012), as árvores de castanheiras são abundantes no local. No entanto, o número foi significativamente reduzindo em função de sua gradativa exploração (construção de casas, currais e cercas) e da expansão da pecuária bovina no interior da área ao longo dos últimos anos. A Moradora AR3 (2017), sobre essa questão, argumentou que *“o vizinho cerrou uma castanheira pra fazer prancha e o ICMBIO foi multar dizendo que ele ia vender [...] Foi só para fazer prancha para usar [...]”*.

Segundo Rodrigues et. al (2014), no caso do Acre, a frente de expansão da agropecuária se concentra em locais de ocorrência da castanheira, que tem seu hábitat ameaçado pelo desmatamento. A castanheira é uma espécie protegida por Lei de acordo com o Decreto nº 4.771 de 1965 que foi substituído pelo Decreto nº 5.975 de 30 de maio de 2006. Essa espécie deve ser preservada desde a década de 1960 A castanha (Figura 19) é um produto valorizado no mercado, no ano de 2017, os coletores chegaram a vender a lata de 18 litros⁵⁴ por aproximadamente R\$ 90,00 (MORADOR RE4, 2017). Esse valor é extremamente significativo para aqueles que coletam o produto, pois 12 latas corresponderiam a aproximadamente um salário mínimo⁵⁵. Mas há que se observar que no período o preço estava valorizado no mercado em função da baixa produtividade no período.

Figura 19 – Ouriços de castanha encontrados na ARIE Seringal Nova Esperança



Fonte: Acervo do Autor (2017).

Nota: Ouriço de castanha; B) Ouriços quebrados.

A exploração da castanha como fonte de renda é sazonal, ocorrendo uma vez durante o ano, de dezembro a abril. Essa sazonalidade viabiliza a conservação desse recurso natural, mas traz dificuldades, pois não permite um fluxo constante de

⁵⁴ O mesmo que 18 kg. O valor do kg estava correspondendo a aproximadamente R\$ 4,44.

⁵⁵ O salário mínimo no ano de 2017 correspondia a R\$ 937,00 e a cesta básica R\$ 335,15.

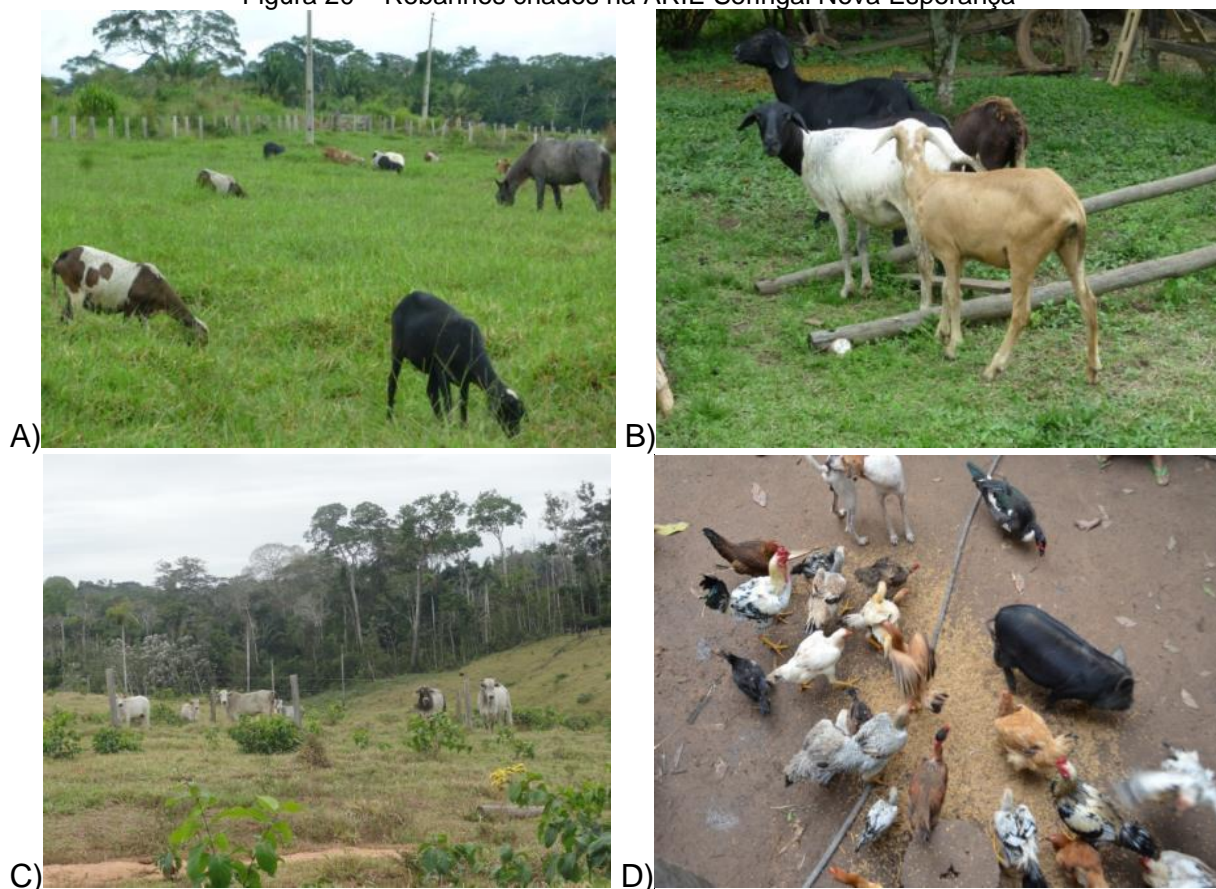
dinheiro. Todavia, os moradores consideram a quantidade de árvores em suas respectivas propriedades pequena para a exploração econômica. Segundo o Morador AR4 (2017), *“a castanha tem um pouquinho, mais pro consumo, porque muito é improdutiva, não produz castanha [...] Tem áreas que dá pouco e outras dá um pouco mais”*.

O mesmo ocorre em relação à borracha e outros produtos não madeireiros (sementes, óleos, fibras, etc). No caso da borracha, *“Eles cortavam seringa, só que já faz muitos anos a cooperativa comprava, só que eles largaram de mão faz tempo pelo menos nessa área, né?! Faz tempo que parou a borracha [...]”* (MORADORA AR2, 2017).

Os produtos não madeireiros são estratégicos para gerar renda e, conseqüentemente, viabilizar a conservação da natureza no local. Nesse sentido, entende-se que outros produtos podem vir a ser incorporados, no entanto, torna-se fundamental primeiramente avaliar a quantidade e potencial produção. O Programa de Garantia de Preços Mínimos da Sociobiodiversidade (PGPM-BIO), difundido pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB pode ser uma alternativa para coletores, no entanto, não foram observadas pessoas cadastradas neste programa no interior da ARIE SNE. É relevante que os respectivos moradores se cadastrem no programa, pois traz benefícios diretos aos mesmos.

A pecuária bovina é praticada na ARIE SNE, tanto a de corte como a leiteira. Praticamente todas as famílias do local, com raras exceções, têm algum tipo de criação (aves, suínos, cabras, peixes, etc.) (Figura 20). *“Tem criação, né?! Algumas pessoas por aí tem seu gadinho, né!? Cria galinha, né!? Algumas pessoas criam porco, [...] tem umas 15 a 20 cabeças. Tem uns peixinhos nesse tanquezinho, pequenininho”* (MORADORA AR3, 2017).

Figura 20 – Rebanhos criados na ARIE Seringal Nova Esperança



Fonte: Acervo do Autor (2017).

Nota: Cabritos e cavalos; B) Cabritos; C) Bovinos; D) Criações diversas.

Observa-se, portanto, uma diversificação na criação de animais que servem como proteína para a dieta alimentar dos moradores e ainda para comercialização. Com relação à venda, eles enfrentam algumas dificuldades em Epitaciolândia, pois precisam ter autorização sanitária e/ou Guia de Trânsito Animal (GTA).

Os moradores reclamam da burocracia e pedem mais apoio do poder público na área:

Acessamos financiamento e muitos fazem [...], mas tem uma burocracia danada. Se produzir como vai vender se não tem apoio de ninguém, quando tem, não tem o transporte que é coisa do prefeito, né!? Não tem [...] Precisa os moradores pagar o óleo do trator [...] tem que tirar o GTA de galinha para poder vender, mas na cidade não se sabe se vai vender, tudo dificulta pra nós (MORADORA AR3, 2017).

O gado bovino é extremamente importante para os moradores da ARIE, pois é “moeda” de troca no banco para financiamentos maiores: *“sempre conseguimos um crédito, [...] hoje o banco trabalha com o que você tem. Exemplo, você tem 30 cabeças de gado, aí financia proporcional o que você tem, que eles podem tirar caso você não pague”* (MORADOR AR4, 2017).

Desta forma, ter gado bovino é ter segurança em um momento de dificuldade. É como se ter uma poupança, rapidamente se tem dinheiro em mãos. Para um dos gestores analisados a análise segue na mesma direção, o pequeno produtor quer ter o gado, porque esse animal é valorizado no mercado, “*é vendido por 1.000 reais, 800 reais o bezerro*” (GESTOR G1, 2017). No entorno da ARIE a criação de gado é abundante e vem exercendo pressão sobre a atividade na floresta no interior desta UC.

c) Dimensão política-administrativa

Os moradores do local em sua maioria não são filiados a partidos políticos, no entanto são simpatizantes de alguns deles, sobretudo os mais de esquerda (Partidos de esquerda). Estes exercem, mesmo que indiretamente, atividades políticas no interior da ARIE SNE. Há, entretanto, um descrédito na política (não acreditam muito mais na mesma em função da corrupção generalizada). Segundo os entrevistados, há muita promessa e pouca ação, além de muito roubo por parte do legislativo. A infraestrutura do local depende diretamente da política nas três esferas governamentais. Dessa forma, enfrentam uma série de desafios como a necessidade de melhorias de ramais, escolas, postos de saúde, entre outras.

As vias de acesso, ou ramais, passam esporadicamente por manutenção, mas com o óleo diesel dado pelos moradores para funcionamento das máquinas. Essa iniciativa é recente, oriunda dos últimos 5 ou 6 anos. Segundo os gestores, essa prática é importante para que os beneficiados deem valor aos serviços desenvolvidos, como manutenção de ramais e destoca. Isso acarreta, entretanto, certa lentidão nos serviços, pois muitos dos moradores do local não contribuem por diferentes motivos, seja pela falta de recursos, seja pela má vontade, ou por não concordar com a prática de cobrança.

As escolas no local oferecem uma estrutura para o Ensino Básico. Elas, todavia, enfrentam problemas como a falta de professores e de material didático. Como não há oferta do Ensino Médio na comunidade, os alunos se deslocam para a cidade de Epitaciolândia. O ônibus escolar passa na BR 317, aproximadamente 15 km de distância da ARIE SNE. O deslocamento deste trecho a pé é um obstáculo para aqueles que querem prosseguir nos estudos. Há uma esperança de que no

local ou nas suas adjacências venha a ser ofertado Ensino Técnico e Superior, o ensino à distância poderia ser uma opção.

A infraestrutura de saúde também enfrenta problemas, pois não há posto de saúde na ARIE SNE, apenas agente de saúde. Quando precisam, os moradores têm que se deslocar para a cidade de Epitaciolândia.

Na saúde é assim, a prefeitura manda os cloros para botar na água e nós trabalha na prevenção da doença, né, conversando com as pessoas e as famílias. Era pra gente ter um trabalho mais melhor. Se fosse bem certinho, era 2 vezes por mês o itinerante, né, a equipe médica na comunidade [...] quando as pessoas da comunidade chegasse na cidade ter um bom atendimento no lugar onde agente é lotado, tipo assim é lotado porque assim agente sai daqui e vai pra UPA [Unidade de Pronto Atendimento], já é difícil ir até lá e aí não é nem bem atendido [...] essas são algumas dificuldades, porque se fosse citar mesmo todas são muitas (MORADORA AR3, 2017).

Portanto, com relação à infraestrutura de saúde do local essa merece ser melhorada para viabilizar melhor qualidade de vida no interior da UC.

Os moradores da ARIE SNE possuem documento de compra e venda da terra e necessitam recolher Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR. Um fator importante é que no cálculo do valor do imposto são excluídas as áreas de proteção ambiental, de forma que o valor correspondente seja relativo apenas às benfeitorias existentes. Com relação ao documento de compra e venda, esse é produzido pelos próprios moradores, que vendem ou compram por conta própria. A forma correta seria solicitar autorização do órgão gestor para a venda, mas isso raramente ocorre, o que configura em uma infração. Isso é um dos principais problemas relacionados à área, pois leva irregularidades em todas as atividades desenvolvidas, sendo os moradores sujeitos a multa e retirado dos mesmos do local de acordo com objetivos de criação.

A mediação pelo órgão gestor é importante numa UC, pois depende dessa dinâmica para o encontro de soluções aos problemas enfrentados. Manter o perfil dos moradores é também algo fundamental, pois de acordo com a legislação da ARIE SNE, estes devem ser seringueiros e coletores principalmente, mas também pequenos agricultores rurais. Com o comércio informal das terras acaba ocorrendo uma diversificação no perfil dos moradores locais, o que dificulta a ação do órgão gestor.

As ARIEs são administradas pelo governo federal, através do ICMBio. É relevante afirmar que esse órgão público enfrenta no local alguns problemas

relacionados à sua ação, pois tem falta de recursos e ainda de servidores. A questão dos recursos é apontada pelos próprios gestores:

Em 2015 nós tivemos um corte de 25% nos recursos de orçamento do MMA [Ministério do Meio Ambiente], isso fez a gente perder orçamento de contrato de motorista e barqueiro. Em 2016 os cortes foram de 50%, isso fez a gente fechar algumas bases, inclusive nós perdemos contrato de segurança armada, né?! [...] E agora, há uma semana, um corte de 51%. Então, tivemos um corte de 25, 50 e 51%, nós não recebemos orientações ainda do que vai acontecer porque esse corte foi dentro do MMA, nós temos três órgãos vinculados ao ministério: IBAMA, ICMBio e o Serviço Florestal Brasileiro. Então não se sabe o que vai ocorrer, mas o que pode acontecer é fechar a base. [...] No Acre nós temos em Brasília, Sena Madureira, Rio Branco e Cruzeiro do Sul [...] talvez acabe fechando Brasília e Sena Madureira e fiquem apenas os núcleos de Rio Branco e Cruzeiro do Sul (GESTORA G9, 2017).

A sequência de cortes mencionada pelo gestor em questão representa um quadro demasiadamente problemático para a instituição. A falta de recursos interfere diretamente no andamento das atividades no interior das UCs de forma geral.

No entanto, a crise não para por aí. A mesma gestora aborda a falta de servidores e a potencial piora nessa situação:

Se a gente vai receber o corte de DAS, geraria um caos porque todas as bases tem pelo menos um DAS (DAS é um cargo comissionado), servidor de fora do quadro que recebe um cargo de confiança para trabalhar em uma unidade. [...] É uma pessoa que trabalha a gestão da unidade, é de livre nomeação e exoneração, tendo dinheiro paga, não tendo não paga [...] Em Cruzeiro do Sul todos os gestores das unidades são pessoas de fora do quadro, porque foi a maneira que conseguimos encontrar para ter mais gente trabalhando, entendeu?! Não tem concurso é a maneira de colocarmos alguém trabalhando com cargo comissionado porque tem essa condição, vamos ver o que vai acontecer [...] (GESTORA G9, 2017).

Essa perspectiva, segundo a gestora, mostrar que é impossível fazer gestão das UCs como é o caso da ARIE SNE. Ele continua e descreve:

O ICMBIO tem 11 Unidades de Conservação no Acre, para essas unidades o órgão tem 13 servidores. Então assim, a ARIE esta descoberta, sem servidor lotado nela, desde 2012. Na verdade, desde antes, teve uma jogada institucional pra trazer alguém pra lá, essa pessoa ficou 6 meses e não quis mais ficar, e aí, tá desde 2012 sem ninguém lotado na unidade, aí a responsabilidade fica, no caso de uma unidade sem chefia, na responsabilidade da coordenação regional, que fica em Porto Velho (GESTORA G9, 2017).

Ainda segundo a Gestora G9, a coordenação regional sofre pressão do Ministério Público para que alguma coisa seja feito no local. Por sua vez, o órgão

restringe uma série de atividades, entre elas a fiscalização do desmatamento. Assim, sem fiscalização não há multa para quem infringe a legislação.

A fiscalização é uma das “queixas” dos moradores, pois argumentam que o órgão só aparece no local para multar, *“o ICMBio vem na época da queimada ou quando tem alguma indicação”* (MORADORA AR2). Não fomentam o desenvolvimento e a viabilidade econômica. *“A comunidade teve um confronto com ICMBio, os ‘caras’ vieram multar, aí teve um pessoal que reuniram para empatar eles, teve uma briga danada, foi algumas pessoas presas [...]”* (MORADORA AR3, 2017).

Segundo os moradores, o problema foi ocasionado pela abertura, através da prefeitura de Epitaciolândia, do ramal Mato Grosso que corta a ARIE SNE. Os moradores fizeram piquete, e isso gerou um grande conflito na área com o órgão responsável, o qual, por sua vez, multou a prefeitura de Epitaciolândia. De acordo com os moradores, existe um abandono do local pelo poder público:

Aqui é assim, uma área meio descoberta. O ICMBIO só veio fazer esse levantamento, né!? E vem multar as pessoas, rsrs [...] O ICMBIO faz isso, é o que ele faz, mas dar condição para sobrevivência não, nenhum [...] Eles só vem cobrar, multar pra deixar as coisas mais difícil (MORADORA AR3, 2017).

Os moradores reclamam ainda da falta de um Plano de Manejo, utilização e ainda de um gestor para a área que possa ser a ponte para solicitar melhorias. O Plano de Utilização é um documento que norteia as atividades no interior de uma UC como forma de compatibilizar de forma equilibrada conservação dos recursos naturais e desenvolvimento econômico. Ele deve ser proposto pelo órgão gestor em parceria com a população local.

Esse instrumento de gestão para as áreas protegidas é fundamental para que os objetivos sejam alcançados, no entanto, mesmo assim não é garantia total. Nesse sentido: *“A única ajuda assim, é do governo que tão arrumando aí, os moradores pagam o óleo das máquinas”* (MORADOR AR1, 2017). Para realizar obras no ramal a prefeitura libera a máquina e o maquinista e os moradores pagam o óleo diesel, conforme anteriormente relatado.

Segundo a Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000 em seu Artigo 2º, no parágrafo XVII, tem-se que o Plano de Manejo:

É documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as

normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, 2000, Art. 2ª).

As UCs devem possuir Planos de Manejo que indiquem um norte para as atividades desenvolvidas em seu interior. Nessa mesma direção, tem-se a Lei nº 9.985 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). De acordo com o Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002 em pauta, em seu capítulo 4, sobre Plano de Manejo, o Artigo nº 15 menciona que: *“A partir da criação de cada unidade de conservação e até que seja estabelecido o Plano de Manejo, devem ser formalizadas e implementadas ações de proteção e fiscalização”* (BRASIL, 2002b, Art. 15).

O Plano de Manejo é peça fundamental para que uma unidade de conservação tenha a possibilidade concreta e palpável de conservação e desenvolvimento econômico para suas respectivas populações.

No caso da ARIE Nova Esperança:

Somente em 2004 o IBAMA, através do núcleo de Unidades de Conservação da Gerencia Executiva do Acre, passou a planejar atividades de reconhecimento da UC, uma vez que até aquele ano pouco se conhecia sobre as características sociais, econômicas e biológicas da ARIE Sringal Nova Esperança (IBAMA, 2005, p. 3).

Uma UC sem o Plano de Manejo é uma unidade sem “alma”, pois as atividades exógenas poderão se instalar sem nenhuma restrição, além do mais a unidade potencializar a perda de sua identidade enquanto UC, bem como sua população local.

Como forma de amenizar tais problemas na unidade foi criada, no ano de 2017, através da portaria 783⁵⁶ o núcleo de gestão integrada. A justificativa é integrar de forma organizacional e estruturante a gestão das unidades de conservação ARIE SNE e RESEX Chico Mendes.

Prevê a gestão integrada do conjunto de Unidades de Conservação – UC, que estiverem próximas ou justapostas, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional (BRASIL, 2000, art. 26)

⁵⁶ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Portaria nº 783 de 30 de novembro de 2017 que institui o núcleo de gestão integrada.** Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/portarias/Portaria_783_de_30_de_novembro_de_2017.pdf. Acesso em: 30/03/2019.

Nesse sentido, um núcleo de gestão viabilizaria o decreto de criação, Plano de Manejo e orientação para os conselhos gestores das UC. Essa iniciativa é importante, no entanto, a desestruturação do ICMBio repercute negativamente na ação prática esperada.

Com relação ao apoio e a contribuição do poder público na área, se menciona o seguinte:

A prefeitura, até o 7º BEC⁵⁷, teve aqui [...] a gente teve apoio de todos... Só ICMBIO que fez esse trabalho errado, aí queria proibir de a gente trabalhar, a gente entrou no Ministério Público Federal [...] Aí contravemos a quantidade de pessoas [...] O INCRA veio fazer o levantamento e deu 60 famílias [...] pedimos o afastamento do ICMBIO porque queria atrapalhar, aí tamo abandonado. Estamos esperando outra audiência porque só o governo federal pode exonerar essa reserva... estamos esperando [...] 50 a 60 por cento das famílias não teve acesso a reforma agrária, eu mesmo não ganhei um palmo de terra de ninguém [...] Pra mesma tem mais de 5.500 famílias cadastradas na reforma agrária, o INCRA engana muito as pessoas com isso [...] As terras que tem são da União, estamos aguardando (MORADOR AR4, 2017).

Nota-se que os problemas relacionados ao local são muito complexos, pois envolvem diretamente os moradores e o órgão gestor. Eles enfrentam esta situação de conflito desde a criação da ARIE SNE até os dias atuais. Os moradores não estão satisfeitos com a área e com a falta de um Plano de Utilização, o que configura a ARIE como uma “unidade no papel”. *“Criaram essa área de cima para baixo sem consultar ninguém [...] criaram pelo decreto [...] com assinatura de 120 pessoas. Essa área tá neutralizada, tá prejudicando a gente essa área”* (MORADOR AR4, 2017).

Nessa mesma perspectiva, os gestores destacam que: *“essa área foi criada de cima pra baixo [...] tinha que ter algo pro Fernando Henrique assinar quando viesse ao Cachoeira”* (GESTOR G2, 2017). *“Depois que o pessoal entrou e descobriu que aquilo era uma ARIE, não foi consultada, não teve consulta de nada. Como diz aqui o ditado, foi colocado aqui na tora, não houve nenhum diálogo, pessoal vocês querem isso mesmo? Não teve isso”* (GESTOR G1, 2017).

Considerando essa situação, os moradores entraram na justiça para deixarem de ser uma UC:

O negócio fugiu do controle aqui [...] O ICMBIO não consegue organizar essa área, aí acontecem esses conflitos que não quer deixar o pessoal trabalhar. Ali no Ramal das Torres o pessoal tinha uns fornos, chegaram derrubando os fornos sem notificar os donos, tirando a sustentabilidade,

⁵⁷ Batalhão de Engenharia e Construção do exercito.

pegaram um processo [...] Trabalhando de forma errada [...] os outros órgãos não se dão com o ICMBIO (MORADOR AR4, 2017).

Os moradores da ARIE SNE não estão satisfeitos com a configuração atual da área e afirmam que: *“acho que essa área poderia ser um assentamento do INCRA, né!?”* (MORADORA AR3, 2017). Eles afirmam ainda que a área não pode continuar sendo UC, pois esta descaracterizada como tal. Os órgãos responsáveis inclusive já reconheceram isso, se pensa numa forma em que todos permaneçam com o tamanho da área que possuem.

Os moradores questionam ainda:

Criar essa área piorou, porque não vigorou né! Na época que foi pedido, se tivesse acontecido mesmo, tinha sido bom [...] mas o presidente não cuidou, né! Hoje é pior ter sido feito isso [...] essa área atrapalha porque foi assinado e não foi feito nada, né! Só atrapalhou, por causa dela, não pode se fazer nada... tipo assim fazer outro pedido, né [...] para ser outro pedido, pra tipo assim o INCRA assumir, né!? Porque tem todo um processo lá... aí não acontece, então atrapalha, né!? (MORADORA AR3, 2017).

Por outro lado, há a falta de conhecimento sobre a área, por parte dos moradores, *“aqui como é Unidade, pastagem não pode ter [...] as pessoas moram na área de Unidade de Conservação e não conhecem a lei da área [...] como vai proibir o povo de trabalhar se o povo não conhece a lei?”* (MORADORA AR3, 2017). Aliás, quase a totalidade dos moradores do local não sabem para que serve uma ARIE de fato.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) possui importância na ARIE SNE, pois é ele muitas vezes que faz a ponte entre os moradores e o poder público: *“a gente procura o sindicato quando precisa de apoio [...], aliás, o sindicato ajuda na situação de auxílio de doença e tem que passar por ele o auxílio de maternidade, aposentadoria também. Se sentimos abandonados mesmo”* (MORADORA AR2, 2017). *“Com certeza se sentimos abandonados pelo INCRA, ICMBio, prefeitura, estado [...]”* (MORADORA AR3, 2017).

Apesar da importância do sindicato e também da associação de moradores, atualmente ambos enfrentam dificuldade para manter a participação dos respectivos associados. *“Estamos desarticulados na associação, tá tudo quebrada [...] o próprio governo vem desarticulando tudo o movimento social e o povo vai descreditando [...]”* (MORADOR AR4, 2017).

Segundo os moradores, a associação funciona pouco, tem mais de 40 associados e nas reuniões aparecem no máximo 10. Segundo as lideranças locais, isso ocorre devido à acomodação dos associados, a desarticulação do movimento e as conquistas realizadas, como a abertura de ramais e a colocação de energia elétrica, bem como pelo fato do campo estar cheio de gado. *“Tá no conforto [...] ai tem o que queria e não participa [...] Alcançou os objetivos [...]”* (MORADOR A4, 2017).

Nesse aspecto, constata-se que é o gado o destaque na ARIE SNE, e não a conservação da área e o extrativismo da castanha, por exemplo. O gado em si, dentro do limite estabelecido e controlado, não é problema, todavia, em grande quantidade, como acontece, acaba por gerar impactos irreversíveis na UC.

Os estudos realizados pelo IBAMA (2012) nos anos de 2005/2006 sobre a efetividade da gestão através do método Rappam⁵⁸ mostraram que a ARIE SNE possui um percentual de gestão de 16%, o que é um valor muito baixo para a efetiva gestão local. Para o ano de 2010 os valores foram ainda mais baixos, chegando a 5%, um dos piores do Brasil na análise da efetividade da gestão. Sendo que Planejamento, gestão e tomada de decisão chegaram a 0%.

Pesquisas posteriores não foram divulgadas ou mesmo realizadas, mas quando se leva em consideração as informações disponíveis para o período de 2005/2010 e aquilo que é observado até o ano de 2017, a situação não apresenta melhoras, pois os mesmos problemas e outros ainda piores como o desflorestamento próximo de 50% da área são observados no local. De fato os dados confirmam que a ARIE SNE possui uma péssima gestão, o que dificulta ainda mais a vida dos moradores, bem como do ecossistema.

d) Dimensão ecológica

A ARIE SNE apesar de ser considerada pequena quando comparada a outras UCs, possui grande diversidade biológica. De acordo com Amaro et. al. (2012), mesmo com a forte ação antrópica, a diversidade está dentro do que se considera tecnicamente como sendo alta. A castanheira é o produto florestal de maior importância social e econômica (RODRIGUES et al, 2014).

⁵⁸ Metodologia rápida para avaliar/diagnosticar as Unidades de Conservação. Leva em consideração diferentes fatores entre eles: vulnerabilidade, desenho e planejamento da área e da gestão.

Apesar das considerações acima, o local enfrenta impactos com a retirada da vegetação, inclusive das castanheiras. A madeira da castanheira é utilizada pelos moradores para diferentes fins, como para fazer cerca, curral e construção. Isso é reflexo da falta de fiscalização e controle por parte dos órgãos gestores.

A ausência de renda pelo extrativismo, a retirada da floresta e a formação de pastos, são alguns dos problemas que contribuem com o impacto ambiental na ARIE:

O próprio superintendente do IBAMA [...] disse que a possibilidade que o povo não vivia de extrativismo e sim de produção agricultura, criação e até a pecuária [...] como não tinha controle foram permitindo, dando licença para a retirada da vegetação/desmata de 2, 3 hectares [...] aqueles que exageravam foram multados, mas mesmo assim não seguravam, porque raramente conseguem [...] (MORADOR AR4, 2017).

Os moradores argumentam que a modalidade de UC criada foi incorreta, pois queriam uma Reserva Extrativista e não uma ARIE:

Ela foi criada porque na época foi pedida essa reserva e tinha condição de ser uma Reserva Extrativista, agora depois, aí os governantes não cuidaram, né?! Aí depois ficou sem condição de ser área na qual tinha pedido [...] Se na época eles tivessem cuidado, tinha sim, e conseguido fazer do jeito que tinha pedido (MORADORA AR3, 2017).

No ano de 1999, ano de criação da ARIE SNE, o desmatamento no local compreendia, segundo o Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite – PRODES (INPE/PRODES, 2015), aproximadamente 15%. Ao passo que no ano de 2015, a taxa de desmatamento acumulado já atingia aproximadamente 48% da área (Quadro 12).

Quadro 12 – Evolução do desmatamento na ARIE Seringal Nova Esperança até 2015
(Continua)

Ano	Incremento (%)
Até 1997	14,00
Até 2000	3,74
2001	0,19
2002	0,94
2003	2,42
2004	1,09
2005	1,06
2006	0,11
2007	0,04
2008	0,57
2009	1,36
2010	1,09

Quadro 12 – Evolução do desmatamento na ARIE Seringal Nova Esperança até 2015
(Conclusão)

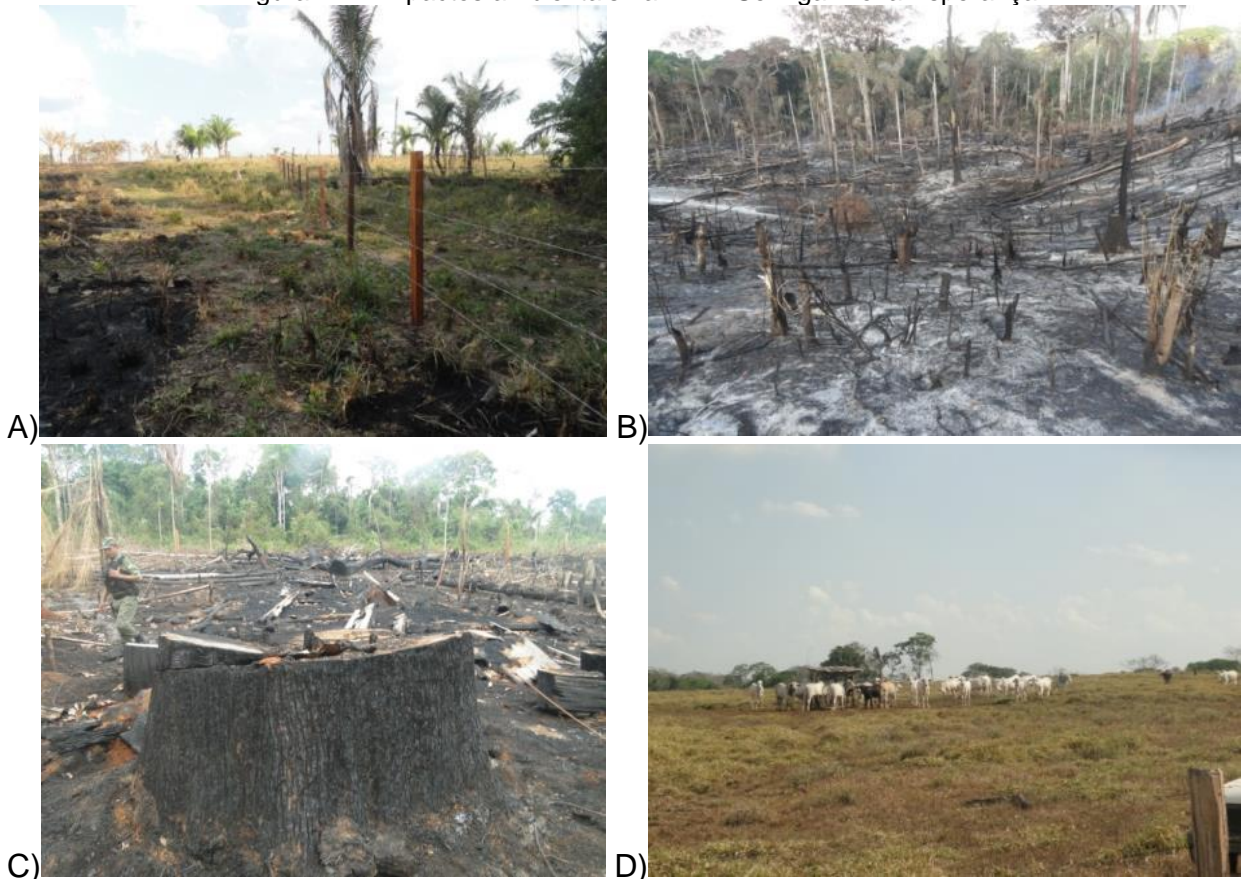
2011	1,47
2012	9,70
2013	1,55
2014	5,74
2015	3,66
Total	48,73

Fonte: Adaptado de INPE/PRODES (2015).

Nota: Organizado pelo Autor.

Os impactos ambientais no interior da ARIE SNE são consideráveis. A Figura 21 ilustra tal afirmativa.

Figura 21 – Impactos ambientais na ARIE Seringal Nova Esperança



Fonte: ICMBio (2016).

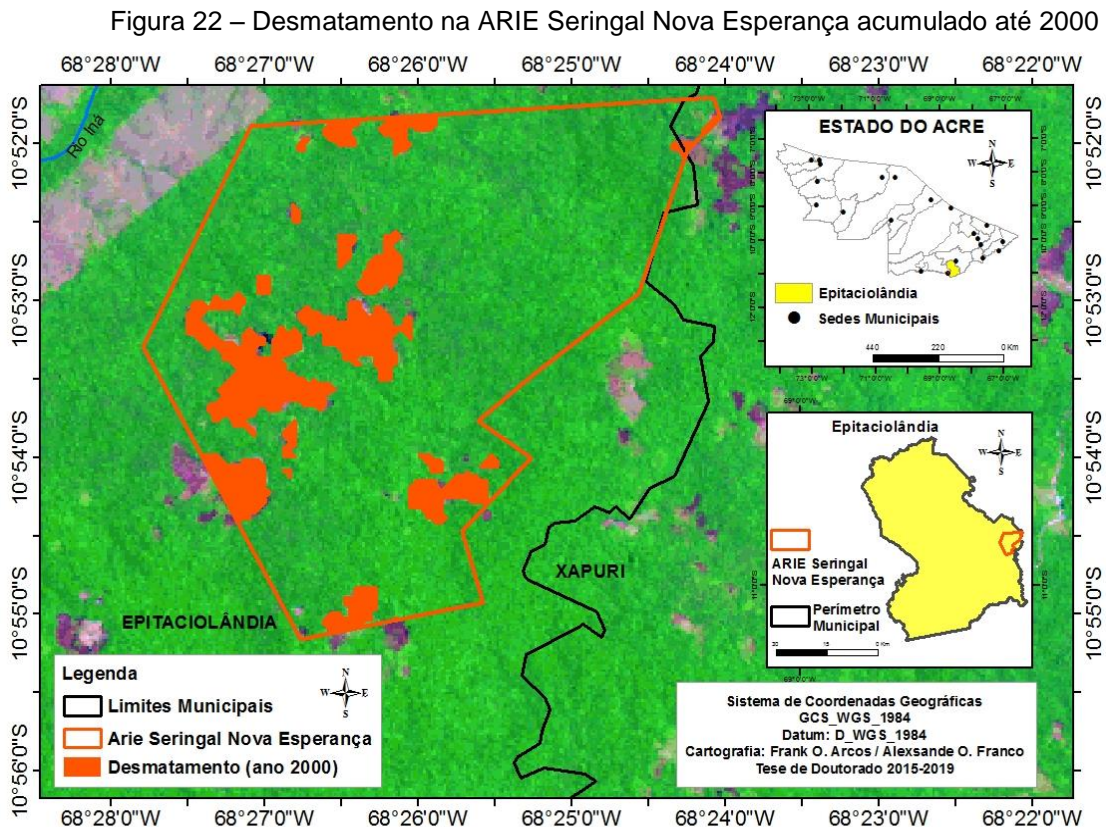
Nota: Cerca dividindo pastagem; B) Área com queima de vegetação; C) Corte raso e queima do tronco de castanheira; D) Pastagem e criação de gado.

Diversas práticas “ilegais”, realizadas pelos moradores no interior da ARIE SNE, podem ser observadas. Destaque pode ser atribuído às queimadas de áreas para formação de pasto e a derrubada de castanheiras. Nessa perspectiva é

importante observar as figuras a seguir que destacam a evolução do desmatamento no interior da ARIE desde sua criação.

A Figura 24 mostra o desmatamento acumulado na ARIE até o ano de 2000, um ano após a criação desse modelo de gestão territorial. Observa-se que a área um ano após sua criação possuía 82% de sua vegetação. A área já possuía um incremento considerável próximo de 18% de desmatamento. Observa-se ainda grande impacto no entorno.

O entorno desta ARIE, que possui um mosaico de formas de uso do solo que influenciam seu interior. Pela Figura 22 observa-se que o entorno no ano de 2000 encontrava-se até certo ponto conservado. Situação que passa a sofrer modificações posteriormente.

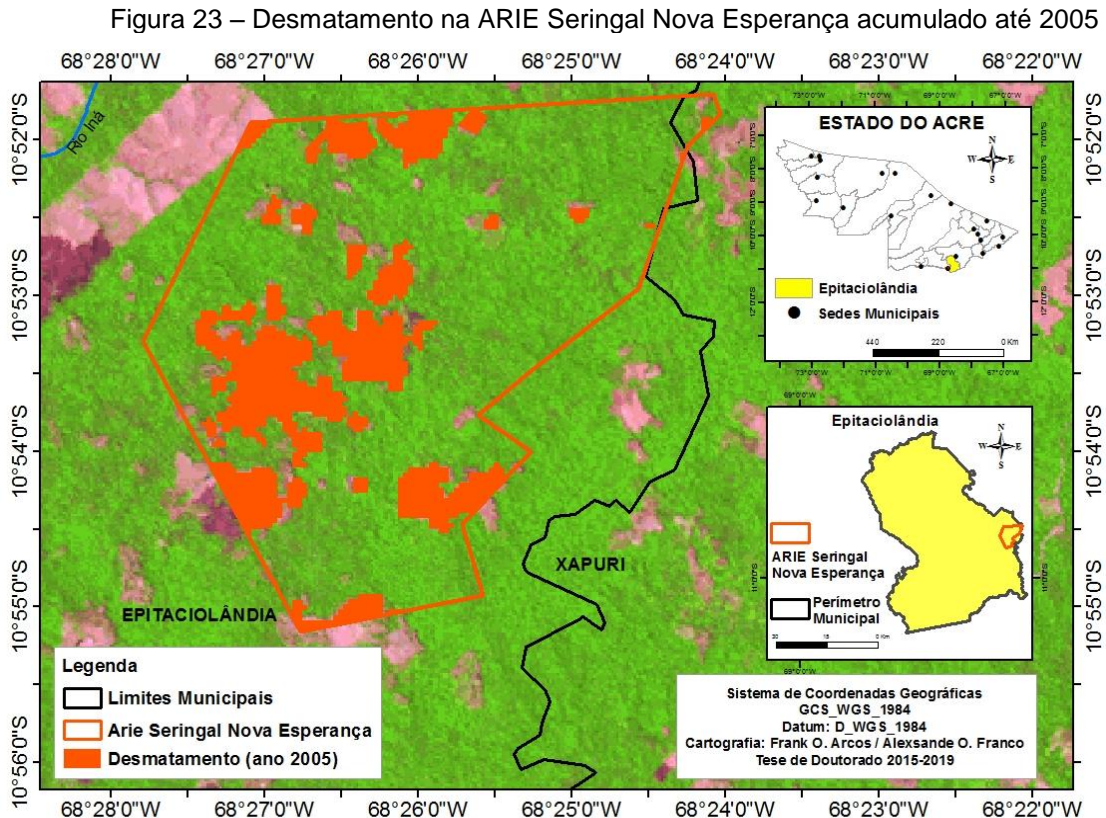


Fonte: Banco de Dados Digitais (<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/dados/>).

Nota: Organizado pelo Autor.

O desmatamento continuou ao longo dos anos seguintes, a Figura 23 demonstra esse processo com aproximadamente 24% acumulado de 2001 até o ano de 2005, ou seja, houve um incremento de quase 6%. Essa dinâmica ocorre pela ampliação das áreas de pastagem no interior da área.

Assim como no interior, essa dinâmica ocorre com mais força ainda no entorno. Isso pode ser notado pela ampliação do solo exposto (cor rosa). Para o entorno não há o controle rígido de desmatamento como deveria ocorrer no interior da área, todavia, o desmatamento do entorno traz pressão à UC.



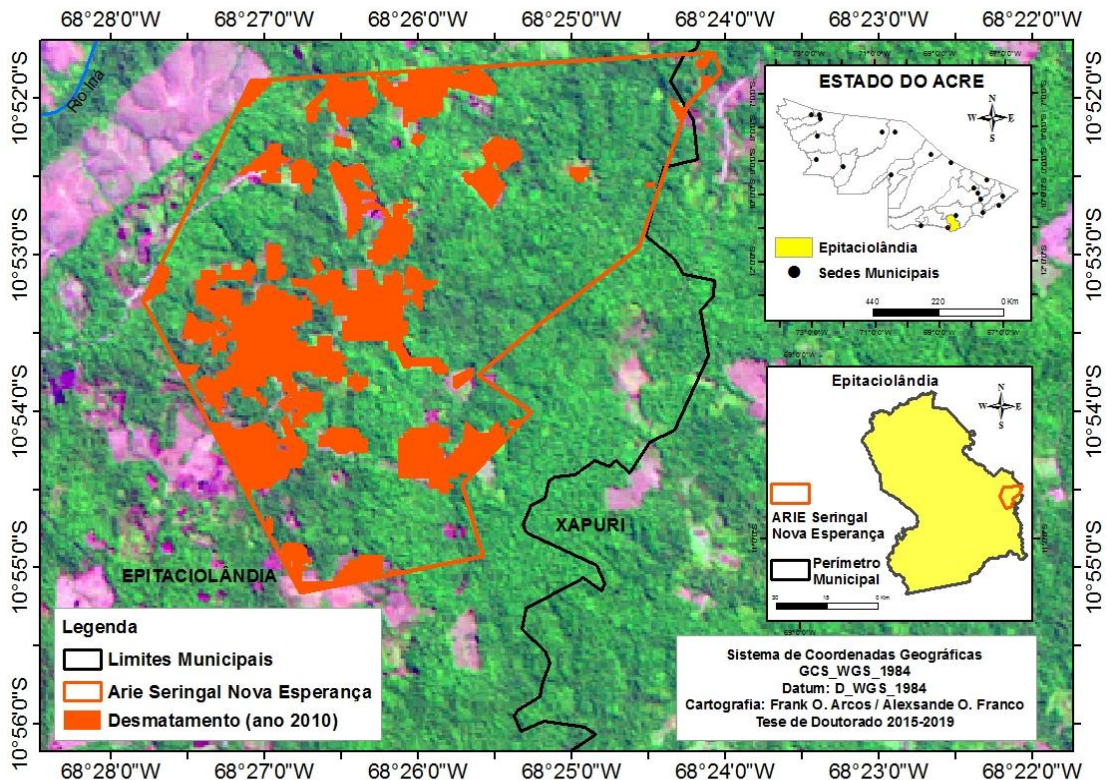
Fonte: Banco de Dados Digitais (<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/dados/>).

Nota: Organizado pelo Autor.

De 2006 a 2010 o desmatamento acumulado aumentou, mas de forma mais tímida, passando de 24% para aproximadamente 27%, ou seja, um incremento de 3% em cinco anos (Figura 24). É relevante mencionar que essa redução do incremento e conseqüente acumulado de desmatamento ocorreu provavelmente pelo controle maior das instituições fiscalizadoras no período.

No entorno, a dinâmica foi de incremento do desmatamento, tanto nas áreas do município de Eptaciolândia quanto nas de Xapuri.

Figura 24 – Desmatamento na ARIE Seringal Nova Esperança acumulado até 2010



Fonte: Banco de Dados Digitais (<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/dados/>).

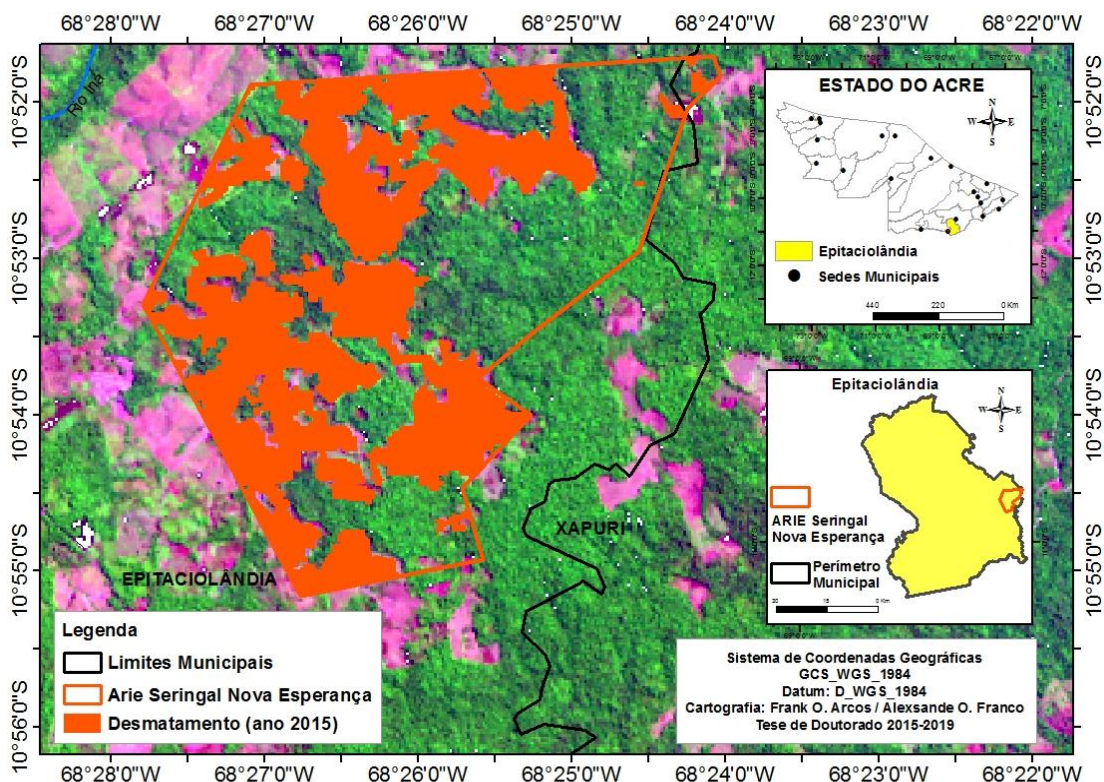
Nota: Organizado pelo Autor.

De 2011 até 2015 o processo de desmatamento ganhou um incremento alto, aproximadamente de 22%, sendo que o pico nesse período ocorreu em 2012 com quase 10% de desflorestamento. Com isso o acumulado passou de 27% para mais de 48% (Figura 25). Isso ocasionou grandes impactos negativos ao local, sobretudo, sobre a vegetação, fazendo a área perder produtividade extrativista.

Esse desmatamento, mencionado, é oriundo de diferentes fatores, ao longo do tempo, como, por exemplo, aumento da produção agrícola, crescimento das áreas de pastagem, e exploração madeireira e venda ilegal na área.

Em toda a região e na área em questão, é possível observar o crescimento exponencial do desmatamento. No entorno da ARIE o incremento do desmatamento atingiu imensas áreas, pois houve a formação e implantação de pastagens, observado na figura 25 pela cor rosa.

Figura 25 – Desmatamento na ARIE Seringal Nova Esperança acumulado até 2015



Fonte: Banco de Dados Digitais (<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/dados/>).

Nota: Organizado pelo Autor.

As figuras 24 a 27 mostraram a evolução do desmatamento de cinco em cinco anos, até o ano de 2015. Pode-se observar que a ARIE SNE vem passando por um processo evolutivo de desmatamento, antes mesmo de sua criação, mas que após sua criação intensificou, sobretudo, entre os anos de 2011 a 2015. Nos anos seguintes, até 2018, observou-se ainda mais incremento, cerca de 7%, demonstrando que os problemas persistem (Prodes, 2019).

Essa dinâmica tem grande influência das atividades desenvolvidas no local, como queimadas e retirada da vegetação para abertura e formação de pasto. A criação de gado e a agricultura itinerante⁵⁹ são práticas que ganham destaque no local. A subdivisão da área, para agregados ou mesmo venda irregular.

Outro fator determinante para o incremento do desmatamento é a pouca difusão extrativista nos últimos anos, seja pela retirada das castanheiras, o que é ilegal, seja pela diminuição da produção dos espécimes que se mantém. A coleta da

⁵⁹ Configura-se como o corte, a queima e o plantio de uma determinada área entre 1 e 3 hectares. Após 2 a 3 anos, a área é abandonada para repouso e nova área é procurada onde repetisse a dinâmica.

castanha, ação que convergiu para a criação da UC, tem diminuído ao longo dos anos e outras atividades acabam por preencher essa lacuna.

Com relação à dinâmica de degradação no local, a Moradora AR2 (2017) menciona que a ARIE SNE é bem degradado. “A ideia era fazer um seringal, era preservar, né!? Pra ter a castanha, ter a seringa. Viver assim no manejo do seringal, né!? E hoje não tem mais como” (MORADORA AR3, 2017).

Os moradores da ARIE avaliam que o local possui apenas cerca de 30% desmatado, mas como observado nas figuras anteriores, o desmate acumulado era da ordem de quase 50% no ano de 2015, ao passo que até 2018, como mencionado anteriormente, chegou a mais de 55%. Isso se deve em muito pela falta de um Plano de Utilização e manejo, já mencionado no subsistema político.

O IBAMA era pra fazer o Plano de Utilização [...] ajudar a comunidade com os tipos de produtos florestais, armazenamento de produção [...] Quando pediu ajuda do governo federal não deu resposta nenhuma [...] aí o IBAMA abandonou, pois não tinha o que fazer, e o povo ficou ai e despedaçou tudo para sobreviver (MORADOR AR4, 2017).

Um Plano de Utilização deveria nortear as ações e atividades dentro e no entorno da área. Mas, segundo os moradores do local, a ARIE está mais para área pecuária do que de conservação. O impacto do desmatamento levou a uma série de consequências negativas como aumento das áreas de pastagem e prejuízo para o solo (erosão e improdutividade), sobre os recursos hídricos (assoreamento de cursos de água) e sobre a fauna, que foge, só se “acha caça pequena, cutia, paca, tatu” (MORADOR AR4, 2017).

4.3 (DES)FUNCIONALIDADES: O DISTANCIAMENTO ENTRE CONCEPÇÃO E REALIDADE

Analisando as informações mencionadas pelos sujeitos e gestores, bem como, a realidade encontrada na ARIE SNE, e ainda aquilo que era planejado para o local pelo poder público, observou-se um grande distanciamento entre sua concepção e o que hoje se apresenta. A ARIE enquanto uma modalidade de UC busca proteger ecossistemas, proibindo atividades que possam colocá-lo em risco. A realidade multidimensional encontrada, todavia, é contraditória a essa concepção.

Sujeitos e gestores nem sempre se afinam em seus discursos. Os moradores da ARIE alegam omissão do poder público: *“E aí a luta foi essa, de lutar pela [ARIE SNE], pra ver se consegue sobreviver na área, aí enquanto isso o pessoal, os governantes só mostram dificuldade e facilidade nenhuma”* (MORADORA AR3, 2017). Já os gestores rebatem enumerando suas ações: *“as pessoas usam a desculpa dizendo que não tem ajuda [...] beleza, que tem, na realidade tem, tem vários incentivos, crédito, muita coisa”* (GESTOR G1, 2017).

Observa-se, portanto, que os moradores atribuem aos gestores as dificuldades que enfrentam no local. Os gestores, por sua vez, ao mesmo tempo, mostram que há apoio do poder público para a melhoria da qualidade de vida dos moradores e reconhecem a dificuldade em agir no local de forma eficiente em função do corte de verbas e do reduzido quadro de pessoal. O que parece ocorrer, é que muitas das ações desenvolvidas pelos gestores não convergem com aquilo que os moradores almejam, ou ainda, que as atividades dos moradores não convergem com aquilo que a UC direciona. Com isso, o contexto que se apresenta é o de um colocando a culpa dos problemas no outro, e ambos os lados saem perdendo.

A vida dos que moram em uma UC que busca proteger um ecossistema é complexa, pois segundo eles, há uma série de problemas que vem se acumulando desde a criação da ARIE: *“O povo queria viver do extrativismo, mas foram abandonados [...] o Cachoeira, o Porto Rico [...] tudo é pecuária pra lá [...]”* (MORADORA AR3, 2017). Ou seja, a falta de apoio inviabilizou a concepção, não apenas da UC onde vivem, mas também de outras na vizinhança. Em vez de proteção da natureza, o que se tem é a expansão da pecuária nestas áreas e no entorno delas.

Os moradores, todavia, ainda tem esperança de que esta situação possa se reverter, não no sentido de proteção da natureza, mas que venham a ter assessoria por parte dos gestores:

[...] Eu penso assim, de um dia, o nosso governo, presidente, governo, prefeito ver nossa área aqui e ter uma posição pra que a gente possa continuar sobrevivendo sem muita dificuldade [...] e a partir disso daí que possa mudar. Tenho fé que isso aconteça. Piorar, mais do que já tá não pode [...] (MORADORA AR3).

Os moradores locais, em sua maioria pequenos agricultores, bem como os gestores da área se deparam com muitos desafios. A ARIE possui alta degradação,

perto de 50% de desmatamento para 2015, no entanto, em outras áreas que não são UCs este índice chega a quase 100% da vegetação. Apesar dos problemas existentes, o papel de UC vem retardando o processo de desmatamento total.

O discurso dos gestores demonstra em certa medida um caráter político, normativo e legal, justificando os problemas existentes. Por parte dos sujeitos, em suas falas, observa-se difundido um discurso impregnado de dificuldade, trabalho, carências básicas, mas também de lutas.

O cenário da área na atualidade é de degradação notável do ambiente ecológico, bem como de total descaracterização. Pode-se considerar essa questão como um processo de reorganização territorial e/ou de degradação do modo de vida dos moradores. Nessa direção Silva e Föetsch (2015) apontam como problemático o afunilamento que houve nas comunidades tradicionais, que com a expansão do agronegócio (nesse caso a pecuária) passaram a sofrer desagregações em seus territórios e, conseqüentemente, foram perdendo grande parte de seu modo de vida e população.

Concorda-se que há mudança do modo de vida dos moradores pela desagregação dos territórios originários. Assim, estes acabam dependendo de outras atividades econômicas para sobreviver. Muitas vezes, as atividades adaptativas não ocorrem, nesse caso, o morador é obrigado a abandonar o local e deslocar-se para a cidade. Desta forma, abre-se espaço no local para moradores que não possuem nenhum perfil para morar na área e muito menos compromisso com as regras da UC, contribuindo sobejamente para a disfuncionalidade de todo sistema ou modelo de gestão.

No aspecto sociocultural os sujeitos, que inicialmente se ligavam à cultura extrativista do seringueiro e a agricultura de subsistência, vivenciaram grande transformação. Isso ocorreu em grande parte pela mudança radical na dimensão econômica que se voltou, sobretudo, à pecuária. Com isso se observam modos de vida diferente do tradicionalmente desenvolvido, com diversificação do perfil de seus moradores e até mudança (Quadro 13).

Quadro 13 – Sujeitos/ grupos e suas atividades na ARIE Seringal Nova Esperança

Sujeitos/ Grupos \ Atividades	Seringueiros aposentados	Seringueiros sob varias atividades	Coletores	Agrossilvicultores	Produtores rurais (colono)	Pecuaristas	Artesãos	Chacareiros ⁶⁰	Agregados
Agricultura (itinerante)		■	■	■	■				■
Aposentados	■								
Artesanato (diversos)							■		
Coleta (castanha, sementes, óleos)			■						
Pequena criação (cabritos, galináceos, bovinos)		■	■	■					
Criação de bovinos (corte e/ou leiteira)					■	■			■
SAF's		■		■					
Lazer e descanso (finais de semana)								■	

Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Nota: Organizado pelo Autor.

É importante afirmar que na área sobressaem os colonos e os pecuaristas. Dessa forma, os moradores locais são absorvidos por formas de vida consideradas economicamente como mais atrativas como a pecuária, por possuírem cadeias produtivas organizadas, diferentemente dos produtos extrativistas que possuem defasagem econômica há muito tempo.

Apesar de o fator econômico indicar rentabilidade, a atividade pecuarista requer formação de pastagem, o que leva ao desflorestamento da vegetação, repercutindo de forma direta na dimensão natural/ecológica do local. Isso traz danos à floresta e as espécies como a castanheira, que apesar de ser protegida por lei vem sendo retiradas tanto no interior da ARIE SNE como no entorno. Com relação à castanha, outro fator encontrado no local e entorno é a diminuição da produtividade da castanheira, nesse caso especialmente devido a pouca produção das árvores, o que se justifica pelos impactos demasiados a estrutura ecológica da área.

Na dimensão política-administrativa se configuram questões mais complexas, pois se relacionam aos órgãos gestores e aos objetivos de criação da UC. Nesse sentido, observa-se uma série de conflitos entre a comunidade local e o

⁶⁰ Pessoas que compram um pedaço de terra irregularmente para, aos finais de semana, dirigirem-se a esta como forma de lazer.

órgão gestor da ARIE SNE relacionado à ausência de Plano de Manejo e ainda à confusão fundiária que se configura na área.

Segundo Abreu (2015), é necessário por fim à insegurança jurídica quanto à situação da terra, pois esse imbróglho limita a capacidade do órgão gestor em desenvolver ações de uso do solo com os moradores, além de angustiar os próprios posseiros. Corroborando com isso, tem-se a afirmação que “*as atividades lá estão suspensas até que se tome uma decisão*” (GESTORA G9, 2017). As atividades mencionadas são relacionadas aqueles realizados pelo órgão gestor para viabilizar a qualidade de vida dos moradores e a proteção da natureza.

Há, portanto, disfuncionalidade em toda a ARIE SNE, como, em praticamente todas as dimensões e suas dinâmicas. Essas questões contribuem em grande medida para o acúmulo de problemas funcionais em toda a UC, dificultando o equilíbrio da área. Nessa perspectiva, é notória a dificuldade da área em se manter na sua categoria de Área de Relevante Interesse Ecológico, pois está em grande medida descaracterizada. Algumas opções se apresentam para esta ARIE: “*são varias as opiniões, até para **desafetar**, outros para **reintegrar**, não sabe o que vai acontecer, ali é um ‘vespeiro’, para **manter dentro da reserva**, e outras propostas*” (GESTORA G9, 2017, Grifo nosso).

Nessa perspectiva, avaliam-se a seguir estas três alternativas.

- a) Manter, reintegrar e consolidar a área com retirada de parte da população.

Para manter e reintegrar a ARIE SNE, primeiramente é relevante avaliar a quantidade de árvores castanheiras no local, pois elas são a razão da criação da área. Segundo estudos de Rodrigues et al (2012, 2014) e Amaro (2012), ainda há um elevado número de castanheiras no local, no entanto, deve-se levar em consideração um diagnóstico mais recente em função do rápido e recente processo de retirada de vegetação no local.

As castanheiras foram exploradas irrestritamente nos últimos 5 anos, com isso potencializa-se a possibilidade da UC deixar de existir. Essa condição, castanheiras no local, é condição *sine qua non* para a existência da ARIE, além do mais, é relevante para seu equilíbrio a retirada da população sobressalente, que em princípio está acima da capacidade local.

Para consolidar a área, sugere-se o que menciona Rodrigues et al (2014), ou seja, criar um pomar de sementes de castanheira, transformando-a em banco de germoplasma dessa espécie florestal para uso imediato e futuro. Esse teria condições de ofertar sementes de castanheira como um novo e promissor produto de altíssimo valor agregado contribuindo com incremento da renda dos moradores.

b) Mudar de categoria para outra unidade ou assentamento rural

A mudança de ARIE para outra categoria de UC ou assentamento rural é a opção proposta pela comunidade local, no entanto se forem transformadas em assentamento eles querem manter o tamanho da terra que cada um possui hoje, sem subdivisão. Segundo os moradores, a área se transformaria em assentamento do INCRA pelo fato do perfil dos moradores do local ser de colonos ou agricultores. Observa-se que os moradores se consideram produtores rurais e não coletores extrativistas.

O ICMBIO, órgão gestor da ARIE, deve avaliar a potencial transformação da área em outra modalidade de UC ou assentamento, pois isso pode desencadear processo de mudança de categoria em outras UCs da região e país, além do aumento da degradação ambiental também em outras unidades.

c) Desafetação da área acabando com a UC

Outra opção seria a desafetação da área acabando com sua função enquanto UC. Essa opção ganha resistência do ICMBIO em função de abrir precedentes e potencializar o fomento dessa iniciativa em outras unidades, no entanto, o órgão gestor não descarta a opção de a área vir a passar por esse processo, mas isso depende de uma série de fatores técnicos, sociais, ambientais e, sobretudo, políticos. A ação envolve um grande número de famílias. Segundo os gestores, não existe uma resposta institucional para abrir mão da área, apenas uma discussão sobre o tema.

Apesar das dificuldades para desafetação da área, o que se observa é que ela configura-se como ARIE, com todos seus parâmetros, somente no papel ou na teoria. Na prática ela nunca existiu de fato. O que indica que uma UC existe é a presença de um Plano de Manejo que indique o caminho a seguir.

O primeiro modelo, ARIE Seringal Nova Esperança, foi discutido. Seguindo a lógica de abordagem o próximo capítulo destaca um assentamento rural, denominado de POLO Agroflorestal de Epitaciolândia.

CAPÍTULO 5

O MODELO DE GESTÃO POLO AGROFLORESTAL: O EXEMPLO DO PA EPITACIOLÂNDIA

A Reforma Agrária poderia romper com a dicotomia rural-urbana. O assentamento em lotes pequenos periurbanos, de poucos hectares, conforme foi feita de forma pioneira no Acre nos “pólos agrofloretais”, teria menor impacto ambiental, custaria menos, envolveria mais beneficiários e garantiria acesso a mercados e serviços urbanos, sem separar famílias (SAWYER, 2015, p. 44).

Este capítulo tem por objetivo analisar o modelo de gestão Polo Agroflorestal com relação ao tratamento dado as comunidades rurais diretamente envolvidas. Tal análise se desenvolve a partir do exemplo do Polo Agroflorestal Epitaciolândia. Busca-se através da análise das dinâmicas têmporo-espaciais, das múltiplas dimensões, do distanciamento entre concepção e realidade e da (des)funcionalidade do sistema, avaliar a dinâmica interna do modelo, bem como, suas articulações externas.

A análise ocorre a partir da perspectiva dos moradores do Polo Agroflorestal, tomado como exemplo, os quais são considerados aqui como “sujeitos”. Contrapõe-se, a esta perspectiva dos sujeitos, a visão do poder público, ou seja, a perspectiva dos gestores. A estas duas perspectivas se soma a percepção do autor.

Os moradores do Polo Agroflorestal Epitaciolândia são considerados assentados. Esse modelo de gestão está diretamente vinculado ao poder público estadual e municipal, ou seja, do governo do Estado do Acre em parceria com a prefeitura de Epitaciolândia. As nuances desta modalidade de gestão serão apresentadas e discutidas na sequencia.

5.1 DINÂMICAS TÊMPORO-ESPACIAIS

A migração do campo ocasionada pelas políticas desenvolvimentistas ao longo do século XX contribuiu para com o inchaço das cidades em todo o território brasileiro. Na Amazônia e no estado do Acre isso não foi diferente, fazendo as

populações se deslocarem para os centros urbanos. Segundo Costa Filho (1995), a exploração do trabalho dos seringueiros, o desmatamento das florestas e a implantação de pastagens causaram mudanças irreversíveis no modo de vida das populações locais. As populações que viviam em seringais e colônias, em áreas rurais de forma geral, deslocam-se para as cidades formando bairros desprovidos dos serviços essenciais à população.

Como forma de amenizar tais problemas urbanos surge então um modelo de gestão denominado de Polo Agroflorestal. Essa política desenvolveu-se no Acre de forma embrionária, desde 1993, a partir de Rio Branco, enquanto uma política municipal em áreas de cinturão verde.

Com o passar dos anos, ela se expande para todas as microrregiões do estado, tornando-se, em 2005, uma política estadual dentro da Política de Desenvolvimento Sustentável⁶¹. De acordo com Souza, Pinto, Fiúza (2007), objetivando efetivar a conjugação entre as atividades produtivas e a conservação dos recursos naturais, o governo do estado do Acre adotou uma política de assentamento para produtores rurais, visando à fixação destes no campo. O Quadro 14 destaca a distribuição dos Polos pelo estado do Acre.

Quadro 14 – Polos Agroflorestais do Acre segundo o município e data de criação.

(continua)

Município	Nome do Polo	Ano
Brasiléia	Polo Agroflorestal de Brasiléia	2005
Bujari	Polo Agroflorestal Dom Moacir	2001
Capixaba	Polo Agroflorestal de Capixaba	2008
Cruzeiro do Sul	Polo Agroflorestal Cruzeiro do sul	2001
Epitaciolândia	Polo Agroflorestal Epitaciolândia	2001
Feijó	Polo Agroflorestal de Feijó	2004
Mâncio Lima	Polo Agroflorestal de Mâncio Lima	2001
Plácido de Castro	Polo Agroflorestal de Plácido de Castro	2007
Rio Branco	Polo Agroflorestal Geraldo Mesquita	1993
	Polo Agroflorestal Hélio Pimenta	1995
	Polo Agroflorestal Benfica	1996
	Polo Agroflorestal Geraldo Fleming	2000
	Polo Agroflorestal Custodio Freire	2001
	Polo Agroflorestal Wilson Pinheiro	2001
	Polo Agroflorestal Dom Joaquim	2011
	Polo Agroflorestal Nilson Josuá	2012
Rodrigues Alves	Polo Agroflorestal de Rodrigues Alves	2002

⁶¹ Genericamente era implantar políticas públicas direcionadas a produção agroflorestal – madeira e não madeira.

Quadro 14 – Polos Agroflorestais do Acre segundo o município e data de criação.
(conclusão)

Sena Madureira	Polo Agroflorestal Elias Moreira	2001
	Polo Agroflorestal Chico Mendes	2008
	Polo Agroflorestal Boa Vista	2008
Tarauacá	Polo Agroflorestal de Tarauacá	2005
	Polo Agroflorestal sustentável do rio Tauari	2015
Xapuri	Polo Agroflorestal Xapuri I,	2002
	Polo Agroflorestal Xapuri II	2002

Fonte: Acre (2005); Incra (2015b); Incra (2017); Prefeitura Municipal de Rio Branco (s.d.)

Observando o quadro é possível destacar que os Polos Agroflorestais se encontram em praticamente todo o estado do Acre. Na perspectiva temporal tem-se a década de 2000, com a criação da maioria dos polos existentes. Isso ocorreu em função da implantação de políticas públicas estaduais.

Uma característica relevante dos Polos Agroflorestais é que se tratam de áreas próximas das cidades, compostas de lotes variando entre 3 a 10 hectares, onde a produção agroflorestal e/ou hortifrutigranjeira é a base de segurança alimentar e sustento da família.

Os Polos Agroflorestais se compõem como uma modalidade de assentamento capaz de propiciar associação entre espécies lenhosas (árvores, arbustos, palmeiras), cultivos de produtos agrícolas, a chamada lavoura branca (arroz, feijão, mandioca e milho), cultivo de diversos tipos de frutos e, criações de animais de pequeno e médio porte. Tudo isso numa mesma área, de forma harmônica e coesa, constituindo-se numa alternativa de uso sustentado de todos os recursos do ecossistema (SOUZA et al., 2007, p. 7).

O processo de criação desses Polos seguiu alguns passos. De acordo com Acre (s.d.), após diagnóstico do meio físico e classificação do zoneamento agroflorestal do imóvel rural escolhido, o poder público realizava a desapropriação da área por interesse social, dividindo os lotes às famílias selecionadas. Segundo Silva (2011), os polos promoveram uma nova mentalidade na política de assentamento, na qual a terra pertenceria ao Estado e as famílias assentadas receberiam apenas a concessão de uso, essa será discutida na dimensão política-administrativa. É relevante mencionar que nem todos os polos possuem regularização fundiária.

Souza, Pinto e Fiuza (2013) afirmam que:

Em sua formatação original, a política de polos visou a atender às famílias do tipo nucleares (composta por pai, mãe e filhos) de tradição rural, que

outrora foram excluídas do campo e viviam à margem social. Neste sentido, os gestores municipais planejaram os PAs como uma alternativa de desenvolvimento sustentável e, na visão dos idealizadores, uma contribuição do Estado para amenizar os problemas de ordem social e ambiental no município (p. 95).

Para Silva (2011), essa proposta de assentamento de famílias do campo e da floresta compreendeu uma inversão das correntes do êxodo rural das décadas anteriores. Nessa direção Acre (s.d., p. 3) enfatiza que:

A proposta dos “Pólos Agroflorestais” é a resposta mais eficaz que encontramos para fazer frente a esses problemas, pois, garante o uso social da terra com o assentamento de famílias de ex-seringueiros e agricultores hoje totalmente alijados do setor produtivo do Estado, permite a geração de emprego e renda, contribui de forma decisiva no combate à miséria e a fome via produção de alimentos e, também, dá uma resposta a outro problema crucial, que é a violência urbana. A partir do momento que você faz retornar uma família do meio urbano para o rural, é uma preocupação a menos com a ameaça constante da marginalidade, das drogas e da prostituição.

No Acre e também em outros estados da região amazônica, era comum encontrar seringueiros, coletores e agricultores expropriados. Diante desse problema, criaram-se mecanismos para o retorno de fração desse contingente para o campo (FRANCO; MENEZES, 2017, p. 4). Exemplo disso é o Polo Agroflorestal Epitaciolândia, que é analisado aqui a partir de suas dinâmicas têmporo-espaciais, ou seja, levando em consideração as transformações nele vivenciadas no seu espaço ao longo do tempo.

O Polo Agroflorestal Epitaciolândia foi criado em 26 de novembro de 2001 por iniciativa do poder público municipal. Em 2005, pela Lei nº 1.693, a política de denominada de Programa de Polos Agroflorestais e Quintais Agroflorestais são criados e estendidos para todo o estado (ACRE, 2005). Nesse sentido, preteritamente a sanção dessa lei estadual, muitos polos já haviam sido criados, esse é o caso do Polo Agroflorestal Epitaciolândia.

É relevante mencionar que os Polos Agroflorestais segundo o artigo 1 da Lei nº 1.693 foram criados:

[...] Com a finalidade de **assentar famílias carentes** ou originárias da zona rural, concentradas nas periferias das cidades, que vivam abaixo da linha de pobreza e **recuperar áreas alteradas** através da implantação de **Sistemas Agroflorestais – SAF’S**, mantendo a **capacidade produtiva do solo**, além de contribuir para a **diminuição de desmatamentos** (ACRE, 2005, Art. 1º, grifo nosso).

Além das questões mencionadas, de acordo com Souza et al. (2007), outra finalidade dos polos, no discurso oficial da Secretaria de Estado de Produção (SEPRO), era assegurar aos produtores e seus familiares uma sustentabilidade que garantisse melhoria na qualidade de vida.

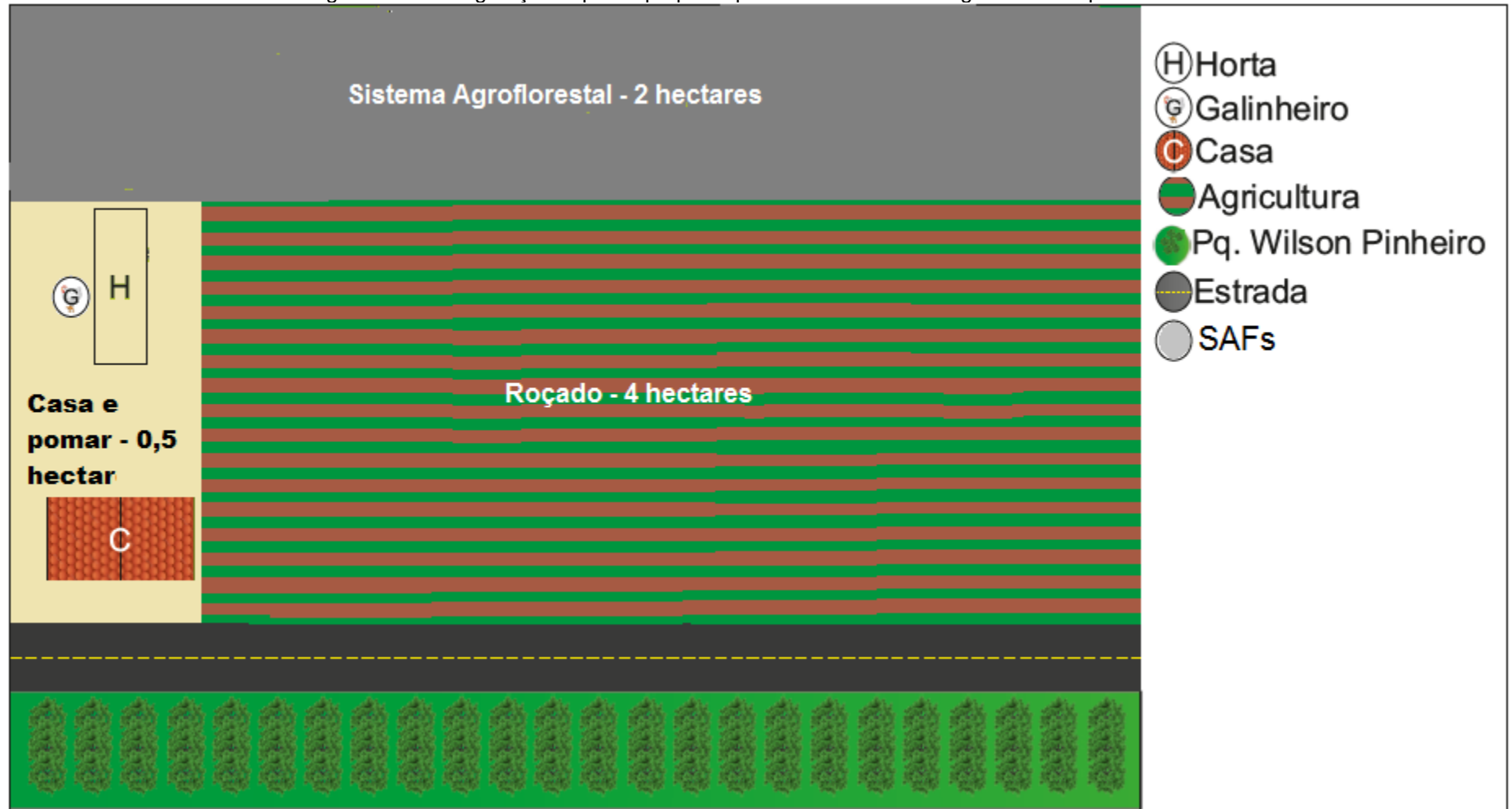
Com boa localização, o Polo Agroflorestal Eptaciolândia, foi implantado a aproximadamente mil metros da BR 317 e a cerca de 10 quilômetros da sede do município de Eptaciolândia. No seu entorno imediato encontra-se uma vila rural, conhecida como Vila Progresso⁶².

Oficialmente tem-se em sua área 9 lotes, no entanto, durante a pesquisa de campo foram constatados 10 lotes ocupados. Da mesma forma, oficialmente menciona-se apenas 9 famílias assentadas, mas em campo se observou mais de uma família morando em um mesmo lote, vivendo como agregada. Não foi possível precisar se os agregados ganharam ou compraram um pedaço do lote, pois suas residências estavam fechadas. Acredita-se que eles moram nas áreas de favor, no entanto, há aqueles que subdividem seus lotes e os vende parte deles para lucrar. Em um dos lotes nessa situação, constatou-se que a pessoa que efetuou a compra não possui produção na área, apenas dirige-se ao local para descanso no final de semana, sendo denominada de chacareiro.

A proposta para os Polos Agroflorestais, em especial para o polo em tela, previa uma configuração espacial básica para os lotes segundo o esquema da Figura 26.

⁶² Bairro rural que dar acesso ao Polo de Eptaciolândia, onde se concentram muitas residências com lotes de diferentes tamanhos, variando entre 300 m² até 3.000 m², ou seja, desde lotes residenciais, até mini chácara.

Figura 26 – Configuração espacial proposta para os lotes do Polo Agroflorestal Epitaciolândia



Fonte: Adaptado de Acre (s/d).
 Nota: Organizado pelo Autor.

Observa-se que a proposta idealizava a casa e o pomar ocupando aproximadamente 0,5 hectare, uma área para sistema agroflorestal de aproximadamente 2 hectares e um roçado com aproximadamente 4 hectares para produção de culturas anuais como milho, arroz, feijão.

No momento de criação do assentamento a prioridade na ocupação era para aqueles que possuíam o perfil demandado pela Lei nº 1.693 no seu artigo 2º.

Pessoas que vivem nas periferias das cidades ou na área rural, sem propriedade ou posse de imóvel, excluídas do contexto socio-econômico, sem renda fixa, sem moradia própria, sem perspectivas de melhores condições de vida, que não possuem vínculo empregatício permanente, sem emprego público, que não sejam militares, aposentados, pensionistas ou da reserva ou, ainda, não exerçam mandato político (ACRE, 2005).

Como menciona um morador do Polo Agroflorestal Epitaciolândia: *“Eu fui assentado, criou esse projeto, então eu me inscrevi em 1999, em 2000 fui sorteado e em 2001 eu me mudei pra cá, antes eu morava em Epitaciolândia”* (MORADOR PA1, 2017). Ainda segundo o Morador PA1, *“estou aqui desde 3 de março de 2001, faz 16 anos”*. O restante dos moradores são mais recentes no local, a Moradora PA3 afirma que está a 7 meses no polo, se instalou através da compra do lote de outro assentado: *“Mas o assentamento aqui não foi nosso, já compramos de outra pessoa, até porque nós fomos na SEAPROF [...] falou que ele já podia vender, porque ele já morou 16 anos e construiu isso aqui.”*

Os moradores originais, ou seja, aqueles que foram os primeiros a entrarem nos lotes relatam que ficaram sabendo do assentamento através da igreja católica, que fazia as inscrições. *“Eu fui lá e me inscrevi e de 425 eu fiquei entre os 9, foi sorteio”* (MORADOR PA1, 2017). Isso demonstra de certa forma imparcialidade na distribuição dos lotes por parte do poder público.

Os moradores do local são provenientes de diferentes lugares do estado e de fora dele, no entanto nenhum deles estava no local antes da criação do projeto. Os moradores do próprio estado são originários principalmente de Epitaciolândia, Brasília e Rio Branco. Os que vieram de fora são provenientes do estado do Paraná.

O processo de migração é relatado por uma moradora:

[...] Tá com 30 e poucos anos que estamos no Acre. Eu tinha 31 anos quando vim de lá (Paraná), já vim casada e com todos meus filhos, eu tenho 3 filhos. Eu morava em Foz do Iguaçu, ele (esposo) era de Curitiba e de lá

veio pra Foz do Iguazu e lá eu conheci ele, era mestre de obras e a gente casou e tivemos nossos filhos lá tudinho, aí meu pai queria vir pro Acre e a gente também achou muito bom que é um lugar sossegado, como é mesmo, por isso eu estou aqui. (MORADORA PA3, 2017).

A área do polo possui características particulares quando comparadas aos assentamentos do INCRA. Segundo a moradora PA3, “é 5 hectare e pouco, quase 6 hectare, já vieram medir aqui [...] nos compramos tá no papel ali 5 hectares e meia, no caso ele vendeu as benfeitorias que no caso a terra ninguém compra, né?!” (MORADORA PA3, 2017). As áreas são consideradas pequenas para os padrões do estado do Acre, onde o módulo rural corresponde a aproximadamente 100 hectares (INCRA, 1980).

Para o desenvolvimento dos Polos Agroflorestais, de forma geral, previa-se: a) plantar manga⁶³, banana, cupuaçu, pupunha⁶⁴, maracujá⁶⁵ e açaí de forma consorciada; b) acompanhamento do desenvolvimento das culturas por uma equipe técnica (ACRE, s/d). No caso do Polo Agroflorestal Epitaciolândia houve instruções às famílias pela equipe técnica de que espécies deveriam ser introduzidas e a forma de plantar.

As sugestões foram baseadas nas características físicas locais e, sobretudo, nas características do assentamento. De acordo com Amaral et. al. (1999), a área do Polo Agroflorestal Epitaciolândia apresentava boas condições para sistemas agroflorestais por possuir associação Latossolo/Podzolico com boa estrutura, permeabilidade e drenagem, permitindo cultivos com a utilização de média quantidade de insumos para produção satisfatória.

A proximidade da cidade de Epitaciolândia e o acesso facilitado ao POLO contribuem diretamente para que ocorra um processo migratório diário, seja pela saída de estudantes para a cidade, seja pela visita de parentes aos moradores. Essa dinâmica de movimentação interfere positiva e negativamente sobre o local. Positivamente, por ser importante o acesso e circulação de pessoas e mercadorias. Negativamente, em função da potencial violência e roubos, bem como da especulação imobiliária. Esse último fator potencializa o processo de venda dos lotes para pessoas que querem uma chácara.

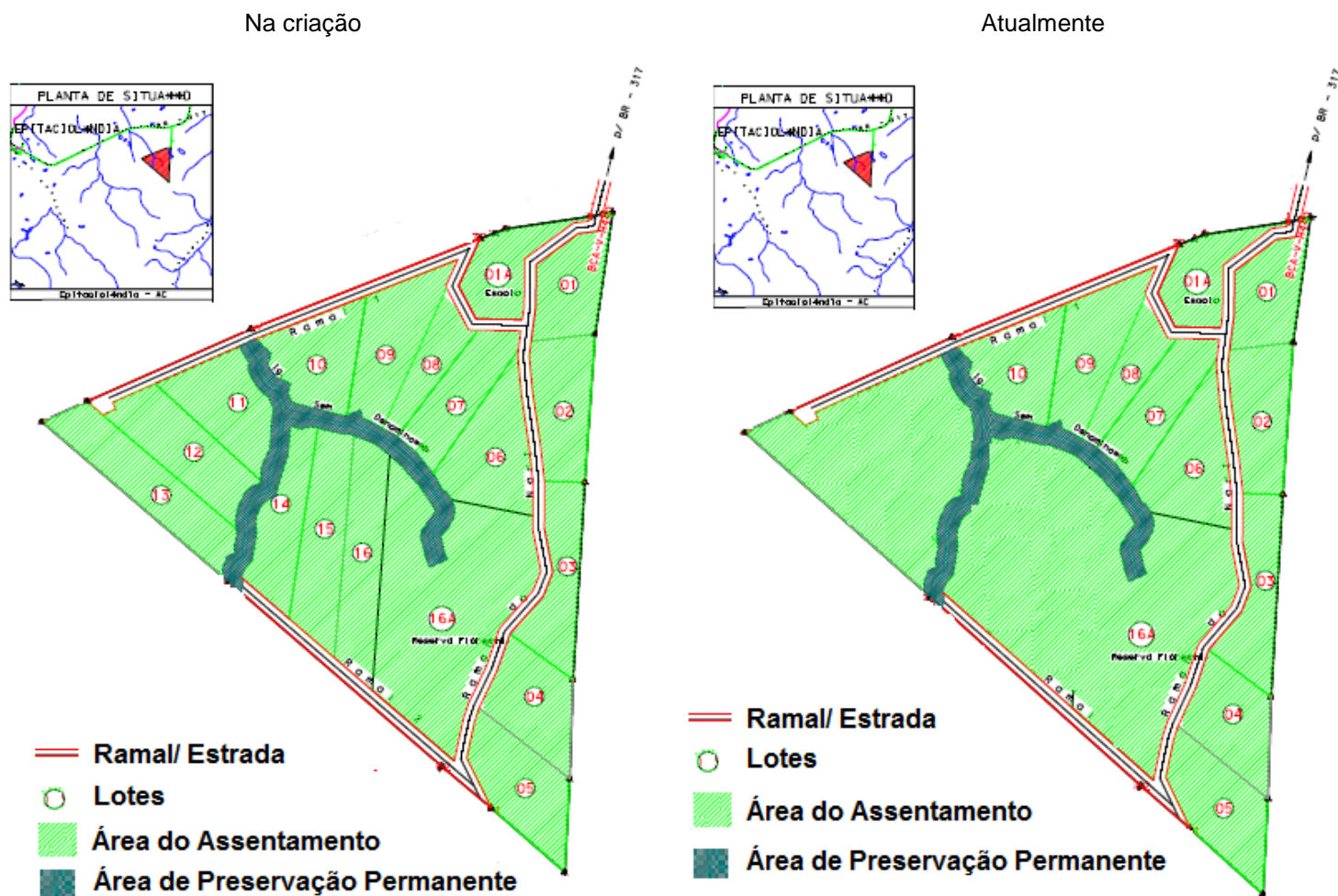
⁶³ *Mangifera indica*

⁶⁴ *Bactris gasipaes*

⁶⁵ *Passiflora edulis*

O Polo Agroflorestal Epitaciolândia possui 129,9535 ha (cento e vinte e nove hectares, noventa e cinco ares e trinta e cinco centiares). A proposta inicial previa uma divisão da área em 16 lotes para assentamento, bem como uma Reserva Florestal com aproximadamente 21 hectares, no entanto, o que se tem atualmente são 10 lotes e um Parque Ecológico (Figura 27).

Figura 27 – Configuração inicial e atual do Polo Agroflorestal Epitaciolândia – 2001/2017



Fonte: Visita *in loco*, 2017. Adaptado de ITERACRE (2001).
Nota: Organizado pelo Autor.

Os primeiros lotes assentados foram aqueles com melhor acesso (lotes 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10). De acordo o gestor G1, *“a proposta era dividir tudo, mas [alguns lotes] ficaram na reserva da floresta, e não foram [...]”*. Dessa forma, a área destes foi incorporada ao parque. Os lotes foram distribuídos entre 10 famílias, sendo que ainda hoje a maioria dos moradores são aqueles originais. O tamanho das famílias gira em torno entre 3 e 5 pessoas, o que corresponde a um total de aproximadamente entre 40 pessoas no local, podendo chegar a 70 se for contabilizado também os agregados.

Segundo o morador PA1:

O lote 1 é a fonte d'água, nunca teve morador, o do lote 2 ainda está, o 3 vendeu, o 4 vendeu, 5 vendeu, o 6, 7, 8, 9 e 10 ainda são os mesmos”. [...] A escola já tinha logo no começo, a reserva [Parque Wilson Pinheiro] foi colocado depois, agora é só uma reserva pra proteção. (MORADOR PA1, 2017).

Em visita a área e ainda analisando as imagens do local, observou-se que no lote 1, que deveria ter sido reservado pela presença da fonte, há três residências. Ele é muito visado, pois esta na entrada do assentamento e no limite com a Vila Progresso. No lote 1A tem-se a escola. Nos lotes 3, 4 e 5 estão os moradores mais recentes, em pelo menos em dois deles há agregados. Nos demais lotes ainda se encontram os moradores originais, sendo que apenas o lote 6 não possui agregados. Os agregados são principalmente os familiares que geralmente ganham um pedaço da terra dos pais para seguir sua vida.

É relevante mencionar que o lote 16A foi planejado para ser reserva florestal, mas acabou fundindo-se com os lotes 11, 12, 13, 14, 15 e 16, ampliando sua área, que passou a abrigar um Parque Ecológico (Figura 29). Tais lotes encontravam-se próximos ou mesmo no interior de nascentes e cursos de água, dificultando a ocupação. Paralelo ao lote 16A existia o ramal 2, que foi tomado pela vegetação do parque.

5.2 MULTIDIMENSIONALIDADE DO SISTEMA POLO AGROFLORESTAL

As características multidimensionais do Polo Agroflorestal Epitaciolândia são aprofundadas a seguir, articulando aspectos socioculturais, econômicos, político-administrativos e ecológicos.

a) Dimensão sociocultural

A dimensão social e cultural não se manifesta de forma separada, mas ambas se encontram intimamente ligadas. Nas relações sociais são desenvolvidas atividades culturais e qualquer manifestação cultural está integrada a uma sociedade determinada.

Com relação a cultura, os moradores do Polo Agroflorestal de Eptaciolândia se enquadram no perfil de horticultor. De acordo com Silva (2011), o horticultor desenvolve atividades de cultivo de pomares e pequenos Sistemas Agroflorestais. Além disso, se enquadram como pequeno produtor rural ou agricultor familiar, pois desenvolvem atividades relacionadas com pequenos roçados de subsistência.

As mulheres, assim como os homens, desenvolvem atividades no interior da área, havendo uma divisão das tarefas. As mulheres, todavia, muitas vezes desempenham um papel ativo maior dentro do lote. Observa-se ainda dentre os moradores aqueles que possuem uma inclinação urbana. Em função da proximidade de Eptaciolândia e de terem morado na cidade em outro momento, muitos mantêm atividades urbanas. É relevante mencionar, entretanto, que os moradores locais já possuíam preteritamente uma vida voltada à cultura agrícola e até florestal, *“eu morava na Estrada Velha⁶⁶, no km 49, minha mãe tinha uma colônia⁶⁷ lá, ai eu fui trabalhar na cidade, foi quando surgiu essa chance aqui”* (MORADOR PA1, 2017).

Os moradores do polo não possuem elementos culturais fortes que os liguem uns com os outros, além do produtivo como prática coletiva. Isso se justifica em grande medida pelo pequeno número de moradores do local e pela diversidade na origem destes.

Quando se pensa em outros elementos, como o religioso e alimentação, mesmo assim, predomina a heterogeneidade. Com o aspecto religioso e de festejos, esses são diferenciados para cada família, pois se encontra católicos e evangélicos. As festas relatadas por eles são ligadas basicamente a sua respectiva igreja ou, quando em comum, as datas comemorativas do ano (dia das mães, pais, natal, etc.).

As práticas alimentares são semelhantes, no entanto, são comuns em toda a região e não somente no local especificamente. Come-se basicamente feijão, arroz e farinha de mandioca. Junto com isso galinha caipira, porco, ovos e, quando

⁶⁶ Antiga Estrada que dava acesso a Capital Rio Branco, antes da construção do trecho que deixou a distância mais curta, criando o traçado atual da BR 317.

⁶⁷ Regionalmente é denominado de uma área rural particular onde desenvolvem atividades produtivas diversas.

possível, carne de boi. Eles consomem frutas locais em sua alimentação como acerola, manga, banana, entre outras.

Os moradores do local, principalmente os mais velhos, possuem baixa escolaridade, pois não tiveram ao longo da vida tempo e força para frequentar a escola. Já os mais jovens do local são estudantes. Os pais fazem questão que os filhos estudem para possibilitarem outros caminhos, que não somente aquele de horticultor. No entanto, os filhos costumam ajudar os pais nas tarefas cotidianas em seus respectivos lotes.

b) Dimensão Econômica

O Polo Agroflorestal Eptaciolândia desde seu início apresentou potencial para o desenvolvimento econômico em virtude de suas características de produção - solo de qualidade e água - e de escoamento - localização e estrutura viária. Além do mais, seus moradores já tinham consigo a experiência na produção rural. Nesse sentido, no local se produziu primeiramente para subsistência e posteriormente para venda do excedente. A base econômica indicada para esse polo foi a de formação de roçados com produção de mandioca e o desenvolvimento de sistemas agroflorestais (ACRE, s.d.).

Na Amazônia a prática itinerante é culturalmente difundida como atividade agrícola. Essa compreende o corte da mata e a limpeza do terreno através de queima antes do plantio. Em lotes pequenos, entre 5 e 7 hectares, como é o caso deste polo, a queima e o plantio só é realizada quando necessário. Segundo a moradora PA3, o sistema é utilizado apenas para culturas temporárias como milho, macaxeira, entre outros.

Recentemente, a economia do polo se voltou à produção de frutas, polpa, verduras, criação de aves e outros pequenos animais. Esses são vendidos na feira livre na cidade de Eptaciolândia. Segundo o morador PA1:

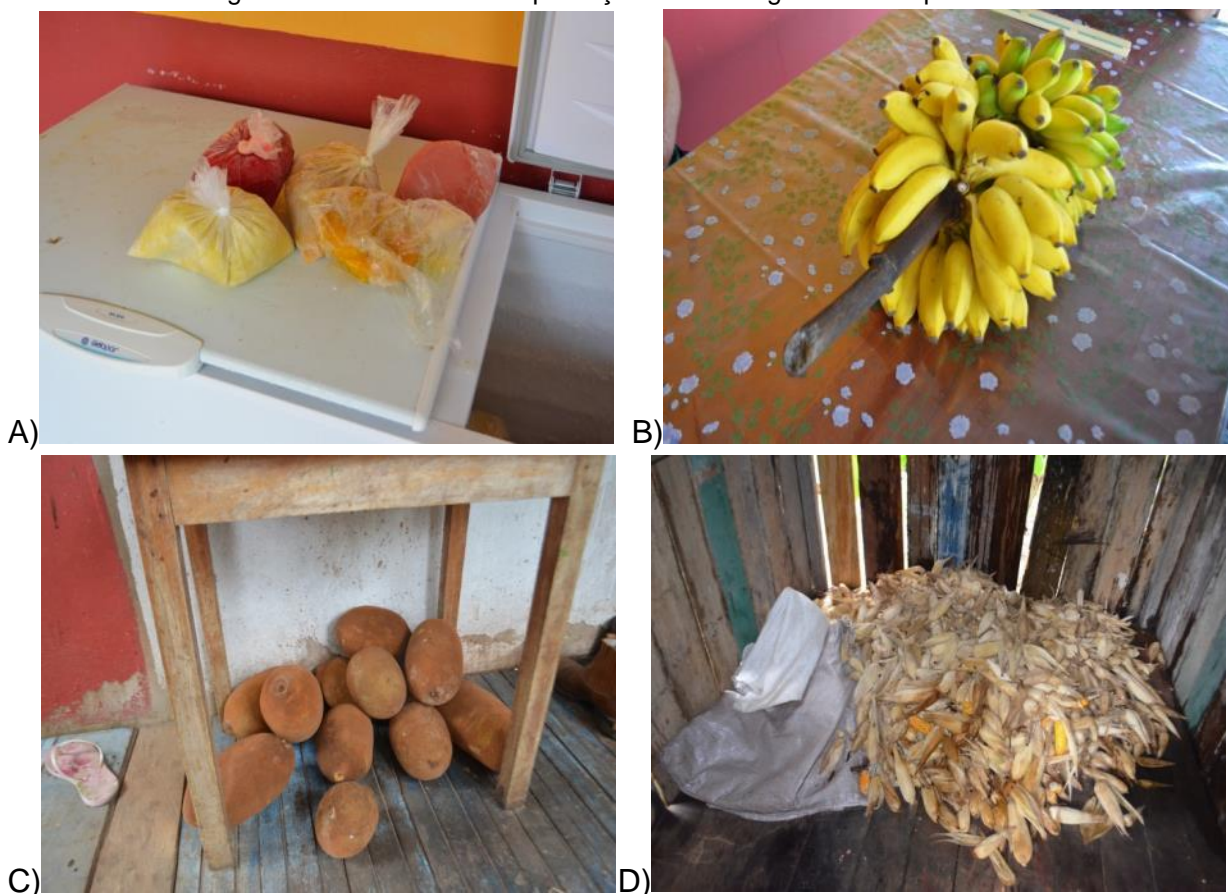
Aqui eu mexo mais com frutas e verduras (agora estou meio parado, que estou doente). Verdura tipo alface, cebola, couve, enfim, essas coisas assim. Frutas do tipo cupuaçu, graviola, abacaxi quase todo tipo de frutas. [...] vendo poupas de acerola, cupuaçu e goiaba, a gente pra bolivianos (MORADOR PA1, 2017).

Além das verduras e frutas, eles produzem grãos para consumo de subsistência e alimento das criações. Segundo a Moradora PA3:

A gente tem a plantação né, a plantação ainda não tá [...] O mato toma conta, dá um trabalho muito ardo conseguir. Aqui eu tenho banana né, banana eu vendo muito, a cada 15 dias, agora toda quinta feira. Tem banana da EMBRAPA, e banana prata, só que a banana prata, só que tem pouca mais da EMBRAPA mesmo, aí a gente pega enche o carro, quarta-feira a gente de tarde né, quinta-feira leva na feira, essa feira quem vem buscar, por exemplo, é os Bolivianos né, que eu vendo muito pra Boliviano, eles vem buscar (MORADORA PA3, 2017).

Os bolivianos são os principais compradores dos produtos agrícolas e hortifrutigranjeiros de Epitaciolândia. Os moradores do polo levam parte do que produzem para a feira na cidade (Figura 28). “O caminhão da feira vai, né!? Traz tudo aqui pra feira” (GESTOR G3, 2017), onde praticamente tudo é consumido pelos bolivianos da cidade vizinha de Cobija.

Figura 28 – Diversidade de produção no Polo Agroflorestal Epitaciolândia





Fonte: Acervo do Autor (2017).

Nota: A) Poupas de frutas; B) Banana; C) Cupuaçu; D) Milho; E) Aves; F) Suínos.

Observa-se uma diversidade de produtos agrícolas e criações de animais no Polo Agroflorestal Epitaciolândia, *“eles criam mais frango lá, Polo Wilson Pio⁶⁸”* (GESTOR G7). Esta diversificação é para poder tirar o sustento do local. A despoldadora de frutas, *“que eu tenho aqui, plantando acerola né, todo ano a gente faz poupa de cupuaçu, cajá pra vender, isso aqui é a produção da terra. Aí ontem eu entreguei vinte e poucas né, poupas e hoje tem um monte de poupa ali ainda de cupuaçu”* (MORADORA PA3, 2017).

Ainda de acordo com a moradora PA3:

Pois é, dai a gente produz isso aí (poupas de frutas), macaxeira e o leite ainda por enquanto não, mas tá nos planos ter nossas vaquinhas de leite [...] aí nos temos a variedade de sucos, isso aqui é só a poupa né, só bater no liquidificador acrescentar água e está feito o suco. São cinco tipos: cupuaçu, graviola, cajá, acerola e goiaba (MORADORA PA3, 2017).

Entre as políticas públicas que chegam até este polo está o Projeto de Aquisição de Alimentos (PAA). *“Eles passam com o caminhão e vem recolher a mercadoria, ainda estou inscrito, vou preparar pra voltar a entregar, porque eu adoeci né, prepara a horta, alguma coisa pra gente entregar”* (MORADOR PA1, 2017).

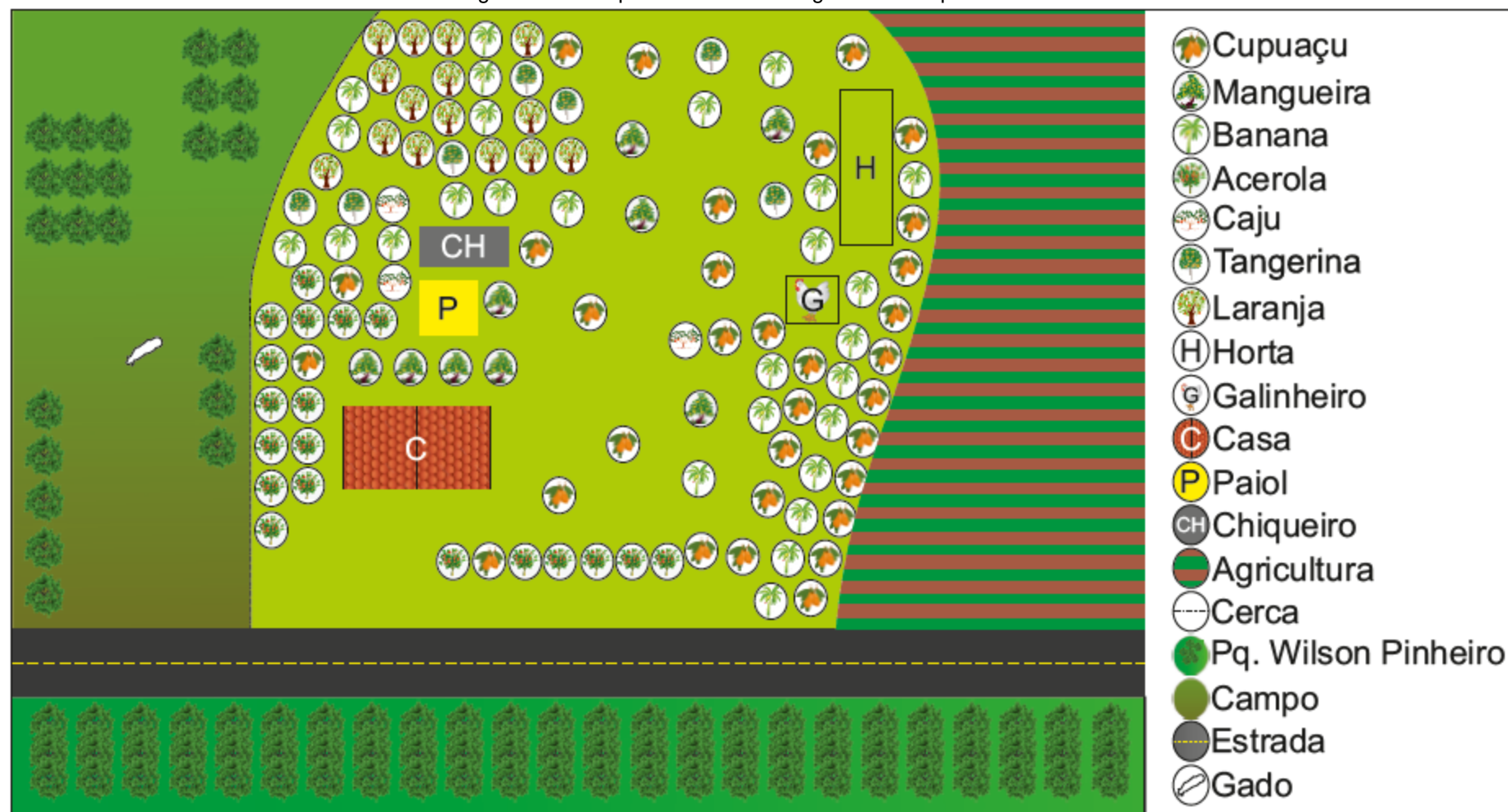
O que mais se cultiva no polo é *“abacate, acerola, cupuaçu”* (MORADORA PA2). É importante mencionar que com relação à plantação e produção, essa é variável de acordo com a propriedade, ou seja, depende do lugar. *“Tenho mais de trinta pés de acerola, o bananal estava velho, a gente aradou e plantei milho né, tem*

⁶⁸ Outro nome, informal, dado ao Polo Agroflorestal Epitaciolândia.

que mudar, se não vai estragando né?! Aí lá pra traz tem banana, abacaxi”
(MORADORA PA3).

A diversificação na plantação dos lotes, bem como a organização espacial da propriedade pode ser constatada na Figura 29, produzida a partir de observação em campo.

Figura 29 – Croqui de lote do Polo Agroflorestal Epitaciolândia



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Nota: Organizado pelo Autor.

O croqui mostra a estrutura geral de alguns lotes dentro do assentamento, com acesso a estrada pavimentada e parque local. A propriedade ilustrada dispõe de áreas de campo ocupando aproximadamente 1,5 hectares e plantação de grãos ocupando aproximadamente 1,5 hectares. A disposição das plantas, da casa, do chiqueiro, do paiol⁶⁹ e da horta se dá sobre uma área de aproximadamente 2,5 hectares. O lote da propriedade em questão tem um total de 5,5 hectares (PESQUISA DE CAMPO, 2017).

Constata-se ainda que a disposição das árvores em parte do lote segue uma estruturação, mas no centro do lote é aleatório. Há diferenciação de um lote para outro, principalmente no tipo de plantação, mas há também semelhanças, sobretudo na disposição da estrutura física - casa, chiqueiro, paiol, etc.

Constatou-se durante a visita ao local, que pelo menos quatro lotes do polo criavam aves, sobretudo galinhas, em larga escala para abate em frigoríficos. Nos lotes com produção de aves em larga escala a organização é diferente, sendo o aviário o ponto focal. Os moradores, todavia, enfrentam sérios problemas relacionados à falta de energia, o que compromete a produção. Esse local, como acontece em todo o estado do Acre, recebe energia do linhão das hidrelétricas de Rondônia, que devido a distância e aos eventos de fortes chuvas e ventos causam instabilidade a linha comprometendo o abastecimento. Isso, além de prejuízos aos moradores do local, torna-se um obstáculo a potenciais novos empreendimentos.

A estrutura dos lotes possui certa simplicidade e, ao mesmo tempo, complexidade. Simplicidade, pois distribui os elementos dentro do lote de forma a facilitar sua vida cotidiana. Complexidade, pois organiza o lote e seus elementos de forma a otimizar a produção com auxílio de assistência técnica.

Com relação ao mercado consumidor, os moradores constantemente correm atrás de potenciais compradores de seus produtos. Eles relatam que vende nos comércios e lanchonetes da cidade, para os moradores do local e também na feira de cidade de Eitaciolândia, neste último ponto o destino do produto é preponderantemente a Bolívia.

Uma alternativa interessante e palpável para dinamizar a economia local seria a criação de estrutura que viabilizasse a visitação no Parque Wilson Pinheiro, localizado em seu interior do Polo Agroflorestral Eitaciolândia. Essa atividade

⁶⁹ Regionalmente é o local onde se guarda ou armazena desde produção, até implementos.

acrescentaria ao coletivo, elementos como preservação, conhecimento, lazer, diversão, educação, emprego e renda. Seus produtos poderiam ser vendidos aos visitantes. Além disso, segundo Acre (2009), uma unidade de conservação voltada para o público, de forma ordenada e sob gestão ambiental, se constituiria em uma fonte de visitação e até mesmo turismo, criando mercado e oportunidades de investimentos diretos, ocupações, emprego e renda. Ou seja, essa demanda é criada pelo poder público e gerenciado pela população local.

c) Dimensão política-administrativa

O Polo Agroflorestal Epitaciolândia é hoje administrado pela Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (SEAPROF), mas recebe apoio também da Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Produção. Os moradores do polo devem seguir normas estabelecidas na forma da lei. Segundo o Art. 6º de Lei nº 1.693, fica o Poder Executivo autorizado a ceder Concessão de Direito Real de Uso (CDRU⁷⁰), por um prazo de quinze anos, renováveis por igual período, a título gratuito, nas áreas rurais definidas como quintais e polos agroflorestais.

Nessa mesma direção o Art. 7º da Lei nº 1.693, Legislação que cria e legaliza os polos estaduais, define que para a CDRU o beneficiário terá de comprovar que: a) reside no imóvel objeto da concessão; b) não possui outro imóvel; c) não ocupa terras particulares ou públicas; d) não foi anteriormente beneficiado pelo programa de reforma agrária; e) demonstra aptidão agroflorestal; f) não possui vínculo empregatício permanente fora das atividades agroflorestais; g) não exerce atividade profissional liberal, não é servidor ou empregado público; h) não é militar; i) não é aposentado, pensionista ou está na reserva; j) não está exercendo mandato político.

Observa-se que para o indivíduo ser assentado e possuir um lote o processo de concessão é rigoroso, pois envolve uma série de solicitações, no entanto, considera-se isso importante para evitar que pessoas sem perfil e que possuam outras áreas consigam assentar-se sem a devida legalidade. A concessão do lote é

⁷⁰ Direito real tipificado pela legislação nacional, instrumentalizado por meio de um contrato em favor dos Estados e Municípios, desde que sejam para a educação, a cultura, a saúde ou a assistência social (BRASIL, 1967).

transferida gratuitamente. Isso desde que se siga o artigo 8º da Lei nº 1.693, “*sob a condição resolutiva de serem desenvolvidas apenas atividades agroflorestais e hortifrutigranjeiras no âmbito da Política de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre*” (ACRE, 2005).

Nessa mesma direção o artigo 10º da mesma Lei coloca que é proibido ao concessionário alienar sob qualquer forma, locar ou arrendar o lote; exercer atividades não autorizadas; descumprir a legislação agrária e ambiental; efetuar atos que degradem o meio ambiente. Se o morador infringir as regras estabelecidas será revogada a concessão e as consequentes benfeitorias do local.

Os moradores devem se adequar as características estabelecidas e se não se adaptarem, o artigo 12º da Lei nº 1.693 coloca:

A família que, por algum motivo, não se adaptar no assentamento, poderá, mediante autorização administrativa da SEPROF, ter as benfeitorias indenizadas e a efetivação da transferência para outro beneficiário só acontecerá caso o pretense candidato se enquadre nos critérios de seleção estabelecidos pelo programa (ACRE, 2005).

É importante, entretanto, mencionar que apesar da normatização estabelecida o local ainda enfrenta problemas, principalmente os relacionados ao apoio do poder público. Segundo os moradores, o poder público prometeu muita coisa, como orientação técnica para o plantio e cultivo, no entanto, eles fazem por conta própria mesmo. Na fase inicial do polo, o poder público estadual dava assistência técnica, “*tivemos no começo, agora não. A ajuda era na questão de horta (lona), aradação, destoca era através da SEAPROF, antes eles acompanhavam, agora não andam mais aqui não*” (MORADOR PA, 2017).

De acordo com a moradora PA3 (2017), “*Já veio aqui um senhor explicar pra gente, era da SEAPROF, de vez em quando vem, já vieram duas vezes. Ensinou muita coisa pra gente, porque a couve a gente tem né, a couve dá aquele bichinho*”. Ainda segundo os moradores do local, teve um projeto de banana enxertada da EMBRAPA uns três anos atrás, ou seja, já na fase em que o polo estava consolidado. O gestor G3 (2017) descreve que, “*no polo Epitaciolândia nós tínhamos com unidade demonstrativa de banana em parceria com a EMBRAPA, com variedades de banana maçã, prata, preciosa, maravilha, mas agora tá parado*.” Tem-se, assim, que há mercado de banana no município e que a banana ficou mais

resistente e produtiva. Esse projeto foi um importante apoio para o polo e para todo o município de Epitaciolândia.

A organização da comunidade é importante, no entanto, *“no início criamos a associação, mas acabou não deu certo”* (MORADORA PA2, 2017). Segundo este morador, a associação não deu certo, pois os associados não participavam mais das reuniões. De acordo ainda com a moradora PA2 (2017), *“onde tem associação os órgãos públicos dão mais atenção, nos tem que criar uma associação, porque não estamos ganhando nada, pra lá os quintais florestais estão ganhando muitas coisas, cobertura pra horta, carrinho de mão, tela, lona”*. Os moradores reconhecem a importância da associação para ter mais força em suas reivindicações. Isso é determinante para a organização do polo.

Existe a restrição de que não se podem vender áreas dentro do limite do polo, mas sempre tem quem venda. *“Disseram um tempo ai que não podia vender, mas não tem jeito né, as pessoas vendem. Não tem título, tem concessão de uso”* (MORADOR PA1, 2017).

De acordo com um morador:

Título da área ninguém tem, o que tem é concessão de uso, tem o cartão de assentamento. Isso foi quando esse rapaz que morava aqui veio pra, lá logo no início eles deram isso aí, mas ninguém tem o título, agora que veio o pessoal da SEAPROF aqui pegar o nome, endereço de todo mundo direitinho pra fazer o título, foi assim que disseram pra nós, mas tem uma mulher aí do fundo que me disse que isso aí há anos que eles veem falando e esse título nunca sai, mas a esperança é a última que morre, né?!” (MORADORA PA3, 2017).

Para comprar um lote, deve-se pedir autorização ao órgão responsável. Um dos moradores relatou sua experiência:

Tivemos que ir lá na SEAPROF conversar com eles, ver tudo direitinho, pra nos comprar isso aqui, porque não pode a pessoa comprar pra *diversão*, não pode, mas nos queríamos mesmo pra morar e criar nossos animais. No pouco tempo que estou aqui já tenho galinhas, porcos, milho, a gente tá colhendo, banana já vendi umas vinte cargas” (MORADORA PA3, 2017).

Os moradores do polo vendem diversos produtos locais. Recebem R\$7,00 pelo quilo da poupa de frutas para suco e tiram em média 150 quilos por ciclo de produção; vendem ainda galinha caipira a R\$25,00 (PESQUISA DE CAMPO, 2017). O valor de produção é razoável, no entanto nem todos vendem o que produzem, principalmente pela dificuldade de transporte, o que dificulta economicamente os

moradores. Apesar da diversificação, eles precisam de alternativas mais produtivas ou de um mercado mais abrangente. Não é suficiente para os moradores a renda extraída no local, inclusive devido à idade dos moradores que não possuem a mesma força da juventude para o trabalho e seus filhos não possuem perfil para o trabalho de horticultor.

Com relação à infraestrutura, observa-se que a via principal do polo é toda pavimentada, com capa asfáltica desde a BR 317 até seu limite final. O ramal que parte dela não é pavimentada, no entanto, possui boas condições de circulação no período de estiagem. O polo é abastecido por energia elétrica e tem em seu limite a escola (Figura 30).

Figura 30 – Infraestrutura existente no Polo Agroflorestal Epitaciolândia



Fonte: Acervo do Autor (2017).

Nota: Escola; B) Via pavimentada e rede elétrica

A Escola Estadual Luiz Gonzaga da Rocha, possui os anos finais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos. De acordo com o Censo Escolar, a escola possui 456 alunos distribuídos no Ensino Fundamental II, médio supletivo e Educação de Jovens e Adultos (INEP, 2016). Por não contemplar o ensino fundamental I os alunos tem que se deslocarem para a cidade. Isso é um fator problemático, pois apesar da proximidade do núcleo urbano, os alunos dependem de transporte público. A falta do transporte, seja por problemas mecânicos, seja pela falta de funcionários prejudica o ensino-aprendizagem dos alunos, podendo culminar com desistência e evasão dos mesmos.

O local não possui posto de saúde e nem quadra de esportes. Quando os moradores precisam de serviços de saúde eles se dirigem para a cidade de

Epitaciolândia. Com relação à quadra de esportes ou área de lazer, o que existe é um campo de futebol improvisado pelos moradores do local para jogarem bola.

De acordo com os moradores do local, na fase inicial do polo eles tiveram apoio para construção e ampliação das casas. Observam-se casas em madeira e em alvenaria. No início, *“quando eu me mudei já tinha uma casa de 6x6 m² com dois quartos, sala, cozinha e varanda, nós construímos em mutirão com os 9 moradores”*. Hoje *“mudou bastante, veio recursos pra ampliação das casas”* (MORADOR PA1, 2017). Nessa perspectiva houve uma melhoria na estrutura física das residências.

Com relação à infraestrutura do local, a prefeitura tem dado sua contribuição. Um morador relata, *“quando a gente precisa do trator a gente paga o óleo, o trator e o motorista são da prefeitura”* (MORADOR PA1, 2017). Nesse mesmo sentido corrobora um gestor *“a prefeitura dá a máquina, o operador o diesel é dado pelo produtor como contra partida”* (GESTOR G5, 2017). Nesse sentido, para melhorar a estrutura dos lotes há a possibilidade dos moradores fazerem parceria com o poder público.

O assentamento não possui rede de água e nem bueiros com rede de esgoto. Os moradores utilizam água de poços e tem fossas sépticas. Nesse aspecto o polo precisa de melhorias, para corrigir problemas ambientais. Existe ainda no local, um equipamento de infraestrutura, o Parque Wilson Pinheiro, cuja competência é do poder público estadual e municipal. Esse, segundo já foi abordado anteriormente, poderia ter seu uso ampliado, transformando-se também num ponto de visitação do município, agregando valor ao local com a circulação de pessoas e mercadorias.

d) Dimensão Ecológica

O Polo Agroflorestal Epitaciolândia possui relevância no que diz respeito ao aspecto natural, ambiental ou ecológico. Os polos, em especial este em estudo, teve sua criação, sobre uma área degradada de pastagem, mas com resquícios de vegetação. Ao longo do tempo essa característica ecológica passou a melhorar consideravelmente principalmente em função da criação do parque denominado Wilson Pinheiro (Figura 31). *“Essa área é a reserva do projeto e depois foi transformada em Parque Wilson Pinheiro [...] a proposta era dividir tudo, mas ficaram na reserva da floresta”* (GESTOR G1, 2017).

Figura 31 – Parque ecológico Wilson Pinheiro



Fonte: Acervo do Autor (2017).

O nome do parque é uma homenagem a Wilson de Souza Pinheiro (1933-1980). Ele foi seringueiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília e liderou o que ficou conhecido como 'Mutirão contra jagunçada'⁷¹. Neste episódio centenas de trabalhadores marcharam contra jagunços que ameaçavam com armas os posseiros da região. O desfecho foi trágico, pois culminou com a morte de Wilson Pinheiro.

O parque é administrado pelo governo do estado em parceria com a prefeitura de Eptaciolândia, como já menciona. Um fato relevante é que desde 2010, para fins eleitoreiros, esse local foi inaugurado pelo menos duas vezes, mas continua, sem a mínima condição para receber visitação. O local necessita ainda criar infraestrutura para receber visitação, mas possui potencial para viabilizar o lazer e a conseqüente atividade econômica turística. Além do mais possui grande diversidade, pois   remanescente de floresta primária.

Esse parque melhora consideravelmente as características ambientais do local, pois os lotes do Polo Agroflorestal Eptaciolândia não possuem reserva. De acordo com a moradora PA3 (2017), *"tudo isso aqui já foi dado para as pessoas desmatado, porque tudo de fundo aí é fazendeiro, tudo desmatado"*. De acordo com Raimundo e Sarti (2016) os parques ambientais possuem importância fundamental na qualidade ambiental, turismo e lazer. Ou seja, podem recuperar áreas degradadas.

⁷¹ Ver <http://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/194/156>

Foi através da Lei nº 2.292 de 27 de julho 2010 que se autorizou o Poder Executivo a realizar concessão de uso desse imóvel, sendo que a Prefeitura de Epitaciolândia foi responsável para criar o modelo de Unidade de Conservação (UC) que melhor poderia adequar as características do local.

Com apenas 62 ha esta área se constitui em um fragmento florestal de grande importância devido a sua proximidade e fisionomia vegetal com grandes semelhanças a área de importância extremamente alta e prioridade extremamente alta para a conservação da biodiversidade. Apresenta um bom grau de conservação com alguns impactos ambientais em seu entorno. Área destinada para a criação de unidade de conservação pelo ZEE do Estado do Acre. Sofreu incêndio em parcela de cerca de 5 ha, no entanto em franca recuperação. Não ocorre desmatamento e é pequena a pressão antrópica da população circundante. Esta área integra o Pólo Agroflorestal de Epitaciolândia, mas com estudos em curso para a criação de uma UC deverá ser interdito o uso produtivo de qualquer natureza. Sem sistema produtivo e pequena alteração no sistema ecológico (ACRE, 2009, p. 46)

Apesar da menção a criação da UC, com estudos técnicos, área definida e legalmente demarcada, observa-se que a mesma só existe no papel. A infraestrutura que deveria ser construída [orquidário, parquinho, banheiros, trilhas, restaurante, centro de recepção e orientação ao visitante] ficou no esquecimento e o local é apenas uma floresta [parque ecológico] sujeita aos impactos do entorno.

Com relação aos recursos hídricos, o Polo Agroflorestal Epitaciolândia *“Tem uma mina d’água, tem um açude é bastante grande porque um dia fui dar uma olhada, tinha um caminho aí, mas agora tampou lá embaixo tem uma fonte d’água dizem que é mineral o pessoal de antigamente pagavam água lá”* (MORADORA PA3, 2017). Os moradores do local utilizam poço semi artesiano ou cacimbas para consumo humano de água, bem como para as criações. Os resíduos sólidos do local, alguns são queimados e outros são recolhidos pelo caminhão de lixo do município que passa periodicamente. Isso ocorre, pois existe uma vila próxima ao local e escola pública facilitando a logística de coleta.

Com relação ainda as características ambientais do local, esse sofre pressão do entorno, pois é vizinho de fazendas que criam gado (Figura 32).

Figura 32 – Visão geral da área do Polo Agroflorestal Epitaciolândia e entorno



Fonte: Google Earth, (2017).
Nota: Organizado pelo Autor

Nas adjacências do Polo Agroflorestal Epitaciolândia como pode ser observado, encontram-se fazendas de gado por todos os lados. Isso contribui com para a degradação ambiental do entorno em virtude dos impactos negativos diretos provocados com a formação de pasto, mantendo-se apenas resquícios de vegetação.

Os impactos ocorrem também no interior do polo. Antes de sua criação já havia 39% da área desfloresta em função de atividades pecuaristas desenvolvidas. Na fase inicial de implantação do polo, nos anos de 2001 a 2003, houve um incremento de desflorestamento em aproximadamente 8%. Esse incremento foi ocasionado pelos moradores, que ao chegar ao polo necessitavam limpar a área para trabalhar sobre ela. A partir de 2004 se estabiliza a questão ambiental, não sendo registrando mais avanço no desflorestamento (Quadro 15).

Quadro 15 – Evolução do desmatamento no Polo Agroflorestal Epitaciolândia até 2015

Ano	Incremento (%)
Até 2000	39,00
2001	0,00
2002	5,38
2003	3,08
2004	0,00
2005	0,00
2010	0,00
2015	0,00
Total	48,23

Fonte: Adaptado de INPE/PRODES (2015).

Nota: Organizado pelo Autor.

Após a estabilização da área é possível observar que a forma de uso do solo, embora já estivesse pré-definida pelos objetivos de criação do polo e posteriormente legalizada pela Lei nº 1.693 de 21 de dezembro de 2005, a esperada fusão entre as atividades agrícolas e a florestal não ocorreu a contento.

Nessa direção, algumas considerações são relevantes de serem realizadas:

Vale ressaltar que este Polo Agroflorestal vem sofrendo uma descaracterização no seu caráter florestal, uma vez que o fragmento florestal a ele vinculado está destinado à criação de uma UC, assim atividades mais intensivas, como a criação de frangos em moldes industriais foi introduzida entre os produtores, assumindo esta área a configuração de Produção Agropecuária Familiar (ACRE, 2009, p. 21).

Sabe-se que a atividade florestal é complexa e difícil de ser realizada individualmente no polo em função do tamanho dos lotes (5 a 7 hectares). Estes são pequenos quando comparados a áreas de reservas extrativistas, por exemplo. Aliado a isso, os lotes possuem pouca vegetação, aliás, apenas resquícios. Apesar do esforço em se desenvolver inicialmente sistemas agroflorestais, hoje no interior dos lotes encontram-se espécies arbóreas apenas nos pomares. A atividade econômica relacionada ao perfil florestal, ou seja, o extrativismo, não foi e não é possível. Os hortifrúti e a produção industrial de frangos é que tem tentado viabilizar a economia dos lotes.

Coletivamente, em função do parque, a área ganha uma dimensão ambiental favorável, podendo de forma geral ocorrer equívocos de que há uma fusão sustentável entre as atividades agrícolas e a extração florestal. No entanto,

isso não ocorre, pois nenhum morador pode desenvolver atividade no interior do parque, que ocupa quase a metade do assentamento.

A (re)implementação de projetos de sistemas agroflorestais, todavia, pode ser viável, desde que organizados de forma eficiente e orientado, pois “misturam” espécies vegetais e até animais em um determinado local, diversificando a produção.

5.3 (DES)FUNCIONALIDADES: O DISTANCIAMENTO ENTRE CONCEPÇÃO E REALIDADE

A possibilidade de viabilizar o elo entre florestal e agrário, pode equacionar o distanciamento entre o que se previa para a área e o que se tem hoje. Isso envolve, entretanto muito trabalho para organizar a população, além de assistência técnica e planejamento a médio e longo prazo.

Os moradores do polo trabalham e desenvolvem suas atividades no local da forma que é possível: frutas, polpas, verduras, pequenos animais, entre outros. *“Então, estou lutando com isso aí pra ver se eu venço, o povo que se assentou aqui, ele vive disso. Nós (eu e meu velho) somos aposentados, daí consegue viver, porque só com o que produzimos aqui não consegue não, de jeito nenhum”* (MORADORA PA3, 2017). A área é acima de tudo um local onde a terra é mais que puramente conservação ambiental, é um local onde o sujeito possui sua moradia, trabalho e sustento. Essa é a realidade de praticamente todos os moradores, pois eles dependem diretamente do que produzem e vendem. Eles argumentam ainda a questão do descompasso entre o que ganham e o aumento progressivo dos produtos que consomem.

Segundo os moradores, todavia, houve grandes mudanças no polo quando comparado os dias de hoje com o período de sua criação. Os lotes, por exemplo, mudaram muito. Hoje são mais produtivos, pois tem pomares e outras benfeitorias. No entanto, isso somente não vem garantindo qualidade de vida e/ou sustentabilidade.

As necessidades ocorrem no dia-a-dia de cada morador, seja na dificuldade de vender seus produtos, seja na precariedade financeira que se impõe. Apesar das questões pontuais e individuais que entram a vida de cada morador, eles se consideram felizes no local, pois possui sua terra, seu pedaço de terra, o que para

muitos é o suficiente. Eles preferem pensar, muitas vezes, na dificuldade de outros que não possuem terra para morar, do que a deles próprios. Isso lhes traz características de acomodação diante dos problemas do local.

Do ponto de vista dos gestores o local não possui grandes problemas, pois a população é reduzida, o que torna fácil amenizar qualquer dificuldade emergencial. Segundo eles, foram cumpridos muitos dos objetivos do projeto implantado, mas não todos. *“Nem Jesus agradou a todos, imagina nós”* [poder público] (GESTOR G1, 2017), segundo o gestor, eles já fizeram a parte deles, e o restante deve ser por conta dos moradores. Ainda para o mesmo gestor: *“Tem coisas que depende dos moradores quererem, pois tem morador que só faz as coisas se o governo ou a prefeitura entrar com dinheiro, se não tiver, fica parado reclamando, tem que ter coragem e ir atrás de mercado para vender”* (GESTOR G1, 2017). Ou seja, para o gestor em tela a falta de recursos financeiros ou econômicos, um dos problemas observados, é por causa dos moradores, mas como é área pública o poder público tem sua parcela de contribuição.

Essa perspectiva do gestor [de não possuir grandes problemas], no entanto, depende do olhar [holístico], pois pelo demonstrado há muitas dificuldades, inclusive para os moradores do local que estão cotidianamente com diversos problemas, conforme apresentado.

A área possui potencial sustentável, no entanto, o modelo em si enfrenta problema e o principal é a viabilidade econômica, pois é difícil realizar atividades eficientes em um espaço reduzido, a não ser que tenha orientação técnica. Por mais que diversifiquem a produção, é complexo manter a sustentabilidade nos lotes, pois dependem de cadeia produtiva e do mercado consumidor.

Nas dinâmicas que acabam por se estabelecer no Polo Agroflorestal Epitaciolândia diferentes (des)funcionalidades podem ser observadas. Quando analisado o polo, desde sua criação até a atualidade, constata-se que grande parte os objetivos previstos não foram atingidos. A ideia inicial era assentar ex-seringueiros e ex-colonos/agricultores rurais que viviam nos núcleos urbanos de Epitaciolândia e de cidades adjacentes, todavia, apenas 56% da capacidade do projeto foram alcançadas. A área tinha inicialmente 16 lotes e apenas 10 foram ocupados.

A área florestada, que permitiria o assentamento de mais famílias acabou sendo destinado a uma unidade de conservação municipal, o Parque Wilson

Pinheiro. O desenvolvimento de sistemas agroflorestais, muito difundido inicialmente, inclusive como política sustentável, foi deixado de lado pelos moradores, pois faltou apoio ao longo do tempo. Parte dos assentados não conseguiu se viabilizar economicamente, vendendo seus lotes ou parte deles ha terceiros. Assim, em 18 anos cerca de 30% dos moradores não é mais composta pelos assentados originalmente, o que descaracterizou o perfil inicialmente idealizado para o projeto.

Pela proximidade, os moradores possuem relação direta com a cidade de Eptaciolândia, o que além de um processo migratório importante no local, em função das necessidades estudos e saúde, acaba por levar, sobretudo, os jovens a abandonarem as atividades rurais.

Com relação à cultura, não há uma específica que ligue os mesmos como se previa (ex-seringueiros e agricultores), pois estes possuem origens diversificadas. Também a prática de sistemas agroflorestais prevista, não se verificou, impedindo-lhes de construir uma caminhada comum. A atividade atual como horticultor e agricultor familiar é um dos únicos elementos que lhes atribuem identidade. Eles vivem das plantações de grãos de subsistência, da criação de pequenos animais, da produção de verduras e frutas, bem como da produção de poupas. Também a venda direta para os consumidores na feira livre na cidade de Eptaciolândia, sobretudo para os vizinhos bolivianos, e/ou para o comércio local também contribui para lhes atribuir identidade.

Há, entretanto, diversidade nas atividades praticadas pelos sujeitos do local (Quadro 16). Três diferentes grupos foram identificados: os chacareiros, os horticultores/colonos e os criadores de aves integrados as indústrias.

Quadro 16 – Sujeitos/grupos e suas atividades no Polo Agroflorestal Epitaciolândia

Sujeitos/ Grupos	Horticultores e agricultor familiar	Criadores industriais de aves	Chacareiros
Criação de cabritos, galináceos, bovinos (leiteiro), entre outros	■		
Criação industrial de aves		■	
Hortifrutigranjeiros	■		
Sistemas Agroflorestais	■		
Lazer e descanso (finais de semana)			■

Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Nota: Organizado pelo Autor.

O fácil acesso ao local do Polo Agroflorestal pela proximidade da área urbana chama atenção para o potencial de compra e venda dos seus lotes. Também a facilidade de escoamento dos produtos para a cidade lhe atribui vantagens locais que são percebidas pelos agentes imobiliários. Soma-se a isso o pouco apoio que recebem do poder público e as dificuldades que enfrentam para manter a subsistência econômica, o que os fragiliza ainda mais, comprometendo sua permanência. Aliado a isso, tem ainda a pressão dos fazendeiros criadores de gado do entorno.

O modelo de gestão territorial Polo Agroflorestal, a partir do exemplo estudado, com uma trajetória de quase duas décadas entre sua criação em 2001 e os dias atuais, mostra evidências nítidas e suficientes de sua inviabilidade, é um polo, mas não Agroflorestal. A principal falha não está no modelo em si, mas sim nos desvios de finalidade que o projeto foi sofrendo ao longo dos anos. A isso se associa a falta de um acompanhamento com orientação técnica focada nos objetivos propostos.

Visando redirecionar este Polo Agroflorestal para sua finalidade, consideram-se relevantes duas perspectivas, a primeira relacionada ao assentamento e manutenção dos indivíduos e a segunda relacionada à estrutura sustentável.

a) Permanência e continuidade das famílias no local

Percebe-se que os Polos Agroflorestais foram importantes num primeiro momento para assentar populações carentes (ex seringueiros e ex agricultores) que foram expropriados pela dinâmica territorial de ocupação ocorrida nas últimas décadas no Acre. Muitos moradores saíram de lugares insalubres na periferia das cidades para um lugar com características melhores, com aumento inicial da qualidade de vida.

Apesar do número reduzido de assentados nos Polos Agroflorestais, estes contribuíram para minimizar o inchaço das cidades com o retorno de parcela de famílias da cidade para o campo. No caso do PA Eptaciolândia, 70% dos moradores permaneceram no local, ou seja, não houve grande evasão.

Acredita-se que essa realidade de permanência dos assentados no local deva convergir com políticas públicas direcionadas também para os jovens das comunidades. Isso para que esses desempenhem atividades econômicas no local, pois quando os filhos casam ou constroem famílias necessitam sair do local, devido ao tamanho reduzido da área, trazendo problemas como perda da identidade. Grande parte dos assentados originais possui idade avançada e não possuem mais vigor de outrora, a aposentadoria está próxima ou já a fizeram. Uma nova geração pode auxiliar no revigoramento da comunidade, mas nem todos possuem perfil ou mesmo vontade.

b) Estabelecimento de uma estrutura sustentável

Tendo como perspectiva uma estrutura que direcione o assentamento numa direção sustentável, deve-se buscar diminuir o desmatamento, recuperando as áreas degradadas com SAF's. Esse sistema já contribuiu, parcialmente, para a fusão entre florestal e agrário na fase inicial do Polo Agroflorestal. Recuperaram-se áreas degradadas e diminuiu-se o desmatamento. Com os sistemas agroflorestais árvores cresceram e indicadores ambientais melhoraram.

Todavia, as necessidades econômicas foram sendo complementadas de forma paliativa com a produção agrícola, que passou a ser prioridade. Os moradores do Polo Agroflorestal precisaram produzir para garantir sua subsistência convergindo para o desenvolvimento agrário. Isso manteve, até certo ponto, a capacidade

produtiva do local, no entanto com dificuldade, visando mais a subsistência, em função do tamanho das áreas e do distanciamento dos órgãos públicos ao longo da implantação do projeto.

Quando observado pela dimensão econômica, o local possui notória dificuldade em se desenvolver de forma sustentável. Ou seja, apresenta baixa capacidade produtiva para desenvolver-se eficientemente. Uma opção para a sustentabilidade econômica do PA Epitaciolândia poderia se agregar a criação de aves para fins industriais. Para que essa atividade seja de fato produtiva, deve haver estrutura eficaz, no sentido de uma rede de eletricidade contínua e sem cortes, pois os prejuízos advindos desse problema podem ser permanentes. Mesmo com outras atividades desenvolvidas, nesse caso, criação industrial de aves, ela se mostra frágil economicamente em função dos problemas estruturais do local.

Esse modelo de gestão, denominado Polo Agroflorestal, enfatiza a relação do homem com a natureza. Essa relação harmônica, para o caso do PA Epitaciolândia não ocorreu até o momento, houve tentativas, nos primeiros anos, porém com pouco êxito. Os lotes estão mais para quintais agros hortifrutigranjeiros, pois neles se diversificam os produtos, produzidos para o consumo com um pequeno excedente para venda.

Considera-se que economicamente é necessário apoio pontual, como financiamento e investimento ao assentado para aumentar a renda, pois da forma como está sendo executado, os lotes não possuem sustentabilidade. De acordo com Diegues (1992), normalmente, quando esses projetos são pensados em termos de sustentabilidade, são levados em consideração apenas o véis “natural”. A sustentabilidade envolve um conjunto de fatores, entre os quais o econômico.

No local não ocorre sustentabilidade financeira, pois a produção fica aquém na maioria dos lotes, tendo os moradores que desenvolverem outras estratégias para complementar a renda, como realizando bicos, atividades fora do local, ou até recorrer a auxílios governamentais como bolsa família. Para reverter esse quadro é importante focar na cadeia produtiva, com outros produtos a serem desenvolvidos no local, sempre considerando o tamanho dos lotes, sua viabilidade produtiva, econômica e ecológica.

Seguindo a lógica de abordagem, o próximo capítulo destaca outro assentamento rural, denominado de PAE Agroextrativista Porto Rico enquanto sistema e seus subsistemas.

CAPÍTULO 6

O MODELO DE GESTÃO PROJETO AGROEXTRATIVISTA: O EXEMPLO DO PAE PORTO RICO

“Os PAEs diferenciados ambientalmente, do extrativismo - floresta - para agroextrativismo com a agrícola - roça, pode chegar a um modelo agropecuário - boi?” (O autor)

Este capítulo tem por objetivo analisar o modelo de gestão Projeto Agroextrativista (PAE) com relação ao trato com as comunidades rurais diretamente envolvidas. Tal análise se desenvolve a partir do exemplo do PAE Porto Rico. Busca-se, através da análise das dinâmicas têmporo-espaciais, das múltiplas dimensões, do distanciamento entre concepção e realidade e da (des)funcionalidade do sistema, avaliar a dinâmica interna do modelo, bem como, suas articulações externas.

A análise ocorre a partir da perspectiva dos moradores do Polo Agroextrativista, tomado como exemplo, os quais são considerados aqui como “sujeitos”. Contrapõe-se a esta perspectiva dos sujeitos à visão do poder público, ou seja, a perspectiva dos gestores. A estas duas perspectivas se soma a percepção do autor.

Os moradores deste Projeto possuem características relevantes relacionadas ao seu modo de vida extrativista o que diferencia de outros assentamentos localizados na mesma região. As nuances desta modalidade de gestão serão apresentadas e discutidas na sequencia.

6.1 DINÂMICAS TÊMPORO-ESPACIAIS

Os Projetos Agroextrativistas são modelos de gestão que buscam articular interesse ecológico e organização social. Criam-se, assim, assentamentos ambientalmente diferenciados com objetivo de fixar famílias que já se encontram sobre a terra, dentro de áreas com potencial para exploração agroextrativista.

Focando nesta base econômica, intenciona-se proteger as características ambientais de locais que possuem alta relevância para conservação da biodiversidade.

Essa modalidade de gestão foi criada somente nos estados do Acre, Amazonas, Amapá e Pará (GUERRA, 2002), ou seja, na Amazônia Legal. São implantados, sobretudo, em áreas com potencial extrativista, ocupadas por populações tradicionais, como seringueiros e ribeirinhos (ACRE, 2006). Essas categorias de ARs, de acordo com Tourneau e Bursztyn (2010), foram uma tentativa de se adequar às crescentes preocupações com respeito ao impacto ambiental provocado pelos assentamentos rurais até então criados. Segundo Araújo (2006), mesmo esses ARs devem passar pelo licenciamento ambiental como forma de coibir os impactos ao meio ambiente.

O assentamento em questão localiza-se no ramal denominado de Prata, faz fronteira com a fazenda Santa Fé em Epitaciolândia e com a Bolívia, estando nas proximidades do PAE Chico Mendes em Xapuri. A área do PAE Porto Rico possui um longo histórico de ocupação antes da sua transformação em assentamento rural extrativista no ano de 1991. Segundo o morador PR4 (2017), na década de 1970, *“isso era de três irmãos: seu Arlindo, Chico Calango e Pedro Ruco. Ainda hoje tem um senhor que tem 52 anos dentro do assentamento [Francisco José]”*. Os três irmãos citados tinham as maiores áreas do local, no entanto, o senhor Francisco José é um dos moradores mais antigos no local. O morador PR2 confirma a informação do morador anterior, *“essa área era de três irmãos [...] mas eu já morava aqui, nós era os veteranos”*.

Segundo informações de Acre (2012), do Plano de Desenvolvimento Comunitário (PDC), em 1972 chega ao local, Francisco José, que se torna proprietário da área que anteriormente era de propriedade de Anderson Cosson. Sabe-se que os seringueiros acabavam por tornarem-se posseiros das terras que ocupavam. *“Eu sou de 1928, tenho 89 anos, [...] eu nasci no Seringal São Miguel, com 6 anos fui para o Seringal Equidabam, após 10 anos fui para o Seringal Equador, onde terminei de me criar e saí de lá com 32 anos”* (MORADOR PR2, 2017).

Ainda levando em consideração a história do imóvel rural denominado Seringal Porto Rico, tem-se que a área foi desapropriada para fins da reforma agrária no ano de 1989 em 11 de maio pelo Decreto 97.734. De acordo com o

mesmo decreto o intuito era a criação de um assentamento, inicialmente com área de 5.163 hectares. Todavia, somente no ano de 1991 este veio a ser criado oficialmente. O morador PR2 destaca que *“a ata de criação, a história do INCRA aqui. Em 1991 foi feito em Xapuri, pois não existia Epitaciolândia, que nasceu em 1992 [...] Não tinha mais patrão aqui quando o INCRA comprou [...] deixou o pessoal como tava, mas começou a sair gente daqui pra acá”⁷²”*.

No entanto, não foram apenas pessoas que deixaram o local, também entrou muita gente nova.

No Porto Rico, por exemplo, nos chegamos lá na época, era 46 famílias se não me engano, eram 46 famílias, depois a capacidade subiu pra 73, ou seja, aumentou mais 27 famílias dentro [...] ele foi criado em 1995⁷³, em 1994, 1995 ele foi criado o projeto [...] isso foi até 2005, foi aumentando essa capacidade, hoje tem mais gente ainda (GESTOR G6, 2017).

Com relação ao número de pessoas, de fato foi aumentando. Como se menciona em Acre (2012), considerando-se quatro pessoas por família no local, estima-se que atualmente tenha em torno de 312 pessoas na área.

De acordo com as informações mencionadas, esse assentamento foi criado antes mesmo da criação do município de Epitaciolândia, que ocorreu em 1992. O INCRA teve papel relevante na organização da área. É importante abrir um parêntese aqui para abordar a perspectiva do período de criação do município e do assentamento em tela. No ano de 1992 foram criados 10 novos municípios no Acre pela Lei nº 1.026, entre os quais Epitaciolândia, desmembrado dos municípios de Brasiléia e Xapuri. Nesse sentido, o assentamento foi criado anteriormente ao município de Epitaciolândia, passando a pertencer a esse município em 1992 por ocasião de seu desmembramento.

Posteriormente, em 29 de dezembro do ano de 1995, a Portaria nº 74 incorpora uma área de 2.367 hectares ao assentamento, totalizando 7.530 hectares (ACRE, 2012). No ano de 1996, o assentamento rural extrativista muda de categoria, transformando-se em Projeto Agroextrativista. Essa mudança deu-se pelo fato da categoria “extrativista”, sozinha, não mais contemplar as características do local, que passou a incorporar também atividades agropecuárias. Dois fatores contribuíram para a mudança de categoria: a) a queda econômica dos produtos extrativistas

⁷² O mesmo que ali, para outro lugar.

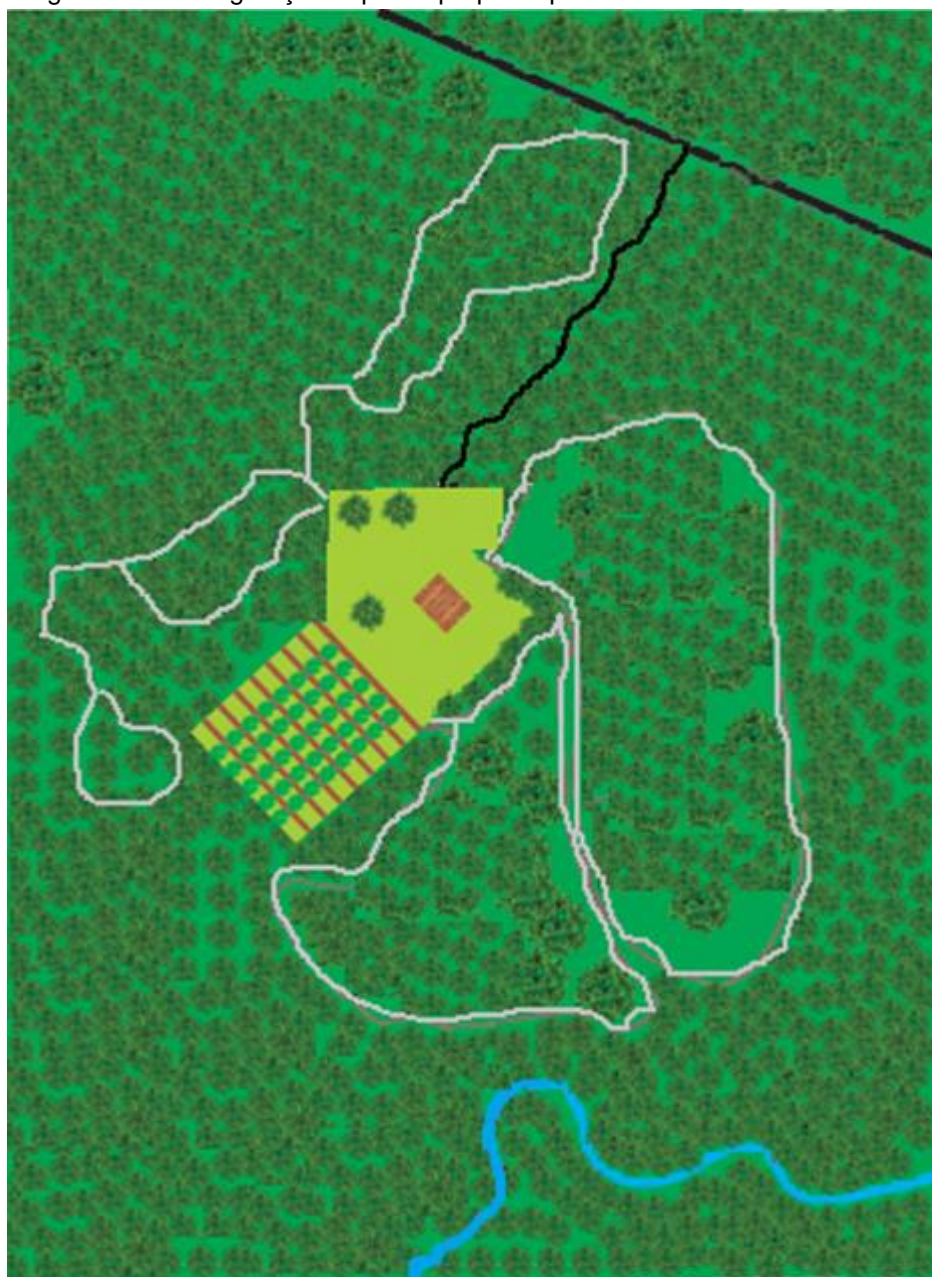
⁷³ O gestor se equivocou com relação ao período de criação, pois como mencionado ocorreu em 1991.

(castanha e borracha) no mercado local e nacional; e b) a expansão da agricultura e principalmente da atividade como pecuarista na região do Alto Acre, sobretudo, no entorno da área.

“Os Projetos de Assentamento Agroextrativista, são projetos diferenciados que possuíam mais de 50% de cobertura nativa e para evitar o desmatamento as próprias famílias escolheram a modalidade [...]” (GESTOR G6, 2017). De acordo com moradores, as terras eram primeiramente divididas em estradas de seringa, sendo feito posteriormente um acordo entre a comunidade e o INCRA, *“nos demos um topógrafo para fazer um mapa descritivo e memorial [...]”* (MORADOR PR4, 2017).

Inicialmente as características do assentamento, no tocante a sua configuração espacial, respeitaram seu perfil agroextrativista (Figura 33).

Figura 33 – Configuração espacial proposta para os lotes do PAE Porto Rico



Legenda

● Vegetação
 ● Pasto
 ● Plantação

○ Rio
 ○ Ramal secundário
 ○ Estrada de seringueira

○ Ramal principal
 ■ Residência

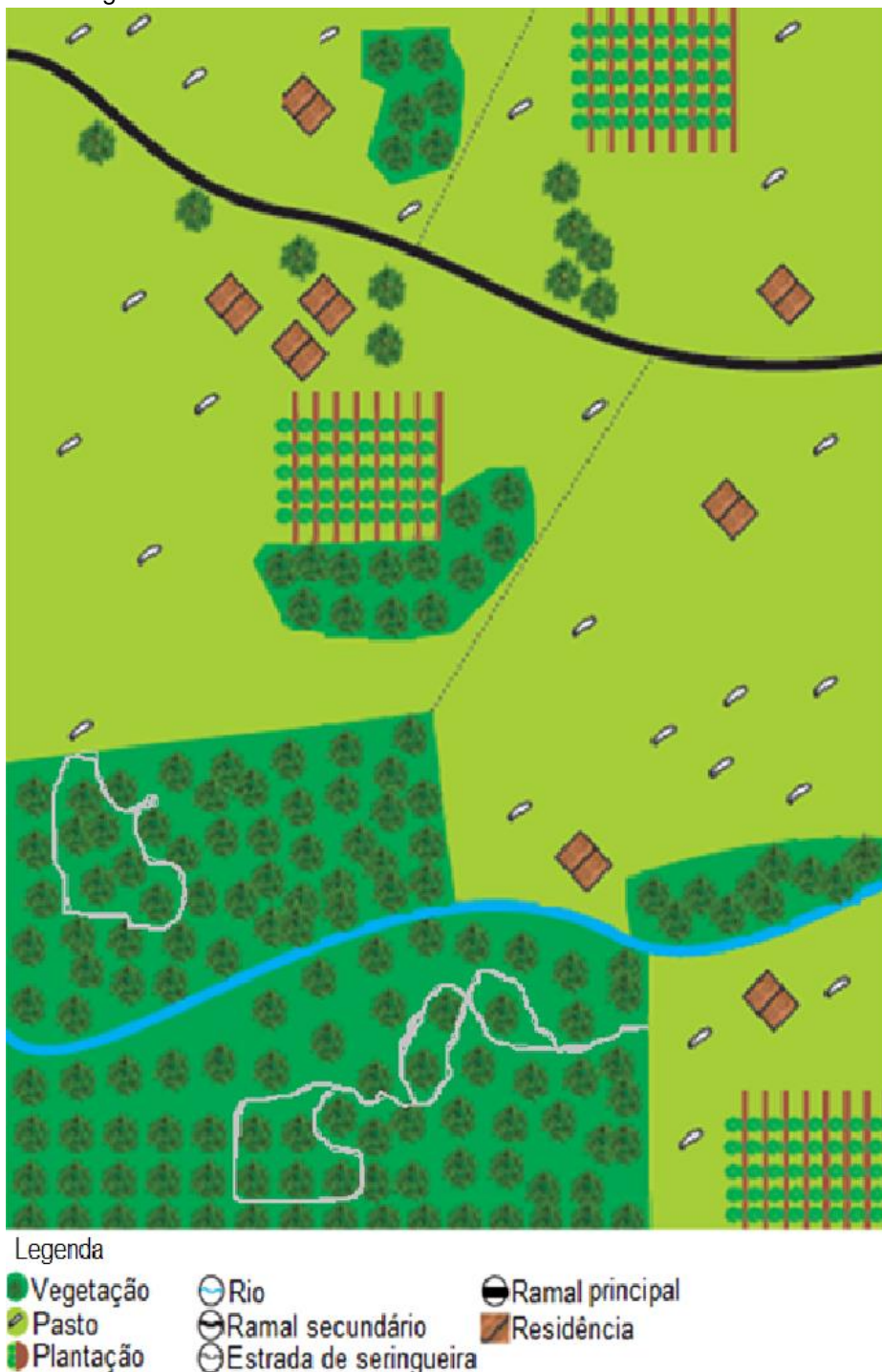
Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Nota: Organizado pelo Autor.

Esse assentamento não seguiu a estrutura dos assentamentos tradicionais, que tinham como característica de ocupação o modelo em retângulos ou espinha de peixe, com lotes retangulares e perpendiculares a uma via central. O PAE Porto Rico seguiu o formato literal das estradas de seringa e sua divisão. Nesse sentido, os moradores permaneceram em suas terras, seguindo sua própria lógica territorial, em

lotes com formato aparentando desorganização. Ao longo do tempo, com o incremento populacional, os lotes foram subdivididos (Figura 34), “aí existem propriedades com 10 hectares, com 700 hectares, a diferença é grande [...] porque neguinho vendeu pedaço, era tudo grande” (MORADOR PR4, 2017).

Figura 34 – Estrutura de um lote no PAE Porto Rico na atualidade



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Nota: Organizado pelo Autor

Os moradores encontrados no local, em parte são oriundos de fora da área, e em parte são filhos dos “donos” da área (receberam dos pais, que por sua vez recebeu da União, através do INCRA). Sobre a primeira abordagem, o morador menciona, *“migramos de Rondônia, a família quase toda”* (MORADOR PR1, 2017). Nesse caso, compraram de terceiros a terra, ou melhor, as benfeitorias da terra. No que diz respeito à segunda abordagem, dos agregados, o morador PR3 (2017) menciona, *“aqui tem 12 filhos só na minha terra, nossa família é muito grande”*. Essa dinâmica é uma realidade na área como um todo e em outras áreas da região amazônica. Isso ocasiona interferência no modelo e potenciais mudanças nas características dos lotes.

As transformações ao longo do tempo são relatadas:

Aí foram agregando os filhos, os filhos foram vendendo [...] aí passou o Incra fazendo o levantamento e transformou em um PAE, era mais familiar aí filho do filho, neto foram nascendo, hoje em dia o camarada tem um carro dá pro filho e não tem mais [...] é a mesma coisa, o pai dá um pedaço de terra pro filho fazer um roçado, aí ele casa separa, vende e vai embora (MORADOR PR4, 2017).

É destacada, com muita ênfase, a problemática relacionada aos agregados (familiares) que após receberem um pedaço de terra, se desfazem, seguindo geralmente o caminho da cidade, potencializando, como mencionado, a descaracterização do assentamento. De acordo com gestor G6 (2017), no Porto Rico as famílias, originalmente, são de lá mesmo, foram pessoas que foram regularizadas lá dentro, nessa mesma abordagem, o morador PR3 (2017), destaca que:

Esse assentamento foi das pessoas que tavam aqui, tem muita gente das antigas, uns morreram, mas tem os filhos [...] só têm de fora mesmo uns bom que querem progresso, né [...] olha esse assentamento, cada um tem seu lugar, vai embora quem quer, tem direito e faz financiamento, mas enquanto não tiver renda o gado não é seu, é do banco.

Inicialmente, como menciona o morador, foram assentados populações com perfil tradicional, no entanto, com passar do tempo e a dinâmica de ocupação estabelecida contribuiu para a miscigenação populacional. O gestor G6 relata que a região do Alto Acre recebeu durante as décadas de 1980, sobretudo, nos anos de 1982 e 1983, paranaenses e sul mato-grossense. É importante mencionar que hoje boa parte da população residente é formada por aqueles que chegaram após a criação do assentamento.

Nessa direção, o morador destaca:

Eu vim pro Acre tentar a vida, vim com a família. Tinha contato do meu irmão que mora ali [...] vinha na casa dele passear e a terra lá era do pai e da mãe em Rondônia. Morava em Teixeirópolis, perto de Ouro Preto do Oeste, Ji Paraná [...] estou 3 anos aqui, pagamo um pouquinho e compramo (MORADOR PR1, 2017).

Tem-se, entretanto, tanto moradores recentes como aqueles mais antigos. Dessa forma, convivem nesta área pessoas com pensamentos diferentes. Também o tamanho dos lotes é diversificado, desde as maiores, com aproximadamente 700 hectares, até aqueles com 1 hectare. *“Lá tinha colocação, mas como foi muito pulverizada, lá em uma colocação tem oito, dez e até mais morando, ai as áreas são pequenas [...] o projeto nosso lá é 7.800 hectares [...]”* (GESTOR G6, 2017). Notoriamente os maiores lotes são daqueles que possuem mais tempo no local. Em contrapartida, os lotes menores são daqueles mais recentes ou mesmo agregados.

Outro fator que contribui para o tamanho dos lotes é possuir parentes no local, pois podem indicar ou intermediar a compra ou mesmo a venda.

Tenho 40 hectares [...] outro irmão morava ali, tenho 5 irmãos aqui perto. O primeiro que chegou faz 11 anos, depois vinhamos os outros irmãos, a minha irmã faz uns 3 anos é a mais nova. Lá meus pais venderam e lá a terra é cara em vista daqui, 98 hectares por 1 milhão e pouco... aí dividiram [...] vinhamos quase todos (MORADOR PR1, 2017).

A variabilidade no tamanho dos lotes é reflexo da diferenciação socioeconômica no interior do assentamento e também das atividades nele desenvolvidas. Nas áreas maiores há a possibilidade de desenvolver atividades diversas ou mesmo focar numa atividade mais rentável. Nos lotes menores a diversificação é mais limitada e o foco nem sempre é uma atividade com grande rentabilidade. Assim, nos lotes menores as atividades econômicas precisam ser mais certas para viabilizar a renda familiar.

É relevante mencionar um fato curioso que auxilia na compreensão da origem da má distribuição das terras nesse assentamento. Os próprios moradores foram responsáveis pela delimitação de suas terras, ficando ao INCRA apenas as formalidades burocráticas.

De acordo com Gestor G6 (2017):

Os lotes foram de acordo com a demarcação deles [...] pra gente foi bom eles escolheram, inclusive eu participei da reunião pra demarcar as áreas porque isso causou muito conflito de divisa, ai eles fizeram a reunião, lá. Eu participei [...] ninguém é obrigado a fazer, só que vai ser necessário porque

todo dia dá um problema pra nós [...] Decidam logo qual é a área de vocês porque conforme você vai fazendo sua expansão pra fazer pastagem vai batendo na área de alguém e criando seus problemas. Isso foi um acordo que tá escrito no documento, mas eles que decidiram, não foi o INCRA, o INCRA não pode demarcar, foi demarcada a colocação inteirinha de tudo quanto foi canto. Tem um documento que diz até aqui é meu e daí pra lá é teu, mas não de todos, pois teve uns deles que não quiseram fazer. Muitos usaram as estradas de seringa pra demarcar, eles que chegaram em um acordo [...] vamos fazer aqui nossa divisa [...] pra cá é meu, pra lá é teu [...] Tem lugar que é água, tem lugar que é divisa seca mesmo, marcação normal, estaca, tem marcação de alvenaria mesmo, só que não foi todos que fizeram. De uma 78 famílias, umas 40 a 45 fizeram, por ai assim [...].

A lógica para a organização espacial do local levou em conta a vivência dos moradores, ou seja, foi a própria lógica interna já imperante. Os moradores permaneceram, assim, com a área que já possuíam. Isso certamente contribuiu para amenizar potenciais conflitos internos relacionados às divisas dos lotes. *“A maioria resolveu demarcar e serão pelo menos 50% a menos de problema para o INCRA [...] tem área grande, pequenininha, média [...] tem área de 50, de 25, de 600 hectares quase [...] todos eles sabem onde é suas áreas”* (GESTOR G6, 2017). Se fosse criado um assentamento tradicional⁷⁴, a área deveria ser parcelada com lotes do mesmo tamanho para todos. Atualmente não há registro de conflitos de divisa no local.

Muitos dos moradores do PAE Porto Rico saíram do local, principalmente até o ano de 1999. De acordo com Gestor G6 (2017): *“grande parte foi embora, venderam, aqui ficou bem poucos mesmo, venderam as benfeitorias”*. Segundo a fala deste gestor, somente as benfeitorias puderam ser vendidas, as terras não, pois pertence à união. As causas da venda das benfeitorias e a consequente saída dos moradores da área foram diversas, entre as quais se destacam a falta de infraestrutura no local naquele momento, 1999, e ainda a atração da cidade com suas “facilidades”. Isso impulsionou o êxodo rural do local.

⁷⁴ Os projetos de colonização tradicional são denominados: Projeto de Assentamento Dirigido (PAD). Eles têm como característica assentar famílias de locais adjacentes, mas há situações em que as pessoas são provenientes de outras regiões e/ou países. *“O caso mais emblemático foi o pessoal da Bolívia desapropriado da faixa de 50 km da fronteira [...] Essas famílias foram assentado aqui em Epitaciolândia, Brasília, Rio Branco, Plácido de Castro [...] isso foi agora de 2010 pra cá”* (GESTOR G6, 2017). De acordo com esse gestor, foram entre 500 e 600 famílias brasileiras desapropriadas. Tais reassentamentos provocaram tanto conflitos de terra em alguns locais, como supervalorização em outros.

6.2 MULTIDIMENSIONALIDADE DO SISTEMA PROJETO AGROEXTRATIVISTA

As características multidimensionais do Projeto Agroextrativista Porto Rico são aprofundadas a seguir, articulando aspectos socioculturais, econômicos, político-administrativos e ecológicos.

a) Dimensão sociocultural

Os aspectos sociais e culturais são importantes para toda e qualquer comunidade, ambos estão atrelados e relacionam-se. O aspecto social designa a características de uma determinada sociedade. A cultura representa um conjunto complexo de fatores que representa indivíduos e comunidades, onde incluem, por exemplo, conhecimento, crenças, arte e leis.

Os moradores residentes consideram-se pequenos agricultores rurais de base familiar, pois segundo eles é o que aprenderam e sabem fazer, *“quando vínhamos prá cá já sabia o que ia fazer, era o que fazia lá onde morava, desde os 7 anos nos peito da vaca e hoje 33 anos já e ainda tô fechado”* (MORADOR PR1, 2017). É um conhecimento adquirido com a experiência ao longo da vida, através do trabalho familiar.

As famílias são responsáveis pela mão de obra e pela produção de alimentos conforme as condições agroecológicas, características territoriais, culturais, acesso a terra, à educação especializada, aos recursos naturais, à tecnologia, aos financiamentos e aos serviços (SANTANA, 2017, p. 137).

Uma tendência detectada é a contratação por meio de mutirão para atividades que necessitam de mão de obra além da familiar. Isso é um dos fatores que unem os moradores do local.

Aqui temos muita amizade com a comunidade, tem festa aqui todo ano na comunidade, tem nossa igreja católica ali, dá pouca gente, o pessoal é meio desanimado. Não da briga não, dizem que antigamente era muito brigão [...] tem outras igrejas aqui que o pessoal vem [...] evangélica tem mais pessoas e são mais animados. Vai gente de toda idade (MORADOR PR1, 2017).

Aqueles moradores que inicialmente não eram agricultores acabaram por tornar-se, é o caso dos seringueiros, coletores e seus agregados. De acordo com Gestor G6 (2017):

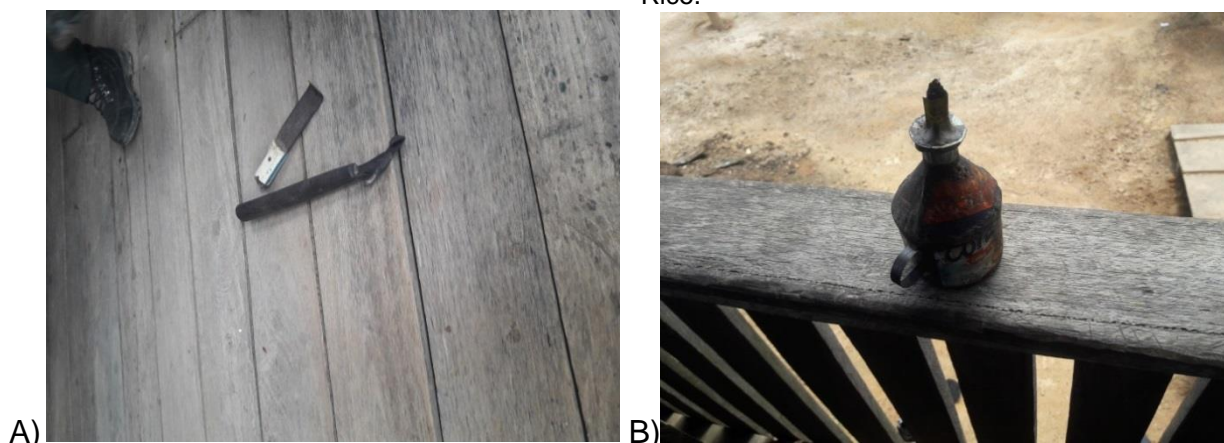
Hoje não tem mais nenhum seringueiro, aliás, eles não se consideram como seringueiros. Se eles falarem que se consideram eu vou falar na cara delas que estão mentindo. Não tem ninguém que faz a extração do látex, só antes de ser assentamento [...] castanha ainda tem hoje.

A desestruturação extrativista se deu em função da queda do preço dos produtos no mercado econômico e ainda pela queda da produção no local.

Eu trabalhava prós patrões, mas acabou isso. Eu cortava seringa, minha vida toda era cortar seringa, hoje não faço mais nada, hahahah [risos]. Durante minha mocidade trabalhei só dois anos de empregado, aí trabalhei de comboio⁷⁵, trabalhei de capataz⁷⁶, trabalhei com Elizeu - garrafão⁷⁷ - Rubimarques. Levava o látex para o olho d'água, lá tinha um armazém que era do doutor Dalcides [...] dê lá ia de carro [...] Nós recebiam por mês, aí larguei e vim pra cá cortar seringa e depois não aguentei mais e fui só pastorear [...] Aqui não tem mais seringueiro não, hoje não tem ninguém que corta mais, não tem gente que queira cortar [...] Pra ir pro roçado tem ir de moto, para o paiol de castanha vai de moto até onde da pra ir à moto [...] Ainda tenho tudo de cortar seringa, a raspadeira⁷⁸, a faca jongue⁷⁹, a porônga⁸⁰, esse era o equipamento básico (MORADOR PR2, 2017).

O morador PR2 mostra seus utensílios quando cortavam seringa e produziam a borracha (Figuras 35).

Figura 35 – Utensílios usados pelos seringueiros no passado para extração do látex no PAE Porto Rico.



Fonte: Acervo do Autor (2017).

Nota: A) Faca para sangria da árvore. B) Poronga.

⁷⁵ Grupo de pessoas que levavam em animais a borracha defumada para a sede do barracão.

⁷⁶ Chefiava um grupo de seringueiros.

⁷⁷ Apelido do senhor Eliseu Ribimarques.

⁷⁸ Instrumento em metal que serve para raspar o local onde vai ocorrer o corte da árvore.

⁷⁹ Faca Jebong, usada para sangria da seringueira.

⁸⁰ Lamparina [luminária] que o seringueiro coloca na cabeça para iluminar o caminho das estradas de seringa.

Esse morador descreve ainda como era seu cotidiano como seringueiro e coletor. Relata sobre o corte e transporte da seringa, bem como toda a dinâmica envolvida. O seringueiro *“começa a marcar a bandeira [demarcar o corte], raspar onde vai cortar futuramente, aí embute a tigela, isso no primeiro dia [...] no segundo dia vai no outro traço e reviver o corte para escorrer na tigela e conforme a grossura da árvore pode fazer várias bandeiras, três, dois, uma [...]”* (MORADOR PR2, 2017).

Essa atividade é a “arte de corte”, pois se deve realizar de forma correta e eficiente (o desenho e a profundidade do corte) para produzir o máximo de látex sem matar a árvore. Essa técnica passada de pai para filho, ao longo do tempo, na presente família, se encerrou no morador PR2, pois como ele destaca: *“não tem mais cabimento cortar seringueira no local, além do mais os filhos não se interessarem”* (PR2, 2017). O mesmo morador afirma ainda: *“eu tenho saudade de cortar seringa, se eu aguentasse eu cortava seringa, mas não aguento mais”*.

A riqueza sociocultural do local aparece nos relatos dos moradores, principalmente daqueles que vivem há mais tempo, como os idosos. Eles têm muitas histórias para contar com relação ao trabalho desenvolvido preteritamente a vida de assentado. Eram muitas as atividades no seringal, de acordo com Morador PR3 (2017), tinha-se o “noteiro”, o “combonheiro”, o “toqueiro”, o mateiro e o seringueiro propriamente dito:

O noteiro era quem vai na casa do seringueiro, de casa em casa, que queria mercadoria, né?! Quando o seringueiro precisava alguma coisa, aí eu ia e anotava o que precisava [...] Saia montado num burro, chegava na casa e perguntava, o que precisa: feijão, arroz, açúcar, café, farinha [...] Quanto você tem de borracha? Uma carga, duas, três? Aí eu vinha deixar a mercadoria de comboio e levava o produto lá da sede, aí saía às vezes 6 horas da manhã aí ia pra Xapuri pegar o dinheiro e voltava, isso faz mais ou menos uns 30 anos [...] seringa e castanha [...] Toqueiro é quem acompanha o mateiro pra abrir as estradas de seringa [...] Aí um fica aqui, o toqueiro e o outro, mateiro, vai batendo atrás da árvore, seringa [...] Ai ele bate e nós sai daqui, mas antes coloca um toco [...] Aí eu aprendi e virei mateiro, aí passei a ser seringueiro, né [...] cortei seringa, aí meus filho com 8 anos já cortava seringa e essas mulher tudo lidavam com roçado [...] (MORADOR PR3, 2017).

Observa-se, nas palavras do morador, como a cultura da seringa vai se impregnando e passando de uma geração para a outra. Esse saber é apreendido no próprio local. Ele também vai se esvaindo com a baixa dos preços da borracha e, posteriormente, com a transformação da área em assentamento. Os moradores que

desenvolviam uma determinada atividade, a extrativista, tiveram que dedicar-se a outras, como é o caso da agricultura.

Do mesmo modo, os moradores viram a tecnologia se integrando gradativamente na sua vida cotidiana. Esse é o caso do uso da motocicleta para deslocamento dentro de própria área para realizar as atividades de trabalho. Antes tudo era feito a pé mesmo, *“aqui inclusive era tudo na pernada, você andava horas e horas de um local para outro”* (MORADOR PR3, 2017). Quando o morador possuía uma condição melhor de vida, ele tinha um burro, cavalo ou mesmo boi de arraste para puxar carroça.

No que diz respeito às questões religiosas, essas são heterogêneas no interior do PAE Porto Rico. Encontram-se ateus, espíritas, praticantes da União do Vegetal⁸¹, católicos e evangélicos. Aqueles que se dizem evangélicos são maioria no local, seguidos dos católicos.

Esse mesmo morador, que é espírita, argumenta:

O pessoal sempre me procura [...] eu trabalho como espírita desde 21 anos do Allan Cardec [...] Tem a união do vegetal, mas eu aconselho beber o chá, aí todo mundo vê, eu sou medium [...] A União do Vegetal é uma seita de índio, tem uns que participam da União do Vegetal, mas eu digo... cada um tem que ter um lugar pra ir que tira você de muitas coisas ruins do mundo, isso é importante pra gente [...] Se o cara é ateu, que fique lá, mas um dia ele saberá que há um superior, esse é um ensinamento nosso, que só quem tem força para abençoar é Deus, por isso Deus te abençoe (MORADOR PR3, 2017).

O morador faz considerações sobre a União do Vegetal, que destaca como “seita de índio”. Seus praticantes tomam o chá “Hoasca⁸²”, bebida feita da folha de chacrona⁸³ (*Psychotria viridis*) e mariri⁸⁴ (*Banisteriopsis caapi*). A bebida é utilizada em rituais religiosos. Apesar de o chá fazer parte da cultura indígena, ele não é exclusividade desta, pois é muito difundida em todo Brasil e parte do mundo com rituais e cultos de diferentes raças. O morador destaca ainda a importância da religião para uma vida de paz: *“O chá te traz isso, por isso é importante também, mas que Deus é quem abençoa”* (MORADOR PR3, 2017). Essas palavras

⁸¹ É uma religião de fundamentação cristã e reencarnacionista que usa em seu ritual o Chá da Ayahuasca (cipó do espírito, daime, Hoasca).

⁸² Também chamada de *ayahuasca* é uma bebida alucinógena utilizada durante cerimônias religiosas.

⁸³ Árvore pequena com cerca de 4 metros de altura.

⁸⁴ Cipó nativo da Amazônia.

demonstram profissão de fé e temência em Deus, mas também evidências de sincretismo religioso e diferentes formas de observar e relaciona-se com a natureza.

Os moradores, de forma geral, relatam ser muito tementes a Deus:

Eu não sou nada, Deus é quem sabe o que eu sou... mas eu acredito em Deus, Ave Maria [...] recebi muita ajuda do Senhor, agradeço até de mais. Uns dois anos atrás fui caçar umas cutia e coloquei um cartucho novo, fui passar em cima dum pau em um carreado e escorreguei e cai por cima da espingarda que o cano bateu nas costela, afundou metade do cartucho e não disparou, se disparasse tinha morrido [...] Outro foi um ouriço, caiu na mão e pertinho da cabeça. Outra vez foi a onça que saiu da mata e veio pra cima de mim, mas fiquei quieto roendo a castanha parado, correr não corria e atrepar na arvore também, e ela pega veado e todo animal na mata, ia me pagar rapidinho se corresse, então fiquei parado olhando pra ela [...] ela parou olhou pra mim, olhou pro mato e foi embora (MORADOR PR2, 2017).

Os moradores relatam ainda historias de milagres ocorridos. *“Sou meio mouco [surdo] desse lado esquerdo, [...] então se eu falar meio alto é por isso, mas graças a Deus eu já estou bem curado, inclusive do câncer que tinha, meu santinho me curou”* (MORADOR PR4, 2017). De acordo com esse morador, Santo Expedito o curou de câncer. Por isso, ele construiu uma capela em seu lote para agradecer a benção alcançada (Figura 36). Além do mais, isso contribui com a forma de trabalho no lote, por exemplo, a partir da cura (sagrada) ele voltou a realizar seus trabalhos cotidianos. Isso demonstra, a importância cultural da religião nas atividades cotidianas dos moradores.

Figura 36 – Expressão de fé a Santo Expedito no PAE Porto Rico



Fonte: Acervo do Autor (2017).

Os moradores se dividem quando indagados sobre historias de fantasmas, ou também conhecidas como “visagens” ou “lendas”. Apesar de muitos não terem observado nada na floresta, acreditam que existe uma força no seu interior. Há no

local, assim como em toda região, uma cultura de lendas relacionadas à floresta e rios, ou seja, de acordo com os símbolos e signos de representação dos sujeitos locais. No entanto, com o passar do tempo, essas histórias foram perdendo força em função da descaracterização das áreas de floresta e do assoreamento dos rios e igarapés.

Os moradores afirmam que aquela cultura pretérita só existe em suas lembranças, pois na verdade, perderam muito isso. Uma das causas principais apontadas para esta perda foi a falta de apoio do poder público para com as atividades extrativistas. *“Quem deveria dar não dá, [...] então a cultura tá mais pra pecuária, não tem mais tradição da compra de seringa, da castanha, porque os próprios gestores deixaram isso acontecer [...] Aí vem o INCRA, e decide que para preservar esse modo de vida transforma em um PAE [...]”* (MORADOR PR4, 2017). *“[...] Ai começou a desapropriação de áreas pra assentamentos de mais famílias, contribuindo para crescer esse número de assentamentos aí, os PAEs”* (GESTOR G6, 2017).

De acordo com os moradores, o PAE é diferente, pois é assentamento e a venda de lotes sempre existiu: *“[...] as pessoas são livres [...] os filhos são diferentes”* (MORADOR PR4, 2017). Os moradores que não se criaram no local e entraram no assentamento posteriormente contribuem, muitas vezes, para a dinâmica de impactos, pois abrem áreas de floresta para fazer uma casa, abrir seu roçado e criar seus animais. Há que se considerar, no entanto, que essa é, muitas vezes, a única opção para permanecer no local.

Uma tradição muito difundida não apenas no local, mas em toda a região, é a visita entre familiares. *“Vou pra casa de todo mundo, meus filhos, netos, [...]”* (MORADOR, PR3, 2017). Segundo eles, isso é muito bom, pois reforça os laços familiares.

As festas, que já foram mais frequentes no passado, ocorrem em momentos especiais, como inaugurações ou vinda de visitas oficiais:

Tinha festa, sempre eu fazia, muita festa quando eu estava bom, mas adoeci. A última foi na inauguração, tinha recurso do INCRA e construímos uma sede, aí fizemo lá a inauguração toda na sanfona, no seringal mesmo, aquele forró, arrasta pé... Ai um cabra me deu um tapa [...] opa acabou a festa, sempre tem um valentão [...] o objetivo não é do presidente [da associação de moradores], é de todos (MORADOR PR4, 2017).

Sempre que tem movimentações sociais na comunidade se observa a participação de lideranças, principalmente as religiosas como: pastor, padre e representante da União do Vegetal. De acordo com os moradores, é importante que todos tenham um bom relacionamento. Com isso, tentam praticar a boa vizinhança com respeito.

b) Dimensão econômica

A dimensão econômica tem grande relevância no PAE Porto Rico, pois contribuiu para o desenvolvimento do local e de seus moradores. Através dela é possível fixar o homem a terra e possibilitar melhoria na qualidade de vida. A produção econômica neste assentamento é bem diversificada: extrativismo, agricultura, pecuária (leite e corte), além de outras atividades alternativas.

O extrativismo vegetal foi muito difundido no local em sua fase inicial, não obstante recebeu o nome de assentamento “extrativista”, pois se explorava recursos da natureza, especialmente a borracha e a castanha. Com o declínio do extrativismo, assistiu-se a emergência de outras atividades econômicas, entretanto, este ainda se mantém, embora com outra dinâmica.

Na atualidade o extrativismo se apresenta em quantidade pouco expressiva quando se comparada a outras áreas como a RESEX Chico Mendes.

Antigamente era a borracha, hoje tem um pouco de castanha [...] Antigamente a lata de castanha dava para comprar uma lata de óleo e hoje uma lata de castanha dá para comprar uma caixa de óleo [...] Se fosse nesse tempo tinham preservado as castanheira, aqui tinha muita castanheira, no Porto Rico antigamente já cheguei a colocar num paiol umas 10.000 latas de castanha (MORADOR PR3, 2017).

“O extrativismo que existe no local é só a castanha” (MORADOR PR4, 2017). De acordo ainda com morador PR1, *“eu cato castanha, tem uma castanhinha, esse ano deu umas 50 latas dá para pagar umas contas, deu uma melhoria no preço, eu só mexo com castanha, eu tenho costume de mexer com isso de coisas da mata também”* (2017). Observa-se que os moradores que possuem esse recurso natural em seu lote coletam, pois possui um bom valor [ano de 2017] no mercado. Aqueles que possuem castanheiras em pequena escala, desenvolvem outras atividades. Além do mais, o local não possui sistema de armazenamento para o produto.

Outro produto extrativista explorado é o açaí, entretanto, mais para o próprio consumo. De acordo com Acre (2009), os moradores produzem ainda carvão vegetal para o uso no cozimento de alimentos, ou mesmo, para venda ao mercado consumidor. Apesar do potencial florestal da área, a extração de produtos madeireiros e não madeireiros ocorre de forma tímida, assim como de sistemas agroflorestais (ACRE, 2009).

A agricultura desenvolvida na área é a denominada de itinerante, que possui como característica a derrubada da mata, para abrir a área, seguida da queima para destruir galhos e troncos. Por fim, tem-se o plantio das espécies convenientes (Figura 37).

Figura 37 – Agricultura itinerante desenvolvida no PAE Porto Rico



Fonte: Acervo do Autor (2017).

Tradicionalmente os agricultores da região abrem em média 1 a 2 hectares de roçados para plantar e a mão de obra utilizada nessa atividade é a familiar. Essa prática se repete pelo menos dois anos no mesmo lugar, que é então abandonado para descanso da terra e outro ciclo inicia-se em novo lugar. A produção geralmente é para subsistência, no entanto, o mercado consumidor no núcleo urbano de Epitaciolândia tem influenciado os moradores a produzirem também para comercialização. Há nessa direção produção de mandioca, frutas (tangerina, laranja, banana e abacaxi), hortaliças, além da criação de pequenos animais (galinha e porcos).

O poder público federal, estadual e municipal tem sua contribuição com o PAE Porto Rico, seja através de viabilização da mecanização e do fornecimento de insumos, seja na comercialização através de programas. Nessa direção, o Gestor G3 afirma:

O milho que eles plantam lá é para a subsistência. Agora estamos com um projeto do governo, o PROACRE distribuiu através do governo do estado para 100 produtores para plantar e criar galinha caipirã, vão fazer estufas de hortaliças, porque aqui a nossa feira é muito forte. Aqui tem muito produtor de hortaliças, tem mercado [...] tem o PAA, eles produzem, entregam para a SEAPROF que distribui para as escolas, hospitais, creches, etc (2017).

O morador PR4 faz algumas ponderações acerca das políticas públicas de financiamento e a importância do cartão de assentado:

Os financiamentos a gente consegue acessar, desde que tenha o cartão de assentado, é qualquer um que quiser PNAE, PAA [...] Isso tem sido importante [...] o negócio é quem não aplica o dinheiro correto [...] mas é bom, tem 2,5% de juros ao ano, tem 3 anos de carência e 5 para pagar. Mas o que é mais ruim pra nós é a burocracia. O banco mesmo, pra fazer meu projeto foi a maior dificuldade, mas tá investido lá dentro [...].

Os agregados não acessam financiamento, porque não possuem o cartão de assentado, *“Os agregados não tem o cartão de assentamento, só eu tenho o cartão [morador assentado oficialmente na área], mas eu não faço mais nada”* (MORADOR PR3, 2017). Tem-se, assim, morador aposentado que possui cartão, e agregado, que não possui. *“Quando tiver o cartão vou ver o que faz, mas eu sou meio arisco com esse negócio de financiamento de banco [...]”* (MORADOR PR1, 2017). No entanto, mesmo com dificuldades mencionadas, eles plantam na terra: *“Aqui os meus filhos agregados tem milho, início de maio vai plantar feijão [ano de 2017], na hora de comer come tudo junto”* (MORADOR PR3, 2017). Nesse caso, em especial, os agregados (filhos) se dedicam a plantar na terra que receberam do pai, mas na maioria das vezes, os agregado querem criar gado. Todos os agregados, no entanto, não possuem possibilidade de financiamento.

Evidencia-se, portanto, uma dificuldade patente para aqueles que ainda não estão oficialmente assentados, pois não acessam financiamento. Estes também não recebem, na maior parte das vezes, as benesses da associação. *“A associação dar apoio, de vez em quanto vem umas coisas ai [...] saiu uma horta [...] o que vem ai é praticamente pra todos”*, mas sempre quem tem prioridade são aqueles que possuem cartão de assentamento. *“Entregamos materiais recentes para as estufas de hortaliças, criação de galinha caipirã tá começando, ponto forte agora é piscicultura [...]”* (GESTOR G3, 2017).

Um problema encontrado, de acordo com gestor G3, é a mecanização para formação de pastagem, algo não muito comum, pois quando se investe em

mecanização, investe-se em agricultura para produzir grãos. Essa questão deveria ser fiscalizada pelo poder público, que cede o maquinário e o maquinista. *“No geral temos a mecanização no Porto Rico, a mecanização que eles usam lá é para fazer pastagem [...] na verdade eles dizem que vão plantar milho e aproveitam e fincam a pastagem [...] mecanização para pasto e milho”* (GESTOR G3, 2017).

A maioria dos moradores, no entanto, diversifica ou pelo menos tenta diversificar: *“Eu produzo macaxeira, banana, abacaxi, milho, feijão [...] Ano passado plantei 60 kg e colhi 30 kg, quando tem serviço é bom [...] Quando as empresas e o governo faz parceria e empresta 30 kg e devolve 60 kg ai fica melhor. Se não produzir devolve os 30 kg ou faz um laudo e não devolve nada”* (MORADOR PR4, 2017). Isso ocorre para que o produtor rural não seja prejudicado por algum problema relacionado a um evento extremo, enchentes, por exemplo.

De acordo com os moradores, falta intensificar o apoio para plantar no PAE Porto Rico e em todo estado do Acre. As políticas públicas estaduais foram se deteriorando e perdendo força.

O maior galpão que ocorre no Acre, que acabou em nada, é a CAGEACRE [...] O governo poderia incentivar, planta isso aqui 30 kg de feijão e paga com mesmo tanto, aí valeria a pena [...] não desmataria e um bocado poderia reflorestar, mas passou do limite, o custo do não desmatar acaba sendo com o da terra [...] Hoje pra brocar um hectare 250 reais, 250 para derrubar, 300 de despesa, já são 800 reais. Tocar fogo, vou agredir o meio ambiente [...] Se tiver um trator com 800 depois que fez a destoca, meu amigo não gastar 800 reais para recuperar a terra. Num pasto como esse aqui, essa área se recupera, corrige, agora com ajuda do governo, se não, não dá não (MORADOR PR4, 2017).

Sem apoio público, de acordo com seus moradores, fica difícil de produzir, pois encarece muito a produção. Só quem consegue produzir é que tem maquinário, dinheiro e terra. Há também limitações no processo produtivo como: a falta de apoio, as debilidades de infraestrutura (escoamento da produção e investimentos em tecnologia) e desestímulo ao aumento da produção e da produtividade (ACRE, 2009).

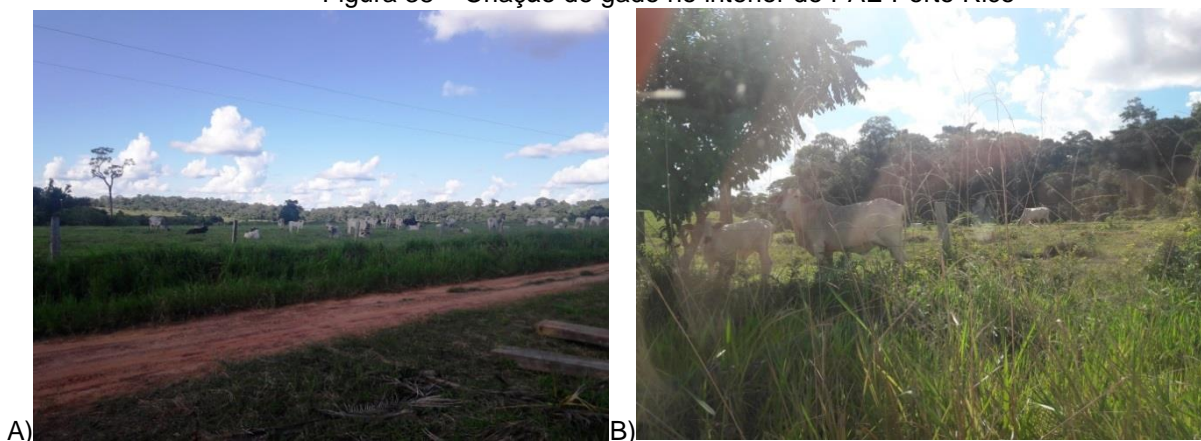
Com isso, o desencadeamento da pecuária é notório, pois o mercado possui facilidade na compra e venda em todo estado do Acre e em todo país. Isso facilita a expansão da pecuária.

Comprador é o que não falta pra pagar, eles optaram pela cultura da pecuária, porque o milho ele tem que adular lá pra vender, o boi ele vende na barriga da vaca [...] O que não falta é comprador pra gado, o comprador

vai buscar lá dentro, são atravessadores, vende ilegal, pois não tem cooperativa, não tem nada, ele vende pro atravessador [...] Fazendeiro coloca o pião pra ir comprando de dez, vinte bezerros [...] comprando de dois teus, três dele, quatro meu, cinco do outro [...] depois pega um caminhão lá e cata tudo [...] eles vivem disso, pois a única coisa aqui que tem a venda garantida é o gado. A única coisa que tem que pode fazer dinheiro imediatamente é o gado (GESTOR G6, 2017).

A pecuária valoriza-se ainda mais nesse contexto de compra e venda. Os moradores investem na atividade, *“eu ia comprar uma vaca de leite de 3.500 reais, mas ninguém quer vender uma vaca boa por esse preço, quem tem não quer vender, peguei o dinheiro e comprei uma novilha preta, 10 novilhas, um tourinho, uma vaca [...] investi o resto, arrumei cerca”* (MORADOR PR4, 2017). O morador vai mais além e afirma que dentro do assentamento tem umas 1.500 cabeças de gado (Figura 38). No entanto, acredita-se que possua mais de 2.000 bovinos no PAE Porto Rico.

Figura 38 – Criação de gado no interior do PAE Porto Rico



Fonte: Acervo do Autor (2017).

Nota: A e B - Criação de gado extensivo

O valor do gado gira em média de 650 a 750 reais o garrote (bezerro desmamado). De acordo com o morador PR5 (2017), *“o boi vende 7,30 o quilo, mas no assentamento quase não tem boi, tem mais vaca, poucos que tem boi, se não, vamos desmatar, vamos desmatar [...] Deve ter uns seis produtores que tem gado, [...] tem raça misturada nelore, mestiço”*. Na verdade no interior do assentamento essa atividade vem a cada ano se expandindo. Apesar de ser uma atividade não compatível com um assentamento Agroextrativista, a pecuária é praticada indiscriminadamente:

A fonte de renda que ele tem é o gado criado individualmente, tudo é individual, eles têm cerca [...] O problema aqui é que o agroextrativismo já deveria ser fortalecido, porque é muitos anos que todos os órgãos apoiam o

cooperativismo, vocês juntos vão pra todo canto, sozinhos não vão pra lugar nenhum (GESTOR G6, 2017).

Diferente do mencionado pelo gestor, os moradores afirmaram que muitos moradores criam gado em parceria, seja pela compra e venda, seja pela parceria da terra: *“tenho uma 20 cabeças de gado que fica na terra da minha filha”* (MORADOR PR2, 2017). No entanto, os moradores concordam que a organização produtiva é importante, e não depende só deles, mas também do poder público.

O discurso dos gestores a respeito do cooperativismo é outro. Afirma-se que a organização e o cooperativismo dentro do assentamento são fundamentais para seus moradores, no entanto, o problema é a dependência dos assentados no local com o poder público. Eles não se desenvolvem sozinhos. Diferente da região sul do país, onde os produtores rurais organizam-se em cadeias produtivas. Dessa forma, o Gestor G6 (2017), argumenta que *“aqui no Acre vai levar muitos anos para chegar perto do Sul, pelo menos na metade do Sul [...] A organização que tem lá é grande, tem empresa só dos agricultores, aqui a maioria das associações é pra pegar financiamento, acabou o financiamento acabou a associação”*. Essa afirmação relacionada a distância na organização social e econômica do Centro Sul para o Acre, ocorre de fato, mas a questão fundamental é a perspectiva cultural e, sobretudo, o conhecimento técnico e planejamento para se organizar. Mesmo as cooperativas devem passar por esse processo. Na Região Centro sul essa perspectiva já ocorre há bastante tempo, diferente do Acre.

Outro morador mencionou que: *“crio só umas galinhas, mesmo hoje em dia. [...] Já cheguei a ter umas quarenta cabeças de porco, mais para criar porco tem que ter legume, se não tiver é besteira, aí eu não planto mais. [...] O que adianta ter um mundo desses de terra e não criar ao menos galinha, né?!”* (MORADOR PR2, 2017). O gado ainda é destaque, *“hoje é mais gado para leite e para carne. [...] Hoje o que dá renda também é peixe, galinha, patinhos, porco, [...] meus agregados cada um tem um cantinho e hoje tá na economia [...]”* (MORADOR PR3, 2017).

Os moradores gostam do local onde vivem, principalmente porque possuem um pedaço de terra e produzem sobre ela, tirando seu sustento. Com isso, eles tentam diversificar a produção em seus lotes: *“aqui é melhor do que lá porque aqui é meu, isso é meu, estamos trabalhando, tá dando certo, vendo queijo, tenho umas cabecinhas de gado leiteiro, meu e do meu irmão tem umas 70 cabeça, mexemos meio junto”* (MORADOR PR1, 2017). *“O pessoal queria mais vaca, para fazer queijo.*

[...] *Aqui o queijo tá 10 reais o quilo, para vender pros bolivianos. [...] Eu sou aposentado, porque eu sou de 1935, mas eu cortei seringa, hoje tenho 82 anos, [...] eu sou aposentado*” (MORADOR PR3, 2017).

O gado leiteiro é bastante difundido também, pois com o leite, eles produzem o queijo. O queijo produzido é vendido de maneira individualizada, não havendo uma associação de produtores. Muitos destes produtores dependem exclusivamente deste tipo de comércio (ACRE, 2009)

Uma questão relevante mencionada é a aplicação do dinheiro do financiamento para outros fins, como para pagar dívidas e investir na criação de pastos. Essa prática traz endividamento a médio e longo prazo, além de problemas sociais, como a venda do lote, das benfeitorias e até de êxodo para a cidade.

O PAE Porto Rico possui alternativas de renda que estão sendo desenvolvidas, entre as quais se destacam a apicultura. A criação de abelhas para extração de mel vem sendo introduzida na área, mas ainda esbarra na falta de conhecimento técnico, nos valores do investimento e na falta de interesse dos moradores. O poder público, através da SEAPROF, distribui as caixas para a produção: *“A caixa de mel de ferrão é mais cara e é maior, totalmente diferente, a outra caixinha é simplesinha. Essas caixas de mel. Vamos levar umas pra dentro do Porto Rico”* (GESTOR G2, 2017). Além das caixas mencionadas (Figura 39), há também a distribuição das matrizes e a assistência técnica inicial e ainda a compra da produção.

Figura 39 – Caixas de apicultura para distribuição no PAE Porto Rico e região



Fonte: Acervo do Autor (2017).

Apesar do apoio para a apicultura, há certa dificuldade em sua introdução na área. *“Tem um produtor que produz de 500 a 600 quilos de mel por ano, ele faz*

tudo, é autodidata” (GESTOR G2, 2017). Esse morador realiza a produção de forma individual, o que demonstra incipiência e insegurança de mercado consumidor. Apesar dos problemas da cadeia produtiva, o poder público através da SEAPROF, compra aquilo que é produzido até que o produtor consiga se estabelecer por conta própria.

Outra alternativa que vem sendo desenvolvida é a piscicultura, com a construção de açudes e criação de peixes. No entanto, esta ainda é muito incipiente, pois apesar dos investimentos, falta acompanhamento técnico e os moradores não possuem qualificação para a atividade. Dessa forma, há problemas desde a execução do projeto pelo poder público até a etapa final dentro da comunidade.

Existem também políticas públicas para se construir viveiros. A prefeitura levou mudas florestais (cedro) e fruteiras (cupuaçu, açaí, abacaba⁸⁵), espécies em que é possível extrair e potencializar a economia. Isso contribui para criar sistemas agroflorestais ou mesmo florestas plantadas, viabilizando uma renda a mais.

Um projeto relevante é a denominada Casa de Farinha. Trata-se de um projeto do INCRA para a associação de moradores, no qual há a possibilidade de potencializar a renda, pois os moradores podem produzir farinha de mandioca e vender na feira livre de Epitaciolândia. Há potencial para essa atividade, pois é um produto aquecido no mercado local. Para viabilizar esse projeto, a associação do local orientou a criação de uma cooperativa junto aos moradores, no entanto, os associados não se interessaram em função da burocracia para criação e manutenção.

Outro fator desfavorável para o projeto da farinha, de acordo com morador PR4, foi a falta de compromisso e respeito com os moradores locais: *“fizeram uma proposta uns anos atrás e aceitamos, mas vinheram aparecer após dois anos, aí o pessoal não acredita mais em nada*” (MORADOR PR4, 2017). Alguns moradores receberam o financiamento para construir suas Casas de Farinha e continuam ainda hoje no ramo, outros infelizmente o abandonaram.

Alternativas econômicas e mercado consumidor existem, no entanto, algumas iniciativas ainda são incipientes e necessitam de estudos de viabilidade, bem como de aceitação dos moradores. Nota-se uma tentativa de diversificação da produção e das atividades desenvolvidas: plantam, criam animais, produzem queijo,

⁸⁵ Fruto da bacaba (palmeira) na qual os moradores processam manualmente para fazer um caldo comestível muito consumido na região.

trabalham como diaristas em locais próximos, entre outras. Isso, aliado aos financiamentos, dá um fôlego aos moradores.

Muitos daqueles que estão com idade acima de 60 anos para homens e 55 para mulheres trabalharam a vida toda no campo. A maioria recebe aposentadoria (um salário mínimo) e alguns são “Soldados da Borracha”⁸⁶ (dois salários mínimos), há também aqueles que recebem “bolsa família”. Toda a complementação da renda, aliado ao mercado consumidor disponível, viabiliza potenciais melhoras na qualidade de vida dos sujeitos envolvidos.

No que diz respeito ao mercado consumidor local, esse é potencialmente forte, “aqui tem mercado consumidor, pois tem os bolivianos que compram muito na feira” (MORADOR PR3, 2017).

Se não fosse os bolivianos, [...] não nessa parte do gado que lá é mais caro, [...] mas com relação ao queijo, banana, nos deve dar graças a Deus os bolivianos aí, porque não empaca não [...] Vendi meu queijo de 14 reais, depois passou para 5, porque não tem um mercado garantido, não tem o selo [...] O governo prometeu as Casas de Farinha, mas nunca inaugurou [...] Adoeci e o mato tomou de conta, agora que tou tomando a reativa de novo, porque existe uma burocracia do INCRA, pois só tem direito os assentados, os agregados não tem direito (MORADOR PR4, 2017).

O mercado consumidor local, principalmente na cidade de Eptaciolândia, é importante e movimentado. Tem-se quase que garantida à venda dos produtos, em especial para os bolivianos que se dirigem a feira livre (Figura 40).

Figura 40 – Feira livre na cidade de Eptaciolândia



Fonte: Acervo do Autor (2017).

⁸⁶ No período da Segunda Guerra Mundial, brasileiros da região nordeste serviram o Brasil na guerra vindo para a Amazônia cortar seringa, denominando-os de soldados da Borracha.

Nesta feira os moradores tem a oportunidade de vender seus produtos, como menciona o morador:

Vendo um leitinho pra uma pessoas que vem comprar, que moram aqui perto. O queijo vendemo pros bolivianos na feira, se tiver mais vende pra eles. Tem uns 32, 36 kg por quinzena. Se não fosse os bolivianos acho que não vendia nada lá não. A vantagem daqui é os bolivianos e dos bolivianos é nós aqui. Trabalhamos com diárias por ai, [...] plantamos milho pra consumo mesmo. Temos umas galinhas, porquinhos, [...] plantei umas mudinhas de frutífera, mas morreu tudo. Tem umas macaxerinhas, vou ver se planto umas mudinhas de banana [...] (MORADOR PR1, 2017).

A feira é de fato um alento para o PAE Porto Rico e seus respectivos moradores, pois contribui e potencializa a produção:

Nesses últimos 3 meses que estou aqui, só aqui na feira deve ter sido comercializado, na feira, pra mais de 15 toneladas. Hoje começa a chegar, você vai ver ai daqui a pouco [...] o quanto de banana que tem. Só hoje o nosso caminhãozinho vai fazer 3 fretes puxando banana, só o nosso, [...] fora os particulares e outros freteiros. No caminhão nós temos a linha no ramal do Tucunduva, que produz muita banana. Nos têm o ramal do Guajará, também produz, ramal da Torre. Hoje temos duas viagens no Tucunduva, uma na Torre, ramal do Pereira e assim sucessivamente [...] O ramal do Porto Rico também tem produção, do Mato Grosso [...] só que tem linha que tá fazendo o particular, porque a gente tem só um caminhão, não consegue ter tempo. Quando tinha 5 caminhões, na gestão passada do Zé Ronaldo, ai dava pra dar conta de todas esses ramais: Porto Rico, Mato Grosso, Chora Menina, Guajará, Alemanha, Prata, né?! Hoje não temos condições, hoje nos Pereira o motorista do caminhão sai 4 horas da manhã, já chegou com uma carga hoje [07:30 horas], já deixou a carga, abasteceu e voltou pra buscar outra. Ai almoça, quando dá 2 horas, volta lá pro ramal da Torre, então é correria. Além da banana, tem muita macaxeira, uma outra coisa que ta se produzindo aqui é frutas (laranja, mexerica, poncã), produz muito queijo aqui, toda semana aqui de quarta a sexta feira de manhã é comercializado cerca de 4000 quilos [...] Essa feira e o desafogo do produtor, ele traz e sabe que tem mercado garantido aqui graças aos nossos irmãos bolivianos (GESTOR G5, 2017).

Além de abordar as características da produção agrícola no local, o Gestor G5, mencionou ainda a logística e a contribuição da prefeitura para com os moradores do PAE Porto Rico. Falou também da importância do caminhão para levar a produção do assentamento para a feira e ainda do mercado consumidor boliviano. Acerca dos bolivianos, o gestor mencionou que estes: *“pouco produzem na Bolívia para consumo, então tudo que precisam lá, compram aqui no Brasil, especialmente em Epitaciolândia... Então nós vendemos pra Cobija: macaxeira, farinha, banana, abacaxi, laranja [..]. O que mais? [...] queijo, carvão, e tudo que eles colocarem na feira, eles compram”* (GESTOR G5, 2017).

Esse mercado com a fronteira do país deve-se, segundo o respectivo gestor, ao fato da produção brasileira não abastecer apenas a localidade vizinha de Cobija, mas desta ser distribuída internamente na Bolívia, para outras cidades:

Isso não é só pro consumo deles, é pra exportação também: Maldonado, Santa Cruz, La Paz, né?! E a população de Cobija é grande, tem 60 mil habitantes. Cresceu muito, Cobija é maior que Brasília e Epitaciolândia juntas. Então eles têm um mercado grande de consumo, e muito do que eles compram aqui, eles revendem em outras cidades da Bolívia. Eles são parceiros muito importantes pra gente, [...] eu digo até que se não fosse nossos irmãos bolivianos, aqui a feira não existia, porque a demanda interna aqui é muito pouca. Nesses últimos três meses foram cerca de 15 toneladas de banana. Meu Deus! 15 toneladas de banana dentro de Epitaciolândia é uma loucura (GESTOR G5, 2017).

Com relação ao controle dos preços, de acordo com o gestor esse não existe: *“A venda é direta do produtor com o comprador. Ali a gente só escuta os cochichos deles e a demanda é 9, 10, 15 quilos e o pau torra [negócios ocorrem] . Sei que ai chega no acordo deles”* (GESTOR G5, 2017). Isso é importante, pois é mercado e o negócio acontece entre produtor e consumidor. Ainda com relação à produção comercializada nesta feira livre, essa vem não só do Porto Rico. *“Essa produção vem de todo os cantos de Epitaciolândia, inclusive dessas áreas de Reserva Chico Mendes, Arie, e polos”* (GESTOR G5, 2017). Todos são convocados a produzir e participar da feira na cidade de Epitaciolândia.

c) Dimensão política-administrativa

O PAE Porto Rico é administrado pelo INCRA em parceria com a associação de moradores. Esta foi criada em 1996 e é denominada de ‘Associação de Produtores Rurais Nossa Senhora Aparecida’. A associação possui uma importante função no interior do assentamento, pois contribui com a organização da área pelo fato de expedir declarações comprovando a residência no local para realização de empréstimo junto às agências de financiamento (ESTATUTO DE CRIAÇÃO ASSOCIAÇÃO, 1996).

Enquanto uma sociedade civil sem fins lucrativos, a associação tem como objetivo a defesa econômica e social dos seus associados por meio de ajuda mútua. Segundo o artigo 2º, parágrafo 1, do seu estatuto:

No cumprimento de suas finalidades, a associação deverá gerar rendimentos que permitam aos seus associados a sua auto-manutenção e

melhoria de seu padrão de vida, através da administração e exploração de produtos-agroflorestais (ESTATUTO DE CRIAÇÃO ASSOCIAÇÃO, 1996, p. 3).

A criação do PAE e o cadastramento dos indivíduos assentados foram realizados pelo INCRA. É deste órgão a responsabilidade de fiscalização, dificultada pelas grandes extensões do assentamento e pelos poucos funcionários disponíveis para tal atividade.

O INCRA e órgão nenhum tem capacidade para a administração e gestão de funcionários para controlar e fiscalizar as demandas em todos os assentamentos [...] A ideia é trabalhar com as associações deles em forma de cogestão, mas elas não funcionam, as vezes o presidente arruma inimizade, ameaças [...] o fator político nesse caso não conta [...] (GESTOR G6, 2017).

E notório o baixo investimento em órgãos públicos federais, nessa perspectiva o INCRA. Observa-se uma tendência ao sucateamento, resultando são problemas relacionados à gestão.

Para a administração funcionar, no assentamento em tela, é necessária a participação de todos da comunidade, ou seja, de acordo com gestor, a associação de moradores deve ser parceira do órgão público responsável, no entanto, há dificuldades com isso em função de questões pessoais no interior do assentamento, tais como: rixa, inimizade, ameaças entre os residentes, além da pouca participação dos associados. Desta forma, a gestão fica prejudicada, pois tem “[...] os interesses individuais, conflitos de interesse... com certeza, lá dentro, mesmo eles sendo anônimos [...] Às vezes o cara quer comprar, o presidente não aceita. Ai chega o cara e quer quebrar [...] aqui pelo menos nunca chegou nada de mais grave aqui, mas existem” (GESTOR G6, 2017).

O presidente da associação e seus membros são extremamente importantes para a instituição:

A associação depende do presidente, se ele for experiente consegue alguma coisa, benefício do município, mas ele não consegue essa força, se não tiver cobrança dos associados [...] Falta cobrança dos sócios, o presidente senta lá em uma cadeira e fica calado, aí não sabe o que quer [...] No tempo que eu tinha força para andar, eu ia e pedia, não tinha vergonha, toda vida trouxe benefício (MORADOR PR3, 2017).

A associação de moradores, de acordo com Tsukamoto e Asari (2003) é muito importante para angariar financiamento aos moradores e infraestrutura do assentamento. Isso claro em parceria com órgão gestor.

Para os moradores, os órgãos responsáveis pelo local deveriam dar apoio, mas contribuem muito pouco: *“o INCRA não vem aqui, [...] a SEAPROF também não, não pisa ninguém aqui não”* (MORADOR PR2, 2017). Diante disso, eles precisam buscar alternativas:

Aqui passa um caminhão do rapaz, segunda e quinta, não é da prefeitura não [...] enquanto ele tava na prefeitura ele passava, mas retornou o prefeito [...] aqui tá parado, a SEAPROF não marcou nada aqui, se não tiver caminhão vou pedir pro governador que ele me arruma (MORADOR PR3, 2017).

Os moradores queixam-se dos órgãos gestores que, segundo eles, deveriam ser mais presentes no local. *“O INCRA aparece de vez em quando, a SEAPROF vem mais aí nas reuniões, aparece mais”* (MORADOR PR1, 2017). No entanto, de acordo com esse morador, diferente do que afirmaram, eles tem sua contribuição: *“Consegui aqui o trator da SEAPROF para fazer uma destoca, o trator veio para o assentamento todo, a região, aí a hora era mais barata e deu”*.

O morador PR2 relata, entretanto, que *“O INCRA quase não anda aqui, eles quase não frequentam aqui [...], a assistência é pouca. No início, quando o INCRA comprou aqui em 1990, tinha mais. Hoje não tem um trator para fazer uma destoca, mecanização [...] aí tem que derrubar, nós estamos aqui largados”* (2017).

Essa casa aqui, pra fazer teve que brigar. A casa era casa de cavaco [...] O INCRA só passou há muito tempo com esse negócio de crédito de habitação e crédito reforma. Eles davam Brasilit, prego, gasolina, óleo, e pagava o assistente e carpinteiro e o produtor tirava a madeira. Mas quem quisesse beneficiar tinha que pedir um ofício no INCRA para o IMAC⁸⁷ liberar uma licença. As casas eram padronizadas 6mx6m, mas quem quisesse aumentar poderia, mas era por conta do produtor [...] Ano passado [2016] emprestaram o trator que ficou quase um ano parado. Se a prefeitura desse o óleo quantas pessoas seriam beneficiadas [...] (MORADOR PR2, 2017).

As instituições possuem sua contribuição no local, *“muitas vezes tinha três instituições prestando serviço: CTA, SEAPROF e SEMEIA [...] Por uma parte é bom, mas na verdade, nós perde muito tempo, promete muito e não faz nada, não cumpre [...] Se não dá certo, um fica jogando a culpa pro outro, ela que atrapalhou [...]”* (MORADOR PR4, 2017). Nesta fala do morador, observa-se a falta de organização

⁸⁷ Instituto de Meio Ambiente do Acre.

e parceria na gestão das atividades. Muitas vezes as instituições realizam atividades semelhantes, quando poderiam ser ações conjuntas, com diálogo entre as instituições.

A administração, as reuniões e a solicitação de financiamento são realizadas pela associação de moradores. Por exemplo, *“se a pessoa compra uma área lá dentro, tem que passar pelo crivo da associação, tem que passar pela ata autorizando o INCRA a regularizar a terra em nome dele”* (GESTOR G6, 2017). Caso contrário, apesar do morador estar acima da área, oficialmente ele é morador irregular. Mesmo irregular, ele não é considerado invasor. De acordo com o gestor: *“na verdade não é invasor, é ocupação irregular, ele não deveria estar lá dentro, mas entrou devido ao morador que vendeu a terra pra ele [...] não foi ele que invadiu. Invasor é aquele que entra sem permissão, ele entrou lá com a intenção do dono”* (GESTOR G6, 2017). É relevante mencionar que a norma da regularização, passar pelo crivo da associação, é definida pelo Plano de Uso da área, que foi feito pelos próprios moradores.

Com o patente problema de gestão do local, é possível observar uma série de questões dele derivadas, como as ocupações irregulares no interior do assentamento, bem como o aumento do número de pessoas no assentamento. Esses fatos ocorrem sem a devida organização necessária, ou seja, sem as reuniões e suas respectivas atas. Embora o número de moradores venha crescendo no local, os moradores não concordam com esse fato: *“foi feita uma ata, com uma audiência pública, lá dentro ninguém permite o aumento da capacidade de moradores, no entanto ninguém documenta isso”* (GESTOR G6, 2017).

Sabe-se que, muitas vezes, os interesses pessoais acabam prevalecendo em detrimento dos coletivos, expressos no Plano de Manejo. Esse plano é um documento essencial para o local, pois norteia as atividades econômicas, sociais, culturais de seus moradores. Ele deve ser construído de forma conjunta, pela comunidade e órgãos gestores, levando em consideração suas potencialidades.

Um Plano de Manejo deve possuir características individuais, nesse caso, para o PAE Porto Rico. Isso não ocorreu no local, pois o documento foi copiado de outras áreas, o que repercutiu na indução de seu desmatamento, como menciona o gestor:

A associação deve ter o Plano de Manejo com certeza, eles são os principais interessados [...] Na época nós nos guiamos para criar os outros, já existiam a Reserva Chico Mendes e tinha o Projeto Cachoeira, que é o PAE Chico Mendes, onde os planos de uso foram copiados deles algumas exceções, mas os planos de uso foram copiados deles, porque todos eles tinham que ter no máximo de desmatamento de 10%, a área só poderia ser desmatado em 10%, que era pra extrativismo mesmo, só que hoje não existe mais isso já foi embora há muito tempo. Mas no plano de uso, o principal ponto dele era desmatar só 10% da área [...] 10% da área com no máximo 30 hectares [...] isso se cabia pra esses lugares grandes, digamos pra colocação desse rapaz lá que tem em torno de 600 hectares, se desmatasse 10% iria para 60 hectares. Então é 10% da área com no máximo 30 hectares, pode ter um milhão de hectares só pode desmatar 30 [...] (GESTOR G6, 2017).

O desmatamento por lote superou em muito os 10% mencionados no Plano de Manejo. Essa diretriz, considerada a principal tanto pelos gestores como pelos moradores, não foi respeitada. O plano deveria ter sido reestruturado para corrigir os potenciais e reais erros em sua criação, compatibilizando o uso atual do solo. Somente após a criação do PDC (2005), em parceria com os moradores, houve a tentativa de corrigir erros, todavia, com o intuito de indicar possibilidades para desenvolvimento econômico local.

Nas terras do PAE Porto Rico foi realizada para os assentados a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) inicialmente por 10 anos. Posteriormente, passado esse período, foi estendido para 30 anos para o recebimento do título definitivo coletivo para comunidade. Nessas áreas de domínio da União e a transferência do usufruto para os moradores se realizada através de contrato de concessão de direito real de uso, desde que respeitados os interesses ambientais da sociedade (BENATTI, 1999). Assim, ninguém possui titulação individual de seus respectivos lotes. Quando ocorre a venda, essa se refere somente a benfeitoria, pois o lote não pode ser vendido.

Apesar das normas claras, há conflitos pela venda da concessão: *“cabra [pessoa] vem vende por trás a terra e aí vem um monte de confusão”* (MORADOR PR4, 2017). Concordando com o morador em tela, o Gestor G6 afirma: *“todo dia aparece uma confusão aqui [...] eles vendem a concessão de uso [...] mesmo o título, eles vendem [...] ninguém tem, mas vendem”* (2017).

De acordo com mesmo gestor:

A lei diz que deveria tomar, mas chego lá e digamos que você é um agricultor comprovadamente, [...] se tu gastou ou trocou por uma casa, vendeu uma casa, vou te tirar de lá e tu vai pra onde? Isso daqui e tudo de lá na fila (documentos solicitando vender e comprar a área), se não me

engano são 11 áreas vendidas [...] só que é feito isso aqui por uma comissão em Rio Branco, essa comissão analisa a situação de cada um, provavelmente tem gente que vai ser assentada e outras não. Sei que o INCRA vai entrar com reintegração de posse na Justiça Federal, ai vai ser retomado, ai vai pra outra pessoa [...] Às vezes nem todos que compram é agricultor, tem gente que tem fazenda, ai nesses casos o INCRA tem que entrar com reintegração de posse, não tem outro jeito (GESTOR G6, 2017).

Essa questão relacionada à venda dos lotes sem permissão é um problema recorrente e que traz danos irreversíveis ao local: desmatamento, perda de identidade e loteamento da área.

A infraestrutura no PAE Porto Rico é em parte precária, no entanto, de acordo com os moradores, já foi pior. Hoje o assentamento tem energia elétrica: *“A luz chegou aqui faz uns 4 anos, em 2011 [...] ficou melhor com luz elétrica, tomar uma aguinha gelada, as coisas não estragam”* (MORADOR PR2, 2017). Essa estrutura, energia elétrica, possui relevância extremamente alta para o PAE Porto Rico, pelos mesmos motivos de outros locais na Amazônia, como distância e isolamento. Insere-se maior qualidade de vida a população. Há muitos locais na região do Alto Acre que a energia elétrica ainda não chegou.

Quando se observa, por exemplo, os ramais, esses são estreitos e precários, principalmente no período de chuva quando surgem os atoleiros dificultando o tráfego de carros (Figura 41).

Figura 41 – Ramais no interior do PAE Porto Rico





C)

Fonte: Acervo do Autor (2017).

Nota: A, B, C – Ramais

Os ramais são um gargalo para o deslocamento das pessoas e produtos do local. *“Estamos em uma dificuldade, pois o prefeito anterior só deixou pepino [dificuldade], peguei 700 litros de diesel, fizemos uma ponte, tamo esperando que o prefeito atual faça algo melhor que o anterior”* (MORADOR PR4, 2017). O mesmo morador menciona ainda que há contribuição da comunidade: *“a gente ajuda, sempre fazemos umas parcerias, dando alimentação, diesel [...] o INCRA dava o diesel, patrôla, maquinista [...] a prefeitura só devia dar os empregados, mas nunca deu nada, só bomba”*. Contrapondo a fala deste morador, o gestor mencionou: *“a prefeitura dar a maquina, o operador, já o diesel é dado pelo produtor como contra partida, e hoje aqui se produz muita banana, macaxeira [...]”* (GESTOR G5, 2017). Ambos têm razão, o diesel é de fato dado pelo pelos moradores, e o maquinário e operador pela prefeitura em parceria com INCRA ou ainda governo do estado, no entanto, em períodos sazonais, na estiagem (seco), mas nem todos os anos, pois mencionam a falta de recursos para obras.

Problemas relacionados à infraestrutura, como o citado os ramais, repercute em outras questões relevantes, como a educação. Há escola no assentamento desde 1997. A escola José Benício Moreira possui Ensino Fundamental I e II. Concluída esta fase, os estudantes precisam se deslocar para a área urbana de Epitaciolândia. A escola local sempre possui problemas relacionados ao início letivo: *“As aulas ainda não começaram [abril de 2017], todo ano é esse rolo, falta professor, a parte de ensino é fraco, uma bagunça total, falta ônibus escolar [...]”* (MORADOR PR1, 2017).

Além das questões levantadas pelos moradores, foram observados *in loco* o mal cuidado e o abandono da escola e, sobretudo, dos livros didáticos (Figura 42).

Figura 42 – Escola José Benício Moreira no interior do PAE Porto Rico



Fonte: Acervo do Autor (2017).

Nota: A) Exterior da escola; B) Vandalismo na escola.

Apesar dos problemas relatados, o local onde a escola se encontra possui certa infraestrutura (energia, internet, água). De acordo com um dos moradores:

Tinha um projeto do INCRA para ter até curso da universidade dentro do assentamento, por isso foi colocado internet, [...] seria um polo à distância. Era 1 milhão de investimento para comprar dois ônibus para o transporte e concluir um laboratório [...] Segundo o superintendente do INCRA [...] Esse projeto é mais recente e pode vir ainda, mas depende da vontade também da comunidade, porque não adianta chegar com projeto bonito e se eles não quiserem, não adianta [...] Os cursos seriam formação para veterinário, técnico florestal, agrícola e o que a comunidade necessitar [...] Para seu filho não precisar sair, ele se formaria aqui na comunidade (MORADOR PR4, 2017).

A infraestrutura de saúde é problemática no PAE Porto Rico, pois não possui dentro da área absolutamente nenhum equipamento de saúde, *“tem um posto na estrada velha [...] se precisar mesmo tem que ir pra cidade, tão vendo se traz um posto pra cá”* (MORADOR PR1, 2017). O que se tem é um agente de saúde, o que permite certo acompanhamento dos residentes, principalmente no aspecto de saúde preventiva. Há distribuição de cloro para água e informações sobre água parada e outras doenças.

Para serem atendidos com vacinação, consulta médica e dentista, os moradores necessitam sair da área do PAE. Para um atendimento mais complexo, eles devem se dirigir até o núcleo urbano de Eptaciolândia ou mesmo para a capital, Rio Branco.

No PAE há residências com fossas sépticas para a captação de dejetos dos banheiros, mas muitas possuem apenas privadas improvisadas. Há, todavia, aqueles que realizam suas necessidades fisiológicas diretamente no “mato”. Isso representa um alto potencial de contaminação da água por fezes. A água é oriunda de poços tipo cacimbão, açudes e igarapés, sendo levada até as residências através de por bombas ou gravidade, sendo a maior parte sem nenhum tipo de tratamento para consumo. Isso pode justificar casos de diarreia e verminoses nos moradores. Isso demonstra a necessidade dos moradores em estrutura básica como banheiros e fossas sépticas para melhorar a saúde dos mesmos.

No PAE e na região são recorrentes os casos de doenças como dengue, que são transmitidos pelo vetor mosquito do gênero *Aedes*. Portanto, é necessário cuidado principalmente com água parada, o que nem sempre é realizado (Figura 43).

Figura 43 – Caixa com acumulo de água parada próxima a escola do PAE Porto Rico



Fonte: Acervo do Autor (2017).

De acordo com informações do PDC (2005) as principais doenças que acometem os moradores do PAE Porto Rico são: gripe, diarreia, verminose, hipertensão e malária. A falta de infraestrutura e orientação leva a esses problemas de saúde.

Muito se tem a melhorar com relação à infraestrutura local, no entanto, se comparada à situação atual com a enfrentada há alguns anos, *“hoje em dia tem muita facilidade para todos como escola pertinho, luz, ramal, hoje tem transporte, facilita muita a ida e a vinda”* (MORADOR PR3, 2017).

d) Dimensão ecológica

O Porto Rico é um Assentamento Agroextrativista, categoria que deve privilegiar os assentados e, sobretudo, os aspectos ecológicos do local. Nesse sentido, de acordo com Gestor G6 (2017), *“as pessoas escolheram a categoria de extrativista porque eles ficam com a área que tem [...] área que possui mais de 50% de cobertura vegetal e é o INCRA que demarca, assentando aqueles que tão lá dentro [morador] e outras famílias de fora lá dentro”*.

O local encontra-se com certa destruição ambiental quando se compara o ano de sua criação, em 1991, e 2015. A área possui um histórico de desmatamento acumulado como se observa no Quadro 17.

Quadro 17 – Evolução do desmatamento no PAE Porto Rico até 2015

Ano	Incremento (%)
Até 1991	10,00*
Até 1997	7,00
De 1997 a 2000	8,77
2001	0,07
2002	1,65
2003	6,15
2004	0,30
2005	0,70
2006	0,00
2007	0,24
2008	0,40
2009	0,68
2010	0,80
2011	0,51
2012	1,12
2013	0,57
2014	0,48
2015	2,36
Total	41,80

Fonte: Adaptado de INPE/PRODES (2015).

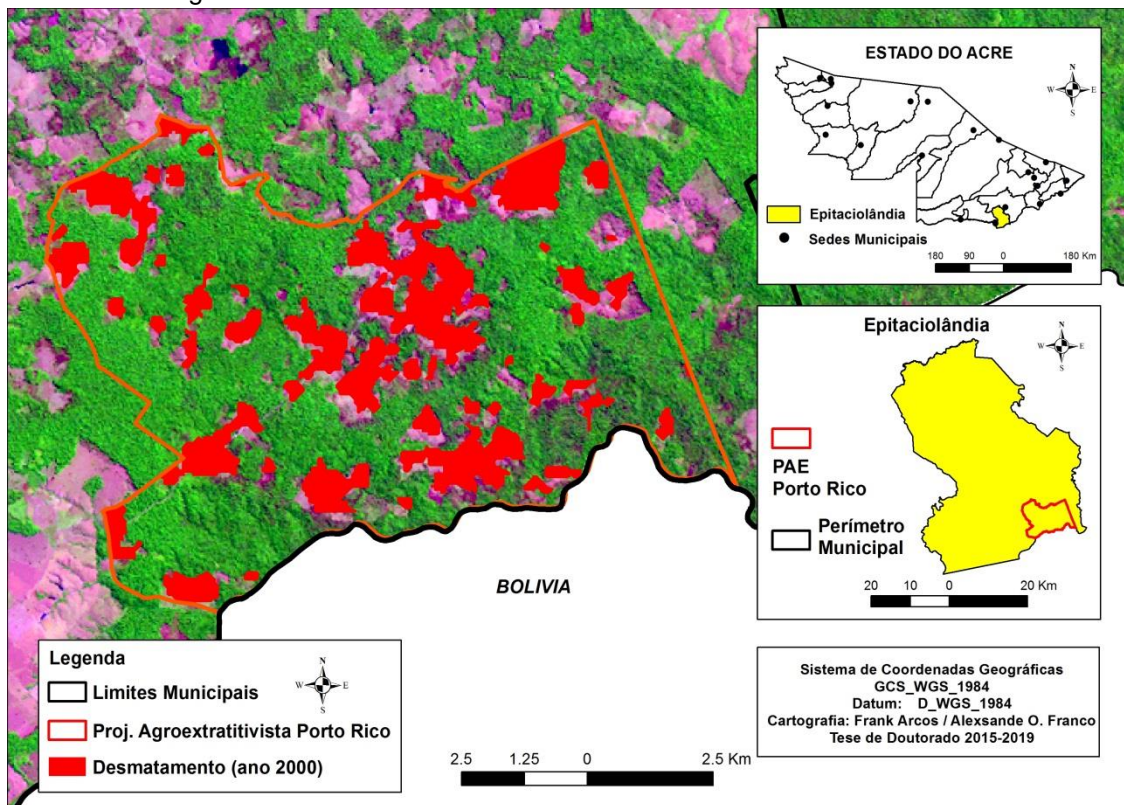
Nota: *estimativa; Organizado pelo Autor.

Levando em consideração o Quadro 17, se constata uma evolução no processo de degradação local iniciando antes mesmo da criação da área em 1991 e, intensificado, até o ano 2000. Entre 2001 e 2005 há nova dinâmica no desflorestamento, sendo que o pico ocorreu em 2003. A partir de 2006 e até o ano de 2010 o incremento de desmatamento é pequeno quando comparado aos anos anteriores, contudo, este é cumulativo, chegando em 2015 com cerca de 40% desmatada. Paralelo ao incremento do desmatamento houve, entretanto,

regeneração da vegetação pelo processo natural da floresta e ainda pelo replantio de espécie nativa apoiada pelo órgão público gestor e seus parceiros, secretarias estadual e municipal. Essas perspectivas mencionadas contribuíram, particularmente, para desacelerar o desflorestamento na área. Observa-se que durante o período histórico, de 1991 a 2015, ouve flutuações no incremento de desmatamento, ou seja, alguns períodos mais e outros menos. Vejamos a seguir essa dinâmica e suas causas.

O desmatamento acumulado até o ano de 2000 chegou a aproximadamente 26% (Figura 46), sendo que, 10 % até a criação do assentamento 1991, e 16% nove anos após a criação, ou seja, de 1991 a 2000. Esse foi maior incremento registrado. Isso se explica em função de no ano 1996 o assentamento ter mudado de categoria, passando de extrativista para a categoria agroextrativista. Essa passagem de uma categoria mais restritiva para uma mais aberta possibilitou a expansão gradativa de uma agricultura itinerante, com maior área desmatada, e a inserção da pecuária. A mesma questão é observada no entorno, porém com mais ênfase, como demonstra na cor rosa a figura 44.

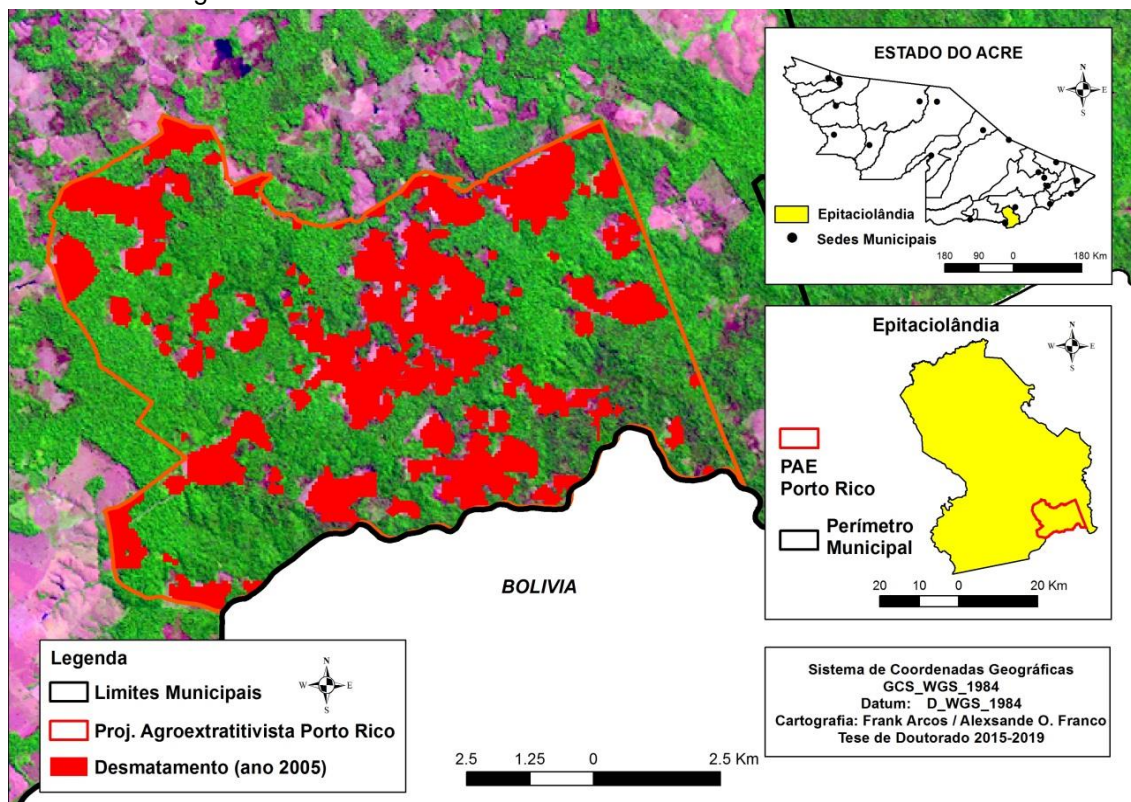
Figura 44 – Desmatamento no PAE Porto Rico acumulado até 2000



Fonte: Banco de Dados Digitais (<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/dadosn/>).
Nota: Organizado pelo Autor.

Entre os anos de 2001 até 2005, o desflorestamento no local continuou alto, chegando a quase 35% acumulado, ou seja, um incremento de 9% no período (Figura 45), no entanto com flutuações, destacando como ápice o ano de 2003 que sozinho chegou a pouco mais de 6%. Dois fatores contribuíram para isso: a) o aumento populacional, seja pelos agregados, seja pela entrada de novos moradores; e, b) o crescimento da pecuária como atividade relevante no local. A figura 45 corrobora ainda com a expansão de pastagens no entorno dos modelos em tela.

Figura 45 – Desmatamento no PAE Porto Rico acumulado até 2005



Fonte: Banco de Dados Digitais (<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/dados/>).

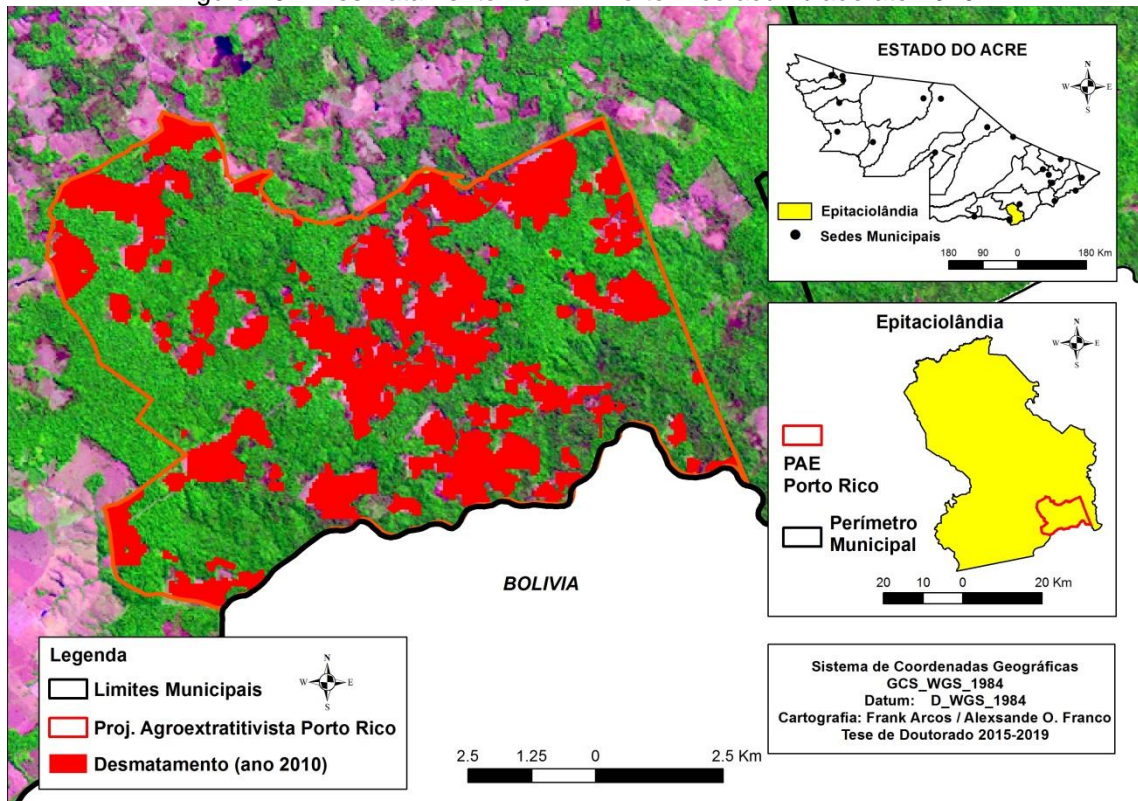
Nota: Organizado pelo Autor.

Entre os anos de 2006 a 2010 (Figura 46) o incremento ficou mais tímido que nos anos anteriores, ocasionando desaceleração do desmatamento. Isso se justifica, pois é nesse período que ocorre a intensificação de políticas públicas que dialogam mais proximamente com a comunidade. A estabilização após o ano de 2005 deve-se, sobretudo, ao Plano de Desenvolvimento Comunitário (PDC). Elabora-se a primeira versão do PDC conjuntamente com os moradores no ano de 2005.

Com o PDC criam-se expectativas sustentáveis no PAE Porto Rico, definindo-se diretrizes. Entre as prioridades estabelecidas destacam-se: eletrificação rural, que foi realizada; manutenção e abertura de ramais, parcialmente realizadas; melhorias no atendimento à saúde, não realizado; melhorias no atendimento à educação, realizado parcialmente; incrementos na área de cultura e lazer, não realizados; além de investimentos em quintais agroflorestais, parcialmente realizado. Como se observa, as diretrizes estabelecidas foram muitas, no entanto, infelizmente nem todas as propostas foram adiante e muitas que foram adiante perderam força ao longo do tempo.

No ano de 2006 não houve incremento, pois o índice de desflorestamento foi zero. Nos anos seguintes, 2007, 2008, 2009 e 2010 essa tendência de baixo incremento continuou 0,24; 0,40; 0,68 e 0,80 respectivamente chegando a pouco mais de 37% acumulado, ou seja, incremento de 2% em 5 anos. Fator relevante para isso foi à regeneração natural da floresta no local. A sucessão ecológica ocorre à medida que a área não tem utilização, ou é deixada em repouso. Passa-se pelo processo de ocupação por espécies vegetais pioneiras, que colonizam a área, seguidas pela capoeira e clímax (regeneração completa).

Figura 46 – Desmatamento no PAE Porto Rico acumulado até 2010



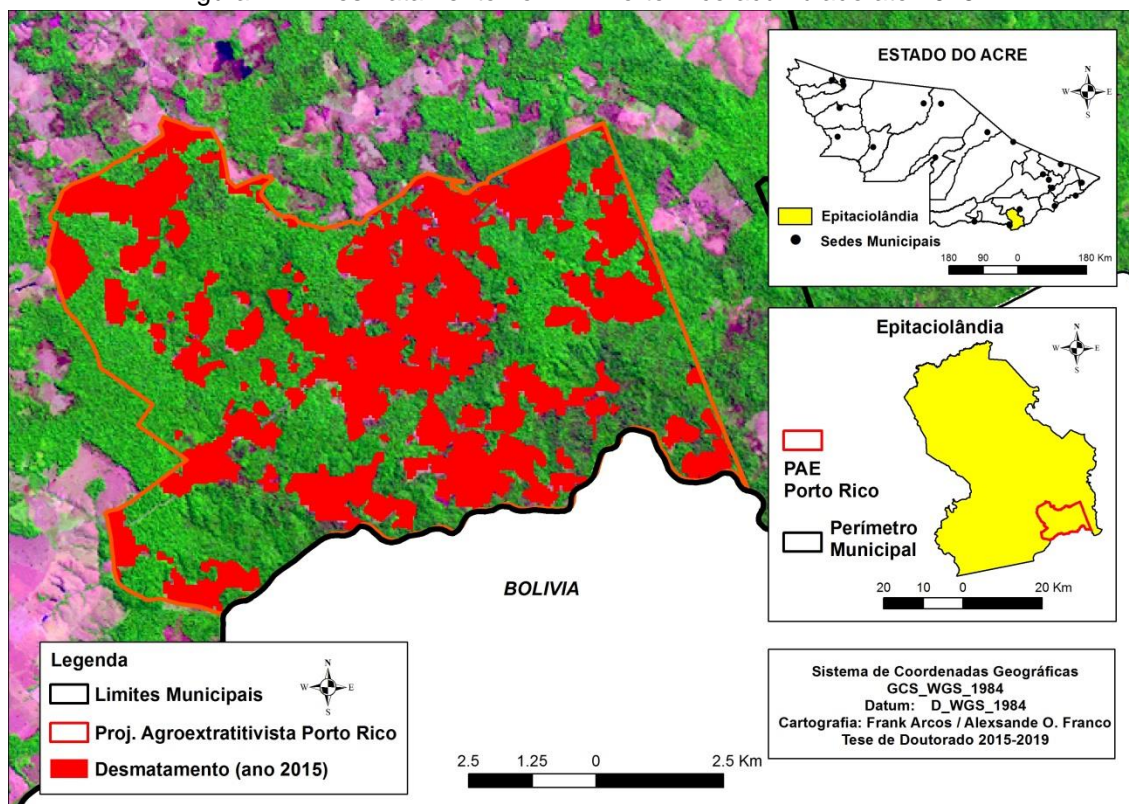
Fonte: Banco de Dados Digitais (<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/dados/>).

Nota: Organizado pelo Autor.

Entre os anos de 2011 a 2015 (Figura 47) o índice de desmatamento chegou a 42% acumulado, ou seja, um crescimento, de cerca de 5%. O destaque, nesse período, foi para o ano de 2015, pois foi responsável sozinho por 2%, provavelmente em função da seca severa ocorrida em toda região amazônica. No período ocorreu a implantação da segunda versão do PDC. Este plano foi novamente desenvolvido em conjunto com a comunidade, revisando o que precisava ainda ser realizado no local, através de pontos positivos e fracos.

Entre os pontos fortes ou aqueles que prosperaram foram citados: eletrificação, abertura de ramais (embora com ressalvas), escola (com ressalvas, incluindo merenda e transporte escolar) e agente de saúde na comunidade. Em contrapartida, outros pontos também fundamentais para a área foram deixados de lado, com apoio a produção, extrativismo, e políticas para os agregados.

Figura 47 – Desmatamento no PAE Porto Rico acumulado até 2015



Fonte: Banco de Dados Digitais (<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/dadosn/>).

Nota: Organizado pelo Autor.

O processo evolutivo da expansão do desflorestamento no PAE Porto Rico foi contínuo, como observado nas figuras anteriores. O maior incremento foi entre os anos de 1991 e 2000, com 16% acumulado; entre os anos de 2001 e 2005, próximo dos 9%; entre 2006 e 2010, pouco mais de 2% e entre 2011 e 2015, cerca de 5%.

Ou seja, acúmulo de 32%, após sua criação, condizente com a realidade encontrada. Somando o desmatamento anterior a criação, de 10% chega a 42%, já mencionado anteriormente. Cumpre, parcialmente, seu papel ambiental. No entanto, em seu entorno, não se pode mencionar o mesmo, pois possui área extremamente degradada, podendo causar risco ao local com a difusão da mesma nos dias atuais.

Segundo o gestor G6 (2017):

No início do assentamento eu calculo que tinha uns 50% a 60% de floresta, hoje deve estar em torno de 30% que já é muito desmatado [...] Eles tiraram muita madeira, muita destoca lá [...] Já tinha desmatamento, mas tinha mais de 50%, porque só podíamos demarcar se a área tivesse mais de 50% de área nativa [...] O INCRA passou a deixar eles optarem, dizer que tipo de assentamento eles queriam e lá, no caso específico de lá, não devia ter deixado acontecer isso.

A fala do Gestor G6 mostra preocupação com os impactos ecológicos no assentamento, sobretudo sobre a vegetação. Apesar da observação da evolução do desmatamento, as médias anuais desta foram abaixo das médias na região, inclusive comparando a Área de Relevante Interesse Ecológico Seringal Nova Esperança e algumas áreas da Reserva Extrativista Chico Mendes, essa perspectiva se apresenta. O assentamento possui atualmente aproximadamente 58% de área com floresta, seja nativa, secundária, ou em processo de regeneração. Esse percentual poderia ser melhor, pois se trata de um assentamento rural ambientalmente diferenciado que deve possuir características ecológicas assemelham-se as de uma UC de uso sustentável. Além do mais, essa área, de acordo com Acre (2009), possui importância e prioridade extremamente alta para conservação da biodiversidade. Ou seja, a área, possui grande diversidade de espécies animais e vegetais, talvez só encontrada nessa região do estado.

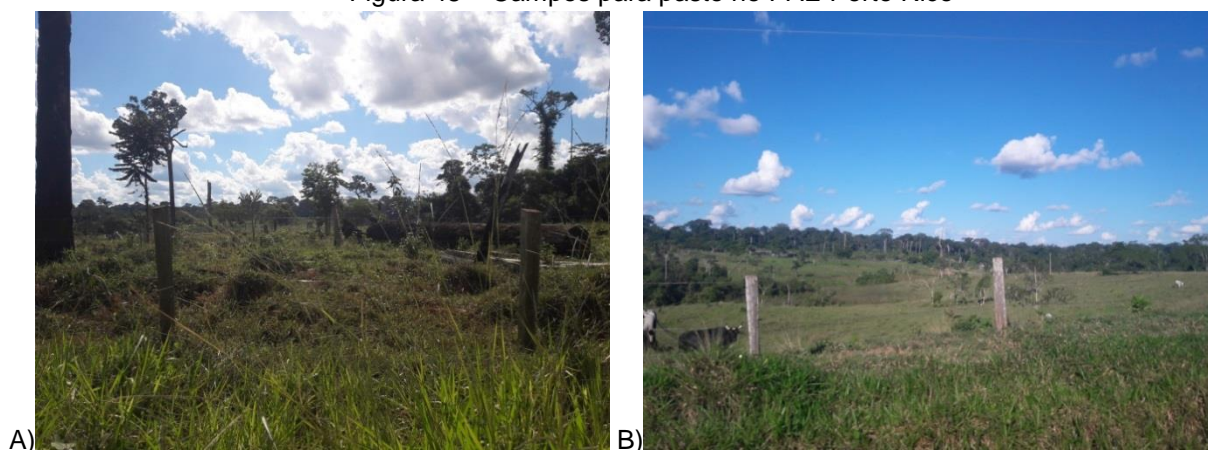
Dessa forma, é importante mencionar que essa linha entre o desmatamento e a conservação esperada, é tênue, pois pode mudar rapidamente dependendo da força das atividades desenvolvidas. Já se observa diminuição em algumas espécies no local, *“tem um pouco de mata aqui, quase tudo, tem umas paquinhas aí dentro que o pessoal caça, outros bicho é muito difícil [...] pode fazer tudo aqui, só não derrubada que isso é mais restrito, mas tem um abertinho desmatado aqui uns 20 hectares”* (MORADOR PR1, 2017).

De acordo com morador PR2 (2017):

Planto não, têm 409 hectares tudo de mata [...] tinha campo, mas tá tudo ematado [com mata/floresta], tudo mata bruta, as estradas tá tudo cerrada [fechada]. Tem um mapa daqui [...] hoje nem caçar eu faço, mas tem muita caça ai pra dentro, tem queixada, porquinho, veado, toda qualidade de bicho, até onça tem [...] minha área é muito conservada, dentro da minha área respeitam, eles me pedem até para esperar uma caça [...] só uns que caçaram com cachorro uma vez, mas só o pessoal tem respeito.

De acordo com Gestor G6 o local deveria ser enquadrado em outra modalidade de assentamento ou UC e não um agroextrativista, isso em função dos problemas ambientais encontrados oriundos da retirada florestal para formação de pastagens (Figura 48).

Figura 48 – Campos para pasto no PAE Porto Rico



Fonte: Acervo do Autor (2017).

Nota: A) Pastagem com árvores isoladas; B) Pastagem aberta com cerca.

O extrativismo não existe na realidade mais de forma que sustente uma família: *“Aqui tem pouca castanha, nunca foi bom de castanha não, aqui pega na divisa com Xipamano⁸⁸, é ruim não carrega, hoje em dia a castanha quase não carrega mais”* (MORADOR PR2, 2017).

Em função disso, os moradores acabam por migrar para outras atividades:

Tem muita área degradada e vivem da pecuária de corte, mas tem gente que tem pecuária leiteira, que faz queijo, tem muito nelore lá, tem muita gente com rebanho bom, mais ou menos [...] alguns produzem agricultura de subsistência, mas tem gente que não planta nada, só planta capim [...] Da função original do assentamento, já nasceu morto, pois foi piorando cada vez mais pra extrativismo, né?! Pra mim foi desvio de finalidade, pois as pessoas eram pra viver do extrativismo e não da pecuária, se fosse pra viver da pecuária não tinha demarcado, a ideia desses projetos era pra manter a mata, que ela fique em pé, o extrativismo que tinha lá era a extração de madeira ilegal [...] eles tiram as pranchas e vendem, eles mesmos cortam... Daqueles desde o início do assentamento devem ter

⁸⁸ Subafluente do rio Madeira.

cerca de 50%, então ainda tem o ciclo original, o resto venderam [...] são outras famílias [...] (GESTOR G6, 2017).

O gestor menciona algumas questões relevantes relacionadas ao local como o desenvolvimento da pecuária de corte e leiteira, bem como da agricultura. Fala também da decadência do extrativismo da coleta de castanha no local. Afirma ainda do desvio de finalidade do assentamento, pois o extrativismo ocorrido é o da exploração de madeira ilegal, que contribui ainda mais com de desmatamento no local. *“O que se usa muito lá é a pecuária, desmatamento pra criação de gado, o que não deveria existir, mas eles mesmos desmatam [...] uma parte é uma falta de controle do INCRA, dos outros órgãos ambientais e dos moradores”* (GESTOR G6, 2017).

Observa-se uma divisão de responsabilidade com relação aos órgãos fiscalizadores, mas as causas do desmatamento perpassam todos os envolvidos. No entanto, o desmatamento não veio de agora, mas é um processo histórico, *“o seringal no tempo do patrão até 1982, 1983 foi acabando devagar [...] derrubando as árvores, as castanheiras fazendo pasto colocando a pecuária [...] a desvalorização da borracha aí aqui acabou, quase acabou”* (MORADOR PR3, 2017).

Junto a isso se adicionam os impactos pelo não respeito às normas do modelo de gestão adotado:

Vamos dizer, a lei diz que só podemos ter 10% derrubado, mas acho que temos uns 30% derrubado [...] A mata quando passa dois anos considera secundária [...] você vai encontrar aqui colocação toda derrubada [...] porque as 10 hectares sempre será derrubada, e umas sempre tem uma reservinha, por exemplo, tem 600 hectares, e não tem nem 20 hectares de campo [...] ele bota e derruba e deixa regenerar e vira copoeira de novo [...] planta nada no meio não (MORADOR PR4, 2017).

De acordo com Acre (2012), as propriedades do PAE Porto Rico possuíam tamanho entre 12 e 600 hectares, com média de 131, 6 hectares por família, tendo o predomínio de agricultura. Com abertura de florestas e formação de roçados e pastagens, no entanto, apesar das informações convergirem em parte, há dois problemas, primeiro não é adequado tratar as terras de forma coletiva, pois os lotes possuem tamanhos diferenciados, ou seja, uns com muita terra e outros com menos, e segundo, encontra-se atualmente no local área com menos que 12 hectares, aliás, há inclusive áreas com até 4 hectares.

Há ainda os impactos ambientais negativos, de acordo com Gestor G6 (2017), *“Não dá pra saber quantas cabeças de gado eles tem lá, eles nunca falam a verdade, se for fazer um levantamento tem gente que tem muita cabeça de gado, tem vários que tem mais de 100 cabeças [...]”*. Isso dificulta políticas ambientais e ecológicas para o local, além do mais, outro fator de impacto é o entorno que possui algumas fazendas de gado inclusive do lado boliviano, que estão desenvolvendo essa atividade também do outro lado da fronteira.

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é uma boa alternativa de conservação nas áreas em tela, pois registra os imóveis rurais com a finalidade de integrar informações ambientais das propriedades combatendo o desmatamento. Com isso é possível acompanhar os imóveis com relação à sua conservação, degradação ou estagnação ambiental. Apenas os moradores que possuem cartão de assentado ou posse do lote podem realizar o cadastro, em contrapartida, aqueles que compraram um pedaço do lote ou mesmo os agregados que não possuem documento comprobatório não podem fazer o CAR, pois esbarram com problemas já na solicitação. Na mesma direção é importante a instituição do Programa de Regularização Ambiental (PRA⁸⁹) que procurará estabelecer um pacto de forma individual com produtores.

No ano de 2015 o INCRA, enquanto órgão gestor investiu na recuperação do passivo ambiental, distribuindo quase 380 mudas de espécies nativas. Com isso há a potencial recuperação de áreas degradadas. Além disso, ele vem tentando viabilizar ações que inibam o desflorestamento no local. No entanto, a tarefa não é fácil, levando em consideração a cultura histórica de derrubada como sinônimo de desenvolvimento e a falta de fiscalização pelos órgãos competentes.

Nessa direção, o morador PR2 (2017) aborda:

Eu recebia licença de 2 hectares - 1 de capoeira e 1 de mata bruta quando eu plantava [...] até com um ano eles não vieram dá licença e fui lá, eles falaram que não tava mais dando ordem para derrubar [...] tá bom, eu voltei e vou fazer um roçado aqui na beirinha da estrada [...] coloquei bem uns 5 roçados encostado da casa de minha filha e nunca apareceu ninguém aqui [...] o INCRA dava 2 hectares e o cara por trás derrubava 10, 20 hectares [...] aí por causa de um todos pagam.

⁸⁹ De acordo com Decreto Federal nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, o PRA compreende um conjunto de ações ou iniciativas a serem desenvolvidas por proprietários e posseiros rurais com o objetivo de adequar e promover a regularização ambiental, sendo que a inscrição do imóvel rural no CAR é condição obrigatória para a adesão ao PRA (BRASIL, 2012).

A derrubada clandestina é também uma forma que impacta as florestas locais, pois não tem controle dos órgãos responsáveis. A compatibilização entre conservação e desenvolvimento econômico, apesar de estratégica não vingaram da forma como foi projetada, causando reflexos diretos sobre a área como desflorestamento e subdivisão das terras.

A população local afirma que não se proíbe nenhuma atividade na área; “o INCRA não proíbe de fazer nada não, cada um tem o cartão de assentamento, cada um faz o que quer [...] Apenas uma vez que vieram aqui porque pensaram que eu tinha vendido a terra [...] eu dei a terra ao meu genro, meu filho, minha filha” (MORADOR PR3, 2017).

Constata-se ainda outros problemas ambientais como é o caso dos relacionados ao lixo produzido. Estes são queimados e os recipientes de agrotóxicos são enterrados ou também queimados. Esse é um potencial ponto de contaminação do solo e, sobretudo, da água, pois no PAE Porto Rico esta é coletada em poços. É necessário, portanto, desenvolver atividades de Educação Ambiental com os moradores a fim de equacionar essas questões.

6.3 (DES)FUNCIONALIDADES: O DISTANCIAMENTO ENTRE CONCEPÇÃO E REALIDADE

Analisando o que foi planejado pelo poder público para o PAE Porto Rico, as informações fornecidas pelos sujeitos e gestores, bem como, a realidade encontrada em visita *in loco*, observou-se certo distanciamento entre a concepção deste modelo de gestão e o que hoje se apresenta no assentamento estudado.

Com relação à concepção, o objetivo dessa modalidade de assentamento é a exploração das riquezas extrativas da área, através de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis. Dessa forma o PAE Porto Rico enquanto assentamento rural ambientalmente diferenciado buscou assentar famílias e proteger o ecossistema local, viabilizando inicialmente o extrativismo e posteriormente o agroextrativismo.

Esse modelo de gestão deve, portanto, potencializar o desenvolvimento econômico das famílias com equilíbrio ambiental. A realidade encontrada no local, todavia, foi um tanto quanto diferente daquela preconizada. Isso se deve a uma série

de problemas desencadeados ao longo do tempo, desde sua criação. Assim, apesar dos moradores estarem “felizes com a terra” que possuem, se consideram excluídos de benefícios ofertados a produtores rurais. *“O Porto Rico não é PAE é padrasto!” [...] Por causa de que? Que incentivo o governo está dando pra gente?”* (MORADOR PR4, 2017). Nesse sentido, sugerem que *“o governo poderia mudar a forma, por exemplo, eu vou preparar 3 hectares, vou gradear, vou adubar, e vou plantar [...] só vai me pagar na porcentagem da produção, aí vale a pena”* (MORADOR PR4, 2017).

Outra ideia dos moradores seria fazer uma espécie de experimento com apoio público para encontrar soluções econômicas eficientes para o local. De acordo com os moradores, esse seria um caminho muito mais justo para todos. Entretanto, eles não encontram apoio. *“Imagina quanto é uma tonelada de calcário? Falei para comprar um trator pra comunidade, mas dizem é da comunidade? Vamos acabar [com o trator], não tem cuidado”* (MORADOR PR4, 2017).

De acordo com os moradores tudo é mais difícil para eles, pois falta incentivo a produção agrícola mecanizada e até mesmo, para a produção orgânica. Sobre essa questão, há duas visões. Uma dos moradores que querem contribuição do poder público, pois segundo eles há pouco investimento no local dado a sua importância regional. De outro lado, tem a visão dos gestores, que acreditam ajudar muito, inclusive com maquinário, mas que há desvio de finalidade dos tratores para fazer pastagem ao invés de agricultura.

Acerca desta questão, foi apurado que de fato os investimentos públicos no local ficam aquém do que deveriam, ou seja, observa-se certa razão a irritação dos moradores: *“o assentamento como existe no papel é bom, duro é sair no papel na prática [...]”* (MORADOR PR4, 2017). O assentamento tem que melhorar bastante pelo que relatam os moradores, pois esta muito distante aquilo que se almejava, principalmente em termos de infraestrutura e na parte da economia extrativista.

Nessa direção, o agricultor familiar possui importante papel social e econômico para o país. Na região amazônica isto não é diferente. Muitos desses, agricultores, se encontram em Projetos de Assentamento Rural, nas mais diferentes categorias. Esse modelo de gestão, diferenciado ambientalmente, traz ao agricultor uma série de percalços: *“Ao serem assentados, os agricultores se deparam com grandes desafios como o acesso ao crédito para plantio, para moradia, à assistência técnica e extensão rural, a garantia de comercialização de seus produtos”* (SOUZA-

ESQUERDO et al, 2013, p. 20). Ou seja, primeiro para conseguir a terra e em segundo para se manterem na mesma.

Essa dinâmica trás reflexos nas diferentes dimensões. Os sujeitos do PAE Porto Rico, antes da criação do assentamento, possuíam em sua essência a cultura seringueira e coletora/ extrativista. Com o tempo vieram transformações e com elas adaptações, convergindo diretamente para agricultores de base familiar. Os agregados se desfazem mais rapidamente da terra em troca de dinheiro, moto e/ou carro, seguindo para as cidades. Em contrapartida, aqueles que compram a terra, desflorestam a área e implantando pastagem, inserem-se pecuaristas. A compra e venda, desvirtua a cultura do assentamento, pelo menos de forma parcial.

Na esfera da economia, o local voltou-se para a agricultura, extrativismo e à pecuária. Apresentam-se dessa forma sujeitos com perfis diferentes com atividades diversificadas (Quadro 18).

Quadro 18 – Sujeitos/grupos e suas atividades no PAE Porto Rico

Sujeitos/ Grupos	Seringueiros aposentados	Seringueiros sob outras atividades	Coletores	Agrossilvicultor	Produtores rurais (colonos)	Pecuaristas	Agregados
Agricultura (itinerante)							
Aposentados							
Coleta de castanha, sementes, óleos, etc.							
Pequena criação (cabritos, galináceos, bovinos)							
Criação de bovinos (corte e/ou leiteira)							
SAF's							

Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Nota: Organizado pelo Autor.

Os moradores desenvolvem as atividades viáveis economicamente, como agricultura e a pecuária, pois possui uma cadeia produtiva organizada e forte e mercado consumidor. O extrativismo da castanha também possui boa saída. No entanto, com a exploração desordenada, tem levado a diminuição dessa atividade no local. Essa é uma atividade que depende obviamente da castanheira e da produção da mesma. É relevante mencionar que a agricultura desenvolvida, inclusive pelos agregados, é a itinerante e a pecuária extensiva.

Os moradores locais fazem do assentamento em tela, seu lugar de vida, tirando seu sustento de distintas atividades, autônomas ou combinadas. Trata-se, portanto, de grupos sociais que se constituem em função da referência ao patrimônio familiar e ao pertencimento à comunidade rural (WANDERLEY, 2009).

As questões política-administrativas se configuram como as mais complexas, pois se relacionam aos órgãos gestores e aos objetivos de criação do assentamento desvirtuados. Os moradores, sobretudo os mais recentes no local, sentem muito a falta de apoio público. Observa-se uma série de questões entre a comunidade local e o órgão gestor do PAE, nesse caso, INCRA. Mas há parcerias com estado e prefeitura municipal, através das secretarias de assistência técnica, de produção, de florestas, entre outras. A atuação de diversos órgãos de diferentes esferas governamentais tem gerado, muitas vezes, divergências nas formas de ação no local, e quando não há políticas públicas na área, ocorre que um passa a bola para o outro, afirmando que a responsabilidade é do outro.

Na dimensão ecológica há razoável conservação para um Assentamento Agroextrativista, próximo de 58%. A regeneração da vegetação vem sendo observada em alguns pontos do local, sobretudo, a ocorrida entre os anos de 2005 e 2010, que gerou uma vegetação secundária.

Os moradores reconhecem sua parcela de impacto ao local, sobretudo em função de algumas de suas atividades, mas alegam que dependem delas para sobreviver:

Também eu sou um produtor e não vou me fazer de vítima não. Eu sei o que é errado, eu faço porque eu quero [...] é a ambição de ter as coisas. Tem produtor que tem 700 hectares de terra, muitos venderam pedaço por pedaço. Hoje tem só 3 colocações em 7.558 hectares de projeto [...] Quem é o culpado? O INCRA? Os governos? Os prefeitos? [...] O INCRA assentou o pessoal e jogou ai, esqueceu [...] (MORADOR PR4, 2017).

Os próprios moradores afirmam serem produtos do capital. Dessa forma, reconhecem que existem problemas sérios na área, principalmente os relacionados ao fracionamento das áreas em lotes menores, desmatamento para transformar a mata em pasto e a criação de gado. Nessa direção, o morador PR4 (2017), afirma: *“O futuro do Porto Rico é campo, pastagem e boi [...] dependendo do órgão público, não quer que desmate, mas [...]”*. De acordo com morador, não há outro caminho, somente aquele como estão sendo desenvolvidas as atividades atuais.

É verdade, entretanto, que nem todos pensam iguais, tem aqueles que plantam roçados e outros que, além disso, criam gado.

Alguns plantam um roçadinho e deixá la [...] outros pensam diferente [...] se eu botei um roçadinho, eu vou botar um capinzinho porque minha poupança é um bezerrinho [...] se quiser vender, arrumar um dinheiro na mão tá ali [...] o pessoal vive misto, agricultura, pecuária, castanha [...] uns mais e outros menos (MORADOR PR4, 2017).

Apesar da expansão de atividades contrarias aos objetivos, como é o caso da pecuária extensiva para corte, há no momento certo controle do desmatamento, ou estabilização deste. Mas é relevante acompanhar de perto, não só o interior da área, mas também seu entorno, pois há o perigo iminente de incremento.

É importante que se diga, por outro lado, que o PDC não foi implantado da forma que deveria, encontrando-se no local carência clara, como na infraestrutura de ramais, água encanada e rede de esgoto, por exemplo. Isso demonstra que apesar das recomendações e projetos desde o ano de 2005, com a construção das diretrizes do PDC, pouco foi realizado. Muito dos problemas de hoje são os mesmos encontrados no passado.

As questões apontadas contribuem para conhecer as (des)funcionalidades do modelo de gestão Assentamento Agroextrativista. Todavia, apesar de todos os problemas destacados, acredita-se que o PAE Porto Rico é uma boa opção para seus moradores se essa comparação for realizada com outros modelos de assentamento, esse se enquadra na melhor opção. No entanto, com avanço da pecuária, aqueles que possuem interesse na terra e na atividade mencionam que querem mudança de denominação de “agroextrativista” para “agropecuário”. Acredita-se que isso não seja possível, mas pode ser um fator preocupante para o futuro do local. O ideal seria corrigir as disfuncionalidades encontradas para corrijam os problemas mencionados.

Dando continuidade a lógica de abordagem, o próximo capítulo destaca o modelo de gestão, denominado de RESEX Chico Mendes enquanto sistema e seus subsistemas.

CAPÍTULO 7

O MODELO DE GESTÃO RESERVA EXTRATIVISTA: O EXEMPLO DA RESEX CHICO MENDES

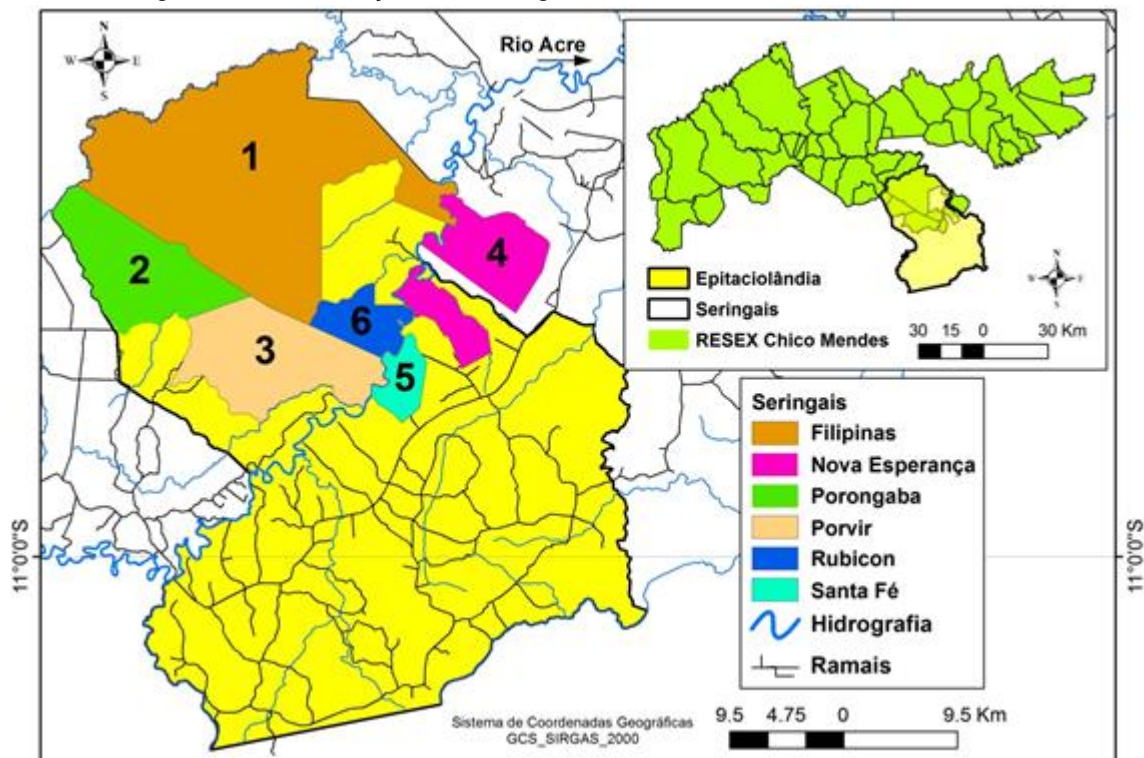
“Não estamos dizendo para o seringueiro vai ficar intocável. Não. Nós também temos uma proposta para produzir” (CHICO MENDES, 1989).

Este capítulo tem por objetivo analisar o modelo de gestão Reserva Extrativista (RESEX) com relação ao tratamento dado as comunidades tradicionais. Tal análise se desenvolve a partir do exemplo da Reserva Extrativista Chico Mendes (RECM). Busca-se, através da análise das dinâmicas têmporo-espaciais, das múltiplas dimensões, do distanciamento entre concepção e realidade e da (des)funcionalidade do sistema, avaliar a dinâmica interna do modelo, bem como, suas articulações externas.

A análise ocorre a partir da perspectiva dos moradores da RECM, tomada como exemplo, os quais são considerados aqui como “sujeitos”. Contrapõe-se a esta perspectiva dos sujeitos à visão do poder público, ou seja, a perspectiva dos gestores. A estas duas perspectivas se soma a percepção do autor.

A RECM extrapola o município de Epitaciolândia, estendendo-se para outros municípios. Em Epitaciolândia se encontram, entre outros, os seguintes seringais, que foram selecionados nesta pesquisa: Filipinas (33.755 ha.); Porongaba (9.370 ha.); Povir (10.672 ha.); Nova Esperança (8.040 ha.); Santa Fé (1.974 ha.) e Rubicon (2.917 ha.). O seringal Nova Esperança abrange também o município de Xapuri (Figura 49).

Figura 49 – Localização dos Seringais estudados na RESEX Chico Mendes



Fonte: Acre (2006).

Nota: Organizado pelo Autor.

Cada um dos seringais em tela possui suas particularidades e semelhanças relacionadas à suas transformações e essas serão abordadas. As nuances desta modalidade de gestão serão apresentadas e discutidas na sequência.

7.1 DINÂMICAS TÊMPORO-ESPACIAIS

A RECM é analisada aqui a partir de suas dinâmicas têmporo-espaciais, ou seja, levando em consideração as transformações vivenciadas no seu espaço ao longo do tempo. É fundamental o entendimento dessa questão, pois cabe aqui avaliar até que ponto essa dinâmica desenvolvida no local é oriunda de dentro, a partir dos sujeitos deste espaço, ou converge de fora, de atores de suas circunvizinhanças imediatas ou remotas. Essa avaliação é importante para entender o contexto da área e sua realidade atual. Nesse sentido, busca-se a compreensão a partir das falas dos moradores e dos gestores. Abordam-se os aspectos relacionados à situação da comunidade antes e depois da criação da UC, bem como, seu potencial para o futuro.

A área onde se encontra a RECM possui ocupação pretérita iniciada como seringal ainda no início do século XX. Essa passa a sofrer pressão de ocupação e perda de identidade a partir da expansão da fronteira agrícola para a Amazônia e, sobretudo, para o Acre, a partir da década de 1970. Esse processo estende-se até o final da década de 1980 quando se cria a RESEX: *“a reserva foi criada em 11 de março de 1990, muita gente aqui hoje não era nascida [...] ela foi muito importante para todos nós”* (MORADOR RE5, 2017).

A RECM foi a segunda RESEX criada no Brasil. Seu nome foi uma homenagem ao líder seringueiro Francisco Alves Mendes Filho, mais conhecido como Chico Mendes⁹⁰, assinado em 1988.

O contexto de criação da UC ocorreu em meio a conflitos de terra entre os seringueiros e os pecuaristas. Estes queriam expandir os campos para gado sobre a floresta e, principalmente, sobre sua população que dependia diretamente dos recursos florestais. O morador RE3 (2017) menciona:

Participava do movimento da reserva, não conheci Chico Mendes, mas trabalhava no movimento, fizemos um ‘empate’ que durou um mês mais ou menos [...] no empate a gente convocava as pessoas de casa em casa convidando os moradores pra gente fechar o ramal pra não deixar entrar para retirar madeira ilegal [...] os empates era feito assim sem arma, só na conversa de forma pacífica, de mãos dadas uns com os outros.

Os empates tiveram papel preponderante na criação da RECM. Com a criação da RESEX houve certa diminuição de conflitos no local, prestigiando as comunidades tradicionais locais. Para Allegretti (2002) as Reservas Extrativistas são áreas públicas destinadas à exploração sustentável e à conservação dos recursos naturais, concedidas pela União para o usufruto de populações extrativistas.

A reserva foi estruturada sobre as bases dos seringais tradicionais⁹¹ e toda sua estrutura.

Eu lembro que meu pai não fazia nem roçado no início, ele só cortava seringa. Então tinha a pessoa que arrendava o seringal, a sede era próxima aos rios, pois o transporte era feito mais por água, então os armazéns era

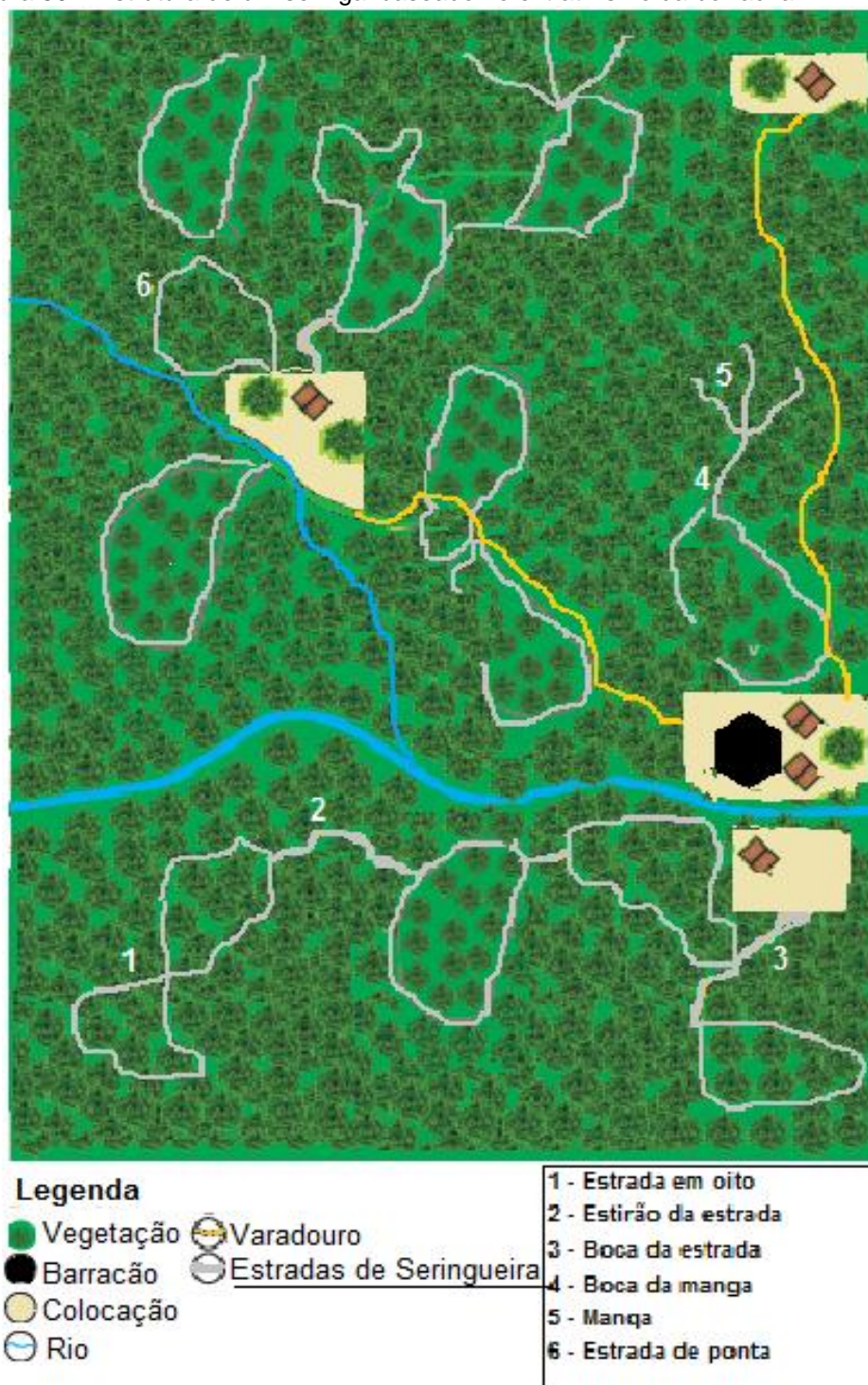
⁹⁰ Acreano e seringueiro Conhecido mundialmente pela luta em favor da conservação das florestas, dos povos tradicionais e idealizador das Reservas Extrativistas. As Reservas Extrativistas foram propostas para reconhecer direitos de moradores da floresta a territórios tradicionalmente ocupados e manter as florestas que são a base de seu modo de vida (ALLEGRETTI, 1990).

⁹¹ O Seringal tradicional era estruturado com a sede das colocações, sede do barracão, Varadouro e estradas de seringa. No presente estudo considera-se o Seringal Tradicional aquele que possui características de acordo com objetivos de criação da RECM e os moradores possuem modo de vida, cultura e identidade compatíveis com tradicional e um desenvolvimento econômico baseado na sustentabilidade.

próximo aos rios [...] A atividade dele era produzir borracha, não tinha mercado pra castanha na época, então ele só fazia cortar e o patrão fornecia tudo de alimento e matéria [...] O tecido era comprado e as mulheres costuravam o calçado era sapato de seringa, ela mesma que produzia, né?! E o alimento também era do armazém, a farinha, a banha, o charque, o arroz, açúcar, tudo [...] (MORADOR RE5, 2017).

Esse relato expressa bem como era a estrutura e organização espacial na fase da economia da borracha. De uma forma geral, os seringais tradicionais estão organizados de acordo com a Figura 50:

Figura 50 – Estrutura de um seringal baseado no extrativismo da borracha.



Fonte: MORADOR RE18 (2017)

Nota: Organizado pelo Autor.

Observa-se na organização territorial do seringal que o destaque são as estradas de seringa (seringueira). Existem diversas modalidades: 1 – Estrada em oito, uma estrada de seringueira que dá a volta e retorna ao ponto de partida, ela possui muitas vezes o formato em oito. 2 – Estirão da estrada, ela dá acesso entre

uma estrada e outra, recebe esse nome pela longa distância entre elas; 3 – Boca de estrada, ela corresponde à estrada de saída da área onde fica a residência do seringueiro [terreiro]; 4 – Boca da manga, trecho da estrada de seringueira que dá acesso à manga; 5 – Manga, área da estrada de seringueiro que não possui saída para outra estrada, ou seja, ele vai até o final e retorna pelo mesmo local; 6 – Estrada de ponta, o seringueiro sai de sua casa e retorna a ela, embora não seja necessariamente circular, ela tem início e fim na sua residência. Essa estrutura espacial foi à base para a ocupação e desenvolvimento econômico no local e ainda pode ser observada em alguns seringais da atualidade.

Embora haja seringais que ainda mantêm essa organização espacial pretérita relacionada às colocações, principalmente. A figura do barracão e do seringalista não se encontram mais presentes nos seringais. Hoje os seringueiros possuem maior “liberdade” quando comparado ao período do barracão, no entanto, hoje devem levar em consideração as zonas de uso no interior da RECM (Quadro 19).

Quadro 19 – Zonas de uso no interior da RESEX Chico Mendes

(continua)

Áreas de Uso restrito	
Zonas primitivas	Áreas pouco alteradas, podendo funcionar como refúgio da vida silvestre. Devem ficar restritas a pesquisas científicas, desde que estas sejam devidamente autorizadas pelo ICMBio e Conselho Deliberativo da RESEX.
Áreas de Uso ampliado	
Uso Populacional	Áreas antropizadas dentro dos limites de cada colocação. É onde os moradores instalam toda a infraestrutura necessária ao seu bem estar e desenvolverem principalmente atividades agrícolas e de criação de animais, desde que observadas às características de solo e relevo, bem como, a adoção de práticas conservacionistas.
Zona de Manejo Florestal de Uso Múltiplo	Áreas manejadas pelos moradores, situadas em cada colocação de seringa onde atualmente se tenham atividades extrativistas tradicionais, bem como o manejo florestal de produtos não madeireiros e madeireiros.
Zona de Uso Comunitário	Englobam os rios, lagos, varadouros, praias e barrancos localizados na Reserva. Essas áreas de uso comum deverão ser mantidas e conservadas pela comunidade, sendo proibido o desmatamento e a utilização de roçados nas margens dos cursos de água e varadouros. Para se utilizar devem-se realizar estudos técnicos que comprovem viabilidade.

Quadro 19 – Zonas de uso no interior da RESEX Chico Mendes
(conclusão)

Zona de Recuperação	Áreas degradadas por ações antrópicas ou naturais, como queimadas, desmatamento, descaracterização ou alteração da vegetação nativa, onde se deve promover a recuperação da paisagem. Nestas áreas devem ser promovidos a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF's) e o reflorestamento com espécies nativas (incluindo frutíferas).
Zona de Amortecimento	Área no entorno da Reserva Chico Mendes onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a Unidade. As atividades desenvolvidas nesta área devem ser monitoradas pelo ICMBio de maneira a evitar incidentes que possam acarretar danos ambientais

Fonte: Adaptado de Brasil (2006, p. 59-63).

Esse zoneamento é de fundamental importância para o equilíbrio ecológico da RECM, se uma das zonas sofrer alterações em sua dinâmica toda a estrutura pode ser modificada. É relevante mencionar que essas zonas citadas no quadro 19 foram definidas, a partir de estudos técnicos desenvolvidos ao longo da criação do plano de manejo da unidade, Apesar, dessas zonas serem fundamentais para o desenvolvimento com equilíbrio da unidade, ela, sofre interferência diferenciada de acordo com sua localização.

A expansão do modo de produção capitalista não vem ocorrendo de forma homogênea para os seringais da RECM. Observa-se que *“depois que desvalorizou o preço da borracha e dividiu no meio o seringal, ai dividiu tudo, repartiu tudo [...]”* (MORADOR RE5, 2017). Com isso muitos seringais que possuíam características tradicionais se tornaram seringais não tradicionais⁹².

É relevante mencionar que por sua extensão, abordou-se a RECM de forma a aglutinar esses subconjuntos. Dessa forma, sistemicamente, foram organizados de um lado os seringais com características tradicionais - Filipinas, Porongaba e Povir - e do outro, seringais não tradicionais - Nova Esperança, Santa Fé e Rubicon. Os três primeiros são aqueles que possuem teoricamente características mais próximas do previsto nos objetivos de criação do modelo de gestão, em contrapartida os três últimos se distanciam deste.

⁹² O seringal não tradicional é estruturado sobre uma base dinâmica que tem como atividade principal a agropecuária em uma estrutura fundiária complexa. As características diferem significativamente dos objetivos de criação da RECM.

7.1.1 Seringais com características tradicionais

Os seringais tradicionais possuem menos interferência em sua estrutura espacial. Apesar dos locais mencionados estarem próximos ao entorno, e obviamente receber pressão do mesmo, eles mantêm características do passado. Tais características se expressam no conjunto de elementos territoriais com símbolos, signos de culturas, identidade tradicionais com suas práticas cotidianas e ainda atividades produtivas que respeitam a racionalidade ecológica.

Seus moradores são considerados tradicionais, Diegues (2001) destaca que essas populações possuem uma relação estreita com natureza, tanto no campo das técnicas e da produção, quanto no campo simbólico. Nessa mesma direção, Murrieta e Rueda (1995) enfatiza que essas populações têm sua subsistência baseada no extrativismo de bens naturais renováveis. Além da base extrativista mencionada pelos autores, ele diversifica suas atividades para complementar sua renda. Estes seguem uma mesma direção, caracterizada por práticas mais orgânicas e menos depredatória de relação com seus espaços/recursos (SILVEIRA, 2012). Essas características demonstram respeito aos recursos utilizados, de forma que o humano e o ambiental possuem a mesma relevância. Os seringais nessa categoria são: Filipinas, Porongaba e Povir.

O seringal Povir possui um ramal de deslocamento dos moradores com estrutura extremamente precária, no período de chuvas eles ficam praticamente isolados. Essa dificuldade contribui de duas formas, a primeira para a conservação do local, pois impede a retirada da madeira, por exemplo, e a segunda, para que muitos moradores saiam do local. A esse respeito o Morador RE1 (2017) destaca que *“na colocação ao lado não mora ninguém, não tem ninguém [...] muitos foram embora”*, ainda de acordo com mesmo morador *“entre essa minha colocação e a outra tinha um travessão e um mastro de madeira que marcava a divisão, de um lado era mais educado, conversava e do outro era mais raivoso”*.

Neste seringal moram aproximadamente 70 famílias, *“tem muita gente no Povir, junta os filhos [agregados], cada família sempre tem filho: 2, 3, 2, 3 [...]”* (MORADOR RE1, 2017). Essa dinâmica gera conflitos, pois aumenta não só o número de pessoas, mas também o desflorestamento. O plano de utilização não prevê tal forma de adensamento de ocupação.

Nos seringais como um todo há a presença de agregados *“temos o meu cunhado, meu irmão, são cinco famílias aqui, ai são autorizados dois hectares aqui, são cinco famílias [...] ai se espalha todo mundo pra ver se consegue se sustentar”* (MORADOR RE2, 2017). Ainda de acordo com mesmo morador, *“Aqui tinha 40 famílias, hoje tem umas 50 famílias ou mais, então tem mais gente que antes, tem gente com áreas maiores e menores”*.

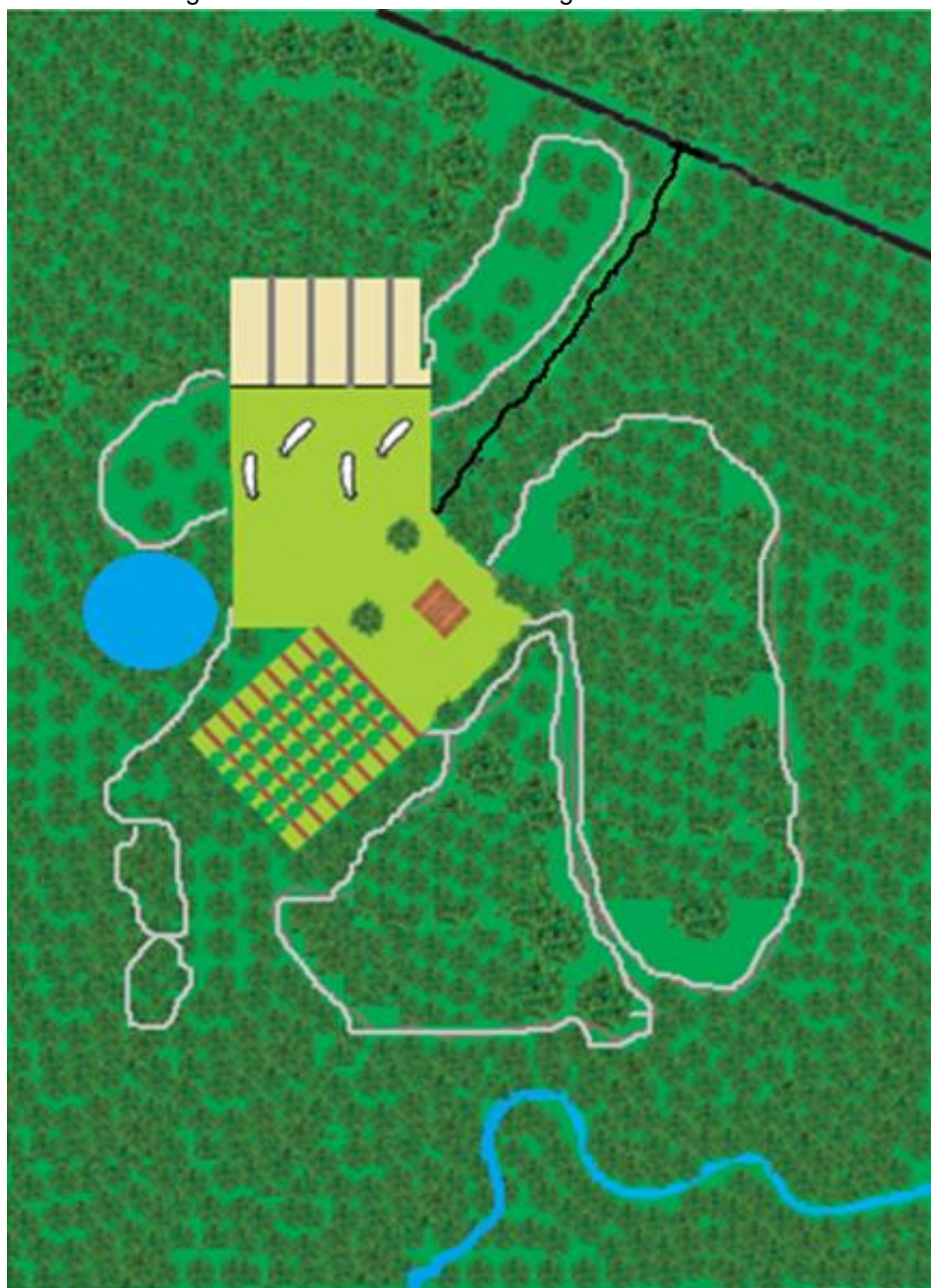
No seringal Porongaba e Filipinas as questões relacionadas aos agregados não é diferente:

O tamanho da minha colocação são 91 hectares, de herança do meu pai, têm em média uns 25 hectares de pasto e o restante e floresta com castanheira, seringueira [...] Moro no lugar há 46 anos, desde que o pai foi pra lá, cresci e me criei, não pretendo sair daqui não, espero que tenha mais apoio pra gente: ramal, moradia, produção, mais renda [...] Esse seringal é muito parecido com o outro ai pra frente, o seringal Filipinas, mas lá tem um pouco mais de conflito [...] o acesso por aqui é difícil (MORADOR RE3, 2017).

Essa questão, relacionado aos agregados deve ser discutida no âmbito das políticas públicas na unidade e em toda região amazônica.

O morador RE3 (2017), destaca um ponto relevante sobre o Seringal Filipinas relacionado aos conflitos em seu interior. Apesar de possuir semelhanças entre os seringais Porongaba e Povir, o Filipinas enfrenta problemas em seus limites internos e externos, estes em função de pressão das fazendas no entorno. No entanto, ainda se mantém na categoria de seringal tradicional, mas próximo do limite para não tradicional (Figura 51).

Figura 51 – Estrutura de um seringal tradicional na atualidade



Legenda

- | | | |
|-----------|-------------------------|-------|
| Vegetação | Ramal principal | Açude |
| Pasto | Ramal secundário | SAF |
| Plantação | Estradas de seringueira | Rio |

Fonte: Pesquisa de campo (2017)

Nota: organizado pelo Autor

A figura 43 mostra a organização de um lote com característica tradicional que possui de forma geral boas condições ecológicas (flora, fauna, água), com possibilidade de exploração extrativista, encontram-se ainda estradas de seringa com possibilidade de exploração de látex, produção de agricultura, criação de

animais, inclusive gado, Sistemas Agroflorestais, em alguns lotes, açude, além de ramais secundários e principal. Ou seja, um lote com características equilibradas de acordo com as normas estabelecidas de equilíbrio ecológico e justiça social.

Do mesmo modo, o Morador RE5 (2017) menciona, *“minha área é 250 hectares, possui quase duas estradas de seringa, minha irmã tem três estradas de seringa, ai o outro morador que mora no lugar que meu avô morava tem mais duas estradas, e o outro tem mais duas”*. Isso nos mostra que o número de moradores tem aumentado na reserva como um todo, ocorrendo à subdivisão das colocações, porque as famílias crescem, os filhos casam, e formam família. *“O filho não quer sair quando casa e o pai sede um pedaço pra ele trabalhar, por isso tem aumentado devido isso, somos 10 irmãos, meus irmãos produzem agricultura, cria gado, e outros extrativismo”* (MORADOR RE3, 2017).

O Morador RE5 sobre a questão destaca:

Meu pai chegou aqui na década de 1960 e meu avô, são todos acreanos. Em 1963 ele casou e começou a dividir a propriedade [...] meu pai já fez a casa dele com meus irmãos dividindo a colocação [...] Em 1990 casei e construí outra família, ai eu abri essa outra propriedade (MORADOR RE5, 2017).

De acordo com os moradores, durante o processo de criação da reserva ocorreram muitos problemas, como a venda irregular dos seringais e colocações. *“A gente tava naquela época quando os proprietários venderam os seringais pras pessoas que queriam criar gado, então foi um monte de problema”* (MORADOR RE1, 2017).

O mesmo morador menciona que chegou ao local em 1994, pois a área na qual morava não foi demarcada para pertencer à reserva, dessa forma comprou uma colocação em 1994 quando chegou ao local.

Tenho muita historia aqui [...] comparado o que era e o que é hoje, as coisas melhoraram muito, tem energia, se quiser alguma coisa tem que ter persistência em buscar as coisas, se desistir não vai pra frente [...] tenho telefone, tem uma emergência dá pra ligar, tem gente de longe que liga [...] O bom de hoje é que você vai pra qualquer lugar de moto, de carro, hoje tá muito bom, antigamente não. No primeiro mandato da reserva eu fui vice-presidente, a gente saia daqui desse meu lugar, passava de 15 dias fora de casa andando de quiga⁹³ nas costas, de casa em casa, levando quase tudo que precisava. Caminhava até varar em uma estrada que dava acesso, ai combinava o dia para o carro ir buscar em tal lugar na casa de fulano (MORADOR RE1, 2017).

⁹³ Saco que levava coberta, rede, roupa, entre outros.

Os moradores afirmam que no passado viam muitos animais selvagens, ao passo que hoje, veem com menos frequência. “[...] *A gente sempre via onça, naquele tempo tinha muita fera, muita onça, uma ora dessa o bicho esturrava e a noite nem se falava, hoje não tem mais queixada*⁹⁴ [...] *então o bicho da mata, também se acostuma com a gente [...]*” (MORADOR RE1, 2017).

Para sair de sua colocação e realizar atividades fora do seringal, no período antes da criação da reserva e no início desta, os seringueiros pensavam muito, pois era muito difícil a locomoção. Apesar da estrutura dos ramais nos dias de hoje ainda serem ruins, não se compara ao passado, pois era varadouro e o transporte “lombo do boi”.

O mesmo se passava com os ribeirinhos tradicionais⁹⁵ que viviam, principalmente, as margens do rio Acre e dependiam dele para se deslocar, comer, beber e lazer. Esporadicamente eles se encontram no trecho dentro da RECM. Há uma agricultura baseada na mandioca para a produção de goma⁹⁶ e farinha, bem como de melancia, banana e mamão. Isso aliado à criação de animais como galinha. No passado se utilizavam muito o pescado, no entanto, com os impactos oriundos da expansão da pecuária no entorno, os ribeirinhos foram migrando para os núcleos urbanos.

Os moradores em geral gostam de morar na RECM, pois é sossegado, tranquilo e a terra é deles. “*Tô muito feliz em morar na reserva, tenho uma filha que tem 23 anos, casou-se e mora em Brasiléia [...]* Graças a Deus deu tudo certo [...] *tenho 46 anos, meu irmão mais novo tem 27 anos e o mais velho tem 56 anos*” (MORADOR RE3, 2017). Isso demonstra que os moradores iniciais da reserva ou mesmo aqueles que chegaram posteriormente no local aprofundaram, em certa medida, raízes no local.

Outro morador menciona a importância da RESEX. “*No seringal aqui é reserva extrativista, quando criou a reserva teve uma melhora, pois antes era tudo fazendeiro e hoje tá pra nós [...]* Como criou a reserva, sobrou a terra pra nós, se não tivesse, era tudo de fazendeiro” (MORADOR RE2, 2017). A fala do morar reflete

⁹⁴ Grupo de porcos que andam em bando de varias dezenas.

⁹⁵ Aqueles que vivem as margens dos rios e possuem relação estreita com rio, seus recursos e outras atividades econômicas.

⁹⁶ Alimento típico da região Amazônica. Após moer a mandioca se extrai a fécula.

a luta dos seringueiros para viverem na floresta e desenvolverem suas racionalidades.

O morador em tela, esta na área desde a década de 1990, *“moramos aqui uns 24 anos, chegamos aqui em 1993 [pesquisa realizada em 2017], tem pouco morador novo aqui, a maioria é veterano como nós, [...] temos uns 300 hectares [...]”* (MORADOR RE2, 2017). De acordo com morador, 300 hectares correspondem à aproximadamente duas estradas de seringa⁹⁷ dentro de uma colocação. É relevante afirma que a área nos seringais abordados possuem tamanhos diferenciados. De acordo com Morador RE5 (2017) *“na reserva pra ser colocação tem que ter 300 hectares, ou duas estradas de seringa [...]”*. Essa medida difere de um para outro local, pois há os que consideram que uma estrada de seringa correspondente a 200 hectares.

Encontra-se na RECM pessoas de diferentes locais, no entanto, a grande maioria espelha a cultura tradicional:

Minha área no Porongaba é 8 estradas de seringa, maior que na Bolívia. Minha área na Bolívia tinha em média a base de colocação grande, o tamanho da reserva entre 500, 600 hectares. Eu moro há cinco anos na reserva, eu morava antes na Bolívia, na região de Pando, era meio distante, mas era área de fronteira. A gente era muito criticado lá, trabalhava muito, mas sempre criticado [...] problemas sempre querendo tirar os brasileiros de lá, até que teve uma revolução política⁹⁸ uma época, na época de Ivo Morales. Ai tivemos que sair, uns foram expulsos mesmo, outros foram indiretamente, mas viram que não dava pra continuar lá, ai quando muita gente foram assentadas pelo INCRA e outros pra reserva” (MORADOR RE4, 2017).

O morador relata os problemas enfrentados quando viveu na Bolívia, país que faz fronteira com o Acre. O governo boliviano, através de seu presidente Evo Morales, implantou uma política que proibia que estrangeiros morassem na faixa de até 50 km da fronteira. Com isso, agricultores e coletores brasileiros que viviam em terras bolivianas tiveram que sair de suas áreas, acumulando prejuízos. *“Muita gente saiu, foram divididos, todo mundo [...] eu consegui ir para o seringal Porongaba, tive essa possibilidade de ir pra lá, tinha uns familiares lá e conhecidos”* (MORADOR RE4, 2017).

⁹⁷ Unidade de Medida estabelecida nos seringais, no local estabelece-se uma estrada de seringa [com seringueiras] em média entre 150 ha.

⁹⁸ Mudança radical na política boliviana onde o Presidente eleito Evo Morales proibiu e “expulsou” estrangeiros, sobretudo brasileiros, que viviam na faixa de fronteira, redistribuindo-as aos bolivianos.

No entanto, o morador relata: *“Comprei minha colocação na reserva, assim [...] O pouco que eu lucrei na Bolívia, comprei uma casa aqui na cidade e troquei lá na reserva. Foi em torno de 60 mil reais, mais o acesso é complicado, quase na divisa com o seringal Filipinas”* (MORADOR RE4, 2017).

A área da RECM mudou bastante desde sua criação, principalmente no que se refere à facilidade de acesso. *“A vida era mais difícil, pois não tinha ramal, moradia era mais ruim [...] as casas eram cobertas de palha, rolada na serra. Após a criação da reserva, ai conseguimos fazer uma casa melhor [...] ai chegou o ramal, nós abrimos por mutirão no trabalho braçal [...] O ICMBIO/ IBAMA autorizou a abertura de ramais e a prefeitura foi fazendo devagar”* (MORADOR RE3, 2017). Ainda mencionando sobre o antes e o depois da criação da reserva, o Morador RE5 (2017) corrobora com a análise *“[...] tem muita diferença de antes de construir a Reserva Chico Mendes pra agora, porque as coisas com certo desenvolvimento traz consequências [...] impactos negativos e positivos”* (MORADOR RE, 2017). O morador destaca que há mudanças em curso na RESEX Chico Mendes, isso interfere nas formas de interação dos moradores com os recursos naturais, levando impactos positivos e negativos.

Obviamente a natureza é integrante da vida dessas populações que a manipulam e alteram de forma a se desenvolverem e sobreviverem. Assim, os recursos naturais são utilizados e explorados em seu território de diferentes formas, Nessa direção, não se aplica o pensamento de natureza descrito por Diegues (1993), como “o mito moderno da natureza intocada”, ou ainda do “bom selvagem”, o que justificam uma visão romântica da natureza, onde os mesmos não podem e não devem explorar a natureza de forma mais consistente. Pelo contrário, acredita-se que essas populações devem utilizá-la como forma de reprodução de seu modo de vida.

Nesse interim, como mencionado, há exploração de uma forma em seringais tradicionais e de outra em seringais não tradicionais. A seguir discutem-se as formas de exploração em seringais com características não tradicionais.

7.1.2 Seringais com características não tradicionais

O conjunto dos seringais não tradicionais é formado por: Nova Esperança, Santa Fé e Rubicon. Esses seringais são aqueles que possuem maior interferência

em sua estrutura espacial e nos quais a dinâmica de ocupação ocorreu de forma mais consistente ao longo do tempo. Via de regra, trata-se daqueles com maior possibilidade de locomoção, localizados próximo ao rio Acre, a ramais com boa trafegabilidade e a BR 317. De acordo com os moradores, nos seringais Santa Fé e Nova Esperança a distância entre a estrada e a margem do rio é de aproximadamente 12 quilômetros. O Rubicon possui trafegabilidade pelo rio Acre e por terra, através de ramais. É importante mencionar que o ramal é muito ruim, no período de chuvas ficando praticamente intrafegável. À distância entre o Rubicon e a BR317 é de aproximadamente 30 km.

O Seringal Rubicon, tem muitos moradores, apesar de ser um seringal pequeno em termos de área. O número de famílias aumentou consideravelmente desde sua criação, *“vai fazer 25 anos que moro aqui [...] era Xapuri, depois Brasileia, e agora Epitaciolândia [...] o nome do barracão era esse mesmo Rubicon”* (MORADORA RE6, 2017).

A Moradora RE7 (2017) menciona: *“Aqui é o Rubicon, o famoso [muito comentado pelos impactos negativos] eu moro aqui 36 anos, bem antes de criar a reserva extrativista”*. De acordo com essa moradora, o seringal passou por um processo de loteamento em função da chegada de moradores que foram expropriados da Bolívia, *“umas 10 famílias vieram de lá, mas não vivem muito bem, pois a área é muito pequena”*.

Do mesmo modo, o Morador RE8 (2017), ressalta que *“aqui no Santa Fé tem gente aqui com 2, 3, 1, 5 hectares [...] 20% tem abaixo 5 hectares, ai vem de 50 ate 5 hectares [...] moro aqui desde 2010”*. Esse seringal possui um aglomerado de moradias, umas próximas as outras.

Tem 84 famílias aqui dentro, então as áreas são pequenininha, aqui os moradores são mais recentes, os mais antigos são pouco, tem os filhos deles que moram ai [...] quando o pessoal vieram pra cá, aqui não tinha ramal, era só a picada, varadouro [...] hoje tá um tapete, tá muito bom [...] 4, 5, 6 hectares eles tem aqui (MORADOR RE8, 2017).

As famílias aumentaram nesses seringais, pois os filhos cresceram e formaram outras famílias. O crescimento no desmatamento é consequência das estratégias de sobrevivência destas famílias que se multiplicaram (GESTOR G5). O mesmo Gestor destaca ainda:

Deve levar em consideração que as colocações possuem aproximadamente 600 hectares e é dividido por quatro a cinco famílias. Dessa forma, é preciso que o governo faça uma política econômica que dê assistência às pessoas financeiramente para que essas pessoas possam melhorar a qualidade de vida delas e que mantenham a floresta intacta (GESTOR G5, 2017).

O Gestor menciona a assistência aos moradores, no entanto, isso é algo a ser discutido, pois se acredita que essa direção assistencialista é apenas paliativa. O mais correto seriam ações estruturais, mais duradouras e eficientes na área.

Um dos moradores do Seringal Santa Fé menciona que é catarinense, mas que morava no Paraná quando veio para o estado do Acre na década de 1980. *“Sai de lá pequeno, a gente veio saído da Usina de Itaipu, vinhamos por conta própria, veio muita gente [...]”* (MORADOR RE8, 2017). Outra moradora do local afirmou que era acreana, mas seu esposo é baiano, *“a família dele é toda baiana [...] eles vieram porque achavam ruim na Bahia para ter terra”* (MORADORA RE6, 2017).

Essa moradora menciona que sua área no Seringal Santa Fé é grande e boa para agricultura:

Minha área aqui é 100 hectares, no Povir Velho [seringal da mesma RESEX] era 50 hectares, a área aqui é boa pra plantar. [...] Comprei 50 hectares de 90 reais mais um boi, depois comprei mais 50 hectare, esse saiu mais caro um pouquinho, foi 5 mil mais um carro (MORADORA RE6, 2017).

Essa moradora destaca ainda as facilidades que passou a ter ao longo dos anos em termos de deslocamento com a mudança de seringal:

Moramos aqui 13 anos, cheguei aqui em 2004, antes morava nessa região, no km 27 e atravessa o rio, era Povir Velho [...] viemos pra cá, em umas partes aqui é melhor. Lá não tinha acesso de carro, moto, nada era burro de carga, aqui tem acesso para bem na porta, mas antes quando nos viemos pra cá, o acesso era ruim também, era só a pé, nem de cavalo a gente andava, abriram de uns dias pra cá, a gente demorava duas horas daqui pra BR (MORADORA RE6, 2017).

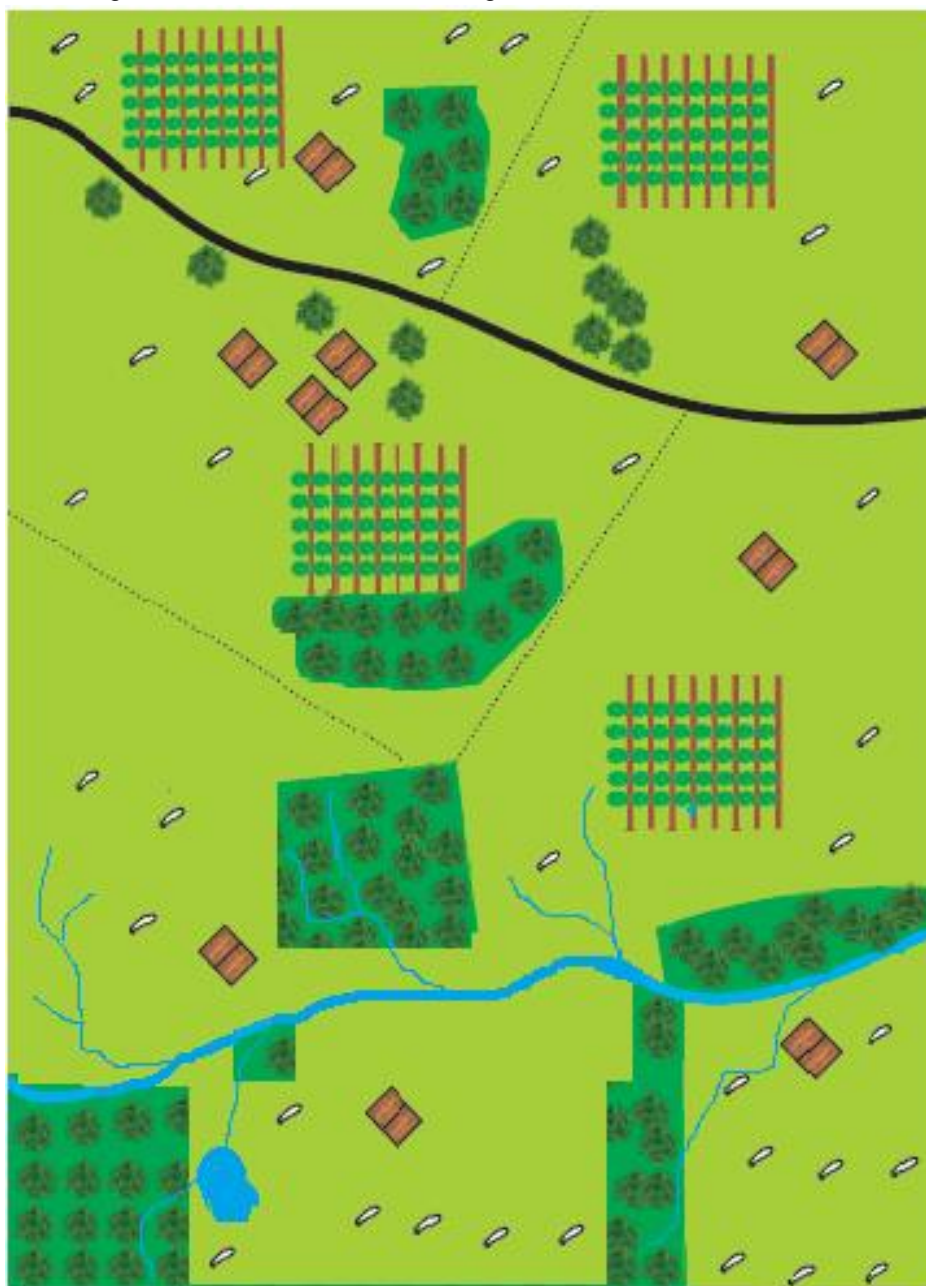
Essa dinâmica se expressa também de forma semelhante ao Seringal Nova Esperança. Tanto a vinda de pessoas de fora do local, que compram terras no interior do seringal, como o aumento de agregados contribuíram para o incremento populacional no local.

A população aqui aumentou bastante, os agregados abrindo um lugarzinho, pois tem que morar eles, quando vim morar aqui, aqui já foi de agregado, era do meu sogro, contava os lugares que moravam alguém, muito pouco, hoje tem muita casa [...] As pessoas se refugiam da cidade aqui, mais lá do outro lado chega muita gente de fora. Hoje tá difícil até pra arrumar trabalho

na zona rural, antigamente meu marido trabalhava com 18 piões colhendo arroz, hoje não pode fazer nada (MORADORA RE7, 2017).

Muitas pessoas do local vendem parte de suas terras para os parentes, amigos e conhecidos, no entanto, isso é irregular: *“tá clandestino [...] ai um tempo depois ele vai e vende outra parte, ai a colocação ficou pequena e revende tudo”* (MORADOR RE5, 2017). Essa dinâmica relacionada ao processo de subdivisão da área com agregados é observada na Figura 52.

Figura 52 – Estrutura de um seringal não tradicional na atualidade



Legenda

- Vegetação
- Pasto
- Plantação

- Rio
- Ramal principal
- Açude

- Residência

Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Nota: Organizado pelo Autor

Na margem direita do rio Acre, nos seringais Santa Fé e Nova Esperança, as áreas próximas ao rio são sujeitas a enchentes “*essa minha área tem 16 hectares [...] aqui alagou ano passado [2016] minha casa era aqui e mudei mais pra cima, aqui dá pra sair mesmo alagado*” (MORADOR RE10, 2017). Esse morador é um

daqueles que chegou ao local mais recentemente “*moro aqui 4, 5 anos, eu morava em Epitaciolândia, na cidade [...] Aqui eu estou feliz, muito melhor que na rua, mora eu e minha esposa*”. Esse morador é ribeirinho, mas não possui relação com o rio, assim como outros que moram a margem desse rio Acre.

A área delimitada no ZEE como Ribeirinha no município de Epitaciolândia:

[...] abrange ambas as margens do rio Acre, que percorre transversalmente o município, excetuando a área no interior da RESEX e uma pequena parcela no ponto de confluência entre as cidades de Epitaciolândia e Brasília. Em grande medida as margens do rio encontra-se antropizada por populações ribeirinhas ou por estabelecimentos rurais, que em muitos casos implantaram pastos inclusive nas áreas de APP. No entanto ocorrem também alguns fragmentos florestais nas áreas mais próximas à RESEX. Exceto a parcela de seu curso que esta incluída na RESEX, não há qualquer outra área de proteção que inclua o rio Acre no município. Legalmente apenas a sua APP lhe assegura um mínimo de proteção (ACRE, 2009, p. 99).

Assim, como mencionado, as áreas ribeirinhas da RECM enfrentam também problemas ambientais. Os impactos causam danos, sobretudo, ao leito do rio, deixando mais raso e mais propenso a enchentes.

A expansão e implantação de pastagem às margens do rio Acre, no município de Epitaciolândia, vem sendo uma alternativa. Isso pode evidenciar, de acordo com Acre (2009), que o processo produtivo e o modo de vida nesta área deixem de ter características de populações ribeirinhas, pois o modelo de ocupação que avança sobre as margens do rio, nivelando a organização da produção, é a agropecuária.

Nas margens do rio Acre há uma reduzida prática extrativista e pesqueira, essa última pela dificuldade de encontrar pescado em função do notável processo de degradação rio. Com isso se tem observado uma perceptível alteração no sistema ecológico na RECM. Pode-se dizer que a ocupação as margem do rio não ocorreu de forma a respeitar as condições ecológicas da APP e, muito menos, as características onde se encontra a RESEX. O passivo ambiental é grande no local e os moradores que vivem à margem do rio, em grande parte, não podem ser enquadrados na categoria de ribeirinhos tradicionais, pois não mantém mais a relação com o rio e seus recursos.

Essa dinâmica ocorre, em ambos os lados, com mais força na margem esquerda do rio Acre, que possui mais áreas pastagens, enquanto que na margem direita os mesmos problemas ocorrem, no entanto, de forma mais rarefeita. Nela

ainda se encontram ribeirinhos tradicionais lutando contra, aparentemente, a inevitável espoliação. Essa dinâmica é muito comum nos seringais que margeiam o rio, como o Santa Fé, Nova Esperança, Rubicon e até o Filipinas. A pastagem chegou às margens do rio.

No seringal Nova Esperança, Santa Fé e Rubicon a presença de ribeirinhos é cada vez mais escassa. *“Os Ribeirinhos, são esses que vivem no barranco do rio, esses tem sim, mas é muito pouco e os que têm nem pescam, porque o rio é ruim de peixe, eles criam gado, plantam, e vivem assim. Acho que a relação deles com rio é pouca”* (MORADOR RE14, 2017).

Ainda sobre o processo de ocupação, um morador do seringal Santa Fé destaca:

Aqui mudou muito, tanto aumentou muito a população quanto retalhou a área toda, tem gente vivendo em um hectare de terra. Não sei como a pessoa vive com um hectare de terra? A pessoa vive lá porque não tem outra opção, né?! Faz uma horta, um milhozinho, muito pouco, né?! Sempre tem área pra vender aqui dentro, se procurar acha... O valor depende do tamanho da área, mas eles falam 2, 3 mil o hectare [...] A maior parte das pessoas aqui vieram de fora da reserva [...] inclusive muitos vieram de fora do Acre. É a metade eu acho? (MORADOR RE11, 2017).

Observa-se que o processo de ocupação da RECM ao longo do tempo tornou-se um problema, pois descaracterizou totalmente os objetivos iniciais de criação da UC. As colocações já não existem mais no Seringal Santa Fé. *“Eu moro 40 anos aqui, quando entrou reserva eu já morava aqui [...] aqui mudou muito, porque aqui não tem como ser Reserva Chico Mendes, porque aqui não tem castanha, açaí, essas coisa, né?! Não tem mata [...] virou loteamento”* (MORADOR RE11, 2017).

Diversos moradores consideram que manter a área como reserva é ruim para eles, pois ser uma UC complica a vida de todos em função do processo constante de fiscalização do ICMBio. Esse é o caso de um dos moradores do Seringal Santa Fé:

Ai entrou essa reserva e o trem⁹⁹ complicou, porque a seringa não tem mais, era do que a gente tava vivendo, né?! Não tem mais porque derrubaram tudo, né?! Açaí, copaíba, nada não tem, né?! Ai digo pro senhor, derrubar, queimar [...] Nós não pode fazer porque é uma vida muito difícil que tá pra nós, né?! Muito difícil [...] (MORADOR RE11, 2017).

⁹⁹ Linguajar local que significa a coisa, a situação.

No Seringal Nova Esperança os moradores são provenientes de diferentes lugares, “os moradores uns são daqui, outros da cidade, outros filhos [agregados] moram aqui menos tempo e outros mais novos [...] Tem cara ai que não tem um ano” (MORADOR RE13, 2017). Ainda segundo este mesmo morador:

Aqui mudou assim, porque acho quando foi criada a reserva era pouco morador e hoje tem muito morador, deve ter agora 40 famílias [...] Não deve chegar a 2 mil hectares, minha área aqui deve ter uns 200 hectares... as áreas aqui dentro são de todo tamanho, tem gente aqui que tem até 2 hectares (MORADOR RE13, 2017).

O processo de loteamento na RECM é notório, especialmente em seringais próximos ao entorno (rios e estradas). Há a venda da terra em pedaços cada vez menores “*moro aqui dentro de 7 pra 8 anos, eu paguei aqui 25 mil [...] são aproximadamente 52 hectares [...] as áreas de cada um varia, 10, 2, 3, 100, 40 hectares*” [...] (MORADOR, RE14, 2017).

Concordando com o morador, o Gestor G7, relata que o Seringal Santa Fé possui entre 600 e 700 hectares de área, com uma população de aproximadamente 70 famílias. Essa dinâmica de adensamento ocorreu pela invasão, doação, compra e venda de terras.

O Gestor G1, afirma que a área da RECM é toda fatiada, principalmente do lado do rio onde passam os ramais da Torre e do Pereira, onde se encontra chácaras de vários tamanhos. “*O adensamento populacional em função do parcelamento das colocações, vem gente de todo lugar, gente da cidade para comprar uma chácara, tem gente que tem só uma chácara e deixa lá para tomar banho no rio, ir lá e só vai final de semana*” (GESTOR G1, 2017). Segundo informações dos moradores, há na área professores, policiais, agentes de saúde, entre outros. Estes querem possuir uma área de lazer para irem final de semana. Ainda de acordo com o mesmo gestor, isso ocorreu em função do órgão gestor fazer, muitas vezes, “vista grossa”.

Nessa direção de fiscalização, o Gestor G2 (2017) afirma:

Ninguém tem coragem de fazer nada [...] tu lembra quando a superintendência do IBAMA arrumamos desde Brasília do gabinete da presidência da republica, o comando militar da Amazônia, policia federal, ministério do meio ambiente, IBAMA, ICMBio, tudo, tudo, tudo pra fazer um pente fino dentro da reserva [...] Ocorreu o levantamento de quem é quem, pecuarista, de 100 cabeça, de 1000 cabeça, 2000 cabeças dentro da reserva, quem aluga o pasto da colocação [...] Quando chegou prontinho

pro ato para tirar tudo inclusive com força policial para quem não queria sair por bem, aí começaram a gritar, aí o governo do estado disse, não pode não, entrou a política no meio a não deixaram.

A fiscalização é notadamente muito importante para a conservação dos recursos da RECM, pois do contrario, pode gerar muitos conflitos internos. A fala do Gestor destaca com ênfase a falta de força política dos órgãos ambientais, em detrimento de empresários agropecuários e latifundiários da região, pois apesar do planejamento para retirada dos moradores ilegais, não foi possível efetivar a ação.

7.2 MULTIDIMENSIONALIDADE DO SISTEMA RESERVA EXTRATIVISTA

As características multidimensionais da Reserva Extrativista Chico Mendes são aprofundadas a seguir, articulando aspectos socioculturais, econômicos, político-administrativos e ecológicos.

e) Dimensão sociocultural

Nas questões relacionadas à dimensão sociocultural é relevante mencionar duas perspectivas. A primeira se relaciona aos seringais Porongaba, Povir e Filipinas, seringais estes que possuem características mais próximas dos objetivos de criação da RESEX ou do Plano de Manejo desta. A segunda se relaciona aos seringais Nova Esperança, Santa Fé e Rubicon, que apresentam características que estão mais afastadas dos objetivos de criação da RESEX ou do Plano de Manejo desta.

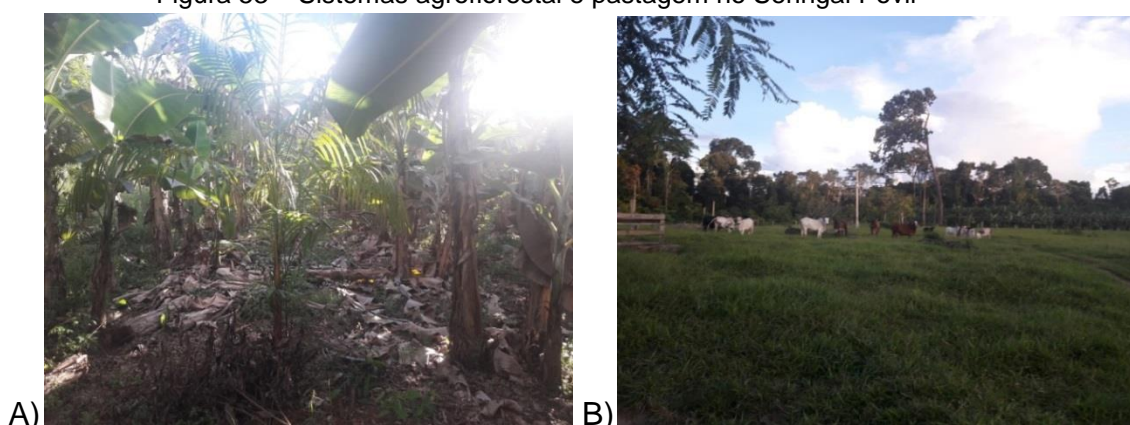
Na perspectiva dos seringais tradicionais, a cultura extrativista ainda é bem presente, pois encontramos muitos moradores com perfil de seringueiro e/ou similar, apesar de muitos não exercerem mais a atividade nos dias de hoje. Nesse sentido menciona o morador do Seringal Povir: *“eu me considero extrativista porque seringueiro eu não sou mais, então já fui desde 8, 9 anos e cortei até 4 anos atrás [...] me aposentei”* (MORADOR RE1, 2017). Da mesma forma, o morador do Seringal Filipinas relata: *“Eu me considero produtor agroextrativista, pois mexo com as duas coisas, extrativismo e produtor rural, feijão, arroz [...] a reserva extrativista é melhor mesmo”* (MORADOR, RE16, 2017).

Outro morador do Seringal Porongaba afirma ainda:

Eu me considero um produtor rural agroextrativista, pois trabalho com o extrativismo e a agricultura. Isso é justificado, pois cortava seringa com 12 a 16 anos [...] cortei pouco, hoje não corto porque as estradas estão fechadas principalmente [...] apesar de pouco vale a pena para complementar a renda (MORADOR RE3, 2017).

Os moradores são ainda aqueles mais tradicionais na RECM, mas essa situação vem sofrendo mudanças, pois as atividades e todo seu contexto mudam ao longo do tempo, perdendo-se muitas vezes a identidade. Nesse sentido, o Morador RE4 (2017) do Seringal Porongaba menciona: *“Eu me considero extrativista e um pouco agricultor, pois faço os dois e de tudo um pouco, cultivo a lavoura, exploro o açai, a castanha”*. Produz Sistemas Agroflorestais e cria gado (Figura 53). Tudo de forma totalmente dentro do contexto sustentável.

Figura 53 – Sistemas agroflorestal e pastagem no Seringal Povir



Fonte: Acervo do Autor (2017)

Nota: A) Sistemas Agroflorestais; B) Criação de gado.

Dessa forma, há sempre mudanças em relação a seus moradores, suas práticas e a área, por menores que sejam. Em relato o morador do Seringal Povir aponta que *“[...] naquele tempo o seringueiro era seringueiro mesmo, quase um índio, né?! Pra ele tudo era no seringal, pra ele era tudo ali [...] se alimentava e participava das coisas, ali [...] tudo era meio igual, hoje é meio diferente”* (MORADOR RE1, 2017). É notório que o seringueiro foi incorporando outras atividades, mesmo os mais tradicionais, no entanto, para alguns essas novas atividades mantiveram o respeito ao meio ambiente.

Considera-se que o extrativista, entre eles o seringueiro, possui em seu imaginário as histórias vividas e outras contadas, que para muitos são lendas. Elas passam de pai para filho no local, como relata um dos moradores do Seringal Povir

A gente escuta muita historia de visagem, caboquinho [protetor da floresta e dos animais], mas eu fico em cima do muro, nem digo sim e nem não, deixo quieto. Essas coisas da mata você sabe que tem alguém que cuida, né?! Para ter uma floresta bonita e organizada como essa tem alguém que cuida, tem que ter um cuidante (MORADOR RE1, 2017).

Com relação ao aspecto religioso, os moradores da RECM são, sobretudo, evangélicos da denominação Assembleia de Deus, seguido dos católicos, ambas as igrejas missionárias. Os obreiros das igrejas evangélicas são pessoas da comunidade que realizam vários cultos durante a semana. As festas na comunidade são, de modo geral, realizadas nas sedes das igrejas ou na sede da associação em datas comemorativas.

Nos seringais considerados não tradicionais, a cultura extrativista é pouco presente, dando lugar a uma cultura agrícola e, sobretudo, pecuarista. Isso é manifestado nas características de seus moradores, como é o caso no Seringal Rubicon: *“aqui dentro tem funcionários públicos, agricultores e pecuaristas”* (MORADORA RE7, 2017). Isso, apesar de alguns serem filhos de seringueiros ou ex-seringueiros: *“comecei cortar e cortei dos 12 aos 22 anos, depois não dava mais nada pra vive [...] eu me considero agricultor”* (MORADORA RE7, 2017).

É notório que a cultura tradicional não se manifesta como pensado originalmente para uma RESEX, até porque muitos dos moradores são oriundos de outros locais, com cultura não seringueira. Essa situação é relatada por um morador do Seringal Santa Fé:

Se assustamos muito quando chegamos aqui no Acre [...] tinha coisas que eram boa, mas outras não [...] Uma vez paramos pra quebrar um ouriço de castanha, e pufo no chão, pufo, pufo e nada. Ai o seringueiro veio nos ensinar a quebrar, foi meio difícil, mais eu gostei da região, da turma, seringueiro dos acreanos, nós se demos muito bem [...] eu não aprendi a contar seringa não, mas meus filhos sim. Eu ia com a espingarda e eles cortavam, eu tive 10 filhos, uns moram em Eptaciolândia, outros moram por aqui (MORADOR RE11, 2017).

Na RECM há problemas relacionados a atividades impactantes, como é mencionado por um morador do Seringal Nova Esperança: *“aqui de reserva só tem o nome, as características não tem não, mais é pecuária aqui [...] Aqui dentro o que mais se enquadra é pequeno agricultor”* (MORADOR RE14, 2017). Há, entretanto, até mesmo pequenos fazendeiros no interior da área.

Também nos seringais não tradicionais o aspecto religioso é bastante presente. A igreja evangélica é a mais difundida, juntamente com a católica. Os

seringais Santa Fé e Nova Esperança possuem mais evangélicos que católicos, no entanto, no Rubicon é mais igualmente distribuído o número de moradores que frequentam as respectivas igrejas.

As festas ocorrem de forma mais frequentemente do que nos tradicionais. No Seringal Rubicon, *“festa tem sempre, um piseiro [festa animada], faz um forro, chama um tocador da rua, ai se agrupa com pessoal, faz no barracão da associação, é divertido [...]”* (MORADORA RE6, 2017). No entanto as festas mais correntes são aquelas relacionadas às datas comemorativas.

Para muitos moradores a RECM tem atrapalhado o desenvolvimento do local, pois proíbe uma série de atividades, como a pecuária, embora ela esteja bastante presente. A pecuária acima do limite estabelecido na RESEX acaba sendo um problema, pois compromete a conservação da floresta e sua identidade.

Um aspecto em comum mencionado pelos moradores de ambas as modalidades de seringais, tradicionais e não tradicionais, está relacionado à perda da identidade dos descendentes, pois antes era um trabalho mais duro e difícil. Hoje de acordo com morador RE1 (2017) do Seringal Povir, *“o pessoal não quer pegar no cabo da inchada e da foice que a gente pegava, ate porque o negocio é estudar [...]”*. Com isso há a tendência de saída dos mais jovens do local. A possibilidade de estudar contribui para que o filho (a) dos moradores da RESEX Chico Mendes procurem outras possibilidades de vida, que não necessariamente dentro dos seringais.

Isto acaba por se tornar um dilema dentro da RECM, pois a população envelhece, muitos filhos saem e não voltam e as atividades, sobretudo, as sustentáveis como a coleta, param de ser desenvolvidas. Há uma diminuição daqueles que querem ficar no local. Segundo um morador do Seringal Porongaba: *“As pessoas não querem trabalhar mais tanto no pesado, pegar em cabo de inchada, foice [...] por isso querem sobreviver com vaca [...] copiar a vida alheia é muito ruim, e isso as pessoas fazem bastante”* (MORADOR, RE5, 2017).

Sobre a questão de saída de moradores e a mudança nas características socioculturais na RECM a Gestora G8 (2017) destaca:

[...] vamos pensar o agricultor que trabalhou a vida inteira num cabo de inchada, você acha que ele vai ter a mão fina? E essa facilidade de pegar um lápis, você acha que ele vai escrever muito? O trabalho dele foi braço e não foi mente. Então, quando você faz a escola, abre outras perspectivas que não é só a terra. O trabalho com a terra é um trabalho muito duro, por

isso se pensar: gado é uma atividade produtiva que não vai me trazer tanto trabalho quanto botar um roçado, entendeu?! O que realmente caracteriza aquela pessoa? Sua historia de vida ali? A cultura? Não é porque não tiro mais castanha que eu deixei de ser defensor da floresta, e posso ter meu pasto, entendeu?! Posso vender boi, vamos pensar o boi verde, vamos pensar agregar o selo [...] Nossa! É uma coisa inovadora e ai a gente pensar em olhar a realidade na forma como ela é, entendeu?! Gente! Vamos pensar nisso, a gente não consegue saber quantos bois tem por colocação, porque a gente esconde que tem boi, entendeu?! Se a gente assume que tem, a gente olha esse negocio, ai tenta ordenar a parada. Agora, oh, diz que é 30 hectares que tem que abrir e só pode ter 30 bois, a quem você tá querendo enganar botando um regimento desse e não dialogando com a realidade. Não é que você vai abrir e escancarar o negócio, entendeu?! Mas você vai dialogar com eles. Ai a gente ve um choque de realidade, de entender a cultura como coisa dinâmica. A gente fica chocado, porque o seringueiro, o extrativista que lutou com Chico Mendes, é aquele cara que..., sabe?! Acorda 4 horas da manhã para passar nas árvores, coletar, tirar, vender a nove reais o negocio, trabalhou o dia todo, danificou a sua saúde [...]. No molde antigo de fazer, acabou com a saúde, por causa daquela fumaça toxica pra cacete. Isso é dignidade? Não sei se é [...] Isso que tem que ser pro resto da vida? Não sei também [...] Todos querem melhorar de vida e melhorar de vida é ter conforto, a vista da sociedade que a gente vive, entendeu?! Quem quer ficar levando picada de pium a vida inteira? Uma coisa é você ir como turista, outra coisa é no dia a dia cara. Quem quer ficar sem ter acesso aos bens da eletricidade? Entendeu? Quem que ficar ilhado na época de chuva porque o ramal chega até o joelho quando você vai andar no bicho? Ninguém, entendeu?! Então isso é dignidade. Não é questão de dinheiro, é questão de você ter acesso a confortos de quem tá na cidade. E fácil falar que aquele coitado lá não deve ter acesso a todas essas coisas, acho muito fácil falar dessas coisas dentro de um gabinete, escrever e fazer leis, entendeu?!

Essa gestora destaca muitos anseios que correspondem a de muitos moradores da RECM, no entanto, algumas das colocações devem ser discutidas:

a) Primeiramente a relacionada à mudança de perfil dos agregados, pois dependendo da idade e do acesso ao conhecimento, muitos não possuem o interesse em desenvolver atividade agrícola que demande exclusividade de tempo, ficando na dependência de mercado consumidor a ser alcançado, diferente, por exemplo, se for agricultura de subsistência. Assim, migrar para a pecuária acaba sendo um caminho mais curto.

b) Em segundo lugar, a pecuária não é proibida, no entanto, deve ser controlada, pois o local é uma UC e não uma fazenda de gado. Se não houver controle, é nisso que se transformará. O dialogo é sempre muito importante.

c) Em terceiro, tem-se ainda a cultura, que perpassa por símbolos e signos, bem como, pelo subjetivo no individuo. A perspectiva cultural é passiva de mudança,

ela se desenvolve ao longo da vida, das práticas e relações sociais. Dessa forma, acredita-se que os seringueiros mudam suas atividades cotidianas à medida que desenvolvem outras atividades econômicas em seu território, essas impulsionadas pelo mercado. Assim, é notório observar seringueiros sob várias atividades e não mais somente o extrativismo. Apesar dessa circunstância, a essência permanece a mesma e é a de seringueiro, pois há, sobretudo, o respeito pelo ambiente em que se vive. Não há nenhum mal no conforto do seringueiro, alias a qualidade de vida é fundamental para que ele respeite e permaneça no local.

Para Franco e Löwen Sahr (2019), os fatores exógenos de apropriação do espaço levam a impactos ambientais e a profundas modificações no modo de vida. Todavia, mudanças podem e precisa ocorrer, sobretudo, se melhorarem a qualidade de vida dos moradores. Essa dinâmica é, muitas vezes, impulsionada pela dimensão econômica.

f) Dimensão econômica

A RECM possui uma grande diversidade de atividades econômicas e nem todas elas seguem indicativos sustentáveis. As atividades econômicas em uma UC devem seguir os padrões estabelecidos pelo Plano de Manejo. Dessa forma, atividades agropecuárias e extrativistas, entre outras, podem conviver desde que com respeito às normas e diretrizes estabelecidas.

Para contribuir com o fomento da economia na RECM o poder público criou e desenvolve, com o apoio de organizações não governamentais, o Plano de Desenvolvimento Comunitário¹⁰⁰ (PDC). O PDC, em parceria com a comunidade, potencializa a atividade econômica mais compatível ao local levando em consideração o perfil de sua comunidade. Com esse Plano, os moradores da reserva já foram beneficiados com galinheiro, animais (galinhas, por exemplo), mudas e sementes.

Entretanto, apesar de o PDC ser um instrumento importante, de acordo com os moradores ele teve problemas, entre os quais: *“veio muito dinheiro, era tudo no nosso nome, nome do produtor, mas só uma parte chegou [...] a gente pediu um tipo de feijão, mas mandam outro pra planta [...] só Deus na causa”* (MORADOR RE2,

¹⁰⁰ Instrumento de planejamento que visa levantar expectativa e necessidade de certa comunidade viabilizando potencial desenvolvimento a mesma.

2017). Essa questão varia de um seringal para outro, pois em alguns o PDC deu certo, mas em outros não. Nesse sentido como em toda discussão, os seringais tradicionais e não tradicionais possuem características econômicas diferenciadas.

Nos seringais tradicionais há uma tendência de diversificação das atividades econômicas, pois ampliam as fontes de renda baseadas na economia sustentável. O Gestor G1, afirma que os seringueiros mais tradicionais sobrevivem com variadas atividades, tais como: extrativismo, Sistema Agroflorestal – espécies madeireiras e frutíferas, florestas plantadas - bananal, cacau, etc. – açude e pequeno pasto. Os seringueiros fazem parte, hoje, de um segmento de produtores familiares que apresentam uma economia diversificada baseada em atividades agrícolas, florestais, extrativas e de coleta, prestando, dessa forma, importantes serviços ambientais (ALLEGRETTI, 2002, p. 31). Assim possuem uma economia baseada no agroextrativismo e criação de animais dentro do limite estabelecido pelo Plano de Manejo.

A criação de animais é bastante comum, pois serve, sobretudo, para alimentação dos moradores locais. Entre os principais rebanhos estão galináceos, suínos e gado. No Seringal Porongaba um morador relata: *“Tenho criação de galinha, porco, gado ainda não to tendo, mas tenho interesse de criar um gado [...] O pasto que nós temos lá é aberto, deve ter uns 15 hectares por lá”* (MORADOR RE4, 2017). Outro morador do Seringal Povir destaca: *“Eu só conto com galinha, não tenho nenhuma cabeça de gado, quem tem é meu filho, mas eu não quero me envolver com isso, meu pasto é o mesmo de quando eu cheguei”* (MORADOR RE1, 2017).

O gado é criado em determinados seringais com mais controle do que em outros, onde não se controla a entrada. No caso do Seringal Porongaba o morador afirma que:

A gente tem 2 vaquinhas pra consumo mesmo [...] aqui o pessoal vende por peso mesmo, a carne é 7,00 reais o kilo do boi vivo [...] bezerro desmamado tá em média 750,00 e a bezerra 550,00 [...] O mercado gado eu gosto de reparar, sempre valorizado [...] O gado do extrativista não é de qualidade, já do fazendeiro o bicho de primeira (MORADOR RE5, 2017).

Há muitos moradores, entretanto, que desenvolvem a atividade pecuária sem controle, o que pode causar sérios danos. Nessa perspectiva a Gestora G11, destaca: *“um dos problemas que estamos enfrentando na RECM é com a expansão*

desordenada do boi, pois muitos moradores não respeitam a área e os outros moradores que criam dentro do limite” (GESTORA G11, 2017).

O boi é importante na área, mas o respeito é determinante também para o equilíbrio ecológico e social da área. O morador do Seringal Povir relata a importância do gado pela sua liquidez no mercado:

O gado a gente não pode criar, tem um limite até 15 cabeças de gado, 30 cabeça de gado. Hoje o que salva a pátria, querendo ou não, é o gado. Se você adoecer você vai na cidade e diz tenho 5 cabeças de gado, vai lá, o cara vem aqui e pega [...] Como você sara seu filho, sua mulher? Eu precisei de 10 mil pra me tratar, peguei do meu pai e vendi e me tratei [...] Aqui, graças a Deus, é nossa poupança, é o gado que segura nossas pontas (MORADOR RE2, 2017).

A moradora do Seringal Filipinas conta: *“o gado é uma fonte de renda extra que dar para vender quando um parente adoecer”* (MORADORA RE17, 2017). O gado é, portanto, uma fonte de renda relevante aos moradores, pois quando precisam é fácil de vender. O morador do Seringal Porongaba conta: *“eu tinha umas cabeça gado, mas vendi umas 20, porque tinha que reformar o pasto, mas vou ver se pego mais, o preço tá razoável, tá bom”* (MORADOR RE4, 2017).

Isso demonstra que ao contrário do que muitos pensam a atividade pecuarista pode ser desenvolvida de forma equilibrada no interior da RECM em todos os seringais.

A agricultura é desenvolvida a partir de roçados com a tradicional derruba-corte-queima, prática tradicional em toda a região. O Gestor G2 destaca que o produtor na região não se capitalizou e muito menos se modernizou. Isso poderia ter melhorado a produtividade local. A agricultura de subsistência é a mais difundida entre os moradores do RECM. Eles possuem uma diversificação alimentar com milho, arroz, feijão, macaxeira, banana, galinha e porco.

Um morador do Seringal Porongaba relata: *“[...] produzo banana, mandioca, lavoura em geral, por enquanto é mais pra consumo próprio, porque o que eu mais plantei foi banana, mas o ramal não deu acesso para a cidade e não tinha como tirar [...] muito difícil, não consegui tirar e estragou”* (MORADOR RE4, 2017).

Ele continua o relato:

Se você ver o tanto de banana que perdi, se tivesse acesso, trazia um porco, uma galinha, produção de macaxeira pra vender [...] Perdi uns 400 cachos de banana, não tinha o que fazer, demos pra vizinhança pegar de carroça, isso só a banana, ai vem a mandioca, abacaxi, muitas coisas. Se tivesse um ramal, pagava um frete [...] (MORADOR RE4, 2017).

Os moradores produzem roçado para consumo, feijão, milho, arroz e mandioca. Há alguns produtores que trabalham com terra mecanizada, mas isso depende do acesso ao local. A prefeitura repassa o maquinário pra fazer as plantações. Quando há excedente na produção os moradores, dentro do possível, levam para a cidade para venda nos comércios locais. Os coletores não participam da feira livre, só os produtores rurais.

O produto mais comercializado é a banana e a farinha de mandioca produzida nos seringais. De acordo com os moradores, muitas vezes o frete é pago por eles mesmos, com isso não compensa levar a produção aos núcleos urbanos. Os moradores relatam que a banana é vendida por uma média de 10 reais o cacho e é possível arrecadar até 10 mil reais por ano com a venda dela.

No que diz respeito ao extrativismo, a castanha é o principal produto no local. No entanto, tem outros produtos como açaí, bacaba, patauí, entre outras. O Morador RE16 do Seringal Filipinas destaca que tira em média 50 latas de castanha, pois a produção no ano de 2017 caiu bastante, nos anos anteriores foram cerca de 100 latas. Do mesmo modo o Morador RE5 (2017) do Seringal Porongaba, concordou com o morador anterior, afirmando que: *“esse ano a castanha não foi boa não, muito baixo, mais contando 2016 foi 100 latas, esse ano foi 30 [...] a nossa irmã tira 350 latas, esse ano foi 140 latas, pra resumir uma média de redução de 70% [...]”*.

Acerca da queda de produção das castanheiras, o morador RE1 (2017) do Seringal Povir afirma que: *“Esse ano [2017] teve pouca castanha, dizem que o preço tá 120 reais a lata, o pessoal descobriu o benefício da castanha [...] nesse próximo ano vai dá muita castanha, as castanheiras tão muito floridas”*. O morador exagerou no valor mencionado acerca da castanha, pois foi apurado que o valor estava em média R\$ 90,00 a lata de 18 litros. A tendência era de que as castanheiras produzissem mais que no ano de 2017, evento que de fato ocorreu em 2018, no entanto, o valor de mercado caiu. De acordo com os moradores, se o preço tivesse mantido o mesmo valor de 2017, eles tinham conseguido um bom ganho.

Da mesma forma, o Gestor corrobora com a afirmação destacando: *“Esse ano a produção baixou demais, não florou direito a castanheira, não deu castanha, mas ninguém conseguiu identificar o que houve, mas acredito que foi falta de água, pois choveu pouco”* (GESTOR G3, 2017).

O extrativismo nos seringais ocorre de forma a contribuir diretamente com a renda dos moradores. Além da castanha, há ainda o açaí, que possui em média um valor de 25 reais a lada de 18 litros. Um morador do Seringal Povir relata:

Tenho um roçado cheio de açaí, seringueira e castanha, e ainda melancia, que é outra renda boa [...] Se açaí der certo, daqui a 5 anos isso vai dar dinheiro, pois isso é coisa que dá dinheiro [...] Aqui tem pouca copaíba, é terra tipo tabatinga, lá no ramal 59 tem muita copaíba (MORADOR RE1, 2017).

O açaí é plantado no local através de Sistemas Agroflorestais, ou seja, com outras espécies como banana, castanheira e seringueira. Geralmente o tamanho da área plantada corresponde a 1 hectare, no entanto encontra-se também o açaí nativo no interior da floresta. Dependendo da localização da área, há produção de outras palmeiras como a bacaba, patauá e buriti, porém em menor quantidade. O problema relacionado ao açaí é exatamente a coleta, isso em função da altura atingida pelos cachos do fruto.

Ainda acerca da economia da castanha, de acordo com um morador do Seringal Povir, *“tem muita gente que tem que tirar castanha aqui: 250, 280 latas, mas se somar tudo tem umas 700, 800 latas de castanha”* (MORADOR RE1, 2017). A castanha possui muita relevância no local:

Aqui na reserva a gente financia alguma coisa (banana), por exemplo, e paga com castanha e, muitas vezes, isso conta com banana e não tem banana, tem castanha. Mas, para fazer isso tem que ter uma estimativa para financiar de acordo com a produção [...] poderia fazer isso com a seringa, açaí, copaíba, jatobá (MORADOR RE1, 2017).

A castanha serve inclusive para realizar financiamento, mas para isso ocorrer é necessário organização e estruturação da área, coisa que não ocorreu em todas as colocações, apesar de parte dos moradores viverem quase exclusivamente do extrativismo.

Um morador do Seringal Porongaba destaca: *“Vivo da lavoura, castanha (tiro umas 400 latas) só não estou mexendo com seringa lá [...] Seringa ninguém mexe no momento, mas tem se quiser trabalhar”* (MORADOR RE4, 2017). A borracha é pouco explorada, pois é desvalorizada no mercado. É possível encontrar um ou outro com estrada de seringa aberta e produzindo.

Dessa forma, a maior parte dos moradores não corta seringa para produção da borracha. Um morador do Seringal Povir, destaca:

Não corto mais seringa, mais aqui tem boas estradas de seringa, não dá pra sobreviver cortando, pois o preço é baixo [...] Antigamente chegava a 7 reais o kg da borracha na Cooperacre [Cooperativa do Acre], 4 anos atrás vendia o látex pra fabrica de preservativo, mas teve uns atrasos e a gente foi deixando, até que deixamos pra lá. Não cortamos mais, porque se cortar só dá pra ter um roçadinho pequeno e se atrasar o dinheiro ele passava fome, então deixei de cortar, então atrapalha muito (MORADOR RE1, 2017).

O morador faz menção à fábrica de preservativos, que incentivava a produção do látex pelos moradores da RECM. Os atrasos no pagamento e, posteriormente, sua falência fez com que a produção dentro dos seringais do local praticamente desaparecesse. Outro fator que contribui foi o pouco incentivo, os subsídios não convencem a prática da atividade. Segundo os moradores, um bom subsídio à borracha aliado a um bom preço final poderia segurar as pessoas dentro da floresta.

De acordo com os moradores dos seringais da RECM, o poder público deveria apoiar mais o extrativismo em geral, sobretudo da borracha, para que se tivesse mais uma possibilidade de renda. Um morador do Seringal Porongaba argumenta sobre essa perspectiva:

O governo tem que dar mais um apoio para o extrativista [...] se tivesse mais apoio dava pra cortar, se fosse cortar seringa aqui dava pra tirar 150 kg ou 900 reais, mas tem outras atividades, se for só cortar não faz roçado [agricultura] tem que cortar 4 dias pra da tempo pras outras coisas, pois cortando 16 dias por mês deve dá pra se manter [...] (MORADOR, RE5, 2017).

Os seringueiros, pelo menos, nos seringais visitados se quiserem podem desenvolver a Folha Defumada Líquida – FDL, uma técnica de produção de borracha destinada, entre outros, à produção de calçados, bem como Cernambi Virgem Prensado – CVP, técnica de produção de borracha destinada principalmente à produção de pneus, bem como o látex líquido, técnica menos agressiva que a produção de borracha antiga nos seringais.

Papel preponderante no extrativismo da castanha pode ser atribuído ao cooperativismo na região. As pequenas cooperativas são filiadas a Cooperacre, que recolhe, industrializa e vende. Essa dinâmica torna o preço mais justo para a comunidade como relata o morador do Seringal Porongaba:

O trabalho torna a produção da castanha ser boa de preço, hoje tá pagando 70 reais a lata [média de preço em 2017], pois foi um ano ruim de produção.

A Cooperacre tira os custos e as sobras divide entre os produtores associados [...] por isso agrega o valor e torna-se um bom valor... (MORADOR RE5, 2017).

A cooperativa é, portanto, um parceiro muito importante para os associados, principalmente porque acabou com a figura do atravessador¹⁰¹ que pagava um preço abaixo do mercado.

Com relação a financiamento, as áreas no interior da RECM possuem certo apoio do poder público. Isso destaca um morador do Seringal Filipinas:

Temos acesso a financiamento, peguei PRODEX [Programa de Desenvolvimento do Extrativismo]. Na época a gente pegava recurso pra plantar café e custeio pra castanha e seringa, borracha [...] e caia recursos para comprar material pra quebrar castanha e um ano depois pagava o custeio para o BASA. Além desse, fiz credito emergência 2011/2012 para as pessoas que foram alagadas suas áreas, financiamento para as pessoas que perderam a produção, era até 12 mil reais para plantar banana, fazer cerca, curral. Tem muito produtor que fez esse financiamento, aqui na reserva não tem o PAA. Já recebemos reunião para ter acesso, mas não conheço ninguém que fez não, nos polos e assentamentos tem (MORADOR RE16, 2017)

Outras fontes alternativas de renda nos seringais são a piscicultura e a apicultura. A criação de peixes e abelhas tem apoio do poder público estadual e municipal, desde a capacitação até o financiamento. Mas a atividade é muito incipiente no interior dos seringais abordados.

Há também moradores que recebem aposentadoria, bolsa família¹⁰² e bolsa verde¹⁰³. Estas duas modalidades de bolsa são programas de transferência direta de renda do governo federal, direcionados às famílias em situação de pobreza. O bolsa família busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. O bolsa verde funciona como um incentivo a comunidades que vivem em áreas de relevância para a conservação ambiental para que estas continuem usando, de forma sustentável, os territórios onde vivem.

De forma geral, os seringais tradicionais possuem um importante potencial econômico para se viver dignamente, como menciona o morador do Seringal Porongaba:

Um produtor fazendo mil reais por mês, tendo feijão, arroz, farinha, galinha, porco e umas 20 cabeças de gado, açude [...] Ele vive muito bem, não

¹⁰¹ Indivíduo que compra um produto por um preço abaixo do mercado e revende por um valor mais caro, prejudicando aquele que produz.

¹⁰² Para maiores detalhes ver <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/paginas/default.aspx>.

¹⁰³ Para maiores detalhes ver <http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde.html>.

precisa acabar com a natureza, mas se pensar em acumular, ai não dá [...] constrói muito e não usa ai deixa só a derrota pros outros e pra natureza (MORADOR RE5, 2017).

Essa manifestação econômica materializa-se nos seringais tradicionais pelas suas características extrativistas, diferente, por exemplo, dos seringais não tradicionais, que possuem uma economia baseada, sobretudo, na agropecuária.

Nos seringais não tradicionais, a agropecuária é a principal fonte econômica, apesar de o extrativismo ser explorado de forma incipientemente, pois existe rarefeita vegetação.

A agricultura é baseada na plantação de hortaliças, frutas, leguminosas e cereais. A maior parte da produção destina-se para consumo de subsistência e venda no mercado. Importante mencionar que os moradores do Seringal Santa Fé vendem seus produtos na feira-livre, duas vezes por semana, na cidade de Epitaciolândia.

Se plantar um pé de alface vende na feira, manga, graviola, galinha, porco [...] 90% são bolivianos, eles mandam pra fora [...] todo mês tem que produzir pelo menos 5 toneladas de banana, do jeito que chega vende [...] o queijo também é muito que produz, são 10 reais o kg (MORADOR RE8, 2017).

É relevante mencionar que aqueles que plantam geralmente produzem pelo menos um tipo de lavoura. Para complementar a alimentação eles precisam se deslocar até a cidade. Segundo uma moradora do Seringal Rubicon, *“temos que comprar tudo, galinha, arroz, milho, feijão [...] porque não pode tirar nada, nem uma vara da mata para plantar”* (MORADORA RE7, 2017). Apesar da fala desse morador, de acordo com o Plano de Manejo é possível a formação de roçado para plantação.

Os moradores reclamam da falta de apoio para arar a terra, no entanto como está é uma RESEX, isso não é possível. Eles se queixam ainda dos valores cobrados pelo frete dos produtos que são levados para a feira: *“esse caminho pra vir agora aqui é 120 reais, o frete até aqui dentro, se for pra um é 120, se for pra muito divide [...] amanhã ele cobra por cacho de banana, 1 real por cacho e 10 reais a passagem por pessoa”* (MORADOR RE12, 2017).

Relevante plantação no Seringal Povir é a macaxeira, a qual é utilizada para a produção de farinha.

Nossa vida é farinha, [...] financiamos uma casa de farinha, falta duas parcelas para pagar [ano de 2017]. A gente vende na rua, na cidade [...] a

farinha esses dias estamos vendendo de 3,50, 3,0 reais o quilo, dando aproximadamente 180 reais [...] Mas todos se envolvem na produção da farinha, o preço cai e fica difícil. Produzimos aqui com dificuldade, pois quase não tem ajuda de ninguém, pedimos embalador, mas não chega nada (MORADOR RE2, 2017).

De acordo com os moradores, a produção da farinha é realizada pelas famílias e a produção possui boa venda na cidade. Isso ocorre em função da venda aos bolivianos, que compram os produtos brasileiros na cidade de Epitaciolândia. Os bolivianos são considerados consumidores de extrema importância, pois são eles que viabilizam a venda da produção. No entanto, tem-se consciência de que eles exercem o papel de atravessadores, pois compram os produtos por um preço baixo no Brasil e levam para a cidade de Cobija e, dessa cidade, para outras maiores da Bolívia, praticando preços mais elevados.

O extrativismo é pouco explorado, a maioria não possui, no entanto existem moradores que retiram castanha da floresta, como é o caso no Seringal Povir: *“temos muitas castanheiras aqui, tiramos 300 latas, 250 latas, mas esse ano foi geral, ela caiu muito em lugar que dava 100 deu 10 e outros nem deu”* (MORADOR RE2, 2017).

Os moradores afirmam que se fossem viver do extrativismo estaria difícil à situação, pois o que ganham com essa atividade não dá para fazer uma feira. Não tem quase castanheiras e, muito menos, seringueira no Seringal Rubicon.

Pra fora, pra quem não conhece é o extrativista que vive melhor. Pra eles lá [de fora do local], pensam que nós recebemos os recursos que vêm. Você pesquisa nos bancos os recursos que vem do estrangeiro pra reserva extrativista, ai eles compram os carros traçados pra entrar aqui, pra limitar a gente, fiscalizar pra não fazer o desmate, esse é o controle que eles dão pra gente. Nós não precisa disso, mas a gente precisa de alternativa [...] é complicado, tá muito complicado (MORADORA RE6, 2017).

A moradora menciona que a quantidade de recursos para incentivar o extrativismo é grande, mas nos seringais que vivem não chegam os recursos e nem apoiam esse tipo de atividade econômica. Aliás, no Seringal Nova Esperança: *“não existe mais o extrativismo, castanha, seringa, isso não tem aqui nessa área [...] o apoio que nós queremos é esse de mostrar que aqui ninguém consegue viver do extrativismo [...]”* (MORADORA RE15, 2017).

A mesma moradora continua e menciona: *“vários órgãos fizeram e fazem pesquisa, só a pecuária e a agricultura é viável economicamente aqui [...] mas, a gente não pode colocar 2, 3 hectares de roçado, que vem bater em cima pra multar”*

(MORADORA RE15, 2017). As multas são frequentes no local, mas isso ocorre devido a área ser uma UC e por dever seguir determinados padrões de conservação.

Um fator que dificulta a economia do local é a falta de estrutura dos ramais, principalmente quando chove. Outra dificuldade é o tamanho dos lotes, pois são pequenos para a produção agrícola, extrativista e/ou criação de rebanhos. No Seringal Santa Fé *“não dá pra sobreviver 5 famílias com 2 hectares [...] 2 hectares dá 50, 60 sacos de arroz, não dá pra multiplicar pra 5 famílias, cada família tem lá 2 ou 3 filhos, quando é que o cara come?”* (MORADOR RE12, 2017).

Nesse contexto, os moradores justificam a importância da criação de animais, sobretudo a pecuária. A criação de pequenos animais é importante, pois contribuiu para alimentar os moradores e ainda para gerar renda. Os moradores criam galinhas caipiras, estas servem para alimentação dos mesmos e para venda. Outros animais também são encontrados nas propriedades, como é o caso dos porcos e patos.

A criação de bovino tem destaque no Seringal Rubicon. *“O gado é forte aqui dentro, tenho umas 40 cabeças, mas tem gente que tem muita [...] 200, 300 cabeças”* (MORADOR RE2, 2017). A criação ocorre, de fato, com muita veemência no local. Praticamente todos ali possuem seu rebanho (Figura 54), obviamente que o tamanho deste é variável.

Figuras 54 – Criação de gado de corte e pastagem no seringal Rubicon



Fonte: Acervo do Autor (2017).

Nota: A) Gado nelore; B) Pastagem.

O rebanho leiteiro é expressivo na RECM, pois as famílias produzem queijo para vender no núcleo urbano de Epitaciolândia. O leite tem uma dinâmica

importante na economia local, pois é matéria prima fundamental para produção de queijo.

De acordo com os moradores, há empreendedorismo no Seringal Nova Esperança. Este pode contribuir diretamente para o aumento da renda de outros locais adjacentes, incentivando também neles a produção.

Tem um projeto de um microempresário que estamos torcendo pro negócio ir pra frente, pra gente entregar o leite pra ele, que é melhor que fazer o queijo, porque o queijo, é assim, tem vez que o preço tá bom, mas tem época que o queijo tá baixo (MORADORA RE15, 2017).

O preço fixo facilita a venda e programação dos moradores com relação à renda. Assim como o rebanho leiteiro, o rebanho de corte é importante no Seringal Nova Esperança. *“Aqui a economia de todo mundo é gado, porque é o que tem melhor pra trabalhar [...] os moradores que não tem gado querem ter”* (MORADOR RE13, 2017).

Um morador do Seringal Santa Fé relata: *“[...] Ele é nossa poupança! Em uma emergência vendemos o boi vivo, um garrote [boi desmamado] há 600 reais, [...] vaca a gente tem umas 30, a gente vende a base de 5, 6 vacas ano”* (MORADOR RE10, 2017). Ele destaca ainda: *“eu crio umas vaquinhas aqui, tenho umas 13 misturado (vaca, boi de carroça, garrotinho). Quando o cara tá meio apertado ele desafoga, vende, né?!”*.

Nesse sentido, o Gestor G5 (2017) menciona que *“o gado não é o vilão dessa história”*, pelo contrário, trata-se de uma fonte de renda mais rápida e mais fácil. Quando o seringueiro precisa urgentemente de um recurso, como por exemplo, pra tratar de um assunto relacionado à saúde ou bem estar, ele o consegue rapidamente com a venda do animal.

Com relação ao gado, o que predomina no local é o gado branco nelore. Esse gado é de boa qualidade e possui um bom valor de mercado, no entanto, com a operação da Polícia Federal denominada Carne Franca¹⁰⁴ no ano de 2017 os valores sofreram baixa. Segundo um morador do Seringal Nova Esperança: *“Antes a arroba chegava 130, hoje não chega 120 [...] um bezerro que a gente vendia a 900 reais, o bezerro hoje eles querem dar 600 reais”* (MORADOR RE13, 2017).

¹⁰⁴ Operação deflagrada pela Polícia Federal que investigou as maiores empresas do ramo acusadas de adulterar a carne que vendiam no mercado.

Apesar da baixa dos preços da arroba, acredita-se em uma nova alta dos preços. Há um comércio ativo no interior da RECM, contribuindo para entrada de compradores de gado nos seringais Rubicon, Santa Fé e Nova Esperança. O tamanho exato do rebanho é difícil de saber, pois se trata de uma atividade ilegal quando ocorre acima do recomendado pelo Plano de Manejo. Os próprios moradores são conscientes de que a dinâmica pecuarista interfere diretamente na forma como a área é utilizada.

A base econômica da RECM é o queijo, farinha e, sobretudo, a venda do gado. De acordo com Gestor G7 (2017):

Na margem da estrada as pessoas tem melhor qualidade de vida, vivem melhor mesmo, é tudo desmatado, aqueles que lutam com pecuária tem melhor acesso. Lidar com gado é mais lucrativo, então eles sempre estão na frente, as áreas não são tão grandes, são 50 hectares, 100 hectares, mas são valiosas, pois tem campo e boi. Vendem pro frigorífico, matador em Rio Branco e vende vaca por aqui mesmo. Quem tem uma terra menor cria vaca e vende bezerro pro criador do boi, né?!

A afirmação do Gestor é verdadeira, principalmente para os médios e grandes pecuaristas, que possuem capital para comprar pelo preço que quiserem (preço mais baixo) e obterem lucro. O mesmo não vale para o pequeno, que não possui autonomia e vende o boi, muitas vezes, por um valor abaixo do mercado. Na verdade, a terra se torna mais valorizada por possuir melhor acesso aos ramais e rodovia. A valorização da terra pelo seu acesso e por possuir pasto remonta a visão equivocada da ocupação pretérita da Amazônia pelos militares – árvore em pé atraso, e árvore cortada, progresso.

No RECM há ainda outras formas de recebimento de renda dos moradores, como a bolsa família e, mais timidamente, a piscicultura. Há também aqueles que são diaristas nas fazendas próximas aos seringais. Esses são moradores do local que recebem em espécie ou animal vivo por seus serviços nas fazendas (fazendo cerca, curral, etc.). Uma questão relevante é o recebimento do serviço com animal vivo, algo comum na região, pois possui um mercado forte na compra e venda. Essa prática incentiva a pecuária na área.

Há ainda aqueles que são funcionários públicos, como é o caso de uma moradora do Seringal Rubicon: *“sou funcionária pública, quem ganha seu salario tem esperança que vai comprar, mas quem não tem?!”* (MORADORA RE7, 2017). A moradora esboça, assim, a dificuldade de sobreviver na RECM. O local, entretanto,

possui uma economia diferenciada da daqueles seringais tradicionais, onde a realidade é ainda mais dura.

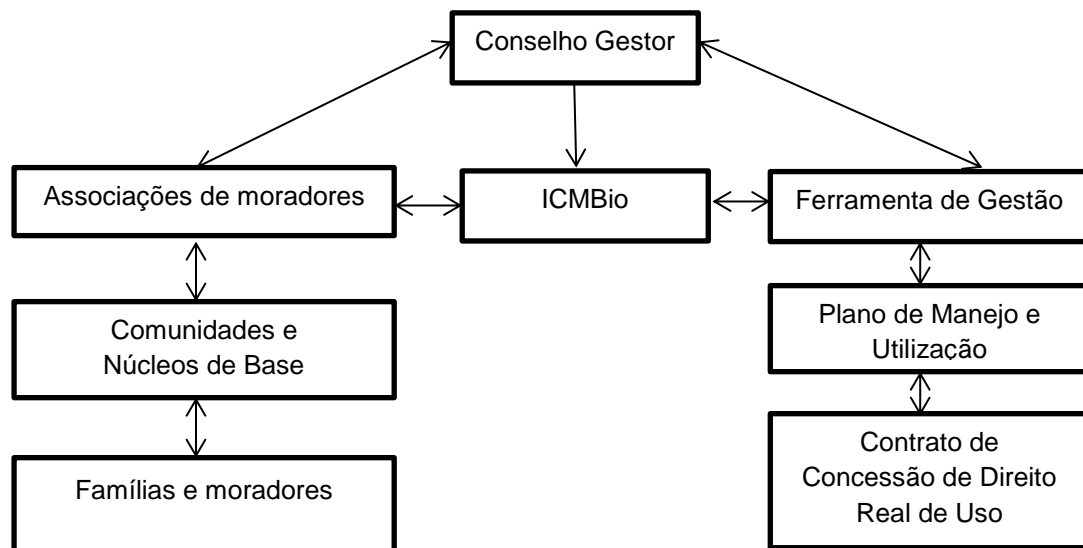
g) Dimensão política-administrativa

Nessa dimensão discutem-se as características políticas-administrativas da RECM, enquanto uma UC gerenciada pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) em conjunto com as Associações de Moradores da mesma.

A RECM, criada na década de 1990, foi gerida inicialmente pelo IBAMA, pois o ICMBio foi criado apenas em 2007. Dentro da estrutura do IBAMA criou-se em 1992 o Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), que mais tarde passou a ser vinculado ao ICMBio. Paralelo a essa estrutura de gestão governamental, criou-se a Associação de Moradores Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Brasília e Epitaciolândia (AMOPREBE) em 1994 como nome de AMOREB.

Uma característica importante no interior da RECM é a gestão compartilhada entre os envolvidos, gestores e moradores, que se encontram representados no Conselho Deliberativo (Figura 55).

Figura 55 – Estrutura organizacional da gestão na RECM



Fonte: Adaptado de WWF (2015).
Nota: Organizado pelo Autor

Os moradores se fazem representar na estrutura organizacional da gestão através de associações. Na RECM existe uma associação para cada município

integrante: Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Assis Brasil – AMOPREAB; Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Capixaba e Rio Branco – AMOPRECARB; Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Sena Madureira – AMOPRESENA; Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Xapuri – AMOPREX; Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Epitaciolândia e Brasília – AMOPREBE.

No interior das Associações de Moradores existem os Núcleos de Base. Os núcleos de base tem contribuição no processo de fiscalização, pois envolvem os próprios moradores através de um fiscal morador do local. Isso é importante em função do mesmo está dentro da realidade de cada seringal. Nessa direção, Franco (2006) afirma que os moradores são importantes na gestão e fiscalização da área. Eles são também co-responsáveis na gestão da reserva e únicos beneficiários da mesma. Cada seringueiro é fiscal de sua e das outras colocações.

No ano de 2003 foi criado um Conselho Gestor da RECM e em 2009 nomeado um novo, que delibera sobre assuntos na área. Como disposto no Art.18 § 2.º da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 do SNUC.

A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração [ICMBio] e constituído por representantes de órgãos públicos, da organização da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área [Associações de Moradores e Núcleo de Base], conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

A gestão compartilhada é importante para a área e seus moradores, pois há a participação de todos. Com essa parceria já foi possível criar e desenvolver infraestrutura abrindo caminhos, ramais e organizando o local. Contudo, com passar dos anos, algumas foram tendo problemas de gestão. Segundo relata um morador do Seringal Povir:

A associação AMOPREBE esta com uma gestão muito ruim, ela não tem quase mais serventia de nada, porque não tem dinheiro, tá falida, não tem reunião com os associados, não tem assembleia, essa diretoria não anda mais nas bases, nas pequenas associações ou núcleos de base (MORADOR RE2, 2017).

A AMOPREBRE enfrenta, portanto, uma série de problemas e o principal deles é o endividamento devido a projetos mal planejados e/ou mal assessorados. Os moradores sabem desse endividamento, pois muitos desenvolveram tais projetos em suas respectivas propriedades. Um destes projetos, relatado pelos moradores da RECM, foi para trabalhar com a pimenta longa¹⁰⁵, no qual se viabilizaram empréstimos aos moradores tendo a própria associação como avalista. Como os moradores tiveram problemas para efetuar o pagamento, a dívida ficou com a associação e ela como nome sujo na praça. Assim, a associação não consegue trabalhar a contento, pois não tem como fazer financiamento, projetos e, se estes forem aprovados, não tem como receber os recursos.

Muitos moradores reconhecem as dificuldades da associação, seja como mencionado pelo endividamento, seja pela dificuldade em aglutinar os diferentes interesses de seus associados em uma área tão abrangente como a da RECM. Uma moradora do Seringal Filipinas relata:

A associação não tá fazendo um trabalho porque não tem recurso para se manter [...] Eu que sou acostumado a ir em comunidade, a gente sabe que tem que ta acompanhando, porque as pessoas pensam diferentes. Se tem 100 pessoas são 100 mundos, né?! Quando não consegue administrar esse negócio bem, ai essa associação se perde num mundo de terra e de família que tem para cuidar nessa reserva, e isso é difícil sem recurso não tem como trabalhar [...] e com isso ficou difícil de trabalhar, pois a associação não tem como fazer um financiamento, não tem como fazer um projeto e se fizer e for aprovado não tem como receber, tem muita dificuldade (MORADORA RE17, 2017).

Além dos problemas mencionados, de acordo com os moradores, as associações não incentivam os moradores. A falta de organização contribui para a diminuição dos membros associados em cada uma delas. “Quem quiser fazer gestão numa área como essa tem que ter disposição ou então não faz gestão nenhuma” (MORADOR RE1, 2017).

É notória a dificuldade de gestão nos seringais, pois há problemas dos mais diversos que contribuem para agravar a situação econômica, como a falta de infraestrutura e a dificuldade na fiscalização. De acordo com os moradores, a associação trilha o mesmo rumo do ICMBio, seguindo as diretrizes do Plano de Manejo, dizendo o que pode e não pode ser feito.

¹⁰⁵ Planta que produz óleo rico em safrol e possui potencial para compor o sistema de produção familiar na Amazônia.

É importante afirmar, no entanto, que apesar de morar em local sujeito a regras muitos não as respeitam. Segundo um morador do Seringal Nova Esperança: *“Fazemos muitas coisas sem a permissão deles [ICMBio], mas é porque não temos mais autorização pra fazer desmate e fazemos por nossa conta”* (MORADOR RE13, 2017). Notadamente, as atividades sem permissão ocorrem de forma diferenciada entre os seringais tradicionais e não tradicionais.

O morador RE2 destaca:

Para nós aqui desses seringais Porongaba, Povir, Filipinas não temos essa dificuldade, porque a gente sempre teve essa gestão compartilhada desde quando era IBAMA, depois veio o CNPT junto com a associação na gestão, acabaram com o CNPT e criaram o ICMBio e a gente sempre continuou fazendo gestão compartilhada com todos eles, né?! (2017).

Os seringais tradicionais possuem uma fiscalização mais tranquila. O morador RE1 (2017) do Seringal Povir, destaca que: *“o pessoal da reserva tem muito problema com o ICMBio, mas nós aqui não, procuramos um tratamento amigável e formas de trabalho pra que a gente não tivesse problema com ninguém, né?!”*.

Os moradores dos seringais Porongaba, Povir e Filipinas afirmam que são parceiros do órgão gestor, no entanto, isso não é sinônimo de falta de problemas. É recorrente nesses diferentes seringais a falta de melhores ramais para deslocamento, escolas mais estruturadas e posto de saúde com o básico.

A precária infraestrutura gera dificuldade para se vencer as distancias no interior da RECM. O deslocamento é realizado principalmente em moto ou a pé. Um morador do Seringal Povir desabafa: *“O que a gente quer aqui é ramal, principalmente, de politica aqui que queremos é ramal. Se tiver, o resto a gente vai empurrando com a tromba que nem porco [...] é só isso a gente pode reivindicar”* (MORADOR RE2, 2017).

Os moradores reclamam muito dos ramais de acesso às colocações. A situação é crítica, pois muitos ficam isolados no período de chuva, pois nessas ocasiões os veículos não trafegam. Para locomoverem-se devem esperar secar a estrada ou mesmo irem andando (Figura 56).

Figura 56 – Ramais no interior da RECM



Fonte: Acervo do Autor (2017).

Nota: A) Seringal Rubicon; B) Seringal Povir; C) Seringal Nova Esperança.

Essa questão do ramal dificulta, por exemplo, os alunos que tem que se deslocarem horas para estudar. Um morador do Seringal Povir contou: *“Aqui tem escola, 4 km daqui pra lá, outros são 2 km, é tudo longe mesmo [...] tem EJA¹⁰⁶, ASA da florestaria¹⁰⁷, ensino infantil [...]”* (MORADOR RE2, 2017). A escola possui o Ensino Fundamental até o 5º ano, após isso os estudantes precisam se deslocar para a cidade de Eitaciolândia.

A saúde também é precária, pois os moradores da RECM tem que se deslocar para a cidade mais próxima para encontrarem atendimento. Essa situação é problemática, podendo levar indivíduos ao óbito, conforme relata um morador do Seringal Porongaba:

Tem lugar por ai que se o cara adoecer tem que levar na rede para não morrer [...] A saúde tem agente comunitário de prevenção e orientação – como tratar o lixo, como evitar doenças - mas tinha que ter itinerante com médicos, tinha que ter itinerante pra ir até as pessoas mais longes [...]

¹⁰⁶ Educação de Jovens e Adultos

¹⁰⁷ Programa da Secretaria de Educação do Estado do Acre que leva educação a populações rurais.

aqueles que andam 10, 12 horas. Nos seringais mais distantes [...] o pessoal sofre muito, ó!! (MORADOR RE5, 2017).

O morador destaca a dificuldade e o sofrimento no local. Aqueles que moram mais distantes enfrentam problemas ainda maiores, pois estão totalmente desassistidos pela questão da saúde.

Os poder público estadual e municipal podem contribuir com as reivindicações dos moradores. No entanto, uma queixa dos moradores da RECM é exatamente pelo fato de que alguns seringais passaram da responsabilidade da prefeitura de Brasília para Eptaciolândia. Os seringais Porongaba, Povir, Filipinas e Rubicon encontram-se no outro lado do rio Acre. Apenas os seringais Santa Fé e Nova Esperança se localizam no lado do rio onde se encontra a cidade de Eptaciolândia.

Essa divisão [de Brasília para Eptaciolândia] que vem de 5 e 6 anos atrás deixou a gente muito abandonado aqui [...] e ai ninguém ligou pra isso, então nós temos muitas necessidades aqui, mas a maior delas é o ramal, escoação da produção, o pessoal tem ai pra escoar, é banana, castanha, feijão, milho pra puxar ai [...] Então, o ramal é muito importante para as comunidades (MORADOR RE1, 2017).

A mudança administrativa de um para outro município interferiu negativamente na dinâmica da área e de seus moradores, pois dificultou a realização de benfeitorias no local.

Todavia, paralelo às dificuldades encontradas na RECM, foram viabilizados muitos projetos para seu desenvolvimento. A RESEX recebeu muito apoio ao longo de sua história, alguns foram de extrema importância e deram certo, no entanto, outros foram incipientes e resultaram numa sucessão de equívocos.

Atualmente o local possui alguns projetos que contribuem com a questão política-administrativa. Trata-se do projeto ECOFORTE¹⁰⁸, um programa de melhoramento em comunidades agroextrativistas. Através dele, os moradores podem indicar o que precisam na local, no entanto, sem a certeza de receber o que pedem. Um morador do Seringal Povir contou que:

Pelo projeto conseguimos, 2 carros 4x4 [F400 e Hilux] todos traçados, 10 carroças e 10 bois, 40 kits de trabalho [...] A gente pediu o que mais tinha necessidade, uma das coisas que a gente mais discutiu foi uma furadeira,

¹⁰⁸ Integra o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) e visa o fortalecimento e a ampliação das redes, cooperativas e organizações socioprodutivas e econômicas de agroecologia, extrativismo e produção orgânica.

que fura o chão para plantar [...] estrutura como armazém, ai nos tem um armazém também de 8x12 e já temos outro e 40 pequenos de 5x6 para ser na casa de cada seringueiro [...] Pedimos um trator para arrumar o ramal e puxar a produção, mas não aceitaram [...] algumas coisas não cabiam no projeto [...] (MORADOR RE1, 2017).

A maior parte dos seringais não foi beneficiado com o ECOFORTE, mas seus moradores ainda tem esperança que os recursos e, conseqüentemente, as benfeitorias saiam do papel. Os seringais Povir e Porongaba estão mais organizados para isso. O Seringal Filipinas, apesar de fazer parte dos seringais tradicionais, não possui grande organização.

No processo de garantir viabilidade política-administrativa, as comunidades recebem apoio ainda da SEAPROF, PESACRE, EMBRAPA e COOPERACRE. De acordo com um morador do Seringal Povir

A SEAPROF ajuda fazer documentação para os moradores da RECM, dão declaração que comprova ser morador, dão licença, enfim [...] então tem boa relação, quando precisa fazer intercambio, agora mesmo tem uma agendada para órgão fora do local, sempre dão os transportes, alimentação, dormida, dão as despesas, então são um bom parceiro [...] O INCRA teve o credito habitação aqui nessa área uns 8 ou 6 anos atrás e foi grande coisa [...] com esse projeto as casas passaram a ser de madeira [...] A EMBRAPA... nós trabalha mais com a pesquisa que eles nos ajuda a fazer plantio e da curso para capacitar a comunidade, eles deram um curso de 200 horas assinado pelo MEC, cursos de boas praticas de castanha, de açaí, de farinha, um monte de coisa pra melhorar a produção, vão mostrando os bichos, os insetos que atacam a produção, mostraram as bananas que são mais resistentes, boas de cacho, nós temos sempre muito parceiro, só nossas associações de apoio como sindicatos e associações ajudam muito pouco [...] O PESACRE com a associação fez o PDC importante para a comunidade saber suas potencialidades [...] A COOPERACRE foi um parceiro importante esse ano [2017] já entrou, fez reunião, já gradearam, destocaram e dividiram 20 hectares de terras para fazer SAF's [...] tem os que tenho plantada mais recentemente e os que são mais antigos (MORADOR RE1, 2017).

O apoio é determinante para a organização, planejamento, e desenvolvimento do local, bem como, para enfrentar os problemas de deslocamento e armazenamento. Pensando nisso, os moradores, através da associação de moradores, solicitaram aos órgãos responsáveis a criação de armazéns para guardar a castanha, os quais foram construídos. Com essa estrutura eles podem valorizar seu produto e buscar parceiros.

Outro projeto desenvolvido [2017] é o denominado de 'Sanear Amazônia', iniciativa do governo federal de construção de banheiros. O intuito é construir banheiros de alvenaria com vaso sanitário, fossa séptica, caixa acoplada, água

encanada e chuveiro para melhorar a qualidade de vida dos moradores contemplados (Figura 57).

Figura 57 – Banheiro projeto ‘Sanear Amazônia’ no Seringal Porongaba



Fonte: Acervo do Autor (2017).

Para receber os banheiros os moradores devem ser cadastrados na Associação de Moradores, no cadastro único no Ministério de Desenvolvimento Social e não podem ter multa.

O INCRA ajudou muito os seringais do município de Eptaciolândia com crédito para os moradores construírem habitação digna. Essa foi, segundo os moradores, a única ajuda que o respectivo órgão os ofereceu. Com relação à energia elétrica, apesar de haver instalações em algumas colocações, muitas outras não possuem essa estrutura. Segundo um morador do Seringal Porongaba: “Esperamos que a energia chegue a todos, nem que para isso tenha energia alternativa com placa solar. Essa é uma reivindicação nossa junto à associação” (MORADOR RE3, 2017).

É importante mencionar que a estruturação política-administrativa ocorre com mais força em seringais tradicionais, pois chegam com mais força naqueles que possuem “boas praticas” ou práticas sustentáveis. De acordo um morador do Seringal Porongaba:

Para conseguir as coisas é mais, assim mesmo, pela organização, pois a comunidade desorganizada ganha nada [...] antes diziam vai vir tal coisa, com a organização a discussão veio aqui pra dizer o que realmente queremos [...] ai chega cursos de boas praticas para castanha e outros produtos [...] (MORADOR RE5, 2017).

Com relação ao ICMBio, os moradores destacaram que a relação é boa, com respeito e apoio. De acordo com os moradores, dentro do seringal Porongaba nunca ninguém foi multado, apenas notificado, demonstrando bom relacionamento. O Morador RE3 (2017) deste seringal destaca ainda:

Foi criado o plano de utilização da reserva que define a lei, o que pode ser feito e o que não pode, né?! Ai quem obedece esse plano pode trabalhar tranquilo, né?! Agora quem desobedece, tem problema [...] acho eu que é mais ou menos um equilíbrio em quem obedece e quem desobedece [...] No Porongaba o pessoal obedece sim um pouco, no Povir o pessoal é bem conscientizado, no Filipinas um pouco, mas no Rubicon, não, porque foi criado em uma área próxima que já estava numa área da pecuária de expansão e pegou um pouco e a reserva pegou um pouco mais já estava acostumado com a pecuária [...] para se adequar a reserva não conseguiram. No Povir Velho eles trabalham a reserva; Santa Fé e Nova Esperança eu conheço uma parte, e é uma área muito povoada, é uma área que a reserva pegou também [...] demarcada e eles também foram entrando loteando, o IBAMA não tomou providencia e foi ficando desse jeito, né?! E hoje ele ta reconhecida dentro da reserva mais com pequenas propriedades, não sei como vai ficar aquela área, se vai se adequar as características ou as pessoas tiradas.

De acordo com os moradores que possuem bom relacionamento com o órgão gestor, existem pessoas que estão em desacordo com as regras da área e que não zelam pela floresta, por exemplo. Isso interfere a vida de todos de forma direta ou indireta. A interferência na vida dos moradores é observada, pois muitos não conseguem escoar a produção. Os moradores de muitas colocações sentem-se abandonados, principalmente aqueles que são de seringais não tradicionais.

Nesses seringais não tradicionais os problemas são ainda maiores, principalmente os relacionados à fiscalização e multas. Pelo menos essa é a maior queixa dos moradores dos seringais Rubicon, Santa Fé e Nova Esperança. Nesses os problemas são generalizados e a relação entre o fiscal morador e o órgão gestor deteriorada.

O fiscal morador se de um lado tem importância primordial, por outro, muitas vezes é chamado de “dedo duro”¹⁰⁹. O morador do Seringal Porongaba relata:

Muitas vezes o cara te recebe na ponta do pé falando ‘aqui quem manda sou eu, eu sou o dono [...]’ o plano é esse na reserva, um corrige o outro, para arrumar as coisas, um morador é o fiscal do outro, tem que aconselhar um o outro, mas as pessoas tem medo [...] o cidadão tirava madeira ilegal dentro da reserva e foi falar [...] a pessoa que comprava madeira da pessoa

¹⁰⁹ Pessoa que fala de outra.

falou, 'passa com o carro por cima dele com caminhão' [...] Ameaçou, então isso é perigoso também [...] (MORADOR RE5, 2017).

Esse desabafo reflete diretamente a eminência de conflitos no trabalho com a gestão dentro da RECM, isso em pleno século XXI. As dificuldades se intensificam na relação entre moradores e o órgão gestor. Nessa direção, um morador do Seringal Rubicon destaca que: *“o ICMBio só atrapalhou a gente aqui, tá querendo expulsar o pessoal, só aparece para ‘encher o saco’, não traz nenhum benefício, nada, nada, nada [...]”* (MORADORA RE6, 2017).

No mesmo rumo a moradora RE15 do Seringal Nova Esperança corrobora: *“o ICMBio só vem fazer o que deve fazer: dar declaração, empatar a gente de fazer nossa casa, ele controla a reserva [...] faz o trabalho deles [...] dar autorização para trabalhar em 2 hectares, não dão mais é só o limite de 5 a 10 mil [...]”*. Continuou ainda afirmando:

A gente planta roça, mas pra esse ano o ICMBio falou: se você derrubar esse ano eu lhe multo. Ai meu pai disse e agora o que eu faço [...] Ai eu disse, eu vejo o que eu faço, porque eu tenho que dar de comer a mulher e filho [...] eu andando maltrapilho tudo bem, mas meu filho e minha esposa tem que andar mais dignamente [...] Pode deixar que eu tive que desmatar, eles não vieram aqui não, mas se vierem eles multam [...] (MORADORA RE15, 2017).

As multas são constantes na RECM. Ainda de acordo com os relatos deste morador do Seringal Nova Esperança:

Teve um amigo meu que foi multado em 30 mil reais, mas o que ele fez, deu uma exagerada, mas ele botou uma tarefa e meia, é menos que um hectare, mas só porque tinha uma seringueirinha ele foi multado [...] foi lá chorou, chorou, até que foi pra dez mil [...] se vc bota na cabeça do cidadão que tem 30 mil... se nós tivesse 30 mil, acha que ia arrumar trabalho e sarna pra se coçar? (MORADORA RE15, 2017).

Baseado nessa dinâmica de multas, não se quer entrar no mérito de discutir se as multas foram justas ou não, mas apenas aborda-las do ponto de vista dos moradores. Nessa direção, a moradora RE7 (2017) do Seringal Rubicon afirma:

Em 2008 teve uma operação aqui que deixou todo mundo transtornado devido à operação, se aqui era reserva eles deveriam cuidar disso tudo antes e não deixar desmatar, devastar e os criadores criar gado [...] Eu morava aqui e lembro que eles passaram medindo uma reserva, com uma vara, na época minha casa tinha ficado fora dessa medida, mas nunca fomos informados que aqui era reserva, quando vieram aqui na operação, chutaram a porta de minha casa, e não foi só aqui não [...] entraram armados dentro de casa, se nós tem o que tem é porque deixaram fazer [...] Nessa época foi difícil, quem fez foi o IBAMA e a policia federal, tivemos

um monte de prejuízo, meu marido tirou o gado todo, vendemos pra quem não pagou, adoeci, fiquei com síndrome do pânico, de lá pra cá, nunca mais tivemos paz aqui [...] Ai, em 2010 vieram aqui só porque tinha marca de queimada no pé da cerca, eles multaram em 10 mil reais, novamente, isso já era o ICMBio [...] foi um Gestor que arrumava muita confusão aqui dentro, aí pensou que tinha derrubado, quando cheguei estava obrigando ele a assinar a multa [...] Eu disse para não assinar e não assinou, na época a gente tinha umas duzentas e poucas cabeças de gado [...] ficou fazendo pouco ainda: 'vcs são muito luxentos mesmo, tem até energia, aqui não era nem pra ter energia, tem muito luxo, vcs não eram pra ter nem isso, se tivéssemos vindo antes não tinha deixado, arrancava tudo que é de poste', Eu disse você não é Deus, tem muito o que pagar, quando pagar lembre de tudo isso, tenha respeito [...] Teve multa aqui dentro de um milhão de reais, onde a pessoa aqui dentro vai ter um milhão de reais?! Nunca, aqui multaram a 100 mil, no seu Jorge multaram em um milhão, a velhinha mora sozinha com filho, tem 62 anos [...] o ICMBio só vem multar aqui, não somos bandidos [...]

O relato descreve de forma clara e objetiva o desabafo de uma moradora do local que, segundo ela, sofreu com multas impostas pelo órgão gestor e pela forma truculenta e desrespeitosa por parte de fiscais. Esse fato ilustra que, muitas vezes, a ação torna-se complicada no interior da área, pois as atividades ocorrem a muitos anos de forma incompatível com o que se espera em uma RESEX.

De acordo com outro morador do Seringal Santa Fé:

Aqui em 2005 já pegamos uma multa, oh?! Foi na época que teve aqueles incêndios, aí na Fazenda Santa Fé é bem aí pertinho [...] ai nós tava com duas pilhas de arroz grande que queimou tudo [...] perdemos a roça e multa em nós, um prejuízo doido [...] a multa não sei quanto foi não, mas de uma vez eles levaram 10 garrotes nosso pra cobrir a multa e não cobriu não [...] teve uma coisa que o governo fez pra cancelar as multas, né?! Foi isso, eu acho que sumiu [...] os bezerras que demos de um ano e meio, 2 anos [...] isso foi em 2008, mais ou menos (MORADORA RE9, 2017).

Essa descrição cita algo muito sério, pois as multas são recolhidas pela união, através da Guia de Recolhimento da União (GRU) e não de forma informal com pagamentos sem comprovante e muito menos com bens de capital circulante, como animais vivos.

Segundo uma representante do órgão gestor (GESTORA G9, 2017), quando questionado pelo primeiro relato, salientou que a ação foi realizada de forma respeitosa e de acordo com o procedimento recomendado, alegando que os fatos mencionados foram descritos de forma exagerada. Com relação a segunda ação, de pagamento de multa com animais vivos, mencionou desconhecer o fato.

Ainda de acordo com os moradores, o ICMBio é só vistoria, fiscalização e multa, eles acreditam que o órgão deveria incentivar também e parabenizar quem

faz as coisas certas. Um morador do Seringal Santa Fé relatou: *“essa plantação é um hectare de castanheira por minha conta, mas ninguém vem aqui falar que é coisa boa [...] só vem quando acha que tem queimada, broca, denuncia [...] eu me sinto muito abandonado pelo poder público”* (MORADOR RE8, 2017).

Outro morador do Seringal Nova Esperança destaca: *“quando vocês chegaram [risos] eu pensei que era do ICMBio, Eles multam tudo, se a gente pudesse montar um roçadinho [...] não dar solução pra nada, só vem multar [...] deveria ser mais flexível essa lei”* (MORADOR RE14, 2017). Alguns indagam sobre a legislação, como é o caso do morador do Seringal Santa Fé: *“o pessoal tá conversando pra ver se vai flexibilizar mais as coisas da reserva [...] as coisas estão desacreditando totalmente, a situação tem piorado, tinha esperança, agora ninguém espera mais”* (MORADOR RE11, 2017).

Para os moradores a legislação poderia ser mais flexível, seria muito bom para todos. Um morador do Seringal Povir relatou: *“Nós tentamos se reunir lá com os conselheiros de outros órgãos e não deixa mudar nada no estatuto [...] é uma bandidagem grande [...] muda tudo só o que eles querem, não conhece nada da realidade nossa aqui, a gente fica só chupando dedo”* (MORADOR RE2, 2017). Do mesmo modo, o Gestor G5 (2017) destaca que o ICMBio deveria mudar a tática da política de apreensão e multa, para a política de conscientização e Educação Ambiental.

Os moradores reclamam que gostariam de mudar o Estatuto e, sobretudo, o Plano de Manejo de acordo com as atividades que desenvolvem no local, no entanto, se trata de atividades são impactantes. Um morador do Seringal Nova Esperança desabafou:

Eu tenho forno aqui atrás, mas pro meu consumo mesmo, lá derrubaram e quebraram tudo. Um morador foi preso porque tava serrando madeira pra fazer a casa dele, passou cinco dias preso e teve que pagar pra sair [...] No ramal do Mato Grosso o ICMBio chegou, tinha um com foice, e o outro com motosserra [...] quiseram tirar a motosserra dele e não conseguiram [...] O pessoal do ICMBio são gaiatos, tá certo que são autoridade, mas o jeito de falar com a gente é muito abusado, pra tirar qualquer documento eles tratam a gente meio mal, parece que tá mexendo com bandido, marginal [...] (MORADOR RE14, 2017)

Muitos moradores reconhecem seus impactos sobre o local, no entanto, outros apenas reclamam por ter que se submeter a normas rígidas.

Há, entretanto, muitas pessoas irregulares na RECM, pois entram para morar sem a devida autorização pela associação e, muito menos, pelo órgão gestor. Dessa forma, muitos dos moradores não possuem perfil para residir no interior de uma RESEX, o que dificulta ainda mais o bom desenvolvimento da área. A negociação da terra é realizada de forma pessoal entre vendedores e compradores. Isso contribui para conflitos generalizados no interior do local, além de impactos ambientais.

Aqueles que passam a morar na RESEX precisam desenvolver atividades com resultados rápidos, como relata um morador do Seringal Porongaba.

Tem muito conflito com exploração de madeira irregular, ocupação irregular, pecuária irregular [...] as pessoas compram a propriedade tem que passar pelo Núcleo de Base, Associação e ICMBio, mas a maioria não faz isso, fica fora da lista de nomes da reserva, ai quando vem os benefícios ele não recebe [...] dos banheiros por exemplo, só quem recebe são os cadastrados, ai ele ainda fica com raiva [...] (MORADOR RE5, 2017).

Os conflitos entre vizinhança são notórios, bem como os impasses relacionados aos limites nas colocações. A principal causa é a venda e ocupação irregular, conforme relata um morador do Seringal Santa Fé: *“Tem gente ai dentro que tem uns 50 hectares [...] tem gente que é envolvido na prefeitura das gestões anteriores”* (MORADOR RE11, 2017). Há a compra e venda indiscriminada com áreas dos mais variados tamanhos.

Em contrapartida, os moradores se dizem totalmente abandonados no local, pois só recebem muita e nenhuma infraestrutura mais efetiva. No entanto, observou-se que existe uma infraestrutura básica em quase todos dos seringais como o Rubicon, Santa Fé e Nova Esperança. Há, todavia, muita carência neste setor. Com os problemas de gestão as atividades tornam-se pouco sustentáveis e muito impactantes ao sistema ecológico.

h) Dimensão ecológica

A RECM situa-se em região zoogeográfica para primatas e peixes, sendo considerada como centro de endemismo para aves e anfíbios, além de refúgio para borboletas e aves (MMA, 2016). Essa área possui importância considerada muito alta e também prioridade extremamente alta para a conservação da biodiversidade. Do ponto de vista ecológico, a RESEX é um importante espaço de conservação

regional (PERES; ZIMMERMAN, 2001). Do ponto de vista socioecológico, é um local que possui extrema relevância, pois possui uma infinidade de grupos de populações tradicionais e rurais.

Existe, portanto, uma dinâmica ecológica no interior da RECM, que se diferencia entre os seringais tradicionais - Porongaba, Povir e Filipinas – e os seringais não tradicionais - Rubicon, Santa Fé e Nova Esperança. Nesse sentido é notória a diferenciação na forma de uso e ocupação da terra, bem como as características da vegetação em ambos os tipos de seringais.

Nos seringais tradicionais as formas de uso e ocupação do solo, bem como a vegetação local ainda é bastante conservada, pois refletem, em parte, as atividades econômicas de menor impacto neles desenvolvidas, como extrativismo, agricultura subsistência e criação controlada de gado.

Segundo um morador do Seringal Porongaba:

Gado é uma das coisas que mudou também dentro da reserva, dessa área de floresta foi a criação de gado, hoje é pouca as pessoas que querem trabalhar com seringa, querem mesmo é gado. Onde você chega o cidadão fala que vai brocar 2 hectares para plantar um capim e botar umas vaquinhas [rsrs], nada contra [...] A reserva e o Plano de Uso diz que você pode usar 10% de sua área com produtos de criação de grande e pequenos animais, o restante é castanha, seringa e plantas medicinais. Mas, tem uns produtores que desobedeceram essa regra [...] Tenho 200 hectares, posso utilizar 20. O que eu posso fazer... metade pra criação de gado e o restante para roçado e agricultura e usar o potencial que essa floresta oferece, porque tem ainda 180 hectares, ai vou usar a caça, peixe, castanha, seringa, e buscar estudo pra explorar planta medicinal de forma ordenada, né?! Você tem que usar de forma sustentável, para que as futuras gerações possam usar [...] (MORADOR RE5, 2017).

O morador menciona de forma segura o Plano de Manejo da RECM com as atividades que pode desenvolver e seu consequente respeito ao local no qual vive.

Apesar da diversificação das atividades econômicas, os moradores possuem dificuldade de complementar a renda. Uma moradora do Seringal Filipinas manifestou sua opinião: *“eu acho que deveria ter um recurso especial para a reserva, tem que olhar com mais carinho. Onde estão cuidando da floresta tinha que ter uma vida diferenciada de outros, nos que somos os protetores dessa floresta”* (MORADORA RE17, 2017). Nesses seringais as colocações ainda são bem definidas com as estradas de seringa, apesar de muitas estarem totalmente fechadas. De acordo com os moradores, esses seringais possuem ainda muita área de floresta onde se anda por horas.

Ainda de acordo com as características do local, os moradores consideram a água de qualidade e as nascentes preservadas. Um morador do Seringal Povir salienta que *“a água é da fonte, roda pelo açude, esse lugar tem muita água boa, muita vertente limpinha. De inverno a verão não muda nada, mas agora os igarapés perto do rio secaram tudo”* (MORADOR RE1, 2017)

Com relação à formação de pasto, segundo os moradores, esta não é grande, mas esta chegando próximo do limite legal. De qualquer forma, sempre há aqueles que querem retirar a vegetação irregularmente. Encontram-se no local animais para caçar e se alimentar, sendo possível manter essas tradições. Os animais mais frequentemente encontrados são cotia, paca, tatu, jaboti, entre outros.

Um morador do Seringal Povir contou sua experiência com os animais e com a caça deles:

A caça, o bicho não é de ta com a gente, o bicho da mata é da mata mesmo [...] a gente tem um carreado [caminho] de buscar castanha que a gente gasta uma hora daqui até o fim dele, né?! Mas esse ramal cruza muito ramal, então é muito povoado, tem muito barulho de carro, moto e os bicho vão pra longe, mas acha, se esperar [...] Quando eu enxergava bem eu matava pra comer, mas a vista foi ficando ruim e eu deixei [...] (MORADOR RE1, 2017).

A diminuição de animais de caça é notada por todos os moradores, eles são mais difíceis de encontrar nas áreas de entorno de ocupações humanas. Nesses locais a natureza esta muito alterada. Há vinte ou trinta anos atrás tinha animais para caçar com abundância, relata um morador do Seringal Filipinas: *“eu lembro que eu ia com meu pai esperar a caça com ele [...] de o pessoal matar tanto foi acabado, aquilo que só tira, usa e não repõe se acaba [...] De 30 anos pra cá alterou muito, mais gente pra se alimentar”* (MORADOR RE16, 2017).

O morador expõe a dificuldade de alimentar-se no local da proteína essencial para a vida dos mesmos. Isso em função dos impactos ambientais, pois a exploração desenfreada da natureza causa impactos ecológicos generalizados na floresta, nas fontes, entre outros.

Apesar dos problemas citados, principalmente os relacionados aos animais, nos seringais tradicionais ainda podem ser encontradas onças. Um morador do Seringal Porongaba conta que:

Lá ainda tem onça, por incrível que pareça ainda acha, tem pouca, mas tem [...] Essa semana vi uma parda grande [2017], bonita, era 4 horas da tarde, vinha da casa de um vizinho a pé com meu menino, a moto tinha furado o

pneu, ela tava no meio do mato olhando pra nós [...] Ficamos uns três minutos olhando pra ela [...] é raro ver elas, não é fácil não, eu tenho anos de mata e só vi duas vezes ela [...] elas só atacam criação (MORADOR RE4, 2017).

A área da RECM possui características ecológicas boas, no entanto, vem sofrendo mudanças significativas desde sua criação. No ano de criação a área possuía pouco incremento de desmatamento, pois a vegetação estava ainda quase que intacta ao passo que ao longo do tempo até 2015 o desmatamento acumulado cresceu (Quadro 20).

Quadro 20 – Desmatamento nos seringais da RECM em Epitaciolândia até 2015

Seringal	Área total (há)	Área desmatada (%)					
		1990	2000	2005	2010	2015	Total (%)
Filipinas	33.755	1,3	2,8	1,2	1,4	1,8	8,5
Povir	10.672	5,2	7,8	2,3	2,5	3,9	21,7
Porongaba	9.370	2,3	4,1	2,5	2,4	3,1	15,4
Nova Esperança	8.040	8,3	15,1	8,7	10,9	11,6	54,6
Santa Fé	1.974	4,9	11	10,8	15,7	16	58,4
Rubicon	2.917	8,8	20,2	6,8	4,8	4,6	45,2

Fonte: INPE (2015)

Nota: (*) Seringais tradicionais; (**) Seringais não tradicionais

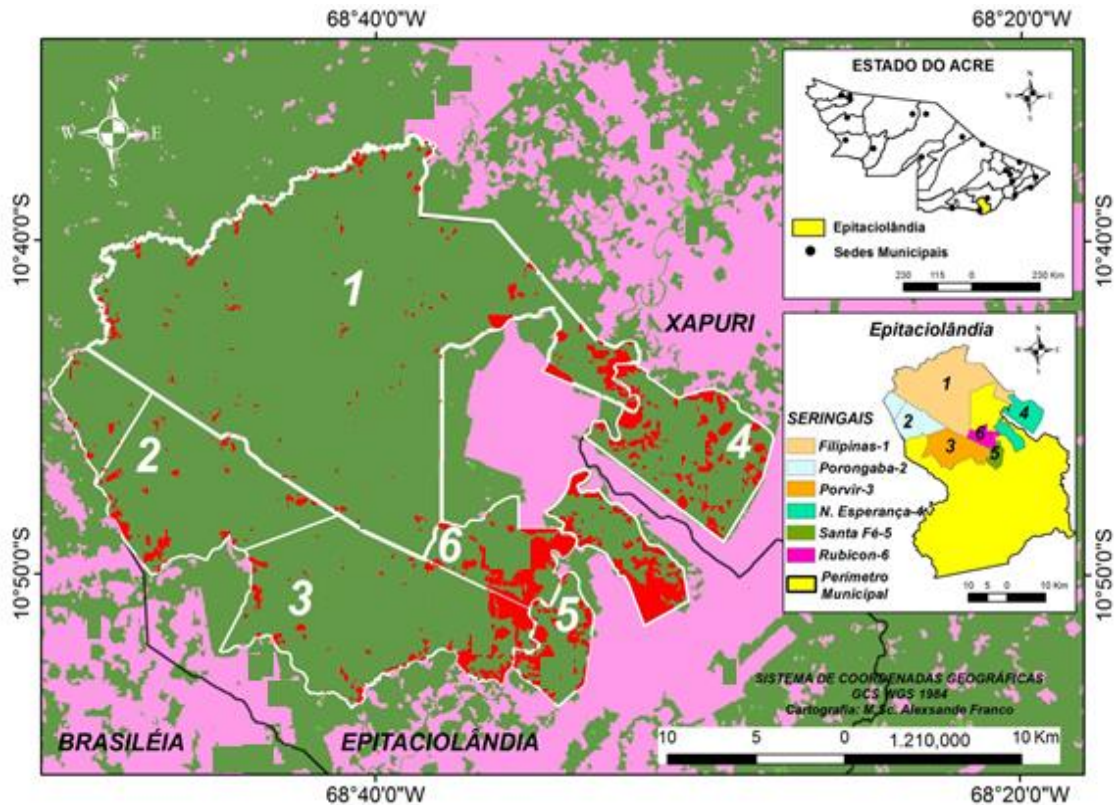
Observa-se pelo quadro 20 que de forma geral que a RESEX, desde sua criação passou por um processo crescente de acumulação do desmatamento, sobretudo, os seringais com características não tradicionais (Nova Esperança, Santa Fé e Rubicom). Esses seringais até sua criação em 1990 possuía percentual respectivamente de 8,3, 4,9 e 8,8 de desmatamento em suas áreas. Dez anos após a criação desses seringais, até o ano 2000, o acumulado chegou: no Nova Esperança (23,4%), no Santa Fé (15,9%) e no Rubicon (29%), ou seja, incremento percentual respectivo de 6,8, 6,1 e 11,4.

Ainda de acordo com o quadro 20 Nos seringais com características tradicionais o acumulado e o incremento foram crescentes, porem menores que os seringais não tradicionais. Nos seringal Filipinas, Povir e Porongaba, até a criação no ano de 1990, possui desmatamento percentual acumulado de 1,3, 5,2 e 2,3 respectivamente.

Até o ano de 2000, dez anos após a criação o acumulado chegou: no Filipinas (4,1%), no Povir (13%) e no Porongaba (6,4%), ou seja, incremento percentual respectivo de 2,8, 7,8 e 4,1. Inferior aos seringais não tradicionais. Dessa forma 10 anos após a criação da RECM, o desmatamento no interior da área passa

a ser observado, obviamente, não comparado ao entorno, mas com sinais de mudança (Figura 58).

Figura 58 – Desmatamento na RECM acumulado até 2000

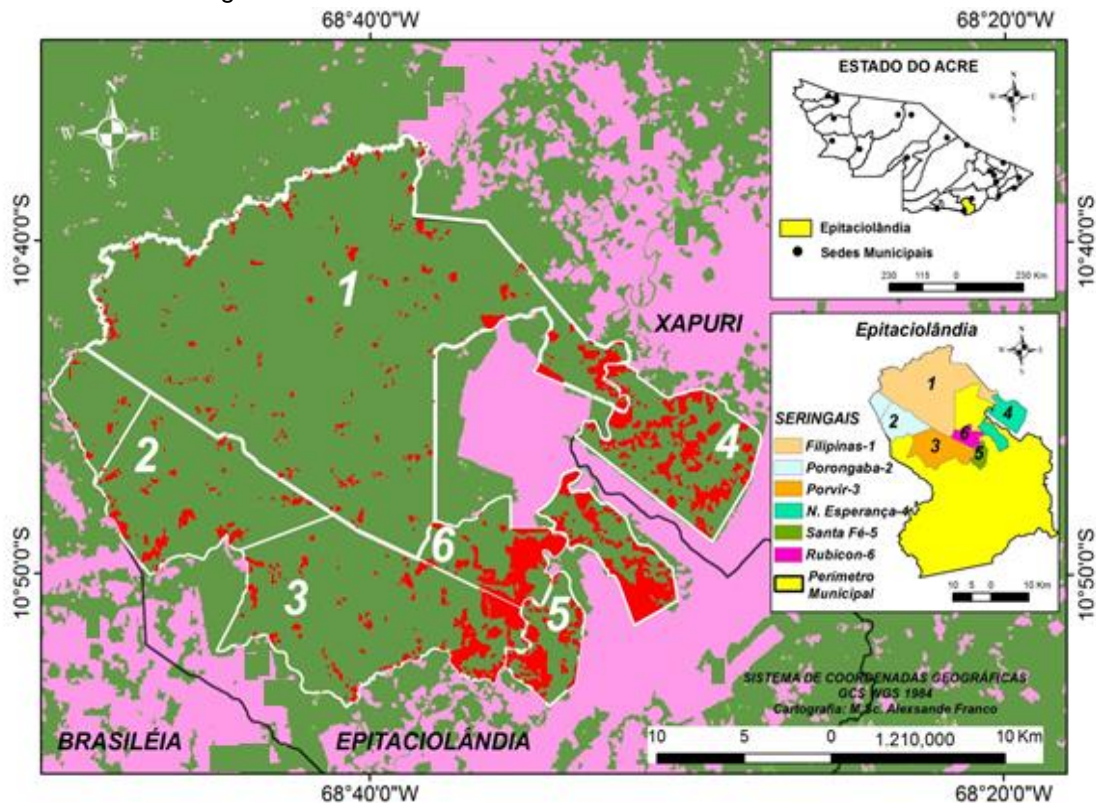


Fonte: Banco de Dados Digitais (<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/dadosn/>).
Nota: Organizado pelo Autor.

A partir do ano de 2001 a 2005 os impactos ecológicos continuaram em todos os seringais, o incremento chegou: Filipinas (1,2%), Povir (2,3%), Porongaba (2,5%), Nova Esperança (8,7%), Santa Fé (10,8%) e Rubicon (6,8%).

Apesar de o incremento ter sido menor quando comparado ao período anterior, o acumulado até 2005 foi notório, respectivamente nos seringais em tela, 5,3%, 15,3%, 8,9%, 32,1%, 26,7% e 35,8% (Figura 59). Observa-se que especialmente nos seringais não tradicionais o acumulado continuou maior.

Figura 59 – Desmatamento na RECM acumulado até 2005



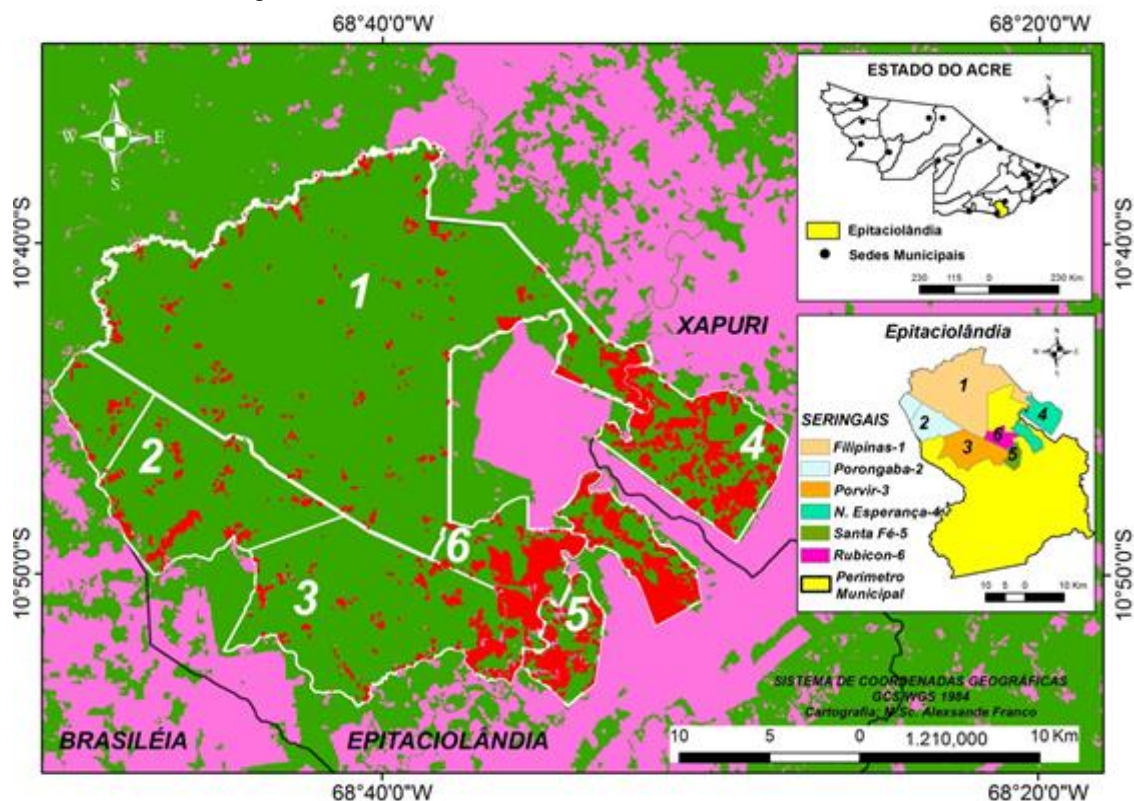
Fonte: Banco de Dados Digitais (<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/dados/>).

Nota: Organizado pelo Autor.

Entre os anos de 2006 a 2010, cresce de forma clara os impactos em todos os seringais. A causa foi, sobretudo, pelo aumento das pastagens nos seringais. As fazendas no entorno causam pressão direta sobre o local. Nesse sentido destaca Franco e Löwer Sahr (2019) que os empreendimentos pecuários são desenvolvidos com muita força nas fazendas que ocupam o entorno da área interferindo na conservação dos recursos naturais e nas populações que vivem em UCs.

O incremento flutuou de um seringal para outro: Filipinas (1,4%), Povir (2,5%), Porongaba (2,4%), Nova Esperança (10,9%), Santa Fé (15,7%) e Rubicon (4,8%). Assim respectivamente, o acumulado chegou até o ano 2010: 6,7%, 17,8%, 11,3%, 43%, 42,4% e 40,6% (Figura 60). Os seringais não tradicionais passaram todos em 2010 a mais de 40% de acumulado de desflorestamento.

Figura 60 – Desmatamento na RECM acumulado até 2010



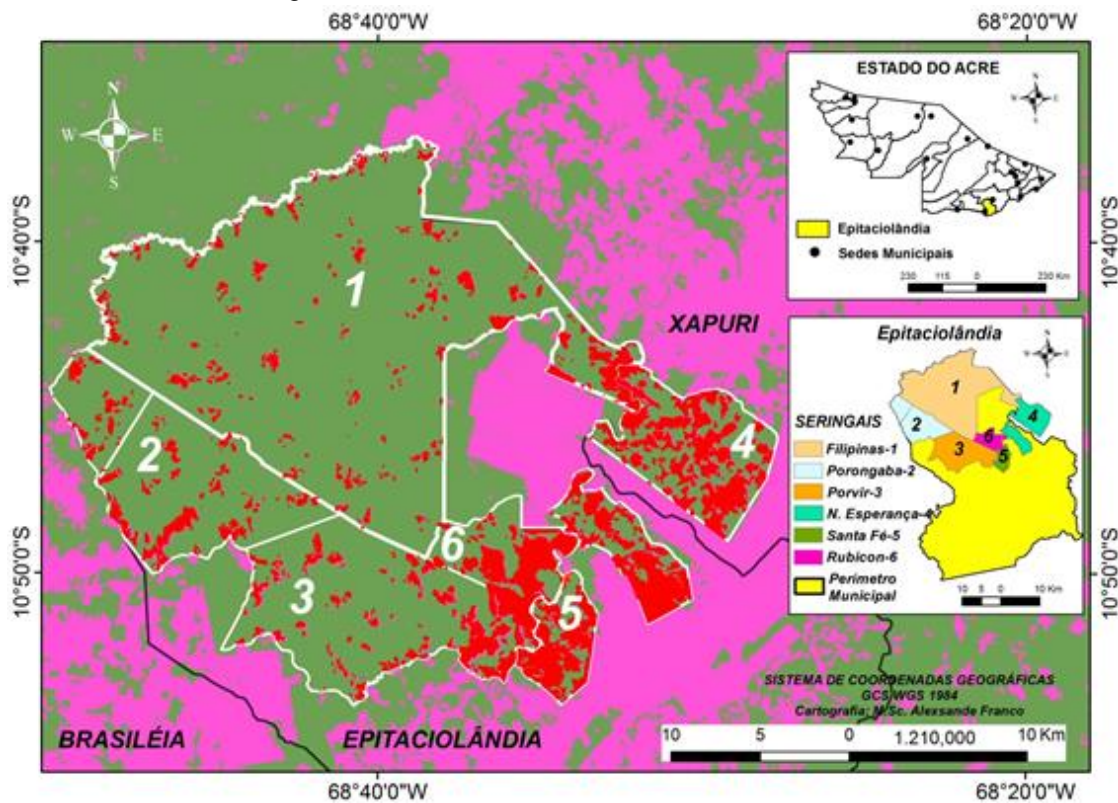
Fonte: Banco de Dados Digitais (<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/dados/>).

Nota: Organizado pelo Autor.

Nos anos de 2011 a 2015 os impactos continuam, pois a pastagem se desenvolve ganhando muito mais destaque. Isso se repercute diretamente nos seringais e em suas colocações. Outro fator bem característico dos impactos é a ocupação sem planejamento pela venda de lotes.

O incremento foi: Filipinas (1,8%), Povir (3,9%), Porongaba (3,1%), Nova Esperança (11,6%), Santa Fé (16%) e Rubicon (4,6%). Assim respectivamente, o acumulado chegou até o ano 2015: 8,5%, 21,7%, 15,4%, 54,6%, 58,4% e 45,2% (Figura 61). Os seringais não tradicionais, especialmente, Nova Esperança e Santa Fé chegaram a mais de 54% e o Rubicon mais de 45%, ou seja, grande acúmulo de desmatamento.

Figura 61 – Desmatamento na RECM acumulado até 2015



Fonte: Banco de Dados Digitais (<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/dados/>).

Nota: Organizado pelo Autor.

Enquanto o desflorestamento atinge cerca da metade ou mais da área nos seringais não tradicionais, este é bem mais modesto nos seringais tradicionais. Há, portanto, uma perceptível diferença entre os seringais tradicionais e os não tradicionais no que se refere ao aspecto ecológico, seja diretamente relacionada ao desflorestamento, seja pela sua consequência negativa ao solo e a fauna. Dentro desse contexto, é relevante destacar os impactos do entorno sobre o local, pela figura 61, observa-se pela cor rosa o desmatamento no mesmo, o que é gerador de pressão sobre os seringais da RECM. Essa perspectiva é ainda mais forte pelo fato dos seringais em tela encontrarem-se próximos ao entorno.

É relevante mencionar que dentro dos seringais tradicionais e não tradicionais existem os chamados agregados, aqueles que moram no interior da área de seus pais, pois se casam e necessitam de um local para sobreviver. Apesar de não ser legal, essa prática é uma das únicas opções que possuem, no entanto, quando ocorre sem o devido controle traz sérios problemas ao local.

Segundo um morador do Seringal Porongaba:

Nessa área o índice de moradores e pessoas era muito baixa, o índice de morador. Ai foram entrando moradores, pessoas nascendo, casando-se [agregados]. Apesar das propriedades serem grandes, 200 hectares, as áreas são impactadas [...] As principais atividades são a pecuária e a agricultura, né?! Então eles iam brocando, derrubando as áreas pequenas de 40, 50, 80 hectares com rápido avanço sobre a floresta, né?! [...] Muitos quando possuíam a área, preferiram vender [...] essa foi uma das coisas que aconteceram muito dentro da área da reserva (MORADOR RE5, 2017).

Apesar do morador acima morador em um seringal com características tradicionais, ele conhece os problemas gerais da RECM e demonstra preocupação com tal fato. O número de pessoas foi crescendo vertiginosamente ao longo do tempo, contribuindo com a conseqüente retirada da floresta, pois para se alimentarem precisam trabalhar na terra. Um dos gestores da RECM destaca:

Os seringueiros têm muitos filhos e isso aumenta o número de membros, agregados, a sucessão de filhos [...] tem muitos filhos que vão embora, mas outros ficam e viram agregados. Não tem projeto ou política que pense isso, de vez em quando aparece um conflito, um querendo terra, ai em alguns casos consegue alocar ele próximo às áreas que ele não quer sair de perto, ele quer ficar perto do pai dele [...] As áreas ficam pequenas e eles querem sempre aumentar a capacidade, coisa que eu sou permanentemente contra, porque não é solução, por exemplo, você tem um filho vai dar um pedaço a área pra ele, amanhã ele vai ter a família dele, ele vai dar um pedaço pra ele também? Como é que a gente vai ficar? Qualquer dia a gente vai ta lutando com terra do tamanho de um polo, a solução não é essa, a solução é conseguir áreas para assentar essas famílias aqui na mesma região, mas o problema é conseguir essas áreas, pois é muito cara (GESTOR G6, 2017).

Em concordância com essa discussão apresentada, o Gestor G6 afirma que um dos grandes problemas da RESEX é a repartição da terra entre os filhos dos seringueiros, que desmatam pedaços para morar e desenvolver suas atividades.

Discutindo essa questão com outro gestor, este destaca que não é só cultura, é política também, ou seja, tem que ter pulso e organização. O Gestor menciona o seguinte exemplo: *“Na região sul é proibido dividir em propriedade, então nos somos aqui uma família, os dois mais velhos se reúne aqui com a filharada e vamos ver a transição, quem vai pra cidade quem ficar ai todo mundo concorda”* (GESTOR G2, 2017). Nesse caso, tanto a cultura quanto a política é diferente das que se desenvolvem aqui. A tendência na RECM é a subdivisão da propriedade. Essa situação intensifica-se ainda mais nos seringais não tradicionais em função da dinâmica acelerada da venda de lotes.

Nos seringais não tradicionais as formas de uso e ocupação do solo, bem como a vegetação também refletem as atividades econômicas desenvolvidas, em

especial a pecuária de corte e leiteira e ainda uma agricultura itinerante. Nesses seringais as colocações não existem mais, pois a área passou por um processo de fracionamento com desmembramento de lotes e também por desflorestamento para o desenvolvimento da agropecuária.

Há atividade econômica principal nestes seringais é a pecuária e os moradores também possuem dificuldade de complementar a renda no local. Há, entretanto, moradores que possuem grandes rebanhos e assim conseguem uma boa renda apenas com a pecuária. O impacto desta atividade sobre a vegetação é notório.

Um morador do Seringal Santa Fé relata: *“Aqui são 16 hectares, não tem mais mata nenhuma, caça não acha não, só tatu [risos] tem muita gente por perto, só às tirinhas de mata”* (MORADOR RE11, 2017). Sobre os impactos outro morador do mesmo Seringal destaca *“aqui eu não mecho com castanheira, não tem nem pra fazer chá, mata não tem mais, caça também não [...] agora morador tem muito, pra todo lado [...]”* (MORADORA RE9, 2017).

Essa dinâmica de pecuarização da RECM traz danos ainda à qualidade da água, principalmente nos seringais Nova Esperança, Santa Fé e Rubicon, pois neles as florestas são mais rarefeitas em função da formação de pasto no local. Um morador do Seringal Nova Esperança menciona: *“há morador fazendeiro dentro da reserva, ele tá passando na comunidade, pra ver se a gente luta, pra ver se acaba com reserva, essa área deixa de ser reserva, né?!”* (MORADOR RE14, 2017).

Há, assim, moradores que querem o fim da RECM, pelo menos nas áreas que não possuem mais características de RESEX. Por esse motivo existe um processo na justiça, conforme nos conta um morador do Seringal Santa Fé:

Tem muita gente querendo mudar o Estatuto para deixar ele de acordo com a realidade da reserva hoje [áreas agropecuárias], pois se for pra tirar as pessoas irregulares aqui de acordo com o Estatuto ele ampara, mais ai irão colocar nossa família onde? Na beira da estrada? (MORADOR RE8, 2017).

Essa questão relacionada à legalização das mudanças de características traz sérias discussões, pois se de um lado beneficia alguns moradores que não vivem mais de acordo com Plano de Manejo, por outro pode abrir precedentes para futuras ações ilegais na área e a potencial perda da UC.

Outro fator determinante para a degradação ambiental é a ocupação da área por moradores vindos de fora, pois estes não possuem compromisso com a

conservação. Segundo um morador do Seringal Porongaba *“há pessoas com 5, 50, 300, 400 hectares pela RECM [...]”* (MORADOR RE5, 2017). Há, todavia, áreas em que se encontram como ilhas de vegetação. Uma moradora do Seringal Rubicon relata: *“Algumas áreas possuem vegetação, por exemplo, essa tem 315 hectares, quase tudo é mata [floresta], só um pouquinho é aberto”* (MORADORA RE6, 2017). As áreas conservadas são aqueles em que se respeita o Plano de Manejo, ou ainda, aquelas onde os concessionários possuem outra renda, como funcionário público por exemplo.

Nesses seringais não tradicionais, o povoamento é denso, pois há pessoas que vivem em cinco hectares, nas denominadas chácaras. Segundo um morador do Seringal Santa Fé, *“veio um rapaz aqui e disse que ofereceram pra ele dois hectares”* (MORADOR RE11, 2017).

A comercialização de chácaras vem possibilitando a formação de um mercado ilegal de terras no local. De acordo com um morador do Seringal Povir:

A venda para pessoas de fora é um problema, as pessoas compram, loteiam a reserva [...] quando foi criada, foi feito um Plano de Utilização que tá falando o que tem que acontecer dentro da reserva: como o cara vai trabalhar, como vai se suportar lá dentro. O cara que vem de fora já traz um plano, é difícil de não trazer, e o plano dele, a visão dele e não adianta dizer que não é criação de gado, isso todo mundo quer [...] e quando vem, vem com a intensão que tem muita floresta, vou derrubar e criar o gado e vou vendendo [...] Isso tá acontecendo, porque não fizeram nada, o pessoal continua criando dentro da reserva, não tomaram o gado, não fizeram nada, não mandaram o cara ir embora, enfim, continua criando e tendo o mesmo direito [...] As pessoas veem isso, mas vou te falar, se nada for feito, vocês vão vir aqui mais daqui a tantos anos vai tá pior essas colocações e vão dominar, pois é proibido e o meio mais fácil de trabalhar [...] tá numa área imprópria, mas tem pessoas ai que conheço desde pequeno, tem mais de 700 cabeças de gado, todo ano plantando pasto [...] quem toca agora é o filho dele, e tá mandando ver [...] isso vai totalmente contra o Plano de Manejo, pois o Plano de Manejo prevê 30 hectares, sendo 15 para pasto e 15 para plantação e outras criações (MORADOR RE1, 2017).

O morador destaca a importância de respeitar as regras da UC, sob o risco de deteriorar cada vez mais o local e de forma irreversível. Como forma de burlar a legislação, alguns moradores do local trabalham com reflorestamento. Um morador do Seringal Nova Esperança conta que *“veio o projeto da Cooperacre para reflorestar, ai eu peguei porque eu to ilegal, desmatei, ai se eles vem aqui e me cobrarem eu mostro que estou reflorestando e estou plantando açaí, castanha, seringa [...]”* (MORADOR RE14, 2017). Essa é uma dinâmica que encontra brecha na implantação dos SAF's.

7.3 (DES)FUNCIONALIDADES: O DISTANCIAMENTO ENTRE CONCEPÇÃO E REALIDADE

Analisando o que foi planejado pelo poder público para o RESEX Chico Mendes, as informações fornecidas pelos sujeitos e gestores, bem como, a realidade encontrada em visita *in loco*, observou-se certo distanciamento entre a concepção deste modelo de gestão e o que hoje se apresenta no assentamento estudado.

A concepção de uma RESEX, de acordo a Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 que institui o SNUC, é apresentada em seu Art. nº 18:

Área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos **básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade** (GRIFO NOSSO)

Portanto, pela lei fica clara *“A grande peculiaridade desta proposta de RESEX é a conciliação entre desenvolvimento, conservação do meio ambiente e equidade social”* (ALLEGRETTI, 1994, p.19). O objetivo desta modalidade de UC é o de proteger os meios de vida e a cultura tradicional das populações que vivem naquele território, assim como, assegurar a utilização sustentável dos recursos naturais.

Seguindo a tipologia de diferenciação dos seringais em tradicionais e não tradicionais na RECM, observa-se que os moradores que se encontram nos seringais tradicionais possuem relação estreita e compatível com a concepção de RESEX. Um morador do Seringal Filipinas menciona:

Jamais vou dizer que a RECM atrapalha porque eu vou ser injusto [...] em alguns sim, por exemplo, não poder desmatar, tipo para sobreviver. Eles nos dão o empate proibindo, mas não dão alternativa. Ai quem é melhorzinho de vida ara uma terrinha ali, outra ali, e vai ficando em cima do milho do feijão e da macaxeira que é o que pode plantar, porque o arroz todo mundo sabe que não dá aqui [...] Isso é um atrapalho que eu acho, mas por outro lado se abrir mão a reserva vai toda pro chão e não passa mais a ser reserva, mas prefiro sobreviver, ter uma família (MORADOR RE16, 2017).

Os moradores reconhecem a importância da RECM. Para eles a instituição da RESEX não atrapalha a vida, no entanto, segundo eles, falta alternativa para desenvolvimento do local. Um morador do Seringal Povir destaca:

Tem que vir alternativa de lá primeiro pra poder bloquear o que fazer aqui, o fogo, por exemplo, travou o fogo porque tem alternativa, assim eu concordo, mas de outra forma não [...] Fizemos um projeto para comprar maquina, trator, grade, F400 e outras coisas [...] a primeira coisa que cortou foi o trator, disse que não podia porque era reserva... não pode derrubar, agora cortaram o carro [...] que é muito útil, porque tamo com 8 anos sem caminhão de linha [...] A gente aqui ta vivendo de favor, que passa um leva nossas coisas pra cidade [...] (MORADOR RE2, 2017).

Os problemas se estabelecem no local, no entanto, sem a RECM, seria muito pior. O morador salienta, “Se acabasse com a reserva não seria bom, pois poderia criar loteamento e o fazendeiro tomaria de conta [...]” (MORADOR RE2, 2017). Assim, observou-se que a realidade dos seringais Porongaba, Povir e Filipinas em termos de características culturais, econômicas, políticas-administrativas e ecológicas encontra-se mais próxima da concepção de equilíbrio entre o social e ambiental.

A cultura local ainda possui forte relação com os fatores ecológicos e esses com a economia desenvolvida agroextrativista, mas também com outras que complementam a renda, mesmo a pecuária não intensiva e com respeito ao ambiente. Essa dinâmica facilita a administração e gestão da área, pois o respeito é mutuo. Isso converge diretamente à concepção com realidade, demonstrando que essa UC possui potencial de conservação, desde que políticas públicas sejam empregadas.

Nos seringais não tradicionais o distanciamento entre concepção e realidade é maior, pois estão em desacordo com objetivos de criação. Um morador do Seringal Santa Fé apresenta sua visão:

Eu acho o seguinte, reserva, na minha opinião, se for reserva extrativista tem que ser reserva extrativista, mas essa área aqui desde que abriram essa unidade aqui da reserva já tinha esse pessoal morando dentro [...] ela é boa pra um lado, mas ruim pro outro [...] nessa nossa parte aqui é ruim [Santa Fé], pro Rubicon, e outros [Nova Esperança]. Reserva é uma coisa boa, mas nessa parte aqui não [...] Eu acho que poderia mudar a categoria, de reserva extrativista para reserva agroextrativista, em algumas partes dela, tem umas áreas que vivem extrativistas mesmo, mas aqui não existem, não se enquadra [...] eu mesmo nas reuniões com ICMBio por ai eu digo pra eles, nós não estamos aqui, dentro da reserva, porque a gente quer não, é porque eu não tenho condição de comprar uma área de terra documentada (MORADOR RE8, 2017).

Baseado neste distanciamento entre concepção e realidade, é possível esboçar cenários para a RECM para daqui a 10 anos, isso tomando as falas dos

moradores e dos representantes dos órgãos gestores para os dois modelos de seringais.

O cenário mais favorável é o dos seringais tradicionais, que com fiscalização, conscientização e inserção na cadeia produtiva viabilizam a exploração racional, influenciando na conservação dos recursos naturais, bem como, no modo de vida dos moradores locais. Um morador do Seringal Rubicon, apresentou sua opinião: *“eu acho que daqui a 10 anos, a reserva vai continuar, e espero que continue, mas não dá pra confiar em nenhum político [...] tem que ter uma solução pra pessoas sobreviverem”* (MORADORA RE6, 2017).

Outro morador do Seringal Filipinas constrói outro cenário:

A reserva daqui a 10 anos, se os moradores não se conscientizarem, não tiver uma fiscalização melhor, daqui a 10 anos ela vai ta bastante devastada [...] Agora, para melhorar tem que se conscientizar e trabalhar ela melhor, usar mais as áreas que tem de capoeira, degradada, que não presta pra plantar, tem que usar isso para plantar mucuna, poeiraria para essa área voltar, né?! Se essa área degradada voltar, com isso dava pra produzir macaxeira, milho, feijão [...] onde pode produzir açude para alimentação, melhorar o planejamento da nossa área, da propriedade da gente é muito importante. Pra mim, por exemplo, não tem lugar melhor pra viver do que na reserva, tranquilo, floresta, peixe, produção, frutas [...] (MORADOR RE16, 2017).

A fiscalização e a conscientização são peças chave no andamento da RECM, além da utilização das áreas já degradadas, evitando o desmate de outras ainda intactas. Concordando com o morador anterior, o morador do Seringal Porongaba destaca:

Daqui a 10 anos, se continuar a fiscalização direitinho, cuidando direitinho, pode ser que fique do jeito que tá [...], mas se abrir um pouco vai ter mais pasto eu acho [...] pelo que escuto, as pessoas querem crescer, mais não se satisfazem com o que tem, aí querem desmatar não um, mais cinco hectares de uma vez para fazer pasto, pra criar pasto [...] se não tiver fiscalização vai ter desfalque na mata (MORADOR RE4, 2017).

De acordo com esse morador não pode deixar de fiscalizar e aplicar multas, pois muitos destroem a floresta para plantar irregularmente pasto, o que potencializa cada vez mais a degradação. O Gestor G5 (2017) afirma ser a favor da fiscalização, *“tem que fiscalizar mesmo, aquele que não esta cumprindo as leis, as regras, né?! Porque pra tudo tem regras [...] aqueles que estão afligindo as regras tem que ser punido”*.

O órgão gestor, o Plano de Manejo, os moradores, a associação e o poder público em geral, possuem sua relevância na área.

Daqui a 10 anos, vai depender do vai ocorrer quando completar 30 anos, pois vão rediscutir a reforma com 30 anos [...] Em 2020 o decreto dela pode ser renovado [...] discutir essa questão, pois têm que gerar renda, o gado não é permitido como eles querem, tem muita gente jovem indo embora, esses que vendem as áreas, alguns vendem, loteiam e ficam lá [...] (MORADOR RE5, 2017).

O cenário para a reserva de fato passa pela discussão dos pontos abordados pelo morador como renda, gado, venda de lotes irregularmente e saída de muitos jovens do local.

O Gestor G2 (2017) destaca aspectos relacionados ao futuro das reservas:

O meu grande medo é quase uma certeza. É que nos criemos uma reserva de boi. É o que esta se tornando agora, né!? [...] A EMBRAPA a vida inteira pesquisou só boi, a nossa região era para boi, nunca pesquisou o extrativismo [...] começou a pesquisar floresta e extrativismo de 10, 15 anos pra cá. Se essa onda do Chico Mendes tivesse começado 15, 20 anos antes, tinha dado tempo [criar cadeia produtiva extrativista forte]. O seringueiro se encantou com o boi, que dá dinheiro mais rápido, né!? Dá um giro mais rápido e psicologicamente o que que o cara vê? Vê o fazendeiro de Hilux, de chapuzão na cabeça, duas, três namoradas, viaja pro nordeste, Miami [...] e o seringueiro extrativista é todo sujo, sofrendo.

Esse gestor menciona que o seringueiro se apaixonou pelo boi, de fato o boi tem relevância e viabilidade no local, de forma mais notável nos seringais não tradicionais. Todavia, tem que haver cuidado com a expansão da pecuária de forma predatória sobre os seringais, sobretudo os tradicionais. O Gestor G2 menciona ainda, como cenário de preocupação com a cultura tradicional extrativista, pois segundo o mesmo, *“ninguém quer saber do extrativismo: os filhos novos não querem nem saber: você tá doido de pegar num cabrita e de cortar seringa? Ai vão vender madeira ou ir morar na cidade, ou criar gado, esse é o processo [...] todas as reservas é um problema”* (GESTOR G2, 2017).

É relevante destacar os desafios da RECM que se apresentam a gestão da UC, para o Gestor G5 (2017) a renda é um deles:

A borracha pouco se produz hoje, a castanha é uma vez por ano [...] então é ilusão dizer pro seringueiro que ele vai sobreviver da borracha e da castanha, entendeu?! Isso é uma utopia, isso não existe, não existe, não tem como existir. Então é o que eu fico pensando, se tem tantos recursos de entidades que investe na Amazônia, até mesmo pelo gás carbono, né?! Porque não investem boa parte desses recursos diretamente nas pessoas que sobrevivem na floresta? É uma alternativa.

O mesmo Gestor destaca que outro desafio é desenvolver atividades que respeitem a ecologia local. A Gestora G8 (2017) vai mais além:

Nas unidades de conservação há uma luta muito grande de o governo apoiar financeiramente e tecnicamente dentro, com a intenção de perpetuar um modelo ou um modo de vida que as pessoas hoje em dia se deparem com a rejeição de não querer. Então, um desafio é você ficar tentando implementar ações que vão favorecer cadeias produtivas sustentáveis. Mas as pessoas não têm esse reconhecimento interno e aptidão, vontade para desenvolver essas ações [...] Então, assim agora, o que a gente vê quando ele vai colocar o pasto, ele não teve nenhuma assistência técnica, mas a gente bota grana, grana, grana [...] pensar açaí, castanha, copaíba e um ou outro morador vai desenvolver a atividade, entendeu?! Onde está o problema? Será que não é na gente, que não tá olhando essa realidade? Querendo conversar com ela e pensando sempre o modelo ideal?! (GESTORA G8, 2017).

No desabafo da gestora ela destaca a realidade no interior da UC. No entanto, essa realidade mencionada é a observada nos seringais com características não tradicionais, e mesmo dentro deles, não há um consenso, pois sempre há aqueles que gostariam ou desenvolvem atividades com baixo impacto.

A Gestora G8 (2017) continua, abordando os desafios da unidade. Afirma que: *“a situação é muito complexa, pois não existe uma retroalimentação da comunidade, porque é uma coisa de fora, não é uma coisa de dentro, quando é de dentro você faz, você arregança a manga”*. Discorda-se em parte do gestor, no sentido de que o Plano de Manejo, o Conselho Gestor, as reuniões das Associações e os Núcleos de Base discutem aquilo que deve ser priorizado enquanto atividade econômica, sempre levando em consideração a aptidão da RECM. Concorda-se, no entanto, que a situação é complexa na UC em função das características diversas dos seringais e suas colocações.

A Gestora G8 menciona o cenário futuro para a RECM, mesmo após seu discurso pessimista:

Acredito que daqui a 10 anos a gente vai continuar achando que, porra, vale a pena manter reserva, mesmo sabendo que a gente tem problemas grandes. Meu olhar enquanto território é esse [...] a gente vai aumentar a taxa de desmatamento? Sim [...] em 10 anos? Sim, mas comparativamente a gente vai tá em uma situação muito mais desejável que se fosse projeto de assentamento [...] Se não tivesse seria pior, pois a gente diminui a velocidade do come-come, do tratorzão, com isso equaciona os impactos (GESTORA G8, 2017).

A gestora reconhece a importância das RESEX enquanto UC, pois apesar dos problemas cumprem papel fundamental na conservação ambiental e cultural do

local. As UCs são, portanto, instrumentos importantes na estratégia de conservação dos recursos naturais e no fortalecimento da relação homem-natureza.

A gestora G8 destaca ainda:

Deveria haver uma visão estratégica de 10 anos. O pessoal do ICMBio, o governo do estado, tinha que ter isso. Vamos acabar com o arrendamento de boi dentro da reserva! Se você faz isso, você já está fazendo muita coisa [...] É isso que justifica muitas pessoas abrirem suas áreas para o boi e não é o boi que ele tem, mas é o boi do pecuarista que tá ali do lado, que não tem espaço no seu pasto [...] Ai você não demoniza o morador e ainda dá oportunidade pra quem arrendou se regularizar e não expulsar (GESTORA G8, 2017).

O cenário negativo para a RECM, dessa forma, é sem apoio do poder público, sem fiscalização, sem conscientização dos moradores, sem a vontade dos mesmos e sem uma cadeia produtiva racional dos recursos. Com isso, há a potencial perda de identidade e futura “extinção” da reserva. Muitos moradores não concordam com a RESEX, apesar de estarem em seu interior. Um morador do Seringal Santa Fé relata: *“A reserva atrapalha, não pode botar um cerrado [campo], não pode ter muita criação, não pode fazer um financiamento pro boi, não pode fazer um açude, tem que pedir autorização pra tudo”* (MORADORA RE9, 2017).

Uma questão relevante apresentada pelos moradores que se encontram nos seringais não tradicionais numa perspectiva de cenário futuro para os próximos 10 anos é o fracionamento cada vez mais acentuado da área, pois se compra e vende lotes na RECM por preço irrisório. Segundo um morador do Seringal Santa Fé: *“A reserva acho que ela ajuda, porque nós mora aqui e se fosse comprar uma terra documentada, não tem como [...] Com a reserva você consegue compra, né?! O pessoal vende baratinho, né?!”* (MORADORA RE9, 2017).

Outro morador do Seringal Santa Fé menciona que antes de se criar a RESEX, eles plantavam muitos hectares de feijão, milho e arroz: *“Aqui era tudo bonitinho e arrumadinho, mas com a RECM o senhor sabe que não permite a gente fazer isso, aí complicou, né?! Espero que esse povo do poder enxergue a gente aqui, porque não estão enxergando infelizmente”* (MORADOR RE11, 2017).

Dessa forma, resumidamente, têm-se os seguintes cenários para os próximos 10 anos da RECM para os seringais tradicionais e não tradicionais de acordo com o mencionado pelos moradores e com o observado no local (Quadro 21).

Quadro 21 – Cenário para os próximos dez anos nos Seringais tradicionais e não tradicionais da RECM

Seringais Tradicionais	Seringais Não Tradicionais
Apoio poder público	Sem apoio poder público
Com fiscalização e conscientização	Sem fiscalização e conscientização
Áreas funcionais	Áreas disfuncionais
Áreas com pecuária controlada	Áreas com densa pecuária
Áreas com colocações estruturadas	Áreas fragmentadas e loteadas
Áreas com florestas	Áreas desflorestadas com pastagem
Áreas compatíveis com RESEX	Áreas incompatíveis com RESEX
Gestão compartilhada	Individualização das decisões
Moradores com perfil de populações tradicionais extrativistas	Moradores com perfil cultural agropecuário
Problemas ecológicos controlados	Problemas ecológicos severos
Economia diversificada com produtos florestais	Economia pouco diversificada
População em situação regular	População em situação irregular

Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Nota: Organizado pelo Autor

Os cenários são ainda mais preocupantes em função da dinâmica encontrada nos seringais não tradicionais, pois não se vislumbra melhorias, mas pelo contrário, intensificação das questões abordadas. Nos seringais tradicionais, apesar de encontrar uma área mais equilibrada, é importante sempre acompanhá-la.

É nítido no contexto abordado o distanciamento entre o que foi proposto para a RECM e o que se encontra nos seringais não tradicionais pesquisados - Rubicon, Santa Fé e Nova Esperança. Em contrapartida nos seringais tradicionais - Porongaba, Povir e Filipinas - há uma aproximação entre o proposto e o encontrado, apesar das notórias dificuldades observadas. Além do mais, a tendência para os próximos anos é que nos seringais não tradicionais o distanciamento aumente ainda mais.

Há, entretanto, características distintas para cada grupo de seringais. Com relação à dinâmica temporal nos seringais, foi identificado um longo histórico de conflitos já anteriormente a criação da RECM. Já havia fazendeiros que ocupavam ilegalmente os seringais para criarem o gado. Com a criação da reserva houve o equacionamento dos conflitos, no entanto, ao longo dos últimos 25 anos os problemas se reorganizaram. O número de moradores nos seringais cresceu vertiginosamente e a pecuária se expandiu sobre eles, sobretudo naqueles não tradicionais.

A dinâmica espacial do local seguiu a mesma direção da temporal, sendo as áreas com melhor acesso, aquelas mais desejadas para serem habitadas por pessoas e/ou gado (Quadro 22).

Quadro 22 – Relação das zonas de uso e suas alterações na RECM

Característica da área	Seringal tradicional	Seringal não tradicional
Áreas de Uso restrito		
Zonas primitivas	Áreas pouco alteradas, mas com processos de transformação.	Áreas bastante alteradas ou mesmo destruídas
Áreas de uso ampliado		
Uso populacional	Dentro do esperado com algumas sobrecargas de pessoas	Áreas altamente povoadas fora da realidade proposta
Zona de manejo florestal de uso múltiplo	Existentes, com observações de transformações.	Áreas praticamente inexistentes, com resquícios em alguns locais específicos.
Zona de uso comunitário	Áreas conservadas	Áreas pouco conservadas e bastante exploradas
Zona de recuperação	Existentes	Existentes (casualmente)
Zona de Amortecimento	Inexistente	Inexistente

Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Nota: Organizado pelo Autor

Dessa forma, destacam-se os seringais não tradicionais como disfuncionais. Em contrapartida os seringais tradicionais possuem uma interferência humana menos agressiva, mantendo-se funcionais, pois possuem acesso mais restrito e ainda respeito ao Plano de Manejo. Nessas áreas a funcionalidade da área é notada.

Em termos culturais e sociais, os seringais tradicionais são mais homogêneos, pois neles ainda estão seringueiros e coletores, ou mesmo seus descendentes. Ainda predominam símbolos e signos da cultura de seus antepassados. Diferentemente, nos seringais não tradicionais concentram-se pessoas vindas de fora, sem a cultura extrativista.

As atividades econômicas nos seringais tradicionais priorizam o fator florestal ou agroflorestal. Há neles também uma economia mais diversificada. A organização das atividades e dos grupos encontrados nos seringais tradicionais é apresentada no Quadro 23.

Quadro 23 - Sujeitos/ Grupos e suas atividades nos seringais tradicionais da RECM

Sujeitos /Grupos \ Atividades	Seringueiros tradicionais*	Seringueiros sob outras atividades	Coletores	Agrossilvicultor	Agregados
Agricultura (itinerante)					
Atividade de corte de seringa					
Aposentados					
Coleta de castanha, sementes, óleos, etc.					
Pequena criação de cabritos, galináceos, bovinos entre outros					
Criação de bovinos (corte e/ou leiteira)					
SAF's					

Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Nota: *Não se encontram mais na área ativamente, apenas aposentados.
Organizado pelo Autor.

Há pouca diversificação econômica nos seringais não tradicionais, pois as atividades são mais relacionadas à agropecuária, o que contribui para a disfuncionalidade do sistema na RECM. Essas áreas precisam de regulação para chegar a um ponto de equilíbrio entre o Plano de Manejo e o que é de fato realizado no local. A organização das atividades e dos grupos encontrados nos seringais não tradicionais é apresentada no Quadro 24.

Quadro 24 – Sujeitos/ Grupos e suas atividades nos seringais não tradicionais da RECM

Sujeitos/ Grupos \ Atividades	Produtores rurais (colonos)	Pecuaristas	Chacareiros	Agregados
Agricultura (itinerante)				
Aposentados				
Coleta de castanha e sementes				
Pequena criação de cabritos, galináceos, bovinos entre outros.				
Criação de bovinos (corte e/ou leiteira)				
Lazer e descanso (finais de semana)				

Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Nota: Organizado pelo Autor.

Predominam nestes seringais grupos agropecuaristas, com perfil de pequenos, médios e grandes concessionários, além de diferentes moradores oriundos da cidade que compram chácaras (pequenos lotes) no interior da RECM.

Na dimensão política-administrativa há dificuldades na fiscalização e conscientização dos moradores dos seringais Rubicon, Santa Fé e Nova Esperança. Estas áreas estão mais distantes da concepção adotada no Plano de Manejo e concentram mais pessoas em situação irregular, seja pela compra ilegal de terras, seja pela densa criação de gado na área. Nos seringais tradicionais isso é diferente, pois há mais organização e respeito com relação ao Plano de Manejo.

A dimensão ecológica, assim como as outras, também enfrenta problemas. Os seringais tradicionais possuem certo equilíbrio ecológico, enquanto os seringais não tradicionais apresentam problemas ecológicos severos relacionados principalmente à perda de vegetação no local, que interfere em outros aspectos importantes, gerando disfunção no sistema RECM.

Nesse sentido, há certa dificuldade do órgão gestor em desenvolver soluções mais palpáveis ao local que se encontram os seringais não tradicionais. O local envolve muitas famílias e o assunto não é tarefa fácil.

A questão é esses três seringais - Rubicon, Santa Fé e Nova Esperança [...] As atividades lá estão suspensas até que se tome uma decisão, são várias as opiniões, até para **desafetar**, outros para **reintegrar** [...] não sabe o que vai acontecer ali, é um vespeiro [...] **para manter dentro da reserva** (GESTORA G9, 2017).

A discussão sobre o assunto não é tarefa simples como mencionado, pois envolve a vida de pessoas. A **desafetação** é uma alternativa drástica, pois corresponde a total desarticulação da UC, podendo abrir precedentes em outras áreas. A área seria destituída e opcionalmente poderia ser criado um assentamento, por exemplo. Um dos moradores do Seringal Nova Esperança relatou: *“Pra mim se pudesse acabar com essa reserva era melhor, se fosse assentamento seria mais prático [...] aqui não é área que possa ser reserva”* (MORADOR RE13, 2017).

Uma condição colocada pelos moradores para criar o assentamento seria permanecer com a terra que possuem e não dividir em partes iguais a todos. Um dos moradores do Seringal Santa Fé explica:

Essa reserva tem atrapalhado, porque se tivesse condição de reserva não falava nem isso, mas não tem castanha, seringa, açaí, aquilo que precisa pra reserva, né?! Então ta atrapalhando, nem nos progride e nem ninguém,

né?! Se quisesse transformar a reserva em um assentamento eu aceitava, é melhor com assentamento. É melhor pra pegar financiamento, dinheiro, pra tocar o movimento, né? Como era antigamente [...] como eu cheguei de pegar, né?! Agora se aqui fosse um polo, assentamento [...] pra facilitar os financiamentos, acho que a coisa era diferente, principalmente pra acabar com medo do ICMBio, né?! (MORADOR RE10, 2017).

Para os moradores dos seringais não tradicionais acabar com a reserva seria bom. Se fosse criado um assentamento seria melhor, pois segundo os mesmos, eles teriam mais acesso a recursos e financiamentos. Isso, todavia, não converge tanto, pois os moradores dos assentamentos enfrentam problemas semelhantes aos da reserva. Esse problema é generalizado, independe do modelo de gestão.

Os moradores destacam que na área desses seringais não tradicionais a RECM possui pouca característica de RESEX e que eles prefeririam mudar a área para reserva agroextrativista ou algo parecido com isso, até mesmo para assentamento rural. Um dos moradores do Seringal Santa Fé relata:

Nós pagamos um engenheiro pra dar um laudo pra fazer um processo pro órgãos do que é essa reserva [...] vamos encaminhar pra Brasília, pois a reserva não pode acabar, mas a gente quer uma solução/sugestão pra nós dessa área [...] a gente que um projeto baseado na agricultura familiar, isso é que acontece aqui (MORADOR RE8, 2017).

Há, portanto, um grupo de moradores do local pretende mudar definitivamente a categoria da área. Para o Gestor G5 (2017), quando se trata com pessoas é sempre complicado, porque são vários pontos de vista sobre um assunto. O mesmo gestor destaca: *“no meu ponto de vista, não que eu seja contra a reserva, eu sou a favor do meio, mas eu vejo que a RECM surgiu de um ponto equivocado, pois não tinha que ter ninguém lá dentro”*. Essa fala do gestor, entretanto, não leva em consideração o histórico de luta dos seringueiros para a criação das RESEX, da mesma forma mostra-se adepto a UCs de uso integral, nas quais não se permite a ocupação humana.

Outra opção seria **deixa-los como estão**. Entretanto, isso repercutiria negativamente para o órgão gestor e aqueles que realizam suas atividades respeitando as leis. Conforme aponta outra gestora, *“Ai até se pensa em deixar, mas ai abre precedentes para outras situações”* (GESTORA G9, 2017).

A reintegração teria amparo legal, pois está prevista inclusive no Plano de Manejo. Todavia, a opção repercutiria negativamente na vida dos moradores que

não respeitam as formas definidas pelo Plano de Manejo, pois perderiam praticamente tudo.

Há que se fazer uma observação, pois de acordo com Plano de Manejo da RECM:

O Zoneamento da Reserva poderá ser modificado sempre que forem observadas alterações significativas nas características ambientais ou quando novas informações técnicas e científicas subsidiem uma melhor delimitação das áreas. Uma área (zona) considerada mais preservada não poderá ser enquadrada (rebaixada) para outra considerada menos preservada (mais impactada), a não ser que novas condições de uso assim exigirem. Estas alterações deverão ser submetidas à análise e aprovação pelo Conselho Deliberativo da Unidade e IBAMA (BRASIL, 2006, p. 62).

Seja o que for definido pelo poder público para o local, o ideal é o diálogo entre os interessados para que se chegue a um consenso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui termina essa história para gente de valor. Prá gente que tem memória, muita crença, muito amor. Prá defender o que ainda resta, sem rodeio, sem aresta. Era uma vez uma floresta na Linha do Equador (FARIAS, 1982).

A região amazônica é um misto de grande extensão de terra e diversidade cultural, onde os atores sociais são os personagens principais da tênue relação entre conservação ecológica, desenvolvimento econômico e social. A imensidão da região nos mostra um leque aberto de interações sociais em territórios diversos, cada um com sua própria dinâmica temporal e espacial.

Em toda a região sobressai-se a riqueza generalizada da terra, da floresta, dos rios e dos povos. Seringueiros, indígenas e ribeirinhos por mais de um século fizeram parte da natureza, convivendo em harmonia com ela. A terra, a floresta, os rios e os povos, entretanto, foram sendo “domados” e a borracha tornou-se mola propulsora para o desenvolvimento da região. A “modernidade” foi chegando lentamente e, sorrateira, novas portas se abriram.

As forças estatais e do capital se apoderaram deste imenso território, trazendo a ele novas lógicas, mais “modernas” como sinônimo de desenvolvimento econômico. Um a um, esses povos foram sendo invisibilizados, passando a serem considerados “tradicionais” e rotulados de atrasados. Como forma de tentar “amenizar” as expropriações na região, bem como, os conflitos territoriais e os impactos ambientais delas decorrentes, o poder público passou então a estabelecer, a partir da década de 1990, novos modelos de gestão territorial. Proliferaram-se, assim, Unidades de Conservação (UC) e Assentamentos Rurais (AR), dos mais diversos, abrigando seringueiros, coletores e pequenos agricultores invisibilizados (Quadro 25).

Quadro 25 - Concepção teórica de modalidades de modelos de gestão territorial segundo seus subsistemas

Unidade de Conservação (UC)	Área Especial de Interesse Ecológico (ARIE)	<p>Subsistema Sociocultural - Objetivo de compatibilizar o modo de vida de populações tradicionais com a exploração dos recursos naturais.</p> <p>Subsistema Econômico - Desenvolvimento econômico sustentável, baseado na exploração dos recursos do local (extrativismo, agricultura de baixo impacto, criação de pequenos animais).</p> <p>Subsistema Político - Constituídas por terras públicas ou privadas.</p> <p>Subsistema Ecológico/Ambiental - Área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional.</p>
	Reserva Extrativista (RESEX)	<p>Subsistema Sociocultural - Objetivo de proteger os meios de vida e a cultura das populações extrativistas tradicionais, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais.</p> <p>Subsistema Econômico - Área utilizada por populações tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte.</p> <p>Subsistema Político - Domínio público com seu uso concedido às populações extrativistas tradicionais.</p> <p>Subsistema Ecológico/Ambiental - Uso sustentável com proteção dos recursos naturais da floresta.</p>
Assentamento Rural (AR)	Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE)	<p>Subsistema Sociocultural - Objetivo de regularizar as terras ocupadas pelas populações extrativistas e ribeirinhas, baseando-se nos seus modos de vida, em suas formas de se relacionar com a floresta e na utilização que fazem de seus recursos para sua sobrevivência.</p> <p>Subsistema Econômico - Desenvolvimento econômico sustentado.</p> <p>Subsistema Político - Reforma agrária ecológica, proporcionando aos assentados apoio técnico e de infraestrutura.</p> <p>Subsistema Ecológico/Ambiental - Assentamento diferenciado ambientalmente para proteger os recursos da natureza e assentar populações tradicionais.</p>
	Polos Agroflorestais (PA)	<p>Subsistema Sociocultural - Objetivo devolver o homem ao campo.</p> <p>Subsistema Econômico - Desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais, viabilizando a manutenção da floresta associada ao cultivo de produtos agrícolas e criações de animais de pequeno e médio porte.</p> <p>Subsistema Político - Assentamento de pequena extensão localizado em torno de um centro urbano. A terra pertence ao município.</p> <p>Subsistema Ecológico/Ambiental - Uso sustentado dos recursos do ecossistema de modo a recupera-lo.</p>

Fonte: INCRA (2015); Acre (2005); MMA (s/d).

Nota: Organizado pelo Autor.

As UCs são áreas com características naturais relevantes que são protegidas por força de lei tendo um regime especial de administração. As de proteção integral tem o intuito de preservar irrestritamente a natureza, não podendo haver presença humana. As de uso sustentável tem o intuito de compatibilizar a conservação com uso sustentável, ou seja, admite-se o uso direto dos recursos

naturais, podendo haver presença humana. Tanto a ARIE quanto a RESEX se encaixam nesta segunda categoria.

Os ARs integram um contexto de redistribuição da propriedade fundiária com readaptação da população beneficiária a um novo espaço de vida e de trabalho. Trata-se de projetos criados com o intuito de resolver situações de pobreza e exclusão social, bem como, de conflitos localizados, ou mesmo, de resgatar o potencial produtivo da agricultura familiar. Tanto o PAE como o PA se encaixam nesta categoria.

Os quatro modelos de gestão territorial, apresentados no Quadro 26, procuram estabelecer, de certa forma, uma harmonia entre diferentes dimensões e/ou subsistemas que compõe a realidade: Sociocultural, Econômica, Administrativa e Ecológica/ambiental. Apesar de cada um dos sistemas e/ou modelos apresentar perfil diferenciado, suas dimensões e/ou seus subsistemas apresentam, muitas vezes, similitudes.

O Subsistema Sociocultural mostra-se comum para os modelos de gestão ARIE RESEX e PAE por assentarem populações tradicionais como seringueiros, coletores e ribeirinhos que já se encontram na área, de forma a proteger seus respectivos modos de vida. Entretanto, esse subsistema apresenta diferenciação para o modelo de gestão PA, pois os beneficiários previstos são ex-seringueiros, ex-coletores e agricultores rurais que se apresentam desterritorializados em núcleos urbanos.

Na perspectiva do Subsistema Econômico os quatro modelos de gestão territorial citados apresentam como concepção o desenvolvimento econômico sustentável. Este se pauta no extrativismo, na agricultura de baixo impacto, na criação de pequenos animais. No caso específico da PA, estas atividades se associam a implantação de Sistemas Agroflorestais.

No Subsistema Político os quatro modelos de gestão territorial tem em comum o fato de serem criados e geridos pelo poder público. O que os difere é apenas a esfera governamental – municipal estadual e/ou federal. As terras se apresentam sob a forma de domínio público, havendo a concessão de uso aos moradores. Apenas no caso da ARIE também se possibilita sua criação em áreas de domínio privado.

Com relação ao Subsistema Ecológico/Ambiental, os quatro modelos de gestão territorial buscam proteger os recursos naturais da biota regional,

diferenciando-se entre si com relação ao rigor nas medidas de proteção. As UCs são mais rígidas nessa proteção do que os ARs. Em todos eles é possível, entretanto, compatibilizar a exploração sustentável. O PA diferencia-se no sentido de que o modelo é previsto também para o contexto de recuperação e/ou regeneração de áreas impactadas.

Observa-se, entretanto, convergência nas políticas de implantação e desenvolvimento dos diferentes modelos territoriais. O amplo leque de modelos de UCs e ARs vem permitindo que populações e gestores busquem o mais adequado para cada situação específica. Esse processo, todavia, nem sempre se desenvolve de forma tranquila em função de conflitos de interesse.

Assim, após uma longa fase de implantação de grandes projetos geopolíticos na Amazônia, voltados para o setor de infraestrutura e energia e com transformações abruptas no modo de vida dos povos originários, esses modelos de gestão territorial possibilitaram certo alento. Esse, advindo da possibilidade dessas populações de se manterem em seus territórios ancestrais.

Novos instrumentos de gestão territorial surgiram, coadunando-se com os modelos que foram desenvolvidos, entre eles o Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE). Potencializando a conectividade entre os aspectos físicos e socioculturais, este instrumento abriu espaço para um maior diálogo entre o Estado, os cidadãos e o meio ambiente, permitindo um direcionamento com relação à tipologia de modelo de gestão territorial a ser empregada.

Para exemplificar esta fase, tomou-se como exemplo o estado do Acre na Amazônia Sul Ocidental, mais especificamente o município de Epiaciolândia. O território deste município, de acordo com o ZEE, integrou diferentes zonas de influência de produção, entre elas, uma Agropecuária, que visa o investimento em atividades ligadas direta e indiretamente a produção agrícola e criação de animais; uma Agroextrativista, que visa o investimento na agricultura familiar e no extrativismo em geral; e uma Extrativista, que busca o incremento da exploração extrativista. Na Zona Agropecuária foi implantado o PA de Epiaciolândia. Na Zona Agroextrativista foram criados a ARIE Seringal Nova Esperança e o PAE Porto Rico. E, na Zona Extrativista implantou-se a RESEX Chico Mendes (Quadro 26a e 26b).

Quadro 26a - Concepção original dos modelos de gestão territorial estudados segundo seus subsistemas

Unidade de Conservação (UC)	ARIE Seringal Nova Esperança (1999)	<p>Subsistema Sociocultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como UC de uso sustentável, houve a possibilidade de ocupação humana, sendo assentadas 27 famílias de seringueiros, coletores e agricultores familiares que se encontravam em área de conflito. <p>Subsistema Econômico:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Exploração de produtos extrativista e agricultura de baixo impacto, bem como criação de pequenos e médios animais. <p>Subsistema Político:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A gestão inicial foi do IBAMA e sua criação foi apenas política, sem estudo e planejamento. • A população local pretendia ser enquadrada no modelo RESEX e não ARIE. • Previa o desenvolvimento de estudos técnicos, assistência técnica e infraestrutura na área, proporcionando qualidade de vida aos beneficiados. • Constituída por terras públicas pertencentes à União, possibilitou aos posseiros a permanência na terra através de Concessão de Uso. • A divisão dos lotes baseou-se na estrutura das colocações, sendo prevista a implantação de Plano de Manejo visando à exploração dos recursos com conservação da natureza. <p>Subsistema Ecológico/Ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Área de pequena extensão (2.576 ha.), com pouca densidade de ocupação humana. • Características naturais extraordinárias com 15% da área desflorestada. • Presença de exemplares raros da biota regional como castanheira (<i>Bertholletia excelsa</i>) e seringueira (<i>Hevea basiliensis</i>). • Uso admissível da área desde que compatível com a conservação da natureza. • Previa a criação da Zona de amortecimento no entorno.
	RESEX Chico Mendes (1990)	<p>Subsistema Sociocultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como UC de uso sustentável possibilitou a ocupação humana, assentando cerca de 230 famílias de seringueiros e coletores que se encontravam em área de conflito. • Buscou a proteção dos meios de vida e da cultura dessas populações tradicionais. <p>Subsistema Econômico:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Exploração de produtos extrativista e, complementarmente, a agricultura de subsistência e a criação de animais de pequeno e médio porte. <p>Subsistema Político:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A gestão inicial foi do IBAMA e sua criação antecedeu estudos técnicos e planejamento. • Luta dos seringueiros do território para implantação do modelo RESEX enquanto modalidade de reforma agrária, garantindo-os a permanência na terra. • A divisão dos lotes baseou-se na estrutura das colocações, prevendo-se a autogestão dos seringueiros. • Constituída por terras públicas pertencente à União, possibilitou a Concessão de Uso aos moradores. • Previa o desenvolvimento de estudos técnicos, assistência técnica e infraestrutura na área, proporcionando aos beneficiados qualidade de vida. • Previa a implantação de Plano de Manejo visando à exploração dos recursos com conservação da natureza. <p>Subsistema Ecológico/Ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Área total de aproximadamente 66.728 mil ha. • Ótimas características ecológicas e ambientais, com vegetação conservada (menos de 10% de desflorestamento). • Uso admissível da área desde que compatível com a conservação da natureza. • Previa a criação da Zona de Amortecimento no entorno.

Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Nota: Organizado pelo Autor.

Quadro 26b - Concepção original dos modelos de gestão territorial estudados segundo seus subsistemas

Assentamento Rural (AR)	PAE Porto Rico (1991)	<p>Subsistema Sociocultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> • AR ambientalmente diferenciado ocupado por 46 famílias de seringueiros, coletores e ribeirinhos. • Proteção do ecossistema natural e dos meios de vida e cultura de populações tradicionais. • Regularização fundiária das terras ocupadas. <p>Subsistema Econômico:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promoção do desenvolvimento econômico sustentável, através da exploração de produtos extrativistas. <p>Subsistema Político:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A gestão inicial foi do INCRA e a sua criação antecedeu planejamento. • A população foi consultada e participou parcialmente das etapas de criação e desenvolvimento. • Previa inicialmente o desenvolvimento de estudos técnicos, assistência técnica e infraestrutura na área, proporcionando aos beneficiados qualidade de vida. • Promoção de uma reforma agrária ecológica, onde a divisão dos lotes baseou-se na estrutura das colocações. • Constituída por terras públicas pertencente à União, possibilitou a Concessão de Uso aos posseiros, garantindo-lhes permanência na terra. <p>Subsistema Ecológico/Ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inicialmente possuía área total com cerca de 5.163 ha. • Uso admissível da área desde que compatível com a conservação da natureza. • Ótimas características ecológicas e ambientais, com vegetação conservada (10% da área desflorestada).
	PA de Eptaciolândia (2001)	<p>Subsistema Sociocultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> • AR ocupado por 9 famílias de ex-seringueiros, ex-coletores e agricultores rurais que se encontravam na área urbana de Eptaciolândia. <p>Subsistema Econômico:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Abastecimento da cidade de Eptaciolândia com alimento da hortifruticultura. • Diversificação da produção com sustentabilidade econômica através de Sistemas Agroflorestais, cultivo de espécies arbóreas (cupuaçu, graviola, acerola, manga, castanheira, laranja), cultivos de produtos agrícolas (milho, arroz, feijão) e criações de animais de pequeno e médio porte (galinha, porco, cabra). <p>Subsistema Político:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assentamento de pequena extensão localizado no entorno imediato de Eptaciolândia. • Criado pelo município de Eptaciolândia em terra pública municipal, com Concessão de Uso para os moradores. • Proposta inicial foi de assentar 16 famílias. • Previsão inicial de desenvolvimento de estudos de assistência técnica e infraestrutura na área, proporcionando aos beneficiados qualidade de vida. • Promoção de uma reforma agrária, com reassentamento em lotes de cerca de 5 ha. <p>Subsistema Ecológico/Ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inicialmente possuía área total com cerca de 129 ha. • Uso admissível da área desde que compatível com a conservação e regeneração da natureza. • Características ecológicas e ambientais com alta degradação (40% de área desflorestada). • Criação de reserva legal no assentamento.

Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Nota: Organizado pelo Autor.

Os quatro modelos de gestão territorial em estudo, implantados no município de Epitaciolândia e apresentados no Quadro 26a e 26b, procuram estabelecer, de certa forma, uma harmonia entre seus diferentes subsistemas: Sociocultural, Econômico, Administrativo e Ecológico/Ambiental. Apesar de cada um dos sistemas e/ou modelos apresentar perfil diferenciado, seus subsistemas apresentam, muitas vezes, similitudes.

Com relação ao Subsistema Sociocultural para as UCs e ARs estudados, observou-se que os modelos de gestão territorial implantados no município de Epitaciolândia tiveram suas concepções originais bastante próximas às idealizadas nas concepções teóricas. Nas duas UCs - ARIE Seringal Nova Esperança e RESEX Chico Mendes - foram regularizadas no início da década de 1990 famílias de seringueiros, coletores e agricultores que já se encontravam nas respectivas áreas e que viviam situações de conflito com fazendeiros protegendo seus modos de vida. Nas duas ARs - PAE Porto Rico e PA de Epitaciolândia – os grupos se diferenciaram e as dinâmicas dos assentamentos também. Enquanto no primeiro foram regularizadas também no início de década de 1990 as situações fundiárias de seringueiros, coletores e ribeirinhos que já se encontravam na área. No segundo ocorreu o reassentamento no início da década de 2000 de ex-seringueiros, ex-coletores e agricultores rurais, revertendo o fluxo migratório da cidade para o campo.

Com relação ao Subsistema Econômico para as UCs e ARs estudados, observou-se que os modelos de gestão territorial implantados no município de Epitaciolândia tiveram suas concepções originais bastante próximas às idealizadas nas concepções teóricas. Nas duas UCs - ARIE Seringal Nova Esperança e RESEX Chico Mendes - e no AR - PAE Porto Rico – foram estruturadas explorações econômicas sustentáveis de produtos do extrativismo, uma agricultura de baixo impacto, bem como criações de pequenos e médios animais. No AR - PA de Epitaciolândia – a exploração extrativista proposta se diferenciou, acompanhando a concepção teórica do modelo de gestão estudado, voltando-se para os Sistemas Agroflorestais.

No diz respeito ao Subsistema Político para as UCs e ARs estudados, observou-se que os modelos de gestão territorial implantados no município de Epitaciolândia tiveram suas concepções originais bastante próximas às idealizadas na concepção teórica. Todavia, é nesse subsistema que se encontram as maiores diferenciações entre os modelos de gestão territoriais estudados:

- a) As duas UCs - ARIE Seringal Nova Esperança e RESEX Chico Mendes – tiveram sua gestão inicial ligada ao órgão ambiental, IBAMA, enquanto os dois ARs - PA de Epitaciolândia e PAE Porto Rico – foram ligados à prefeitura municipal e ao INCRA respectivamente.
- b) No que diz respeito ao modelo de gestão territorial tem-se que, no caso das UCs, os moradores do Chico Mendes foram atendidos como RESEX enquanto os moradores do Seringal Nova Esperança pleiteavam ser RESEX, mas receberam o modelo ARIE. No caso dos ARs não havia uma luta específica quanto ao modelo de gestão a ser implantado.
- c) Nas duas UCs - ARIE Seringal Nova Esperança e RESEX Chico Mendes - e no AR - PAE Porto Rico – a divisão dos lotes baseou-se na estrutura pré-existente das colocações dos seringais. No AR - PA de Epitaciolândia – como não havia moradores nem uma estrutura pré-existente no local, os critérios da divisão de lotes foram geométricos.
- d) Com relação à titulação das terras, nas duas UCs - ARIE Seringal Nova Esperança e RESEX Chico Mendes - e no AR - PAE Porto Rico – teve-se a Concessão de Uso pelo poder público federal. No AR - PA de Epitaciolândia – a Concessão de Uso foi outorgada pelo poder público municipal.

Com relação ao Subsistema Ecológico/Ambiental para as UCs e ARs estudados, observou-se que os modelos de gestão territorial implantados no município de Epitaciolândia tiveram suas concepções originais muito próximas às idealizadas nas concepções teóricas. Tanto nas duas UCs - ARIE Seringal Nova Esperança e RESEX Chico Mendes – quanto nos dois ARs - PA de Epitaciolândia e PAE Porto Rico – seguiu-se o padrão de conservação ambiental de seus respectivos ecossistemas com exploração racional dos recursos. No caso das UCs previa-se ainda a criação de Zonas de Amortecimento no entorno para maior proteção de ambas. Para o PA Epitaciolândia, cuja área encontrava-se mais degradada, a recomendação era ainda atenção especial para com a regeneração e reorganização ambiental, além da criação de uma reserva legal no assentamento.

O Quadro 27a e 27b mostra o distanciamento entre a situação encontrada hoje nos modelos implantados no município de Epitaciolândia com relação às concepções teóricas e/ou originais. Tal distanciamento leva a um quadro de disfuncionalidades nestes modelos de gestão territorial.

Quadro 27a – Situação atual dos modelos de gestão territorial estudados segundo seus subsistemas

Unidade de Conservação (UC)	ARIE Seringal Nova Esperança	<p>Subsistema Sociocultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Perda de identidade dos moradores antigos que permaneceram e se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. • Inchamento da área com agregados e novos moradores com entrada de forma irregular e mentalidade agropecuária (atualmente são 60 famílias) <p>Subsistema Econômico:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Exploração de atividades econômicas incompatíveis com a área, sobretudo, pecuária de grande impacto. • Desenvolvimento de nicho de mercado: artesanato em látex (Dr. Borracha). <p>Subsistema Político:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gestão passou para o ICMBio a partir de 2007. • Convivência entre diferentes atores sociais (extrativistas e pecuaristas) gera conflitos entre os grupos. • Pressão para flexibilização das normas do modelo gera conflitos com o órgão gestor. • Subdivisão dos lotes originais sem nenhum padrão (muito pequenos ou muito grandes). • Falta de acompanhamento (não há Plano de Manejo), assistência técnica, infraestrutura e outros investimentos. <p>Subsistema Ecológico/Ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cerca de 48% da área encontra-se desflorestada devido à expansão de pastagens. • Castanheira e seringueira tornaram-se rarefeitos na biota regional. • Não houve a criação da Zona de Amortecimento, ficando o entorno submetido aos efeitos danosos da pecuária.
	RESEX Chico Mendes	<p>Subsistema Sociocultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Convivem áreas de seringais tradicionais, com populações extrativistas e pequenos produtores rurais, com áreas não extrativistas de pecuaristas e agricultores de maior porte. • Conflitos entre populações tradicionais e fazendeiros da região, paralelos a conflitos entre agropecuaristas moradores e o órgão gestor. <p>Subsistema Econômico:</p> <ul style="list-style-type: none"> • De um lado tem-se uma economia de subsistência baseada no extrativismo, na agricultura familiar e na criação de animais dentro de um limite estabelecido. De outro lado desenvolve-se uma economia pecuarista de mercado que extrapola o limite tolerado. <p>Subsistema Política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A gestão passou para o ICMBio a partir de 2007 e o sistema de autogestão pelos seringueiros não foi implantado. • Conflitos internos para manutenção do modelo RESEX de um lado, e para transformação deste em um AR de outro. • Subdivisão dos lotes em unidades menores para assentamento de agregados de um lado, e venda de lotes para ampliar a atividade pecuarista de outro. • Possui Plano de Manejo, mas não é seguido de forma homogênea, tendo áreas em que é desrespeitado. • Há ações de planejamento, estudos e assistência técnica apenas onde se mantém os seringais tradicionais. <p>Subsistema Ecológico/Ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não possui Zona de Amortecimento na área. • Convivem áreas de seringais com boas características ecológicas e ambientais com áreas em que os seringais apresentam um desflorestamento que chega a quase 60%.

Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Nota: Organizado pelo Autor

Quadro 27b – Situação atual dos modelos de gestão territorial estudados segundo seus subsistemas

Assentamento Rural (AR)	P AE Porto Rico	<p>Subsistema Sociocultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Expansão no perfil dos moradores (extrativistas, produtores rurais, agrossilvicultores e pecuaristas), mas com compatibilidade social. • Transformação gradativa dos modos de vida e da perspectiva no uso sustentável dos recursos naturais. <p>Subsistema Econômico:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promoção do desenvolvimento através da atividade agrícola e pecuária de pequeno e médio porte, com expansão da atividade pecuária bovina. Inserção, embora incipiente da apicultura. Principal mercado, embora informal, é a Bolívia. <p>Subsistema Político:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em 1996, muda de categoria de AR Extrativista para AR Agroextrativista. • Atualmente possui 73 famílias assentadas. • Subdivisão de muitos lotes para assentar agregados e/ou para venda. • Não há acompanhamento com assistência técnica ou de outra natureza. <p>Subsistema Ecológico/Ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mais de 40% da área encontra-se desflorestada devido à expansão de pastagens e agrícola • Redução de exemplares raros da biota regional como castanheira e seringueira. • Elaboração do Plano de Desenvolvimento Comunitário em 2005 e 2012, bem como de um paliativo de infraestrutura. • Recuperação de áreas degradadas pela distribuição de mudas de árvores madeiras.
	PA de Epitaciolândia	<p>Subsistema Sociocultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Presença de Chacareiros que são incompatíveis com a proposta do modelo. <p>Subsistema Econômico:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Expansão da pecuária de frango para corte (fins industriais). • Diversificação da produção nos lotes para busca de subsistência e visando o mercado informal da Bolívia. <p>Subsistema Político:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Regularização da terra pelo poder público estadual apenas a partir de 2005. • Criação do Parque Ecológico Wilson Pinheiro absolvendo lotes que não foram assentadas famílias. <p>Subsistema Ecológico/Ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Manutenção do percentual (40%) da área desflorestada e criação de Parque Ecológico na área conservada.

Fonte: Pesquisa de Campo (2017)

Nota: Organizado pelo Autor.

Os quatro modelos de gestão territorial em estudo, implantados no município de Epitaciolândia, são caracterizados no Quadro 27a e 27b segundo suas características atuais, demonstrando a dinâmica das transformações vivenciadas em seus subsistemas: Sociocultural, Econômico, Administrativo e Ecológico/Ambiental. Nessa perspectiva temos o distanciamento entre a concepção inicial dos modelos implantados e a realidade hoje neles encontrada. A manutenção da concepção teórico e/ou original contribui para a funcionalidade do modelo de gestão territorial, enquanto o distanciamento desta leva ao surgimento de disfuncionalidades.

Com relação ao Subsistema Sociocultural observa-se que:

- a) Nas UCs - ARIE Seringal Nova Esperança e em parte da RESEX Chico Mendes (seringais não tradicionais) - não se atingiu o objetivo de compatibilizar o modo de vida das populações tradicionais com a exploração dos recursos naturais. Isso se deve ao inchaço populacional ocasionado tanto pelo crescimento natural verificado no interior das famílias, com os chamados agregados, quanto pela entrada irregular de novos moradores com perfil agropecuário, substituindo aqueles com ancestralidade, anteriores a criação da UC.
- b) Na porção da RESEX Chico Mendes dominada por seringais tradicionais, a compatibilização foi possível em função da identidade extrativista dos moradores.
- c) Na ARIE Seringal Nova Esperança, a abertura de um nicho de mercado, com o artesanato em látex do Dr. Borracha, mostra-se como uma possibilidade para manutenção da sustentabilidade nesta UC.
- d) Nos ARs - PAE Porto Rico e PA Epitaciolândia - até mesmo por se pautarem em concepções menos restritivas, o distanciamento observado foi menor. Entretanto, observa-se em ambos a entrada irregular de moradores cujos perfis diferem do recomendado para os modelos.

A pressão demográfica, com mais pessoas dentro de uma mesma área, somadas aos interesses divergentes acirram os conflitos internos e os conflitos com o órgão gestor.

Com relação ao Subsistema Econômico observa-se que:

- a) Nas UCs – ARIE Seringal Nova Esperança e em parte da RESEX Chico Mendes (seringais não tradicionais) - a perspectiva inicial sofreu reverses.

O extrativismo decaiu em função da crescente derrubada da floresta e também pelo baixo valor que seus produtos alcançam no mercado, sendo necessário migrar para outras atividades. Com isso, insurge a pecuária como atividade crescente, pois demanda baixa técnica e tem colocação garantida no mercado, possibilitando rápida recuperação de investimento.

- b) Em contrapartida, há áreas da RESEX com manutenção dos seringais tradicionais. Nelas o extrativismo ainda é possível em virtude da floresta apresentar boa conservação. Paralelamente, se diversificam as atividades com a agricultura familiar, a criação de animais de pequeno à grande porte (inclusive a pecuária bovina dentro do permitido¹¹⁰), além de piscicultura, apicultura e turismo. Os moradores dessas áreas garantem sua sustentabilidade econômica, sobretudo, com a exploração dos recursos naturais, como mencionado na proposta inicial.
- c) Nos ARs, em especial no PAE Porto Rico, segue-se o mesmo caminho de substituição do extrativismo pela pecuária bovina, entretanto, ainda dentro do permitido, mas esbarrando o limite do não permitido.
- d) No PA Epitaciolândia, além da atividade central sugerida na concepção do modelo de gestão, os Sistemas Agroflorestais, há a criação de animais de pequeno e médio porte, produção de polpas e ainda, por parte de alguns, a criação industrial de frangos. Mesmo assim, pelo tamanho da área, permanece a dificuldade de sustentabilidade econômica.

Um ponto de similitude dentro desse Subsistema Econômico é que em todos os modelos de gestão territorial do município de Epitaciolândia o mercado consumidor, embora informal, de produção agrícola e hortifrúti, é principalmente a cidade vizinha de Cobija na Bolívia.

Com relação ao Subsistema Político nota-se que:

- a) Nas UCs - ARIE Seringal Nova Esperança e parte da RESEX Chico Mendes (seringais não tradicionais) há um histórico de conflitos interno entre moradores (extrativistas e pecuaristas) e destes com o atual órgão gestor (ICMBio). Na ARIE há pressão para flexibilizar as normas do

¹¹⁰ Ver Planos de Manejo (RESEX Chico Mendes até 30 hectar), ARIE Seringal Nova Esperança (não possui plano) – tem que ver objetivos de criação. PAE Porto Rico (ver objetivos de criação) e PA de Epitaciolândia ver objetivos de criação.

modelo de gestão existente, enquanto nesta parte da RESEX há pressão para transformação de atual modelo de gestão de UC para AR. Essas reivindicações se ligam ao interesse na expansão ainda maior da pecuária no interior destas UCs.

- b) Na área da RESEX Chico Mendes com manutenção dos seringais tradicionais, a luta é pela manutenção do atual modelo de gestão e pelo respeito ao Plano de Manejo em toda a extensão da reserva para impedir o seu desvirtuamento.
- c) No AR PAE Porto Rico, já na fase inicial, houve a sua transformação de Assentamento Rural Extrativista para Agroextrativista, flexibilizando as atividades agropecuárias no interior do modelo de gestão que restringia as atividades ao extrativismo.
- d) No AR PA de Epitaciolândia ocorreu à regularização tardia das terras e a criação do Parque Ecológico Wilson Pinheiro em área destinada a lotes para assentados.

Um ponto de similitude dentro desse Subsistema Político é que em todos os modelos de gestão territorial do município de Epitaciolândia há um processo de subdivisão dos lotes originais, seja para assentar agregados, seja para venda destes a um público sem o perfil requisitado para integrá-los.

Com relação ao Subsistema Ecológico/Ambiental nas UCs - ARIE Seringal Nova Esperança e RESEX Chico Mendes -, bem como, no AR PAE Porto Rico, o que se observa é um avanço do processo de desflorestamento, embora a velocidade deste seja bastante diferenciada entre os modelos de gestão e mesmo no interior de cada um deles. As modalidades de uso e a ocupação do solo, formação de pastagem e exploração madeireira, no interior dos modelos são incompatíveis com a conservação da natureza. A pressão destes mesmos fatores ocorre também no entorno das UCs e ARs em estudo. No caso do PAE Porto Rico, a elaboração do Plano de Desenvolvimento Comunitários em 2005 e 2012 contribuiu potencialmente para breçar o avanço deste processo. No caso do PA de Epitaciolândia, a situação de conservação da floresta se manteve estável, todavia, isso se deve a manutenção da mesma numa área onde não houve assentamento de famílias. Nessa área se criou o Parque Ecológico Wilson Pinheiro em 2013.

Assim, analisando-se as concepções teóricas dos modelos de gestão territorial, bem como as concepções originais das UCs e dos ARs implantados em Eptaciolândia, verifica-se que uma série de questões foi negligenciada. Não se levou em consideração a redução do preço e da produção de produtos extrativistas, a expansão da pecuária na região, o aparecimento da figura dos agregados no interior das áreas, a entrada irregular de moradores com perfil diferente do apregoado, entre outras. Todos estes fatores contribuíram para gerar disfuncionalidades nos sistemas dos modelos de gestão territorial estudados.

REFERÊNCIAS

ABREU, D. L. **Área de Relevante Interesse Ecológico Seringal Nova Esperança: intenções e resultados**. 2015. Monografia (Especialização *Lato Sensu* em Análise Ambiental e Gestão do Território). Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/images/abook/pdf/2sem2015/novembro/Nov.15.56.pdf>>. Acesso em: 20/10/2016

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Decreto nº 97.734, de 11 de maio de 1989**. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, parte do imóvel rural denominado Seringal Porto Rico, classificado como latifúndio por exploração, situado no Município de Xapuri, no Estado do Acre, compreendido na zona prioritária, fixada pelo Decreto nº 92.676, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1989/decreto-97734-11-maio-1989-448282-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20/12/2018.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Lei nº 1.026, de 28 de abril de 1992**. Cria o município de Epitaciolândia, desmembrado dos municípios de Brasília e Xapuri, e fixa seus limites.

ACRE. Governo do Estado do Acre. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico-Econômico: Indicativos para a gestão territorial do Acre**. Documento Final. Rio Branco: SECTMA, v. 3, 2000. 124 p.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Plano de Desenvolvimento Comunitário: Comunidade Porto Rico, Epitaciolândia – Acre**. Rio Branco, 2005.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Lei nº 1.693, de 21 de dezembro de 2005**. Cria os Programas de Pólos Agroflorestais e Quintais Agroflorestais (PQA) e autoriza o Poder Executivo a outorgar, sob condição resolutive, concessão de direito real de uso de terras públicas rurais localizadas nos Polos Agroflorestais, para implementação da Política de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre. Disponível em <<http://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2014/09/Lei1693.pdf>>. Acessado em: 18/04/2017.

ACRE. Governo do Estado do Acre. Programa Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre Fase II: Documento Síntese-Escala 1:250.000**. Rio Branco, 2006. 356 p.

ACRE. Governo do Estado do Acre. Ordenamento Territorial de Epitaciolândia. **Ordenamento Territorial Local: prognósticos e matriz de demandas sociais e ações institucionais**. Documento, Rio Branco, Acre. 2009.

ACRE. Governo do Estado do Acre **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS): território do alto Acre e capixaba estado do Acre**. Relatório Técnico, 2010. Rio Branco, Acre. 130p. Disponível em: <

http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio004.pdf>. Acesso em 20/05/2016.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Plano de Desenvolvimento Comunitário: Comunidade Porto Rico, Epitaciolândia – Acre**. Rio Branco, 2012.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Acre em números 2017**. Disponível em < <http://www.ac.gov.br/wps/wcm/connect/4bb6ed00414180378291f31a15eb5101/acre-em-numeros-2017.pdf?>>. Acessado em 10/08/ 2017.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Acre em números 2013**. Disponível em < <http://acre.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/AcreEmNu%CC%81meros2013webeditado.pdf>>. Acesso em 22/08/2019

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Polo Agroflorestal: A nossa proposta de reforma agrária**. Rio Branco: Secretaria Executiva de Agricultura e Pecuária, s.d. 12p.

ALLEGRETTI, M. H. Alternatives do Deforestation: steps towards sustainable use of the Amazon rain forest. In: Anderson, A. B. (Org.). Alternatives to deforestation: steps towards sustainable use of the Amazon rain forest. New York: Columbia University Press, 1990, pp. 252-264.

ALLEGRETTI, M. H. (1994). Reservas Extrativistas: Parâmetros para uma Política de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. In: ARNT, Ricardo (ed.). **O Destino da Floresta: Reservas Extrativistas e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia**. Curitiba: Relume – Dumará, 1994. (Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais).

ALLEGRETTI, M. H. Construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. 2002. 872f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, 2002.

ALLEGRETTI, M. H. Construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/13423/9048>>. Acesso em: 20/03/2016.

ALMEIDA, P. R. de. **A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica**. 2004. 32p. Disponível em < https://celsofurtado.phl-net.com.br/artigos_scf/Paulo_Roberto_Almeida.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2015.

ALVES, F. D. Considerações sobre métodos e técnicas em geografia humana. **Revista Diálogo**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 227-241. jan./dez. 2008. < https://baraodemaua.br/comunicacao/publicacoes/dialogus/2008/pdf/dialogus_2008.pdf>. Acesso em: 12/03/2019.

AMARAL, E. F. do; ARAÚJO, E. A. de; SOUSA, M. de M. M.; FRANKE, I. L.; LUNZ, A. M. P.; ANDRADE, E. P. de. **Polos Agroflorestais: a base da produção sustentada utilizando o conhecimento da floresta.** Rio Branco: Embrapa Acre, 1999.

AMARO, M. A. et al. **Inventário Florestal na ARIE da Castanheira no Acre.** 2012. Disponível em: <<http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/estudodevegetacaoarie.pdf>> Acesso em: 4 mar. 2016.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ACRE (AMAC). **Epitaciolândia.** 2016. Disponível em < <http://www.amac-acre.com.br/>>. Acesso em: 15/06/2016.

AMORIM, M. C. C. T; NUNES, J. O. R. Geografia e ambiente: reflexões sobre o atual momento da geografia física. **Geografia**, Rio Claro, v. 31, n. 2, p. 427-433, mai./ago. 2006. Disponível em: < <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/2490>>. Acesso em: 21/06/2016.

ANDRÄ, H. Alexander von Humboldt e as suas relações com o Brasil. **Revista de História**, v. 25, n. 52, p. 387-403, jul./set. 1962. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/121720>>. Acesso em: 09/03/2019.

ARANA, A. R. A.; VAGULA, P. R. O macrozoneamento ecológico-econômico da Amazônia Legal. *Revista Brasileira de Geografia Física*, v. 09, n. 04, p. 1110-1121, abr., 2016. Disponível em: < <https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbge/issue/archive>>. Acesso em: 10/04/2019.

ARBEX JÚNIOR, J. "Terra sem povo", crime sem castigo – pouco ou nada sabemos de concreto sobre a Amazônia. In: OLIVEIRA, A. U.; OLIVEIRA, B. C.; FEARNSTIDE, P. M.; ARAGÃO, J.; ORRICO, R.; ROCHA, J.; FIGUEIREDO, W.; CARNEIRO FILHO, A.; ARBEX JR.; J.; TORRES, M. (Org.). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163.** Brasília: CNPq, 2005, p. 21-66.

ARAUJO, F. C. de. **Reforma Agrária e Gestão Ambiental: Encontros e desencontros.** 2006. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília. Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/2541>. Acesso em: 07/02/2019.

ARRUDA, R. 'Populações tradicionais' e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. **Ambiente & Sociedade**, v. 2, n.5, p.79-92, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1414-753X19990002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20/03/2019

BATISTELA, T. S. **O Zoneamento Ambiental e o desafio da construção da Gestão Ambiental Urbana.** 2007. 159f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://ppgfau.unb.br/2014-06-03-18-22-28/dissertacoes>>. Acesso em 12 abr. 2019.

BECKER, B. **Geopolítica da Amazônia: A Nova Fronteira de Recursos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BECKER, B. **Amazônia**. Editora Ática, 1990.

BECKER, B. & EGLER, C. A. G. **Detalhamento da metodologia para execução do zoneamento ecológico-econômico pelos Estados da Amazônia Legal**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente (MMA), 1997.

BECKER, B. **Amazônia**. 6 ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

BECKER, B. **Amazônia: Geopolítica na Virada do III Milênio**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

BECKER, B. Geopolítica da Amazônia. **Revista Estudos Avançados**, (Dossiê Amazônia Brasileira 1), v. 19, n. 53, p. 71-86, jan./jul. 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10047>>. Acesso em: 05/03/2016.

BECKER, B. Geopolítica da Amazônia. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo-SP: v. 19, n. 54, p. 71-86, mai./ago., 2006. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>>. Acesso em: 12/05/2016

BECKER, B; STENNER, C. **Um futuro para Amazônia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 152p.

BENATTI, J. H. Unidades de Conservação e a populações tradicionais: Uma análise jurídica da realidade brasileira. **Novos Cadernos Naea**, Belém, v. 2, n. 2, p.107-125, dez., 1999. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/issue/archive>>. Acesso em: 20 de julho 2017.

BERTALANFFY, L. V. **Teoria Geral dos Sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1975.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. Tradução: Olga Cruz. **Revista RA'EGA**, Curitiba, n. 8, p. 141-152, jan./dez. 2004. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3389/2718>>. Acesso em: 20/05/2017.

BORGATTI NETO, R. **Perspectivas da complexidade aplicada à gestão de empresas**. 2007. Tese de doutorado. (doutorado em engenharia de produção). Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

BRANDÃO, I. L. S. A usina hidrelétrica de Balbina a as populações locais: um retrato da comunidade Carlos Augusto Nobre Ribeiro. 2010. 103f. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos e Desenvolvimento Local). Universidade Federal do Pará. Belém, 2010. Disponível em:< http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/9883/1/Dissertacao_UsinaHidreletricaBalbina.pdf>. Acesso em: 15/04/2019.

BRASIL. **Lei nº 1.806 de 06 de janeiro de 1953**. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 03/12/2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 271 de 28 de fevereiro de 1967.** Dispõe sobre o loteamento urbano, responsabilidade do loteador, concessão de uso e espaço aéreo e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0271.htm. Acesso em 20/12/2017

BRASIL. **Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>. Acesso em 12/04/2019.

BRASIL. **Decreto Federal nº 89.336 de 31 de Janeiro de 1984.** Dispõe sobre as Reservas Econômicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico, e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D89336.htm> Acesso em 14 de julho de 2017.

BRASIL. **Decreto nº 96.944, de outubro de 1988.** Cria o Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal e dá outras providências. Disponível em; < http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1988/dec_96944_1988_programadefesacomplexoecossistemasamazonialelegal.pdf>. Acesso em: 13/04/2019.

BRASIL. **Decreto de 20 de agosto de 1999.** Cria a Área de Relevante Interesse Ecológico Seringal Nova Esperança, no Município de Xapuri, Estado do Acre, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior%20a%202000/1999/Dnn8326.htm>. Acesso em: 12 de jun. 2016.

BRASIL. **Lei número 9.985 de 18 Julho de 2000.** Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em 02/05/2016.

BRASIL. **Decreto nº 4.297 de 10 de julho de 2002a.** Regulamenta o Art. 9, inciso II, da Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil (ZEE). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4297.htm>. Acesso em 12/04/2019.

BRASIL. **Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002b.** Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4340.htm> acessado em 11/08/2017.

BRASIL. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Chico Mendes – Acre.** Brasília 2006. 91 p. Disponível em:<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/resex_chico_mendes.pdf>. Acesso em 23/01/2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.975 de 30 de novembro de 2006.** Regulamenta os arts. 12, parte final, 15, 16,19, 20 e 21 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dá

outras providências. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2006/decreto-5975-30-novembro-2006-547239-norma-pe.html>>. Acesso em: 10/05/2019

BRASIL. (2010a). **Decreto nº 7.378 de 1 de dezembro de 2010**. Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal – MacroZee da Amazônia Legal, altera o Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002 e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2010/Decreto/D7378.htm>. Acesso em: 10/03/2019.

BRASIL. (2010b). Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal (proposta preliminar para consulta pública). Estratégias de transição para a sustentabilidade. 2010. 164p. Disponível em: < http://www.mma.gov.br/estruturas/225/arquivos/macrozee_proposta_preliminar_para_consulta_26_jan_225.pdf>. Acesso em 13/04/2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012**. Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2012/Decreto/D7830.htm>. Acesso em 12/07/2019

BRITO, J. L. S; PRUDENTE, T. D. Análise temporal do uso do solo e cobertura vegetal do município de Uberlândia – MG, utilizando imagens ETM/ LANDSAT 7. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 17, n. 32, jun. p. 37-46, 2005. Disponível em:<<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza>>. Acesso em: 10/05/2019.

BROWN, L. R. **Eco-Economia: construindo uma economia para a Terra**. Salvador: Universidade Livre da Mata Atlântica – ULMA, 2003.

CALADINO, D. **Influência da Participação social na Conservação da Biodiversidade em Unidades de Conservação Brasileiras**. 2016. 243p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília. Brasília, 2016.

CALEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G.; BRUNO, A. C. S. Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva. **Ambiente & Sociedade**, v. 121, n. 3, p. 115-13, jul./set. 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n3/v17n3a08.pdf>>. Acesso em 20/05/2017

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. A ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 1982.

CAPRA, F. **A teia da vida**. São Paulo: Ed. Cultrix, 2000.

CAPRA, F. **Pertencendo ao Universo: explorações nas fronteiras da ciência e da espiritualidade**. 7 ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

CAPRA, F; LUISI, P. L. **A visão sistêmica da vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas.** Tradução de EICHEMBERG, M. T. e EICHEMBERG, N. R. São Paulo: Cultrix, 2014. (Coleção Polêmica).

CASTRILLON FERNÁNDEZ, A. J. **Cerrado á Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso.** 2007. 262f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <
<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14276/000660540.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12/05/2017

CHIAVENATO, I. **Introdução a Teoria Geral da Administração.** 6. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos: o Capital Humano das Organizações,** São Paulo: Editora Atlas, 2004.

CHOMA, J. F. **Os Saberes do Camponês da Floresta: Modo de Vida, conflitos e Etnoconhecimento Seringueiro na Resex Chico Mendes.** 2018. 234f. Dissertação (mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018. Disponível em: <
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-16042019-140522/en.php>>. Acesso em 20/04/2019

CHRISTOFOLETTI, A. **Análise de Sistemas em Geografia.** São Paulo: Hucitec, 1979.

CNS. Conselho Nacional do Seringueiro. **II Encontro Nacional do Seringueiro.** Documento Final. 1989. Disponível em: <
<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/04D00015.pdf>>. Acesso em: 20/06/2017

CORRÊA, Â. C.; COELHO, C. S. R.; DOMINGUES, J.; ANDRADE, R. R.; MARINHO, S. V. A Teoria da Complexidade no âmbito da Gestão organizacional considerando as variáveis, Planejamento Estratégico, Mudança Organizacional e Processo Criativo. In: XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. 2002. **Anais...** Curitiba, Paraná.

COSTA FILHO. O. S. da. **Reserva Extrativista: desenvolvimento sustentável e qualidade de vida.** 1995. 156 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

COSTA, S. S. M. et. al. Caracterização preliminar da rede hidrográfica da área da Reserva Extrativista Chico Mendes – Acre, (Brasil): Subsídios ao planejamento ambiental. In: Seminário Regional de ecologia. 1998, São Carlos, SP. **Anais...** 1998, p. 599-607.

COSTA, S. S. M. **Caracterização ambiental da reserva extrativista Chico Mendes (Acre – Brasil):** subsídios ao plano de manejo. 2000. 151f. Tese

(Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais). Universidade Federal de São Carlos – UFScar, São Carlos, 2000.

CRUZ, O. A Geografia Física, o geossistema, a paisagem e os estudos dos processos geomórficos. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 15, n. 29-30, jan./dez. p. 53-62, 1985. Disponível em: < <https://biblat.unam.mx/pt/revista/boletim-de-geografia-teoretica>>. Acesso em: 13/08/2017.

CUNHA, C. C. **Reservas Extrativistas**: Institucionalização e implementação no Estado brasileiro dos anos 1990. 2010. 310p Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: < <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp135123.pdf>>. Acesso em 20/05/2018.

DEBRUN, M. M. Auto-organização e Ciências Cognitivas. In: Encontro com as Ciências Cognitivas, 1, 1996, Marília. **Anais...** Marília: Faculdade de Filosofia e Ciência.

DIAS, S. I. S. **Sistema de planejamento para implementação e monitoramento de planos diretores em municípios brasileiros**. 2009. Tese (Doutorado em Gestão das Organizações). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PEPS5326-T.pdf>>. Acesso em: 02/04/2019.

DIEGUES, A. C. S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis - da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em Perspectiva**, v. 6, n. 1 e 2, jan./ jun. p. 22-29, 1992. Disponível em: < <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/>>. Acesso em 20/10/2017

DIEGUES, A. C. S. 1993. **O mito moderno da natureza intocada**: populações tradicionais em unidades de conservação. São Paulo: NUPAUB-USP.

DIEGUES, A. C. S. (org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMM/COBIO/NUPAUB/USP, 2000. 211p.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3^o Ed. São Paulo: NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP/Hucitec, 2001.

ESTATUTO DE CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO. **Ata de Fundação da Associação de Pequenos Produtores Rurais Nossa Senhora Aparecida**. 1996. Assentamento Porto Rico. Epitaciolândia, Acre.

FERREIRA, J. S. Teoria e método em climatologia. **Revista Geonorte**, (Edição Especial 2), v. 3, n. 8, p. 766–773, out. 2012. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufam.edu.br/revista-geonorte/issue/view/135>>. Acesso em 11/03/2019.

FERREIRA, S. M. P.; BASTOS, P. P. Z. As origens da política brasileira de desenvolvimento regional: o caso da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). **Textos para discussão**, Instituto de Economia UNICAMP,

n. 266, p. 1-25, abr. 2016. Disponível em: <<file:///C:/Users/Alex/Downloads/TD266.pdf>>. Acesso em: 12/06/2016.

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, jan./ jun., 2005. Disponível em: <<https://www.conservation.org/global/brasil/publicacoes/Pages/revista-megadiversidade.aspx>>. Acesso em: 09/03/2017.

FEARNSIDE, P. M. A Hidrelétrica de Balbina: O faraonismo irreversível versus o meio ambiente na Amazônia. In: **Hidrelétricas na Amazônia: Impactos Ambientais e Sociais na Tomada de Decisões sobre Grandes Obras**, v. 1, p. 97-125. Editora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Manaus, Amazonas, Brasil. 2015. 296p. Disponível em: <http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2015/Livro-Hidro-V1/Cap-5%20Livro%20Hidrel%C3%A9tricas%20V.1.pdf>. Acesso em: 10/04/2019.

FRANCA, N. **Gestão participativa em unidades de conservação**. Ibase. 2006.

FRANCO, A. O. **Uso do Solo na zona de amortecimento e sua influencia no interior da Reserva Extrativista Chico Mendes – Acre – Brasil**. Rio Branco, 2006. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais). Universidade Federal do Acre, UFAC.

FRANCO, A. O.. Populações tradicionais nos modelos de gestão territorial da Amazônia Sul Ocidental: Reflexões sobre a regional Alto Acre. XI Encontro Nacional da ANPEGE, 2015. Presidente Prudente. **Anais...** 2015, p. 6072-6081. Disponível em: <www.enapege.ggf.br/2015>. Acesso em: 10/05/2017

FRANCO, A. O.. MENEZES, A. R. C. A proposição de assentamentos (in) sustentáveis: o caso do Polo Agroflorestal Epitaciolândia/ AC. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, SINGA, 2017, Curitiba. **Anais...** 2017
 FIUNI, L. L. A abordagem sistêmica e a questão da dicotomia físico/ social na ciência geográfica. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 15, n. 1, jan./dez. 2011. Disponível em: <http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXV_1/AGB_dez2011_artigos_ve_rsaio_internet/AGB_dez2011_06.pdf>. Acesso em: 02/06/2018.

FRANCO, A. O. LÖWER SAHR, C. L. Modo de vida em transformação em áreas de uso sustentável: o caso do Seringal Nova Esperança. **Revista NUPEM**, v. 11, n. 22, p. 80-91, jan./abr. 2019. Disponível em: <<http://revistanupem.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/613/358>>. Acesso em 20/05/2019.

FREITAS, E. S. M. Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE): Instrumento da reprodução social da metrópole ao sul de Belo Horizonte. X Encontro de Geógrafos da América Latina. 2005. Universidade de São Paulo. **Anais...** 2005, p. 5528-5553. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Ordenamientoterritorial/20.pdf>>. Acesso em: 12/04/2019

GASS, S. L. B; VERDUM, R. Subsídios ao zoneamento ambiental do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 28, p. 78-102, set. 2016. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/boletim-geografico-rs/issue/view/237>. Acesso em: 05/03/2019.

GEORGE, P. **Os métodos da Geografia**. São Paulo: Difel, 1972.

GESTOR G1. **Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza LöwenSahr**. Eptaciolândia/AC, abr. 2017.

GESTOR G2. **Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza LöwenSahr**. Eptaciolândia/AC, abr. 2017.

GESTOR G3. **Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza LöwenSahr**. Eptaciolândia/AC, abr. 2017.

GESTOR G4. **Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza LöwenSahr**. Eptaciolândia/AC, abr. 2017.

GESTOR G5. **Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza LöwenSahr**. Eptaciolândia/AC, abr. 2017.

GESTOR G6. **Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza LöwenSahr**. Eptaciolândia/AC, abr. 2017.

GESTOR G7. **Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza LöwenSahr**. Eptaciolândia/AC, abr. 2017.

GESTORA G8. **Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza LöwenSahr**. Eptaciolândia/AC, abr. 2017.

GESTORA G9. **Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza LöwenSahr**. Eptaciolândia/AC, abr. 2017.

GESTOR G10. **Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza LöwenSahr**. Eptaciolândia/AC, abr. 2017.

GESTORA G11. **Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza LöwenSahr.** Epitaciolândia/AC, abr. 2017.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos.** Porto Alegre: Artmed, 2009. (Coleção pesquisa qualitativa).

GOOGLE EARTH. **Visão geral da área do polo Epitaciolândia e entorno.** Disponível em: <www.googleearthpro.com>. Acesso em: 10/06/2016

GONZALEZ, M. E. Q. Auto-Organização e perspectivismo: algum acréscimo à Ciência Cognitiva? In: GONZALEZ, M. E. Q. BROENS, M. C.(Org.) **Encontro com as Ciências Cognitivas.** Marília: Unesp-Marília-Publicações, 1998, p. 3 -14.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias.** 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

GOODLAND, R. & IRWIN, H.S. **A selva Amazônica: da selva verde ao inferno vermelho?** Editora Itatiaia: 1975.

GUERRA, M. D. F.; SOUZA, M. J. N.; LUSTOSA, J. P. G. Revisitando a teoria Geossistêmica de Bertrand no século XXI: Aportes para o GTP (?). **Geografia em Questão**, v. 5, n. 2, p. 28-42, jul./dez. 2012. Disponível em: < <http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/issue/view/459>> acesso em: 10/03/2019.

GUERRA, R. M. N. **É possível atingir a sustentabilidade nos assentamentos de reforma agrária na Amazônia Legal? O caso do PDS São Salvador no estado do Acre.** Dissertação mestrado — Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

GREGORY, K. J. **A natureza da geografia física.** São Paulo: Bertrand Brasil, 1992.

GUTBERLET, J. Zoneamento da Amazônia: uma visão crítica. **Estudos Avançados**, v. 16 n. 46, p. 157-174, set./dez., 2002. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n46/v16n46a13.pdf>>. Acesso em 12/04/2019.

HAESBAERT, R. Territórios alternativos. Niterói: Eduff; São Paulo: Contexto, 2002.

HEES, D. R. Os povos da floresta, os imigrantes e os Modelos de Ocupação Territorial: impactos e alternativas. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 3, n. 52, p. 83-89, jul./set., 1990. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1990_v52_n3.pdf>. Acesso em: 30/05/2019.

HOBBS, T. **Leviatã. Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil.** Trad. MONTEIRO, J. P.; SILVA, M. B. N. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção: Os Pensadores).

KASPER, H. **O processo de pensamento sistêmico: um estudo das principais abordagens a partir de um quadro de referência proposto.** 2000. Dissertação

(Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/9013/000288315.pdf>>. Acesso em: 02/04/2019.

KATO, D. S.; MARTINS, L. A. P. A “sociologia de plantas”: Arthur George Tansley e o conceito de ecossistema (1935). **Filosofia e História da Biologia**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 189-202, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.abfhib.org/FHB/FHB-11-2/FHB-11-2-Danilo-S-Kato_Lilian-A-C-P-Martins.pdf>. Acesso em: 02/01/2017.

KLEVER, L. O. Passado e Presente: projeto, político e escrita da história na Marcha para Oeste. In: III Encontro de Pesquisas Históricas, 2016, PPGH/ PUCRS. Porto Alegre. **Anais...** 2016, p. 217-228. Disponível em: <<https://iiiephispucrs.files.wordpress.com/2017/02/43-stip09-02-klever-lucas.pdf>>. Acesso em: 20/05/2017.

KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 45, p. 37-61, 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9868/11440>>. Acesso em: 07 ago. 2016.

IANNI, O. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

IBAMA. INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Processo nº 02001.001531/99-67 - IBAMA/MMA ADM CENTRAL**. 1999.

IBAMA. INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS.. **Diagnóstico socioambiental da ARIE Seringal Nova Esperança**. Relatório Técnico. 2005. Epitaciolândia, Acre.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Base de dados**. 2010. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/redes_fluxos/ligacoes_aereas_2010/base.shtm>. Acesso em: 28/04/2017

IBGE.. Cidades. **Características gerais do Município**. 2015a. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 03/06/2016.

IBGE.. Cidades. **Epitaciolândia, população estimada**. 2015b. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 03/06/2016.

IBGE.. Cidades. **Características gerais do Município**. 2016. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 24/08/2019.

IBGE.. Cidades. **Características gerais do Município**. 2017. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 24/08/2019.

ICMBio. INSTITUTO CHICO MENDES DE BIODIVERSIDADE. **Efetividade de Gestão das unidades de conservação federais**: Avaliação comparada das

aplicações do método Rappam nas unidades de conservação federais, nos ciclos 2005-06 e 2010. Relatório em versão integral. 2012

ICMBio. INSTITUTO CHICO MENDES DE BIODIVERSIDADE.. **Relatório de Operação**. 2016.

INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Estabelece o Módulo Fiscal de cada Município**, previsto no Decreto nº 84.685 de 06 de maio de 1980. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/institucional/legislacao/atos_internos/instrucoes/instrucao_especial/IE20_280580.pdf>. Acesso em: 14/04/2018

INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. . Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária. **Painel dos assentamentos**. 2015a. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acesso em: 22/03/2016.

INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. . Superintendência Regional Acre. **Relatório de Gestão**. 2015b.

INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. . Relatório de Assentamentos. **Painel dos Assentamentos Acre**. 2017. <<http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acesso em: 22/03/2018.

INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. . Relatório de Assentamentos. **Assentamentos**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acesso em 02/05/2015.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Censo Escolar**, 2016. Escola Luiz Gonzaga da Rocha. Disponível em: <<http://inep.gov.br/resultados-e-resumos>>. Acesso em: 05/06/2017.

INPE. INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES)**. *Índices de desmatamento na Área de Relevante Interesse Ecológico Seringal Nova Esperança*. Disponível em <<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/atruc.php?ID=222&ano=2014&>>. Acesso em 12/09/2016.

INPE. INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES)**. *Índices de desmatamento no Polo Agroflorestal de Epitaciolândia*. Disponível em <<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/atruc.php?ID=222&ano=2014&>>. Acesso em 10/08/2016.

INPE. INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES)**. *Índices de desmatamento No Projeto de Assentamento Porto Rico*. Disponível em <<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/atruc.php?ID=222&ano=2014&>>. Acesso em 12/03/2018.

INPE. INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES)**. *Índices de desmatamento Na Reserva Extrativista Chico Mendes*. Disponível em <<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/atruc.php?ID=222&ano=2014>>. Acesso em 12/05/2018.

ISA. INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas e Laboratório de Geoprocessamento. **Resex Chico Mendes - Município(s) no(s) qual(is) incide a Unidade de Conservação e algumas de suas características**. s/d. disponível em <<https://uc.socioambiental.org/uc/2024>>. Acesso em: 04/06/2016.

ITERACRE. INSTITUTO DE TERRAS DO ACRE. **Polo Agroflorestral de Epitaciolândia**. 2011.

JATOBÁ, S. U. S. **Gestão Territorial e a produção da sacionatureza nas ilhas do lago de Tucuruí na Amazônia brasileira**. 2006. 301f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/3105>>. Acesso em: 05/04/2016.

JORDAN, N. **Temas de Psicología Especulativa**. Buenos Aires, Argentina: Editorial Troquel S.A., 1974.

LAKATOS, E; MARCONI, M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 3 Ed. Revista e ampliada. São Paulo: Ed. Atlas, 1991.

LAPOLLI, J. **Mapeamento de competências: uma ferramenta para a gestão de pessoas utilizando a abordagem da Teoria Geral de Sistemas**. 2010. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94124/278926.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. acesso em: 02/04/2019

LASTRES, H. M. M.; SIFFERT, N.; SILVA, M. M.; CARDOSO, M. O legado e as lições de Bertha Becker ao BNDES. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, (Cadernos críticos de geografia humana), v. 19, n. 1103, dez., 2014. Disponível em: <[http://www.ub.es/geocrit/b3w-1103\(3\).htm](http://www.ub.es/geocrit/b3w-1103(3).htm)>. Acesso em: 03/04/2019
LESSA, C. **15 Anos de Política Econômica**. São Paulo: Brasiliense, 4ª Edição, 1983.

LIMBERGER, L. Abordagem Sistêmica e Complexidade na Geografia. **Geografia**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 95-109, jul./dez., 2006. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6590/5978>>. Acesso em: 20/12/2017.

LOPES, E. R. N.; SOUZA, J. C.; SOUZA, J. A. P.; PADOVANNI, N. G.; FILHO, J. L. A. LOURENÇO, R. W. Reflexões sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico no Brasil. In: IV Simpósio Brasileiro de Geomática. II Jornadas Lusófonas - Ciências e Tecnologias de Informação Geográfica. **Anais...** Presidente Prudente - SP, p. 155-

160, 24-26 de julho de 2017. Disponível em: http://docs.fct.unesp.br/departamentos/cartografia/eventos/2017_IV_SBG/artigos/2017_SBG_CTIG_paper_52.pdf. Acesso em: 17/03/2019.

MACHADO, L. "A Amazônia brasileira como exemplo de uma combinação geoestratégica e cronoestratégica". **Tübinger Geographische Studien**, n. 95, p. 189-204, 1987. Disponível em: https://www.zvab.com/servlet/SearchResults?cm_sp=SearchF--topnav--Results&kn=T%FCbinger%20Geographische%20Studien&sts=t. Acesso em: 26/06/2016.

MACHADO, L. O. RIBEIRO, L. P. MONTEIRO, L. C. do R. Geopolítica fragmentada: interações transfronteiriças entre o Acre (BR), o Peru e a Bolívia. Cuadernos de Geografía. **Revista Colombiana de Geografía**, v. 23, n. 2, p. 15-30, jul., 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.org.co/pdf/rcdg/v23n2/v23n2a02.pdf>.. Acesso em: 20/06/2017.

MADEIRA, W. V. Plano Amazônia Sustentável e desenvolvimento desigual. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo v. 17, n. 3, p. 19-34, jul./set. 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n3/v17n3a03.pdf>>. Acesso em: 27/04/2019.

MAIA, S. C. **A Florestaria, o desenvolvimento (In) sustentável e as novas fronteiras da sócio-diversidade no vale do rio Acre na virada do século XX: o caso dos trabalhadores extrativistas**. 2009. 352f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ppghist/teses/page/8/>>. Acesso em: 20/07/2016.

MAHAR, D. J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais**. (Relatório de Pesquisa, n. 39). Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978. 252p. Disponível em: <https://searchworks.stanford.edu/view/996233>>. Acesso em: 20/06/2017

MANZINI, E. J. Considerações sobre a entrevista para a pesquisa social em educação especial: um estudo sobre análise de dados. In: JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; VICTOR, S. L. **Pesquisa e educação especial: mapeando produções**. Vitória: UFES, 2006, p. 361-386. Disponível em: < <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/776/1/livro%20edufes%20Pesquisa%20e%20Educao%20Especial%20Mapeando%20producoes.pdf>>. Acesso em: 16/05/2017.

MARTHA JÚNIOR, G.B.; CONTINI, E.; NAVARRO, Z. **Caracterização da Amazônia Legal e macrotendências do ambiente externo**. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Embrapa. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/907075/1/GBMJEstudoAMZDA1v1ISSN.pdf>>. acesso em: 22/08/2019.

MATOS, M. M; SOBREIRA, D. B; CABRAL, L. M. A; MENDES, Y. M. R. Zoneamento Ecológico-Econômico – Instrumento de Planejamento para o desenvolvimento sustentável do Nordeste. **Revista de Direitos Difusos**. São Paulo, v. 22, p. 3023-3044, nov./dez. 2003. Disponível em: <

<http://revistadedireitosdifusos.blogspot.com/2003/12/revista-de-direitos-difusos-ano-iv-vol.html>>. Acesso em: 10/02/2019.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação**. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

MMA. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Departamento de Áreas Protegidas. **Relatório Parametrizado**. Unidade de Conservação: Reserva Extrativista Chico Mendes. Brasília, Distrito Federal. 2016.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Glossário**. Cadastro Nacional de Áreas Protegidas. S/D. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/glossario>>. Acesso em 20/06/2019.

MONTEIRO, M. A. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, jan./abr., p. 187-207, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issues&pid=0103-4014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12/04/2019.

MORADOR AR1. **Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza Löwen Sahr**. Epitaciolândia/AC, abr. 2017.

MORADORA AR2. **Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza Löwen Sahr**. Epitaciolândia/AC, abr. 2017.

MORADORA AR3. **Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza Löwen Sahr**. Epitaciolândia/AC, abr. 2017.

MORADOR AR4. **Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza Löwen Sahr**. Epitaciolândia/AC, abr. 2017.

MORADOR PA1. **Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza Löwen Sahr**. Epitaciolândia/AC, abr. 2017.

MORADORA PA2. **Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza Löwen Sahr**. Epitaciolândia/AC, abr. 2017.

MORADORA PA3. **Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza Löwen Sahr**. Epitaciolândia/AC, abr. 2017.

MORADOR PR1. Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza Löwen Sahr. Eptaciolândia/AC, abr. 2017.

MORADOR PR2. Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza Löwen Sahr. Eptaciolândia/AC, abr. 2017.

MORADOR PR3. Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza Löwen Sahr. Eptaciolândia/AC, abr. 2017.

MORADOR PR4. Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza Löwen Sahr. Eptaciolândia/AC, abr. 2017.

MORADOR PR5. Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza Löwen Sahr. Eptaciolândia/AC, abr. 2017.

MORADOR RE4. Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza Löwen Sahr. Eptaciolândia/AC, abr. 2017.

MORADOR RE5. Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza Löwen Sahr. Eptaciolândia/AC, abr. 2017.

MORADORA RE6. Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza Löwen Sahr. Eptaciolândia/AC, abr. 2017.

MORADORA RE7. Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza Löwen Sahr. Eptaciolândia/AC, abr. 2017.

MORADOR RE8. Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza Löwen Sahr. Eptaciolândia/AC, abr. 2017.

MORADORA RE9. Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza Löwen Sahr. Eptaciolândia/AC, abr. 2017.

MORADOR RE10. Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza Löwen Sahr. Eptaciolândia/AC, abr. 2017.

MORADOR RE11. **Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza Löwen Sahr.** Epitaciolândia/AC, abr. 2017.

MORADOR RE12. **Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza Löwen Sahr.** Epitaciolândia/AC, abr. 2017.

MORADOR RE13. **Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza Löwen Sahr.** Epitaciolândia/AC, abr. 2017.

MORADOR RE14. **Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza Löwen Sahr.** Epitaciolândia/AC, abr. 2017.

MORADORA RE15. **Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza Löwen Sahr.** Epitaciolândia/AC, abr. 2017.

MORADOR RE16. **Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza Löwen Sahr.** Epitaciolândia/AC, abr. 2017.

MORADORA RE17. **Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza Löwen Sahr.** Epitaciolândia/AC, abr. 2017.

MORADOR RE18. **Entrevista fornecida a Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza Löwen Sahr.** Epitaciolândia/AC, abr. 2017.

MORIN, E. O. **Método: a natureza da natureza.** Lisboa: Publicações Europa-América, 1977. (Coleção Biblioteca Universitária).

MORIN, E. O. **Ciência com consciência.** Trad.: M. D. Alexandre e M. A. S. Dória. 2a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

MORIN, E. O. **A religação dos saberes: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MORIN, E. O. **Introdução ao pensamento complexo.** 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MURRIETA, J. R.; RUEDA, R. P. **Reservas extrativistas.** Glanda, Suíça e Cambridge, Reino Unido, UICN, 1995.

NEVES, C. E. das; MACHADO, G; HIRATA, C. A; STIPP, N. A. F. A importância dos geossistemas na pesquisa geográfica: uma análise a partir da correlação com o ecossistema. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 26, n. 2, p. 271-285, mai/ago.

2014. Disponível em: <
<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadnatureza/article/view/23536>>. Acesso em:
 15/07/2018.

ODUM, E. P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., p. 1988.

OLIVEIRA, D. P. R. Teoria de Sistemas. In: OLIVEIRA, D. P. R. **Teoria geral da administração: uma abordagem prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 219-241.

OLIVEIRA, I. R. Sobressaltos da ordem e barganhas do progresso: a Missão Cooke e a implantação da CSN (1942-1946). In: XVI encontro Regional da ANPUH – RIO, Memória e Patrimônio. 2010. Rio de Janeiro. **Anais...** 2010, p. 1-8. Disponível em: <
http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276712631_ARQUIVO_Sobressaltosdaordemebarganhasdoprogresso.pdf>. Acesso em: 20/05/2016.

OLIVEIRA, M. S. **Políticas de integração na fronteira trinacional Brasil, Peru e Bolívia**. 2012. 315f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: <
<http://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/TESES/2012/MARIA%20DO%20SOCORRO%20SOARES%20DE%20OLIVEIRA.pdf>>. Acesso em: 21/05/2016.

PERES, C.A & ZIMMERMAN, B .. "Perigos em parques ou parques em perigo? Conciliando a conservação nas reservas da Amazônia com e sem uso". **Biologia de conservação**. n. 15, v. 3, p. 793-797, 2001.

PESQUISA DE CAMPO. Atividade de campo realizada por **Alexsande de Oliveira Franco, Antônio Romildo Cruz de Menezes, Cicilian Luiza Löwen Sahr**. Epitaciolândia/AC, abr. 2017.

PHILLIPS, A. **Turning ideas on their head: the new paradigm for protected areas**. The George Wright Forum, v. 20, n. 2, p. 8-32, 2003.

PITOMBEIRA, K. S. A. Desdobramentos da implantação siderúrgica na Amazônia Oriental. IV jornada internacional de políticas públicas. Universidade Federal do Maranhão, 2009. **Anais...** 2009, p. 1-8. Disponível em:<
http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/2_transformacoes-do-mundo-do-trabalho/desdobramentos-da-implantacao-siderurgica-na-amazonia-oriental.pdf>. Acesso em: 12/04/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO. **Polos Agroflorestais de Rio Branco**. S.D.

PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. **A nova aliança: metamorfose da ciência**. Brasília: Universidade de Brasília, 1991.

QUEIROZ, M. I. P. **Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva**. 2. ed. São Paulo. CERVE/FFLCH/USP, 1983.

QUEIROZ, A. M.; ORTEGA, A. C.; QUEIROZ, S. F.; JESUS, C. B. O Zoneamento Ecológico-Econômico: Instrumento integrado de gestão social do território goiano?

(**Série de Textos para Discussão do Curso de Ciências Econômicas**, 54). Universidade Federal de Goiás. 2016. 26 p. Disponível em: <www.face.ufg.br/arquivos/midias/TD_054.pdf>. Acesso em 14/04/2019>

RAIMUNDO, S. SARTI, A. C. Parques urbanos e seu papel no ambiente, no turismo e no lazer da cidade. **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, Penedo, vol. 6, n.2, p. 3-24, 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur>>. Acesso em: 23/08/2019

RÊGO, J. F. **Estado e políticas públicas: a reocupação econômica da Amazônia durante o regime militar**. São Luís: EDUFMA, Rio Branco: UFAC, 2002.

RÊGO, J. F. O método do ZEE Acre: Um novo paradigma de zoneamento. In: **A Filosofia e metodologia de construção do ZEE/ Acre**. FASE II, 1:250.000 (Coleção Temática do ZEE), v. 1, Rio Branco, Acre, 2010.

RODRIGUES, E; et al. 2012. **ARIE Seringal Nova Esperança, levantamento socioeconômico**: versão final. Universidade Federal do Acre (UFAC). Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (CMBIO). Rio Branco, Acre. 2012.

RODRIGUES, E; et. al. Indicadores Socioeconômicos na ARIE da Castanheira no Acre. **Revista: Biodiversidade Brasileira**. Instituto Chico Mendes (ICMBio). Número temático: Participação social na gestão da sociobiodiversidade, n. 1. p 157-178, jan./dez., 2014. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/revistaeletronica/index.php/BioBR/issue/view/32>>. Acesso em: 22/12/2016.

RICHARSON, G. P. **Feedback thought in social science and systems theory**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1991. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/sdr.4260080114>>. Acesso: 02/04/2019.

ROCHA, R. G. **Estudo de ecologia política**: contribuições para análise de programas nacionais de Educação Ambiental. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/28407/D%20-%20RONALDO%20GAZAL%20ROCHA.pdf;sequence=1>>. Acesso em: 20/04/2016.

RODRIGUES, C. A Teoria Geossistêmica e sua contribuição aos estudos Geográficos e ambientais. **Revista do Departamento de Geografia - USP**, v. 14, p. 69-77, jan./dez., 2001. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47314>. Acesso em: 10/12/2017

ROSS, J. L. S.. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

SALES, V. de C. Geografia, Sistemas e Análise Ambiental: Abordagem Crítica. **Geosp – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 16, p. 125-141, jul./dez., 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/issue/view/5721>. Acesso em: 10/03/2019.

SANTANA, M. C.; LUZ, E. S.; SILVA, M. R.; SILVA, M. C.; JUNIOR, E. F. C. Trabalho do produtor agrícola urbano e periurbano: Horticultores do Centro-sul piauiense. **Sociedade e Território** – Natal, v. 29, n. 2, p. 132-153, Jul./dez., 2017. Disponível em: < <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/12670>> acesso em 02/04/2019.

SANTOS, R. F. **Planejamento Ambiental: Teoria e Prática**. Editora: Oficina de Textos. São Paulo, 2004. Disponível em: < <https://www.ofitexto.com.br/livro/planejamento-ambiental-teoria-e-pratica..> Acesso em 16/03/2019.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

TSUKAMOTO, R. Y. ASARI, A.Y. Assentamentos rurais e agricultura familiar: processo de territorialização e perspectivas de auto-sustentação. **Geografia** - Volume 12 - Número 1 - Jan/Jun. 2003. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/viewFile/6708/6052>>. Acesso em: 23/08/2019.

SAWYER, D. **População e desenvolvimento sustentável na Amazônia** [livro eletrônico]. Brasília: UNFPA-Fundo de População das Nações Unidas, 2015. (Série população e desenvolvimento sustentável). Disponível em: < <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/amazonia1.pdf>>. Acesso em 26/04/2019)

SERRA, M. A.; FERNÁNDEZ, R. G. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. **Economia e Sociedade, Campinas**, v. 13, n. 1 (22), p. 1-25, jan./jun. 2004. Disponível em: < <http://www.empresas.ufpr.br/perspectivas.pdf>>. Acesso em: 10/04/2019.

SILVEIRA, D. C. **Estratégias alternativas de re-apropriação da natureza: autonomia e autogestão territorial em áreas protegidas**. 125 p. 2012. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2012.

SISTEMA INTERATIVO DE ANÁLISE GEOESPACIAL DA AMAZÔNIA LEGAL (SIAGEO). **Mapa Interativo do Macro Zoneamento da Amazônia Legal: Unidades Territoriais**. Disponível em: < https://www.amazonia.cnptia.embrapa.br/i3geo/uzee_aml/interface_ol.htm#ancora>. Acesso em 25/04/2019.

SILVA, S. S. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário: uma análise a partir da realidade amazônico-acreana**. Rio branco: Edufac, 2011.

SILVA, P. C. A teoria dos dois circuitos da economia urbana e a mídia na contemporaneidade. **Revista Lumina**, v. 9, n. 2, p. 1-24, dez., 2015. Disponível em:<<http://ojs2.ufjf.emnuvens.com.br/lumina/article/view/21092/11464>>. Acesso em 03/04/2019.

SILVA, W.; FÖETSCH, A. A. Comunidades Tradicionais e perspectivas atuais em São Mateus do Sul – PR: uma análise a partir das ferramentas qualitativas. **Anais... XI ENANPEGE**, 2015, p. 6047-6058. Disponível em: <<http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/21/573.pdf>> Acesso em 20/05/2018.

SILVEIRA, L. B.; WIGGERS, R. Protegendo a floresta, reconfigurando espaços na Amazônia: o caso do Projeto de Assentamento Extrativista Santa Maria Auxiliadora, Humaitá (AM). **Revista Administração Pública**, v. 47, n. 3, Mai./Jun., 2013. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos>>. Acesso em: 18/04/2016.

SOARES, J. P. R.; AQUINO, C. M, S. Fundamentos teóricos da análise sistêmica e seus usos em estudos geográficos no estado do Piauí: Levantamento preliminar. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 6, (número especial 1), p. 172 - 183, Out. 2015. Disponível em: < <http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes>>. Acesso em: 10/03/2019.

SOARES-FILHO, B. et al. Cenários de desmatamento para Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 137-152, jan./ab., 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/issue/archive>>. Acesso em 20/04/2019

SOTCHAVA, V. B. Por uma Teoria de Classificação de Geossistemas de Vida Terrestre. **Série Biogeografia**, n. 14, Instituto Geografia, USP, São Paulo, 1978.

SOUSA, M. V. M. de. **Sistemas Socioecológicos em comunidades da Reserva Extrativista Chico Mendes e Projeto de Assentamento, na bacia Hidrográfica do riozinho do Rôla, Acre, Brasil**: diagnóstico participativo sobre usos e impactos diferenciados sobre os recursos naturais. 2012. 104f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia). Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA. Manaus, 2012. Disponível em: < [https://bdtd.inpa.gov.br/bitstream/tede/1067/1/Dissertacao Magda Sousa.pdf](https://bdtd.inpa.gov.br/bitstream/tede/1067/1/Dissertacao%20Magda%20Sousa.pdf)>. Acesso em: 20/04/2016.

SOUZA, M. **Breve história da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

SOUZA, E. F.; PINTO, N. M. A.; FIÚZA, A. L. C. Pólos Agroflorestais como alternativa de desenvolvimento sustentável: o caso do Acre. In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). "Conhecimentos para Agricultura do Futuro". **Anais...** 2007. Universidade Estadual de Londrina – PR.

SOUZA, I. P. D. Ambientalismo e geopolítica na Amazônia-acreana: da criação das RESEX aos corredores da espoliação. In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. 2009. UFRJ, Rio de Janeiro. **Anais...** 2009, p. 1-32. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_vi ew&gid=211&Itemid=171>. Acesso em: 22/06/2016.

SOUZA, N. D. A Amazônia brasileira: processo de ocupação e a devastação da floresta. **Boletim Científico ESMPU**, Brasília, v. 32/33, ano 9, p. 199-225. 2010.

Disponível em: <<http://boletimcientifico.escola.mpu.mp.br/boletins/boletim-cientifico-n.-32-33-janeiro-dezembro-2010>>. Acesso em: 24/06/2017.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SOUZA-ESQUERDO, V. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; OLIVEIRA, J. T. A.; OLIVEIRA, E. S. Segurança Alimentar e Nutricional e qualidade de vida em assentamentos rurais. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 13-23, jan./jun, 2013. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634619>>. Acesso em 20/04/2019

STRACHULSKI, J. KAGWYRI'PE JIHOI: **O território como fundamento do saber tradicional Parintintin na aldeia Traíra da terra indígena Nove de Janeiro, Humaitá - AM**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual de Ponta Grossa. Disponível em: < <http://sites.uepg.br/ppgg/doutorado>>. Acesso em 20/05/2019

TAGLIANI, C. R. Zoneamento Ecológico e Econômico da zona sul do Estado do Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, (Seção Especial), v. 38, p. 303-324, jul./set. 2016. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/made/issue/view/2202/showToc>>. Acesso em: 10/03/2019.

TOURNEAU, F. M.; BURSTYN, M. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. **Ambiente & Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 111-130, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1414-753X20100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23/03/109

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução á pesquisa em ciências sociais: pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TROPMAIR, H. Geografia Física ou Geografia Ambiental? Modelos de Geografia Integrada. Simpósio de Geografia Física Aplicada. **Boletim de Geografia Teorética**, v. 15, n. 29-30, p. 63-69, Rio Claro, 1985.

VAINER, C. B. Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. Estudos Avançados, v. 21, n. 59, p. 119-127, jan./abr., 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10210/11810>>. Acesso em: 16/05/2017.

VALVERDE, O. A devastação da Floresta amazônica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 52, p. 11-24, jul./set., 1990. Disponível em: < <http://boletimcientifico.escola.mpu.mp.br/boletins/boletim-cientifico-n.-32-33-janeiro-dezembro-2010>>. Acesso em: 25/06/2017.

VASCONCELOS, V. V; HADAD, R. M; JUNIOR, P. P. M. Zoneamento Ecológico-Econômico - Objetivos e Estratégias de Política Ambiental. **Gaia Scientia**. v. 7, n.1, p. 119-132, jan./dez., 2013. Disponível em: <

<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/gaia/issue/view/1366/showToc>>. Acesso em: 10/03/2019.

VASCONCELLOS, M. J. S. de. **Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da Ciência**. Campinas: Papyrus, 2002.

VICENTE, L. E.; PEREZ FILHO, A. Abordagem Sistêmica e Geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 28, n. 3, p. 323-344, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/index>>. Acesso em: 25/01/2016.

VITTE, A. C. **Epistemologia e Geografia: as transformações paradigmáticas na geomorfologia brasileira entre 1930 e 2000**. SP, FAPESP, Relatório Final, 2008.

WANDERLEY, M. N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Ed. Especial, p. 33-46, 2009. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/05/N%C3%BAmero-especial.pdf>>. Acesso em 20/05/2019.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE (WWF Brasil). **Guia informativo da gestão participativa na Reserva Extrativista Chico Mendes – Acre**. 2015. Disponível em: <<https://www.wwf.org.br/informacoes/?45544/guia-informativo-da-gestao-participativa-na-reserva-extrativista-chico-mendes>>. Acesso em 20/05/2018